



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 36 - QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata ^(30,38) Início Arruda Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Aníbal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(30,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Início Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ⁽³⁷⁾	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³³⁾ Flexa Ribeiro ^(6,35) Lúcia Vânia ⁽³⁴⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(5,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ^(5,31) Flexa Ribeiro ^(6,35) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(30,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42330
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 46ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE MARÇO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação

Da Comissão de Assuntos Sociais, encaminhando adendo ao Parecer nº 1.563, de 2011, daquele órgão técnico, com texto final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007). **(Ofício nº 47/2012-CAS)**..... 08259

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, em 8 de fevereiro último, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, cuja comunicação foi lida anteriormente. (Prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007) 08263

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 205, de 2012, de autoria do Senador Eunício Oliveira, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho. 08263

Nº 206, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 336 e 400, de 2011..... 08264

1.2.4 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Eduardo Lopes como Vice-Líder do referido Bloco. **(Ofício nº 39/2012)**..... 08264

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte **(Ofício nº 41/2012)**. 08264

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8, de 2012, respectivamente, com posterior envio ao Arquivo. **(Ofícios nºs 10, 11, 12 e 13/2012, respectivamente)** 08265

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática, informando a não

participação na Audiência Pública que ocorrerá dia 27 do corrente na cidade de Manaus-AM. **(Ofício nº 49/2012)**..... 08266

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo à Vice-Presidência da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, bem como sua indicação para o cargo de Relator da referida Subcomissão. **(Ofício nº 37/2012)**..... 08266

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **(Ofício nº 45/2012)**..... 08266

1.2.5 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 69/2012, em aditamento ao Aviso nº 55, de 2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.466, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves. 08266

1.2.6 – Indicação

Nº 1, de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros, sugerindo a criação de banco de dados sócio-econômicos, relativos a temas de índole federativa. 08266

1.2.7 – Mensagens da Presidente da República

Nº 94, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.598, de 2012..... 08267

Nº 99, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2011, sancionado e transformado na Lei nº 12.600, de 2012..... 08267

Nº 100, de 2012, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011, sancionado e transformado na Lei nº 12.601, de 2012..... 08267

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelo transcurso, hoje, do 27º aniversário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima..... 08268

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Referência à queda do índice de atividades econômicas medido pelo Banco Central. 08275

SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento à publicação de documento da Associação dos Policiais Legislativos Federais do Senado Federal. 08277

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do humorista Chico Anysio. 08282

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 207, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Chico Anysio. 08283

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Destaque para o desenvolvimento econômico e social proporcionado pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese); e outros assuntos. 08284

SENADOR HUMBERTO COSTA – Registro do aumento da violência no campo em decorrência dos conflitos por terras. 08291

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Comentários acerca dos avanços ocorridos na proposta de federalização da Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá. 08292

SENADOR CÍCERO LUCENA – Apelo para agilização da tramitação, no Senado Federal, do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007, de autoria de S. Ex^a. 08294

SENADOR FERNANDO COLLOR, como Líder – Lamento pelos episódios de assassinatos recentemente ocorridos na França. 08296

SENADOR PAULO BAUER – Apresentação de projeto de lei que proíbe a utilização de veículos com mais de dez anos de fabricação para o transporte escolar; e outro assunto. 08297

SENADOR ANIBAL DINIZ – Comentários acerca da entrevista concedida pela Presidente Dilma Rousseff à revista *Veja* desta semana. 08299

SENADOR CASILDO MALDANER – Defesa da ampliação do debate em torno do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010. 08302

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO, como Líder – Alegria por ter sido reconhecida a legitimidade do mandato de S. Ex^a pelo Tribunal Superior Eleitoral. 08306

SENADOR JORGE VIANA – Comentários acerca do aumento da taxa de juros do crédito para pessoa física; e outro assunto. 08307

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Leitura de expediente oficiado pelo Senador Demóstenes Torres, comunicando o afastamento de S. Ex^a da Liderança do Partido Democratas no Senado Federal. 08309

1.2.11 – Comunicações

Do Senador Demóstenes Torres, comunicando seu afastamento da Liderança do Democratas no Senado Federal. (**Ofício nº 32/2012**) 08309

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012 (**Ofício nº 333/2012**). *Designação do Deputado Rogério Marinho, como suplente, para compor a referida Comissão.* 08310

Da Liderança do Bloco PV/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012 (**Ofício nº 36/2012**). *Designação do Deputado Stepan Nercessian, como titular, para compor a referida Comissão.* 08310

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO DAVIM – Registro da realização, no período de 28 a 31 do corrente, do Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, cujo tema é “O Rio+20 e as Sociedades Sustentáveis”; e outro assunto. 08310

1.2.13 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Alvaro Dias a respeito do rito de apreciação das Medidas Provisórias. 08312

1.2.14 – Comunicação

Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012 (**Ofício S/n/2012**). *Designação do Deputado Paulo Rubem Santiago, como titular, para compor a referida Comissão.* 08314

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LAURO ANTONIO – Sugestão de conversão dos resíduos sólidos urbanos em potencial energético alternativo. 08314

1.2.16 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 6, de 2012, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Lídice da Mata, que *prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.* 08316

Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que *inclui parágrafo único no art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a utilização de veículos com mais de dez anos de fabricação na condução coletiva de escolares.* 08316

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera o Código Penal para prever o crime de constituição, integração ou manutenção de milícia.* 08318

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, para dispor sobre a prorrogação da concessão de licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela caberia à mãe, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências. 08319

1.2.17 – Mensagem da Presidente da República

Nº 26, de 2012 (nº 107/2012, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao “Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco”, na modalidade denominada Development Policy Loan-DPL..... 08323

1.2.18 – Leitura de requerimentos

Nº 208, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 08323

Nº 209, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Chico Anyzio. 08325

Nº 210, de 2012, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin e Inácio Arruda, solicitando voto de congratulações e aplausos ao PCdoB..... 08325

Nº 211, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011. 08326

Nº 212, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2011. 08328

Nº 213, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011. 08330

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011). **Aprovado**, após **Parecer nº 215, de 2012-PLEN**, proferido pelo Senador Lindbergh Farias (Relator revisor), tendo usado da palavra os

Senadores Rodrigo Rollemberg, Ana Rita, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Alvaro Dias, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Wellington Dias, José Agripino, Walter Pinheiro e Randolfe Rodrigues. (Prejudicada a Medida Provisória nº 550, de 2011). À sanção..... 08332

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se quinta-feira, dia 29 do corrente, às 10 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs 69 e 70, de 2012.... 08348

1.3.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimento

Nº 214, de 2012, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar. **Aprovado**. 08349

1.4.2 – Discursos

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Reflexão, a partir de indagação de um cidadão a S. Ex^a, a respeito da atuação do PT no Governo Federal..... 08351

SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro do comparecimento de S. Ex^a em evento de inauguração de conjunto habitacional que beneficiará famílias carentes em Floriano-PI; e outros assuntos. 08354

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Considerações sobre o projeto de resolução que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. 08357

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Necessidade de reforma tributária para garantir competitividade às indústrias brasileiras. 08364

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Relato das providências do Governo do Estado da Bahia e do Ministério da Integração Nacional para minimizar os efeitos negativos da seca, sobretudo, na região da Chapada Diamantina..... 08366

1.4.3 – Comunicação

Da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 562, de 2012, referente a sua instalação. (**Ofício nº 1/2012**) 08369

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da posse, hoje, da nova direção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e outro assunto. 08370

SENADOR PAULO PAIM – Defesa de debate de uma política salarial para os aposentados e pensionistas no âmbito da Comissão Mista de Pla-

nos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e outro assunto. 08371

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Ponderações sobre a crise por que passa a educação no Brasil por ocasião dos três dias de paralisação em diversas regiões do País; e outro assunto. 08374

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Homenagem ao corpo de policiais legislativos do Senado Federal pelo transcurso dos 188 anos de sua criação; e outro assunto. 08376

1.4.5 – Comunicação

Do Senador Demóstenes Torres, comunicando seu afastamento da Liderança do Democratas no Senado Federal. (Ofício nº 33/2012) 08378

1.4.6 – Leitura de requerimentos

Nº 215, de 2012, de autoria dos Senadores Magno Malta e Ana Rita, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Etevaldo Rocha Tristão. 08379

Nº 216, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao ex-Senador Bernardo Cabral. 08379

Nº 217, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Escola Estadual Waldemiro Lustoza. 08380

Nº 218, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Thiago de Mello. 08380

Nº 219, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Bairro de São José Operário. 08381

Nº 220, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90, de 2010-Complementar e 467, de 2008-Complementar. 08381

Nº 221, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 147 e 12, de 2011. 08381

Nº 222, de 2012, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Srª Manuela Wolter Tavares. 08382

Nº 223, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 12 a 14 de abril próximo. 08382

1.4.7 – Pareceres

Nº 216, de 2012, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício S/nº 49, de 2011. 08382

Nºs 217 e 218, de 2012, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente, sobre o Aviso nº 58, de 2009. 08389

1.4.8 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Ofício S/nº 49, de 2011, nos termos do parecer lido anteriormente. 08394

Arquivamento do Aviso nº 58, de 2009, nos termos do parecer lido anteriormente. 08394

1.4.9 – Parecer

Nº 219, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 1, de 2012. 08394

1.4.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Agradecimentos ao Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, pelo envio da publicação “Previdência Social”, edição de janeiro a abril/2012. ... 08405

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 28, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 08405

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 27-3-2012

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 46ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 27 de março de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, das Sras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin,
dos Srs. Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Magno Malta e Rodrigo Rollemberg*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 21 horas e 3 minutos.)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

46ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/3/2012 07:00:00 até 27/3/2012 21:04:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUP LICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	

PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PR	SE	LAURO ANTONIO	X
PSB	BA	LIDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PT	SP	MARTA SUP LICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 72 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 47, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, encaminhando adendo ao Parecer nº 1.563, de 2011, daquele órgão técnico, com texto final do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciante*. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007), o qual será publicado nos termos regimentais.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 47/2012 – Presidência/CAS

Brasília, 21 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 152 de 2012, dessa Presidência do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em nova deliberação aprovou, no dia de hoje, correção ao Parecer à Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciante, de autoria do Senador Paulo Paim, nos termos do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo que a correção ao Parecer também efetuou retificação no texto da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) anteriormente aprovada, de caráter estritamente redacional, não representando alteração no mérito do Parecer aprovado na 56ª reunião de 21 de dezembro de 2011 por esta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Destaco, ainda, que o Anexo, constante do Parecer anteriormente aprovado, foi suprimido do texto da correção ao Parecer aprovado na data de hoje, para que se evidencie que não está sendo proposta qualquer alteração ao Quadro de Atividades e Profissões, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

ADENDO AO PARECER Nº 1.563, DE 2011

Da Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre

a regulamentação da profissão de comerciante, e do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o reconhecimento da profissão de comerciante, regulamenta sua jornada e dá outras providências.

Relator: Senador **Ricardo Ferraço**

Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Após aprovação do parecer aos projetos acima ementados, foram constatadas inexistências redacionais no texto proposto pela Emenda nº 1 – CAS (substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 115 de 2007, considerando ainda que o voto aprovado declara a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007.

O texto originalmente proposto em nosso parecer, aprovado na 56ª reunião de 21 de dezembro de 2011, da CAS, foi objeto do Ofício SF nº 152/2012, de 27 de fevereiro de 2012, do Presidente do Senado Federal para o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em medida que resultou da revisão do texto final para a confecção dos autógrafos, em que foi detectada divergência entre o anexo do parecer aprovado e o constante do Quadro de Atividades e Profissões, integrante da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Em razão das instruções do ofício, revi o relatório e efetuei a substituição integral da emenda anteriormente proposta, na forma do conteúdo disposto abaixo, em que o referido anexo é totalmente suprimido, para que não fique qualquer dúvida de que não está sendo proposta qualquer alteração ao Quadro de Atividades e Profissões, da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Reiteramos que a retificação tem caráter estritamente redacional e não traz alteração ao sentido do relatório aprovado na 56ª reunião de 21 de dezembro de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Diante do exposto, em rigor do que considerei ser a melhor solução no sentido de corrigir a divergência detectada, proponho a substituição de todo o textual anterior da emenda substitutiva pelo seguinte texto:

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos comerciários, integrantes da categoria profissional de empregados no comércio, conforme o quadro de atividades e profissões do art. 577, combinado com o art. 511, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aplicam-se os dispositivos da presente Lei, sem prejuízo das demais normas trabalhistas que lhes sejam aplicáveis.

Art. 2º Na Carteira de Trabalho e Previdência Social, a atividade ou função desempenhada pelos empregados do comércio deverá ser especificada, desde que inexista a possibilidade de classificação por similaridade.

Art. 3º A jornada normal de trabalho dos empregados no comércio é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais.

§ 1º Somente mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho poderá ser alterada a jornada normal de trabalho estabelecida no **caput** deste artigo.

§ 2º É admitida jornada de 6 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo vedada a utilização do mesmo empregado em mais de 1 (um) turno de trabalho, salvo negociação coletiva de trabalho.

Art. 4º O piso salarial será fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho, “nos termos do inciso V do art. 7º da Constituição Federal”.

Art. 5º No instrumento coletivo deverá ser fixada contribuição para o custeio da negociação coletiva, que, no caso dos trabalhadores, será fixada pela Assembleia Geral de sua entidade, em importe não superior a 12% (doze por cento) ao ano e 1% (um por cento) ao mês de seu salário, e, no caso das empresas, será estabelecida em Assembleia Geral da

entidade representante da categoria econômica, em função do número de empregados de cada empresa, e constará da negociação coletiva, sendo devida por cada estabelecimento.

§ 1º A contribuição para as entidades sindicais da categoria econômica será devida por todas as empresas, independentemente de sua filiação, porte, ou número de empregados.

§ 2º A contribuição para as entidades sindicais de categoria profissional será devida por todos os trabalhadores, associados ou não às respectivas entidades.

§ 3º O montante arrecadado será partilhado da seguinte forma:

- I – 5% (cinco por cento) para a confederação respectiva;
- II – 15% (quinze por cento) para a federação respectiva;
- III – 80% (oitenta por cento) para o sindicato.

§ 4º Nos termos do art. 591 da CLT, inexistindo sindicato, o percentual de 80% (oitenta por cento) constante do inciso III do § 3º deste artigo será repassado em favor da federação representativa da categoria econômica ou profissional.

Art. 6º As entidades representativas das categorias econômica e profissional poderão, no âmbito da negociação coletiva, negociar a inclusão, no instrumento normativo, de cláusulas que instituem programas e ações de educação formação e qualificação profissional.

Art. 7º É instituído o Dia do Comerciário, a ser comemorado no dia 30 de outubro de cada ano.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012. – Senador **Jayme Campos**, Presidente. – Senador **Ricardo Ferraço**, Relator.

Comissão de Assuntos Sociais - CAS**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2007, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS 152/2007****TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 21/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos**RELATOR:** "Ad hoc" Senador Mozarildo Cavalcanti

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cy. J. Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (PMDB)

Correção do Substitutivo (Emenda n.º 1-CAS) oferecida ao Projeto de Lei do Senado n.º 145 de 2007, no termo do art. 325 da RLSF.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - de 1ª de 2004, no termo do art. 525 da CF/1988

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)			X		1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ANGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			
WELLINGTON DIAS (PT)	X				4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURALVAL (PDT)	X				5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO RÉGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)					4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
LAURO ANTONIO (PR)					6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
ANA AMÉLIA (PP)					7- BENEDITO DE LIRA (PP)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	Abstenção				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI Relator/Relator	X				1- ARMANDO MONTEIRO	X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELLO				
PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VICENTINHO ALVES					1- CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				

TOTAL: 14 SIM: 12 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 21 / 03 / 2012.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 1º - RLSF)

Atualizada em 20/03/2012

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O **Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007**, foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais e teve seu prazo para recurso, previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, encerrado no dia 8 de fevereiro passado. Neste sentido, a Presidência encaminha o Projeto à Câmara dos Deputados.

Quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, prejudicado, vai ao Arquivo.

É o seguinte o texto final:

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos comerciantes, integrantes da categoria profissional de empregados no comércio, conforme o quadro de atividades e profissões do art. 577, combinado com o art. 511, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aplicam-se os dispositivos da presente lei, sem prejuízo das demais normas trabalhistas que lhes sejam aplicáveis.

Art. 2º Na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a atividade ou função desempenhada pelos empregados do comércio deverá ser especificada, desde que inexistam a possibilidade de classificação por similaridade.

Art. 3º A jornada normal de trabalho dos empregados no comércio é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais.

§ 1º Somente mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho poderá ser alterada a jornada normal de trabalho estabelecida no **caput** deste artigo.

§ 2º É admitida jornada de 6 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo vedada a utilização do mesmo empregado em mais de 1 (um) turno de trabalho, salvo negociação coletiva de trabalho.

Art. 4º O piso salarial será fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho, nos termos do inciso V do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 5º No instrumento coletivo deverá ser fixada contribuição para o custeio da negociação coletiva, que, no caso dos trabalhadores será fixada pela Assembleia Geral de sua entidade, em importe não superior a 12% (doze por cento) ao ano e 1% (um por cento) ao mês de seu salário, e, no caso das em-

presas, será estabelecida em Assembleia Geral da entidade representante da categoria econômica, em função do número de empregados de cada empresa, e constará da negociação coletiva, sendo devida por cada estabelecimento.

§ 1º A contribuição para as entidades sindicais da categoria econômica será devida por todas as empresas, independentemente de sua filiação, porte ou número de empregados.

§ 2º A contribuição para as entidades sindicais da categoria profissional será devida por todos os trabalhadores, associados ou não às respectivas entidades.

§ 3º O montante arrecadado será partilhado da seguinte forma:

- I – 5% (cinco por cento) para a confederação respectiva;
- II – 15 % (quinze por cento) para a federação respectiva;
- III – 80% (oitenta por cento) para o sindicato.

§ 4º Nos termos do art. 591 da CLT, inexistindo sindicato, o percentual de 80% (oitenta por cento) constante do inciso III do § 3º deste artigo será repassado em favor da federação representativa da categoria econômica ou profissional.

Art. 6º As entidades representativas das categorias econômica e profissional poderão, no âmbito da negociação coletiva, negociar a inclusão, no instrumento normativo, de cláusulas que instituam programas e ações de educação, formação e qualificação profissional.

Art. 7º É instituído o Dia do Comerciante, a ser comemorado no dia 30 de outubro de cada ano.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2012

Ex^{mo} Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do cearense e grande brasileiro o humorista, ator, diretor, escritor, compositor e artista plástico o Il^{mo} Senhor Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho, cujo falecimento ocorreu nesta sexta-feira, 23 de março de 2012. Requeiro também que seja apresentando condolências à família.

Justificação

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. No final da semana passada, o Brasil e o Ceará

perderam um dos seus grandes filhos, o ilustre Humorista Chico Anysio, como era conhecido por todos os brasileiros. Nascido em Maranguape – Ceará no dia 12 de abril de 1931 era filho de Francisco Anysio e Haiddé Viana de Oliveira Paula.

Aos oito anos o garoto foi com a família para o Rio de Janeiro e já começou a imitar as pessoas, com 14 anos começou a ir aos programas de calouros do Rio e depois de São Paulo.

Estudou para ingressar na Faculdade de Direito, passou, mas não cursou. Foi contratado para o rádio e depois de 15 dias, já tinha quatro profissões: era ator, locutor, redator e comentarista esportivo, esse era o homem Chico Anysio, de múltiplos talentos.

Gostava e fazia tudo com perfeição. Esteve na Rádio Guanabara, foi galã de novelas, mas o seu foco sempre foi a comédia. Atuou ao lado de Grande Otelo, Chocolate, Luiz Tito e muitos outros. Na televisão decidiu fazer vários personagens. E isso passou a ser o seu “diferencial”. Pensava: “Se um personagem cansar, ele sai, e fica outro. Foi ele que cansou, não eu”. Às vezes eram tão diferentes uns dos outros, que nem mesmo ele entendia. Chegou a fazer 209 personagens.

Com o seu falecimento silencia uma galeria de inesquecíveis tipos de papéis, a quem Chico Anysio deu vida, forma e voz para a alegria do povo brasileiro, dos quais destacamos: o Coronel Limoeiro, o Professor Raimundo, Salomé, Alberto Roberto, Pantaleão, o seu Popó e tantos outros personagens que habitavam a sua cabeça privilegiada e jorravam da fonte inesgotável da sua criatividade.

Chico Anysio amou o nosso povo, e o povo soube retribuir esse amor, reconhecido no seu humor, consagrando-o com seu carinho, sua admiração, sua gargalhada mas genuína e acompanhando-o fielmente no Rádio, na Televisão, no Cinema e no Teatro ao longo de seis décadas.

Na sua trajetória pessoal, reproduziu, com sucesso, a saga de milhões de nordestinos que migraram para os grandes centros em busca de melhores oportunidades.

Chico Anysio veio, viu e venceu. E, com o pioneirismo da sua vitória e a generosidade do seu talento e apoio, abriu caminho para tantos outros comediantes, não só cearenses, mas de todos os cantos do Brasil, e que hoje são famosos.

Caro Chico, você fez muito pelo povo brasileiro, desejo que descanse em paz! Receba meu agradecimento por tanta alegria e gargalhadas que doou ao povo brasileiro. A sua lembrança será a certeza de que nunca o esqueceremos!

Sala das Sessões, 26 de março de 2012. Senador **Eunício Oliveira**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 206, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofício que será lido:

É lido o seguinte:

Ofício nº 39/2012 – GLDBAG

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ) como Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 41/2012 – GLDBAG

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Lindbergh Farias como membro suplente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será feita a substituição solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 10, 11, 12 e 13, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8, de 2012, respectivamente, e recomendando seus arquivamentos.

São os seguintes os Ofícios:

OF. 10/2010/CAE

Brasília, 28 de fevereiro de 2012

Senhor presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de fevereiro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 5 de 2012 (º22/MF), de 27 de janeiro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2011. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 03/2012-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 11/2012/CAE

Brasília, 28 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de fevereiro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 6 de 2012 (nº 24/MF), de 30 de janeiro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/2004, relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo de 2011. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 3/2012 – Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 12/2012/CAE

Brasília, 28 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de fevereiro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 7 de 2012 (nº 8/2012-BCB), de 8 de fevereiro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/1995, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao quarto trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 3/2012-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 13/2012/CAE

Brasília, 28 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 28 de fevereiro, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 8, de 2012 (nº 36-Seses-TCU-Plenário), de 25 de janeiro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC-019.725/2011-6, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 25-1-2012, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 11, de 2011, desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 3/2012-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8, de 2012, vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Of. nº 49/2012 – CCT

Brasília, 26 de março de 2012

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento nº 008, de 2012-CCT, cópia anexa, aprovado por esta Comissão em 14 de março p.p. (Requerimento nº 153, de 2012), para informar que não participarei da Audiência Pública que discutirá o tema: *“Problemas apresentados pela população no serviço de telefonia móvel e fixa no Estado do Amazonas, bem como aferir a melhoria no sistema, conforme compromissos assumidos pelas concessionárias, em audiência ocorrida em novembro de 2011”*, amanhã, dia 27 de março, na cidade de Manaus – AM.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012-CCT

Requeiro, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a minha participação, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, em Audiência Pública a realizar-se na cidade de Manaus (AM) para discutir o tema: *“Problemas apresentados pela população no serviço de telefonia móvel e fixa no Estado do Amazonas, bem como aferir a melhoria no sistema, conforme compromissos assumidos pelas concessionárias, em audiência ocorrida em novembro de 2011”*, evento que se realizará em 27 de março de 2012 (terça-feira) às 14 horas, no Plenário Ruy Araújo, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um servidor da Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência.

Sala das Comissões, em 14 de março de 2012.
– Senador **Eduardo Braga**.

Ofício nº 37/2012-CI

Brasília, 27 de março de 2012.

Assunto: Renúncia cargo de Vice-Presidente e indicação Relator

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, realizada no dia 26 de fevereiro do corrente, o Senador Vital do Rêgo renunciou a Vice-Presidência da referida Subcomissão e ao mesmo tempo foi indicado para ocupar o cargo de Relator pelo Presidente da Subcomissão, Senador Vicentinho Alves.

Atenciosamente, Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 45/2012

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Clésio Andrade, em substituição ao Senador Valdir Raupp, na suplência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será feita a substituição solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 69, de 22 de março de 2012**, em aditamento ao Aviso nº 55, de 8 de março de 2012, ambos do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.466, de 2011, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

Cópia do Aviso foi encaminhada ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, indicação que será lida.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 1, DE 2012

Sugestão de criação de banco de dados sócio-econômicos, relativos a temas de índole federativa.

Com fundamento nos artigos 224 a 227 do RISF, sugerimos a criação e a manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados sócio-econômicos, relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre outros.

Justificação

O Senado Federal, recentemente, em reunião coordenada pelo Presidente José Sarney, com a participação dos líderes partidários, deliberou sobre a prioridade que deve ser dada aos temas de natureza

federativa, como a mudança de indexador das dívidas estaduais, a redefinição dos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a uniformização das regras do ICMS.

Na perspectiva que essa missão possa ser cumprida de forma eficaz e célere, entendemos que o Senado da República, Casa da Federação que é, deve implementar um banco de dados para subsidiar as Comissões e o próprio trabalho dos senadores no exame das várias proposições legislativas de alcance federativo.

A criação desse banco de dados possibilitará, sem dúvidas, um aperfeiçoamento das deliberações desta Casa, sobretudo nas matérias que envolvam aspectos econômicos e sociais da União, dos Estados e dos Municípios. – Senador **Renan Calheiros**.

LEGISLAÇÃO CITADA DA INDICAÇÃO DO SENADOR RENAN CALHEIROS

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Seção IV Das Indicações

Art. 224. Indicação corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

Art. 225. A indicação não poderá conter:

I - consulta a qualquer comissão sobre:

a) interpretação ou aplicação de lei;

b) ato de outro Poder;

II - sugestão ou conselho a qualquer Poder;

Art. 226. Lida no Período do Expediente, a indicação será encaminhada à comissão competente. (NR)

Art. 227. A indicação não será discutida nem votada pelo Senado. A deliberação tomará por base a conclusão do parecer da comissão.

Parágrafo único. Se a indicação for encaminhada a mais de uma comissão e os pareceres forem discordantes nas suas conclusões, será votado, preferencialmente, o da que tiver mais pertinência regimental para se manifestar sobre a matéria. Em caso de competência concorrente, votar-se-á, preferencialmente, o último, salvo se o Plenário decidir o contrário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A indicação que acaba de ser lida será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 94, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012-CN (proveniente da Medida Provisória nº 544/2011), que *estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.598, de 2012;

– **nº 99, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2011 (nº 4.572/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que *cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União; revoga os dispositivos da Lei nº 10.333, de 19 de dezembro de 2001; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.600, de 2012; e

– **nº 100, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011 (nº 7.579/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria*, sancionado e transformado na Lei nº 12.601, de 2012.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a é o primeiro inscrito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Da mesma forma, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, Senador Suplicy, é o segundo inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidenta, eu também estou nas comunicações inadiáveis, mas, se não tiver ninguém no plenário como orador inscrito, eu falo como orador inscrito durante os meus dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, V. Ex^a é o quinto inscrito, isso se ninguém chegar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem prejuízo dos oradores que me antecederam.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou dar a palavra, então, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e chamar para fazer uso da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Aloysio Nunes, Rodrigo Rollemberg e Romero Jucá, não como chamada, mas dizendo que serão os próximos.

Aloysio Nunes está aí, vai ser o próximo, então.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem fala?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mário Couto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero me inscrever, pela liderança do meu Partido, para falar depois da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. V. Ex^a, então, está inscrito pelo PSDB, como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Pelo meu Partido, o PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espere aí. Mário Couto usará da palavra, cedida pelo Senador Jayme Campos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já está aí?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está. Já chegou.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Tudo bem. Então eu falo depois da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, já entendi.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Mozarildo. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes, se não chegar outro orador inscrito antes dele.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, dia 27 de março, completa aniversário o nosso Tribunal Regional Eleitoral de Ro-

raima, coincidentemente, completando justamente 27 anos de existência.

Quero, primeiramente, fazer o histórico, Senadora Marta Suplicy, de que a prestação jurisdicional eleitoral decorrente da demanda do antigo Território Federal de Roraima foi, por muitos anos, responsabilidade do Estado do Amazonas.

Todavia, através do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em 1988 – na nova Constituição, da qual tive a honra de participar como constituinte, e uma das bandeiras principais que levantei foi justamente a transformação do Território em Estado –, o então Território foi elevado à condição de Estado e, conseqüentemente, nova estrela passou a ser inserida em nossa Bandeira Nacional, desvinculando nossa Justiça Eleitoral, definitivamente, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Assim, o sonho, acalentado por todos que viviam em Roraima, foi concretizado no dia 27 de março de 1992, no auditório do Edifício do Fórum Advogado Sobral Pinto, quando, em sessão solene, esse Egrégio Tribunal foi instalado, completando, com esse ato, o ciclo republicano do novo Estado de Roraima.

Na época, a Corte era composta pelos seguintes membros: Desembargador Carlos Henriques, Presidente; Desembargador Luiz Gonzaga Batista Rodrigues, Vice-Presidente que acumulava também a função de Corregedor; Juiz Lupercino de Sá Nogueira Filho; Juiz Jorge Luiz Fonseca de Oliveira Barroso; Juiz Messias Gonçalves Garcia; Juiz Wallace Bastos; e o Procurador Regional Eleitoral Dr. Franklin Rodrigues da Costa.

Presentes também nesse acontecimento histórico estiveram algumas ilustres autoridades do Poder Judiciário nacional e estadual, como o Ministro Célio Borja, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral à época; Desembargadores Paulo dos Anjos Feitoza e Manoel Glacimar de Melo Damasceno, Presidente e Corregedor, respectivamente, do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; José Baptista Vidal Pessoa, do Tribunal de Justiça do Amazonas; Desembargadores Robério Nunes dos Anjos, então Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima; Desembargador José Pedro Fernandes, Jurandir Pascoal e Elair de Moraes, bem como os Juizes da Primeira Instância de Roraima, na época, Mauro Campello, Alcir Gursen de Miranda, Agenor Cefas Cavalcante Jatobá e Tânia Maria Vasconcelos Dias de Souza Cruz.

Órgão responsável direto pela administração do processo eleitoral no Estado de Roraima, o TER de Roraima tem suas principais competências fixadas pela Constituição Federal, pelo Código Eleito-

ral e pelo seu Regimento Interno, exercendo papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira, em ação conjunta com o Tribunal Superior Eleitoral e demais Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil.

Vou falar um pouquinho das atividades do Tribunal Regional de Roraima. Por exemplo, quero frisar aqui a Justiça Eleitoral Itinerante que, entre suas atividades, realizou 1.721 atendimentos, incluindo a emissão do primeiro título, transferência e revisão de segunda via. Conforme o calendário, foram atendidos Uiramutã, Cantá e dois bairros da zona oeste de Boa Vista.

Na análise da atual Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Desembargadora Tânia Vasconcelos, a principal proposta da campanha é aproximar a Justiça do cidadão e evitar a formação de imensas filas no fechamento do cadastro.

Existem oito zonas eleitorais para atender 276.940 eleitores em todo Estado, sendo 177.744 no Município de Boa Vista, que é o maior colégio eleitoral de Roraima.

A urna eletrônica foi implantada no Estado, pelo Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 96. Dois anos depois, em 98, as eleições em Roraima foram totalmente informatizadas. Em 2010, nenhuma urna eletrônica precisou ser trocada. Foi a primeira vez na história do Estado em que não houve necessidade de substituir nenhuma urna em uma eleição.

Finalmente...

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Peço mais um tempinho, Presidente, só para concluir. Realmente, falta pouquinho.

Quero dizer que, agora, em 2012, o TRE aprovou uma resolução para impedir transferências irregulares de eleitores. Com o objetivo de conter essas transferências irregulares entre Municípios, principalmente, da capital para ao interior, e vice-versa, os juizes que compõem o Pleno do Tribunal aprovaram a Resolução 093/2012.

Na análise do TRE, de sua Presidente, Desembargadora Tânia Vasconcelos, a medida foi adotada no período que antecede as eleições municipais porque ocorre uma movimentação intensa de eleitores nessa época, que transferem o título eleitoral de uma cidade para outra, em especial de Boa Vista para outros Municípios vizinhos. Os juizes das zonas eleitorais do interior irão abrir procedimento específico individual para colocar em diligência até 10%...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– ...das transferências de eleitores entre Municípios.

A proposta é verificar se esses eleitores realmente preenchem os requisitos do domicílio eleitoral, que será comprovado, como também será constatada a residência no lugar e a existência de vínculos políticos, afetivos e sociais com o Município, como enfatizou nossa Presidente Tânia Vasconcelos.

Conforme explicou a Presidente, a equipe da Justiça Eleitoral vai se deslocar ao endereço declarado no Requerimento de Alistamento Eleitoral e, não encontrando o eleitor, indagará da vizinhança se ele efetivamente reside na localidade.

O juiz eleitoral, após ouvido o Ministério Público, no prazo de 48 horas, decidirá a respeito do Requerimento de Alistamento Eleitoral em até cinco dias. Manifestando-se o Ministério Público pela existência de ilícito penal a ser apurado e havendo necessidade de outras diligências, a autoridade judiciária...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Deverá remeter cópia do processo à Polícia Federal, para instauração de inquérito policial.

E diz finalmente a Presidente do TER: “Nosso papel é zelar pela lisura das eleições. O eleitor que realizar uma transferência de forma irregular será responsabilizado criminalmente”.

Senadora Marta, vou pedir a V. Exª, para ficar dentro desse tempo, que autorize a transcrição da composição atual do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, bem como de outra matéria que trata das zonas eleitorais. Finalmente, dizer que o povo de Roraima, o eleitorado de Roraima, espera que o TRE se aperfeiçoe cada vez mais e possa de fato exercer uma fiscalização que torne as nossas eleições efetivamente democráticas, limpas e honestas. Essa é a grande esperança que manifesto hoje ao registrar o aniversário do Tribunal Regional Eleitoral...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Repito: instalado no dia 27 de março de 1992.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

O TRE-RR (Histórico)

A prestação jurisdicional eleitoral decorrente da demanda do antigo Território Federal de Roraima foi, por muitos anos, responsabilidade do Estado do Amazonas.

Mas através do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em 1988, o então Território foi elevado à condição de Estado e, conseqüentemente nova estrela passou a ser inserida em nossa bandeira nacional, desvinculando à nossa Justiça Eleitoral, definitivamente, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Assim, o sonho, acaientado por todos que aqui viviam, foi concretizado no dia **27 de março de 1992**, no Auditório do Edifício do Fórum Advogado Sobral Pinto, quando, em sessão solene, este Egrégio Tribunal foi instalado, completando, com esse ato o ciclo republicano do novel Estado de Roraima.

Na época, a Corte era composta pelos seguintes Membros: Des. Carlos Henriques – Presidente, Des. Luiz Gonzaga Batista Rodrigues – Vice-Presidente/Corregedor, Juiz Lupercino de Sá Nogueira Filho, Juiz Jorge Luiz Fonseca de Oliveira Barroso, Juiz Messias Gonçalves Garcia, Juiz Wallace Bastos e o Procurador Regional Eleitoral Dr. Franklin Rodrigues da Costa.

Presentes também, nesse acontecimento histórico, estiveram algumas ilustres autoridades do Judiciário nacional e estadual, como o Ministro Célio Borja, Presidente do TSE, Desembargadores Paulo dos Anjos Feitoza e Manoel Glacimar de Melo Damasceno, Presidente e Corregedor, respectivamente, do TRE/AM, José Baptista Vidal Pessoa, do Tribunal de Justiça do Amazonas, Desembargadores Robério Nunes dos Anjos, então Presidente do TJ/RR, José Pedro Fernandes, Jurandir Pascoal e Elair de Moraes, bem como os Juízes da Primeira Instância de Roraima Mauro Campello, Alcir Gursen de Miranda, Agenor Cefas Cavalcante Jatobá e Tânia Maria Vasconcelos Dias de Souza Cruz.

Órgão responsável direto pela administração do processo eleitoral no Estado de Roraima, o TRE/RR tem suas principais competências fixadas pela Constituição Federal, pelo Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15.7.65) e pelo seu Regimento Interno, exercendo papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira, em ação conjunta com o TSE e demais tribunais regionais eleitorais (TREs).

Atividades do TER-RR:**Justiça Eleitoral Itinerante**

Entre as atividades realizadas pelo TER-RR está a Justiça Eleitoral Itinerante. Este ano foram realizados 1.721 atendimentos, incluindo a emissão do primeiro título, transferência, revisão e segunda via. Conforme o calendário foram atendidos Uiramutã, Cantá e dois bairros da zona oeste de Boa Vista. Na análise da presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, desembargadora Tânia Vasconcelos, a principal proposta da campanha é aproximar a Justiça do cidadão e evitar a formação de imensas filas no fechamento do cadastro.

Zonas Eleitorais: Existem 8 zonas eleitorais para atender 276.940 eleitores em todo o Estado, sendo 177.744 eleitores no município de Boa Vista, que é o maior colégio eleitoral de Roraima.

Urna eletrônica: A urna eletrônica foi implantada no estado pelo TSE nas eleições de 1996. Dois anos depois, em 1998, as eleições em Roraima foram totalmente informatizadas. Em 2010, nenhuma urna eletrônica precisou ser trocada. Foi a primeira vez na história do Estado em que não houve a necessidade de substituição em uma eleição.

TRE aprova resolução para impedir transferências irregulares de eleitores - 09/02/2012

Com o objetivo de conter as transferências irregulares de eleitores entre os municípios, principalmente da capital para o interior, os juizes que compõem o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima aprovaram a Resolução n.º 093/2012.

Na análise da presidente do TRE, desembargadora Tânia Vasconcelos, a medida foi adotada porque no período que antecede as eleições municipais ocorre uma movimentação intensa de eleitores que transferem o título eleitoral de uma cidade para outra, em especial de Boa Vista para os demais municípios.

“Os juizes das zonas eleitorais do interior irão abrir procedimento específico e individual para colocar em diligência até 10% das transferências de eleitores entre os municípios. A proposta é verificar se esses eleitores realmente preenchem os requisitos do domicílio eleitoral, que ficará comprovado se constatada a residência no lugar ou a existência de vínculos políticos, afetivos e sociais com o município”, enfatizou Vasconcelos.

Conforme explicou a presidente do TRE, a equipe da Justiça Eleitoral vai se deslocar ao endereço declarado no Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) e, não encontrando o eleitor, indagará na vizinhança se ele efetivamente reside na localidade.

O juiz eleitoral, após ouvir o Ministério Público no prazo de 48 horas, decidirá a respeito do RAE em até cinco dias. Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal a ser apurado e havendo necessidade de outras diligências, a autoridade judiciária deverá remeter cópia do processo à Polícia Federal, para instauração de inquérito policial. "Nosso papel é zelar pela lisura das eleições. O eleitor que realizar uma transferência de forma irregular será responsabilizado criminalmente", disse a presidente do TRE.

Composição do TRE/RR

Membros

Juíza Tânia Vasconcelos | Presidente
Desembargadora | Biênio: 15/02/2011 - 14/02/2013

Juiz | Vice-Presidente/Corregedor
Desembargador | Biênio: -
Juiz Gursen De Miranda | 1º Suplente

Desembargador | Biênio: 26/07/2011 - 25/07/2013

Juiz Mauro Campello | 2º Suplente

Desembargador | Biênio: 28/09/2011 - 27/09/2013

Juiz Paulo César Dias Menezes | Titular

Juiz de Direito | 1º Biênio: 04/05/2011 - 03/05/2013

Juiz Erick Linhares | Titular

Juiz de Direito | 2º Biênio: 03/06/2008 - 01/06/2012

Juiz Leandro Saon da Conceição Bianco | Titular

Juiz Federal | 1º Biênio: 13/12/2010 - 12/12/2012

Juiz Marcos Silva Rosa | Suplente

Juiz Federal | 1º Biênio: 18/01/2012 - 17/01/2014

Juiz Jorge da Silva Fraxe | Titular

Jurista | 2º Biênio: 15/06/2011 - 14/06/2013

Juiz Stélio Dener de Souza Cruz | Titular

Jurista | 2º Biênio: 15/06/2011 - 14/06/2013

Juiz Alexandre Magno M. Vieira | Suplente

Juiz de Direito | 1º Biênio: 21/10/2010 - 20/10/2012

Juíza Rozane Pereira Ignácio | Suplente

Jurista | 1º Biênio: 14/12/2010 - 13/12/2012

Juiz Antônio Augusto Martins Neto | Suplente

Juiz de Direito | 1º Biênio: 28/06/2011 - 27/06/2013

Juíza Inajá de Queiroz Maduro | Suplente

Jurista | 1º Biênio: 28/02/2012 - 26/02/2014

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Clayton Ricardo de Jesus Santos | Titular
MPE | Fim do biênio: 22/04/2013

Dr. Leonardo de Faria Galino | Suplente
MPE | Fim do biênio: 02/04/2013

Diretor-Geral

Dr. Elízio Ferreira de Melo

1ª Zona Eleitoral

Sede: Boa Vista

Endereço: Fórum Dr. Luiz Rittler Brito de Lucena
- Av. Santos Dumont nº 760 - Bairro São Pedro -
CEP: 69.306-040 Fones: Atendimento (0xx95)
3224-2161 - Chefe de Cartório - 3224-2183

Juiz: *Dr. Cristovão José Suter Correia da Silva*

Biênio: 09/02/2010 a 09/02/2012

Promotor: Dr. José da Rocha Neto

Biênio: 01/09/2011 a 31/08/2013

Chefe de Cartório: João Batista Lopes de
Nóbrega

E-mail: zona01@tre-rr.gov.br

Município: Boa Vista

3ª Zona Eleitoral

Sede: Alto Alegre

Endereço: Rua Antônio Dourado de Santana, s/nº
- Centro CEP: 69.350-000 Fone: (0xx95) 3263-
1893

Juiz: *Dr. Parima Dias Veras*

Chefe de Cartório: Rafael Neves Batista

E-mail: zona03@tre-rr.gov.br

Municípios: Alto Alegre, Bonfim, Cantá e
Normandia

2ª Zona Eleitoral

Sede: Caracará

Endereço: Fórum Juiz Antônio Anunciação Neto
Praça do Centro Cívico, s/nº - CEP: 69.360-000
(95) 3532-1661

Juiz: *Dr. Luiz Alberto de Moraes Júnior*

Chefe de Cartório: Angelo Senna Molina

E-mail: zona02@tre-rr.gov.br

Municípios: Caracará

4ª Zona Eleitoral

Sede: São Luiz do Anauá

Endereço: Fórum Promotor de Justiça Daíel de
Lima Júnior - Av. Ataliba G. de Laia, s/nº, São
Luiz do Anauá-RR CEP: 69.370-000 - Fone:
(0xx95) 3537-1087 Fax: (0xx95) 3537-1329

Juiz: *Dr. Bruno Fernando Alves Costa*

Chefe de Cartório: Valmir Felisberto Nascimento

E-mail: zona04@tre-rr.gov.br

Municípios: Caroebe, Rorainópolis, São João da
Baliza e São Luiz do Anauá

5ª Zona Eleitoral

Sede: Boa Vista

Endereço: Av. Nazaré Figueiras, 2077 - Bairro Pintolândia - CEP 69316-715 Fone: (0xx95) 3623-9357 - 3623-2627

Juiz: *Dr. Rodrigo Cardoso Furlan*

Biênio: 09/02/2011 a 09/02/2013

Promotor: Dr. Márcio Rosa da Silva

Chefe de Cartório: Ronaldo Parente Cândido

E-mail: zona05@tre-rr.gov.br

Município: Boa Vista

6ª Zona Eleitoral

Sede: Mucajaí

Endereço: Rua Raimundo Germiniano de Almeida, 176 - Centro
CEP: 69.340-970 (95) 3542-1996 / 3542-1189

Juiz: *Dra. Lana Leitão*

Chefe de Cartório: Narla de Souza Santana

E-mail: zona06@tre-rr.jus.br

Municípios: Mucajaí, Itacema

7ª Zona Eleitoral

Sede: Pacaraima

Endereço: Fórum Dr. Humberto Teles Machado de Souza - Av. Guiana, s/nº - Centro - CEP: 69.345-000 Fone: (0xx95) 3592-1212

Juiz: *Dr. Ângelo Augusto Graça Mendes*

Chefe de Cartório: Carlos Emerson Azevedo de Araújo

E-mail: zona07@tre-rr.gov.br

Municípios: Pacaraima, Amajari e Uiramutã.

8ª Zona Eleitoral

Sede: Rorainópolis

Endereço: Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal
Av. Pedro Daniel da Silva, s/nº CEP 69 373-000
Fone:

(0xx95) 3238-1628 Fax: (0XX95) 3238-1631

Juiz: *Dr. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo*

Chefe de Cartório: Marcond Nunes de Sousa

E-mail: zona08@tre-rr.gov.br

Município: Rorainópolis

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, como orador inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu não estou aqui, Srª Presidente, para comemorar notícias ruins, especialmente notícias ruins para o nosso País, para o povo brasileiro. Infelizmente, sou obrigado a registrar, na tarde de hoje, mais uma notícia ruim que nos vem dos órgãos oficiais, dos órgãos do Governo que

medem o desempenho da nossa economia. Refiro-me ao índice de atividades econômicas do Banco Central, que é o índice utilizado, servido como um verdadeiro termômetro, que mede a temperatura da economia brasileira. Ele é publicado a cada três meses, e, geralmente, esse índice é um indicador extremamente confiável daquilo que vai acontecer na economia brasileira, no volume de atividades, na geração de emprego, de renda, no período dos três meses subsequentes.

Ontem, foi publicado o primeiro índice, que mede o nível de atividade econômica no mês de janeiro, referido ao mês de dezembro. Infelizmente, a notícia é péssima. O primeiro resultado oficial do PIB brasileiro

de 2012 é um índice de queda, aponta para baixo, uma queda de 0,13% da economia brasileira em janeiro em comparação com o mês de dezembro. Já no final do ano passado, início deste ano, melhor dizendo, a publicação do resultado do PIB de 2012 foi extremamente decepcionante para todos nós, especialmente para o Governo, que alardeava previsões otimistas e ousadas quanto ao crescimento da economia. Na verdade, o crescimento do PIB, no ano passado, foi de míseros 2,7%. Nós ficamos para trás de praticamente todos os países da América Latina. Só crescemos mais do que El Salvador e Guatemala. Entre os chamados Brics, estamos lá embaixo. Em último. E mais: não se alegue o desaquecimento geral da economia mundial, porque o nosso PIB cresceu menos do que a média do PIB mundial. E, pelo andar da carruagem, este ano não vai ser melhor.

O Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, às vezes me dá a impressão de viver no mundo da lua. Sinceramente! Ontem, diante desse resultado magérrimo, negativo, do índice de atividade econômica do Banco Central, ele previu, ao final do ano, um crescimento de 5%. Eu não sei de onde ele tirou isso! Não sei quais são os eflúvios positivos, róseos que lhe vêm à mente para fazer esse tipo de previsão, que é desmentida pelos fatos. A começar pela constatação de que, no conjunto do desempenho da economia brasileira, a indústria brasileira, mais uma vez, demonstra a sua profunda astenia.

De acordo com esse índice, o setor industrial caiu em 2,1% em janeiro, que foi o pior desempenho da indústria brasileira desde dezembro de 2008, logo em seguida ao bojo da crise da quebra do Lehman Brothers. Repito: a indústria brasileira caiu 2,1% nessa primeira medição do PIB, ocorrida no mês de janeiro.

Diante disso, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, não há como negar que as nuvens no horizonte estão cada vez mais carregadas de tempestade. E o Governo, como reagiu a isso, além da previsão um pouco destrambelhada do Ministro da Fazenda, do crescimento de 5%, como se alguém fosse acreditar nessa espécie de profecia? O Governo reagiu como vem reagindo: de forma tópica, aos solavancos, medidas pontuais. Reagiu prorrogando isenções de imposto que não é do Governo Federal, que é imposto compartilhado com os Estados e Municípios. Vulnerando, como tem feito sistematicamente, as finanças dos Estados e Municípios, prorrogou os abatimentos de IPI naqueles produtos que já vinham recebendo essa alíquota diferenciada – fogões, geladeiras, máquinas de lavar roupa – e acrescentou uma outra lista. Acrescentou pisos laminados, móveis, lustres, um conjunto de setores da economia brasileira que, por não aguentarem a concorrência predatória das importações, vinha reclamando que fossem estendidos a eles os benefícios que outros setores já receberam.

É nesta base: um setor da indústria grita e lá vem um cala-boca. O outro grita mais alto e vem um pouco mais, mas sempre é assim. São os chamados puxadinhos: puxa para cá, puxa para lá.

Eu me pergunto, nós nos perguntamos: até quando a estrutura, o alicerce do edifício da economia brasileira vai aguentar esse tipo de expediente, puxadinhos, medidas tópicas, soluções **ad hoc** no lugar de medidas consistentes, sólidas, com começo, meio e fim, que enfrentem os problemas reais da economia brasileira; remendos, em vez de roupa nova?

O jornal **O Estado de S.Paulo**, neste fim de semana, mostrou que, desde 2007, foram dados pelo Governo em desonerações a empresas, geralmente de tributos, repito, compartilhados com Estados e Municípios, cerca de R\$98 bilhões. É de se perguntar: qual foi o efeito que isso produziu? Qual foi o efeito real – já ouço V. Ex^a – que esse tipo de favor tributário, ou de providência tópica, ou de remendo produziu sobre a economia brasileira? Não teria sido melhor, talvez, investir esse dinheiro em saúde, em saneamento básico? Não. Foi distribuído nesta base: grita aqui, leva um pouquinho ali; grita acolá, mais um pouco, sem que haja um plano de conjunto, uma visão de conjunto. E, assim, vão se esgotando as possibilidades, as margens de manobras do Governo.

Não é de se espantar a gritaria da chamada base aliada, da base de sustentação do Governo. Ela não se explica, no meu entender, apenas pela disputa de cargos e posições; ela se explica também, e muito, pela ineficiência do Governo, pela mediocridade do Governo, pela incapacidade do Governo em agir e em realizar. Favores tributários de um lado e, de outro lado, o conjunto do povo brasileiro paga cada vez mais impostos, recolhe cada vez mais tributos ao Governo Federal.

Vão se esgotando os efeitos benéficos das reformas empreendidas no final do século passado. A última que se tenta agora é a criação do Funpresp, projeto de lei que começou a tramitar em 2007, que só agora chega à conclusão no Senado, e, enquanto isso, nós vamos empurrando com a barriga, o Governo vai empurrando com a barriga as soluções dos problemas reais do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ouço, primeiro, o nobre Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Ex^a traz à tribuna, como sempre, um assunto da maior importância e com a competência que lhe é peculiar. Lamentavelmente, o Governo que aí está toma medidas como essa; em vez de combater a causa, quer combater o efeito. São medidas paliativas. Ele estende agora algo que já fez

e que está expirando. Ele tem que estender porque a indústria precisa, para poder, como V. Ex^a bem colocou, ter competitividade, em razão do produto que invade o mercado brasileiro. E vimos discutindo a desindustrialização que isso está causando. Não é dessa forma, como V. Ex^a bem coloca, reduzindo a alíquota do IPI, que vai resolver. São causas outras que o Governo não quer enfrentar, e que nós sabemos que ele precisa fazer, que são as reformas necessárias. Ele não tem coragem de fazê-las. E o que é pior: ao fazer a redução, que é necessária, ele penaliza Estados e Municípios que já estão enfraquecidos, porque parte dessa redução ele está fazendo com recursos que não são da União. Parte desse IPI que ele está reduzindo cabe a Estados e Municípios. Ele está tirando de Estados e Municípios recursos que não são da União. Eu tenho um projeto, que não tramita porque o Governo não deixa andar, para que, quando ele quiser conceder esse benefício ou dar esse apoio à indústria, que ele o faça com a parte que cabe à União, sem atingir Estados e Municípios. Aí ele pode até fazer na totalidade, mas não tirando daquilo que ele já concentra nas contribuições e não reparte; dentro dos mais de 60% do que arrecada e ainda penaliza mais. Parabéns a V. Ex^a por trazer esse assunto. Vamos trabalhar no sentido de que o Governo realmente abra. E o momento é agora. Está-se tratando da questão do Decreto Legislativo nº 72, do endividamento dos Estados; há outras questões como o FPE e o FPM. Agora é o momento de a Presidenta Dilma abrir a discussão. Vamos discutir o pacto federativo, que são as reformas tributária e fiscal que temos que fazer e que já deveríamos ter feito, há muito tempo, no nosso País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado pelo aparte, meu querido amigo Flexa Ribeiro.

Concordo integralmente com V. Ex^a. São temas como esses que V. Ex^a abordou que deveriam ser objeto da solicitude e da ação da Presidente da República, e não reuniões como essa que realizou na semana passada para ouvir dos empresários aquilo que ela está cansada de saber e que todo mundo está cansado de saber, que são as reivindicações da classe empresarial brasileira para tornar a nossa economia...

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, como nota de rodapé ao meu discurso, ouço o aparte do nobre Senador e querido amigo Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Aloysio Nunes, quero, primeiro, externar que a preocupação de V. Ex^a com o estado em que se encontra a indústria brasileira, inclusive a relevância do diálogo que a Presidente Dilma teve, na semana passada, por cinco minutos cada, com os 28 empresários brasileiros dos mais diversos segmentos... Inclusive quero saudar a qualidade da entrevista da Presidente Dilma Rousseff, sua intenção e desejar sucesso à reunião que terá na Índia, em Nova Delhi, com os Chefes de Estados dos Brics. Mas quero registrar uma boa notícia que acabo de ler, qual seja, a visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez hoje, no Hospital Sírio Libanês, ao ex-Presidente Lula. Foi um gesto muito bonito. Ele não deu entrevista logo após, mas a própria foto em que ambos estão com sorriso lado a lado mostra que é muito importante esse diálogo entre dois ex-Presidentes, porque, ainda que tenham, às vezes, opiniões diferentes, sabem se respeitar. Muitas vezes, ambos estiveram juntos na luta pela democratização do Brasil. Quero saudar essa boa notícia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade.

Para encerrar, Sr^a Presidente, quero dizer que o Presidente Fernando Henrique lá esteve não apenas como ex-Presidente e alguém que acompanhou e esteve ao lado de Lula, como V. Ex^a lembrou, ao longo de muitas décadas de luta pela redemocratização, mas esteve também como representante do sentimento de todos nós, peessedebistas, que desejamos o restabelecimento da saúde do ex-Presidente Lula.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Senador...

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, pela ordem.

Só quero encaminhar à Mesa, a pedido da Polícia Legislativa da Casa, que completa 188 anos de fidelidade ao Congresso, ao Parlamento, pelo real cumprimento de suas atribuições. Por todo esse tempo, anonimamente contribuem, colocando até mesmo suas vidas em defesa da democracia e do Senado, ou seja, do Congresso Nacional.

Peço, em nome da Associação dos Policiais, que este documento fique registrado nos Anais da Casa: Associação dos Policiais Legislativos Federais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210 do Regimento Interno.)

**ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS LEGISLATIVOS FEDERAIS
DO SENADO FEDERAL**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Venho a esta tribuna para parabenizar todos os policiais legislativos federais pelos 188 anos de fidelidade ao Parlamento e pelo real cumprimento de suas atribuições por todo esse tempo em que, anonimamente, têm contribuído, até colocando em risco suas vidas, para que o Parlamento Brasileiro desempenhe com tranquilidade suas atribuições.

Nesse sentido lerei a poética homenagem feita por um dos nossos policiais:

Em 25 de março de 1824,
D. Pedro I, o imperador
Na Imperial Constituição Brasileira
A Polícia Legislativa outorgou
Denominando-a, então, Polícia Interior.

Guardiã do Poder Legislativo!
Poder que emana do povo,
No berço da fiel democracia
Não somos produtos do novo.

Policiais Legislativos!
Assim, hoje somos chamados
Se a segurança é direito de todos
Atuamos na proteção do Estado.

Com a exposição das nossas vidas,
No desempenho da nossa missão
Protegemos o legislativo brasileiro
Pátrio poder da nossa nação.

Hoje e sempre estaremos preparados
A ordem e a disciplina temos que manter
Se caso não somos notados
Cumprimos bem o nosso dever.

No Senado somos a referência
No Congresso Nacional, essenciais
Em segurança somos excelência
Errar não podemos jamais.

Rubens de Araújo Lima

Senhores, recentemente a Procuradoria-Geral da República anunciou o esvaziamento da polícia legislativa do Senado ao promover a retirada dos poderes de investigação e de inquéritos da polícia de ambas as Casas do Congresso Nacional.

O Parecer emitido pela Procuradoria-Geral da República diz que a atuação dos policiais legislativos do Senado e da Câmara é ilegal.

Para a PGR, o órgão pode existir, mas deve se limitar às funções administrativas. Nesse sentido a APOLESF – Associação dos Policiais Legislativos do Senado Federal, que tem o dever e a competência de defender a categoria, assim se expressou:

Diz a nota emitida pela Associação dos Policiais Legislativos:

“Nos causa espécie a PGR tentar esvaziar as atribuições da Polícia Legislativa Federal. Causa mais espécie ainda isso ter se dado em face de consulta feita pela Mesa Diretora do Senado a um órgão externo. Ora, a Comissão Diretora é a cabeça de um dos poderes da República; não teria ela orientação jurídica interna? Que legitimidade tem agora o Senado Federal para não se conformar com a medida?”

Senhores Senadores, A polícia legislativa federal é uma instituição secular, sediada em todas as Constituições da República, atualmente disciplinada pelo instrumento normativo adequado, Resolução nº 59, de 2002.

Ao se tentar desqualificar a competência e as atribuições de uma instituição policial centenária, instituída legalmente e regulamentada com base nos preceitos constitucionais que dão às duas Casas do Congresso Nacional, por meio dos artigos 51, IV e 52, XIII, a **competência privativa de dispor sobre sua organização**, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços (...), literalmente pratica-se um atentado ao Estado Democrático de Direito.

Senhores, o parecer da PGR foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), não obstante o egrégio tribunal há muito, ter consagrado entendimento que se solidificou por meio da Sumula nº 397, de 1964.

A Corte examina desde agosto de 2009, uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) da Resolução nº 59 de 2002, que regulamenta a Polícia Legislativa, consagrada no Art. 21, da Constituição Imperial de 1824, estando a questão *sub judice*.

Enquanto não decidida pelo STF, deve ser cumprida como foi editada pelo Senado Federal, Casa feitora e revisora das leis.

Nesse sentido, os policiais legislativos, convictos da legalidade que instituiu a regulamentação da polícia legislativa nas duas Casas Congresso Nacional; por meio da sua Associação pede a nós, parlamentares que fazemos as leis, que a proteja, já que ela, Polícia Legislativa, tem protegido o Parlamento Brasileiro por estes 188 anos, e que não permitamos que às exorbitâncias inconstitucionais externas venha fazer com que a conquista de independência para atuar, não venha a retroceder fragilizando o poder de polícia do Parlamento Brasileiro.

Com o objetivo de elevar o grau de segurança institucional da Casa com maior efetividade, agilidade e melhoria contínua na prestação de serviços aos cidadãos, o Senado Federal adotou medidas práticas para modernização da sua gestão, contratando vigilantes especializados em segurança de excelência no atendimento ao cidadão, dando-lhes orientação e encaminhamento em todas as fases do atendimento, de forma a permitir uma eficaz triagem nos acessos às dependências da Casa, oferecendo aos portadores de necessidades especiais, as necessárias e devidas adaptações nas estruturas de atendimento;

Sabemos que a Polícia do Senado Federal, por ser a responsável pela manutenção da ordem e da disciplina, a ela e por ela, faltam muitas coisas a serem feitas, não obstante o empenho que a atual administração vem implementando para que tenhamos uma segurança de excelência.

Uma das reivindicações da Associação dos Policiais do Senado, é a não permanência da direção da Polícia, por mais de 4 anos, a fim de que haja uma oxigenação da gestão administrativa para que os colegas

policiais que estão nos cargos por mais tempo, não se sinta patrão dos demais.

Outra reivindicação é a necessária reciclagem das atividades policiais, com cursos específicos; de preferência na Academia de Polícia Civil e da Polícia Federal, visando à capacitação dos seus agentes;

Reivindicam também, treinamento de tiro, abordagem, e outras técnicas essenciais para o bom desempenho das suas atividades e especial de segurança de autoridades, dentre outras.

Detectores de metais nas portarias de acesso ao Plenário, em especial na tribuna de honra e de imprensa.

A Polícia Legislativa Federal do Senado é encarregada de garantir a segurança do Presidente do Senado Federal, em qualquer localidade do território nacional e no exterior; assim como a segurança de nós Senadores e demais autoridades brasileiras e estrangeiras, sob a responsabilidade do Senado Federal. Também a segurança dos Senadores e de servidores em qualquer localidade do território nacional e no exterior, quando determinado pelo Presidente do Senado Federal.

São responsáveis, também, pelo policiamento privativo nas dependências do Senado Federal; o apoio à Corregedoria do Senado Federal; as de revista, busca e apreensão; as de inteligência; as de registro e de administração inerentes à Polícia; as de investigação e de inquérito, bem como as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, assim como o exercício da polícia administrativa e preventiva especializada, o que fazem sem um constante treinamento e devido preparo.

Por fim, a Associação dos Policiais do Senado Federal, por meio do seu Presidente, Policial **Rubens de Araújo Lima**, deixa registrada esta homenagem ao saudoso Senador **Ramez Tebet** pelo empenho, emprestado, para que hoje, a polícia legislativa do Senado Federal, antes segurança, se tornasse uma realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, sei que ontem alguns Senadores já apresentaram requerimento, que será apreciado hoje e ao qual junto o meu também, para que haja inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido na última sexta-feira, 23 de março, do humorista Chico Anysio, aos 80 anos, por falência de múltiplos órgãos, no Hospital Samaritano, na Zona Sul do Rio, bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Malga Di Paula, e aos oito filhos, Lug de Paula, André Lucas, Cícero Chaves, Nizo Netto, Bruno Mazzeo, Rico Rondelli, Rodrigo e Vitória.

Acompanho Chico Anysio desde o começo dos anos 60, fazendo sucesso no rádio e, logo depois, na televisão, com seus múltiplos personagens. Naquela época não dava para se ter ideia de sua grandeza, o que agora todos nós podemos avaliar, com sua morte.

Disseram no seu velório que ele era o Pelé dos humoristas. Com toda razão. Nem antes, nem, provavelmente, depois dele, poderá nascer outro humorista aceito por toda a população, que tenha criado 209 personagens, inclusive com uma biografia para cada um feita por ele. Cada um tinha uma identidade que o diferenciava de todos os outros.

Certo dia, Presidenta Marta, ele fez um que muito me incomodou, até lembrando V. Ex^a, mas acho que hoje todos nós podemos perceber a sua grandeza.

Desculpem-me os que me ouvem, mas ele tinha uma personalidade muito similar à do músico Frédéric Chopin, que, em cada peça, tinha várias melodias, todas belíssimas, e que escreveu milhares de peças, sem repetir qualquer uma delas. Esse é um fenômeno raríssimo, que só vi nesses dois artistas.

Enquanto Chopin trabalhava com a música, Chico Anysio trabalhou com o riso, fazendo dele um instrumento de busca da profundidade de cada um de nós, sem qualquer ambição. Ele fez porque fez, porque era assim. Uma piada sua nunca foi repetida nesses 50 anos de atividade. Por maior que fosse a equipe que o ajudava, ele punha sua marca em tudo. Sabia criar, sem parar, e chegar ao fundo das pessoas, também sem parar.

O riso é o pastor do ser, o que quer dizer que ele, ao nos provocar gargalhadas ou sorrisos, conseguia manipular os hormônios da alegria e da ternura, como a dopamina, oxitocina, endorfinas e todos aqueles outros hormônios que definem o bem-estar. Ele foi um oásis em um mundo estressante, onde só eram baixados

os hormônios que levavam à angústia e à frustração. Daí ser ele um Pelé.

Não só seus personagens se eternizaram como também alguns “bordões”, isto é, certas falas que sempre se repetiam e, estamos certos, chegaram ao inconsciente das grandes massas. Como o da velha feia e casta, que desmaiava a cada momento que alguém fazia referências sexuais por mais leves que fossem elas: “Ele só pensa naquilo”. Outro do seu quadro mais famoso “A Escolinha do Professor Raimundo”, impagável, era um aluno desse professor que se chamava Rolando Lero, um safado, enrolador, que dizia sempre “Mestre, captei vossa mensagem”. E explicava as perguntas do Professor Raimundo com sua santa e engraçadíssima ignorância, pensando que podia enrolá-lo.

E assim, muitíssimos outros. Esses e muitos outros “bordões” provavelmente não sairão mais do inconsciente popular. Mas o que torna suas piadas imortais é que ele teve a coragem de enfrentar certos estereótipos impossíveis de serem enfrentados se não fossem de uma maneira muito leve e piadista. Como foi o caso do “Seu Peru”, em que ele enfrentou a homofobia, e com muito brilho. E assim por diante. É por isso que dizemos que sua grandeza foi trazer o relaxamento na alegria, num mundo provavelmente fadado à destruição pela burrice e arrogância da maior parte da humanidade.

O humor é como uma cachoeira que brota do nosso ser lavando, nem que seja por poucos momentos, as impurezas que deixam a ansiedade, a preocupação com o futuro, ou a falta de dinheiro. E quando subimos de novo à superfície, estamos lavados para mais uma bateria de barbaridades neste mundo cruel que nós mesmos construímos e que foi por uns momentos transcendidos.

Agora volta a cruel realidade, e no próximo programa de Chico mais um banho de alegria. Foi por isso que sua popularidade nunca declinou, e nós, tal qual Rolando Lero, podemos dizer-lhe, desta vez com emoção: mestre, captei vossa mensagem!!

Como escreveu Cláudio Gonçalves no Facebook, “pouca coisa sobrou que faça rir também o espírito com a arte de fazer graça”. Morreu Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho, o Chico Anysio. Mas Alberto Roberto, Coronel Limoeiro, Gastão Franco, Azambuja, o coronel Pantaleão...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ... o professor Raimundo, o pai de santo Veio Zuza, o Painho, o Coalhada, Bento Carnero – o vampiro bra-

sileiro, o Jovem, o Baiano e os Novos Caetanos, o Bozó, o Justo Veríssimo, a Salomé, e tantos outros já foram eternizados e ficarão na história do humorismo brasileiro.

Chico dizia que os tirou da vida, do que seus olhos viam nas calçadas, nos campos de futebol, nos estúdios, nas casas que frequentava, nos restaurantes.

O mundo é minha inspiração. Não gosto muito dos personagens feitos em cima de um bordão. Sei que este tipo de personagem funciona, porque o bordão é mais rapidamente difundido, “pega” com maior facilidade, mas, em contrapartida, a vida dele é bem mais curta. Ele “estoura” depressa e muito depressa vira cinza. Parece absurdo dizer que um personagem, para mim, é um ser de vida paralela a minha. Já disse que não gosto do personagem isolado, prefiro o grupo.

Caçula de oito irmãos, Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho nasceu no dia 12 de abril de 1931, no Município de Maranguape, no Ceará. A cidade constantemente era citada de forma saudosa pelo humorista – seu personagem mais popular, o Professor Raimundo, era de lá. “Maranguape, cidade de que tanto falo, representa uma grande saudade. Foi um pequeno paraíso, o Éden da minha infância durante gloriosos anos. Foi lá que aprendi a ler sozinho”, escreveu o humorista em seu site oficial.

Assim, Sr^a Presidenta, requeiro que seja apreciado este requerimento juntamente com o outro que está na Mesa. Já vou formalmente apresentá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, vamos apreciá-lo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido na última sexta-feira, dia 23 de março, do humorista Chico Anysio, aos 80 anos, de falência de múltiplos órgãos, no Hospital Samaritano, na Zona Sul do Rio; bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Malga Di Paula, e aos oito filhos, Lug de Paula, André Lucas, Cícero Chaves, Nizo Neto, Bruno Mazzeo, Rico Rondelli, Rodrigo e Vitória.

Justificação

Acompanho Chico Anysio desde o começo dos anos 60, fazendo sucesso no rádio e logo depois na televisão, com seus múltiplos personagens. Naquela

época não dava para se ter uma ideia de sua grandeza, o que podemos fazer agora.

Disseram no seu velório que ele era o Pelé dos humoristas. Com toda razão. Nem antes, nem provavelmente depois dele, poderá nascer outro humorista aceito por toda a população, e que tenha criado 209 personagens, inclusive com uma biografia para cada um feita por ele. Cada um tinha uma identidade que o diferenciava de todos os outros.

Desculpem-me os que me ouvem, mas ele tinha uma personalidade muito similar a do músico Frédéric Chopin, que em cada peça tinha várias melodias, todas belíssimas, e escreveu milhares de peças sem repetir qualquer delas! Este é um fenômeno raríssimo que só vi nestes dois artistas.

Enquanto Chopin trabalhava com a música, Chico trabalhou com o riso, fazendo dele um instrumento de busca da profundidade de cada um de nós sem qualquer ambição. Ele fez porque fez, porque era assim. Uma piada sua nunca foi repetida nesses 50 anos de atividade. Por maior que fosse a equipe que o ajudava, ele punha sua marca em tudo. Sabia criar sem parar, e chegar ao fundo das pessoas, também sem parar.

O riso é o pastor do ser, o que quer dizer que ele ao nos provocar gargalhadas ou sorrisos conseguia manipular os hormônios da alegria e da ternura, como a dopamina, oxitocina, endorfinas e todos aqueles outros hormônios que definem o bem estar. Ele foi um oásis num mundo estressante, onde só eram baixados os hormônios que levavam à angústia e à frustração. Daí ser ele um Pelé.

Não só seus personagens se eternizaram como também alguns “bordões”, isto é, certas falas que sempre se repetiam e, estamos certos, chegaram ao inconsciente das grandes massas. Como o da velha feia e casta, que desmaiava a cada momento que alguém fazia referências sexuais por mais leves que fossem elas: “ele só pensa naquilo”. Outro do seu quadro mais famoso “A Escolinha do Professor Raimundo”, impagável, de um aluno desse professor que se chamava Rolando Lero, um safado, enrolador, que dizia sempre “mestre, captei vossa mensagem”. E explicava as perguntas do Professor Raimundo com sua santa e engraçadíssima ignorância, pensando que podia enrolá-lo.

E assim, muitíssimos outros. Esses e muitos outros “bordões”, provavelmente, não sairão mais do inconsciente popular. Mas o que torna suas piadas imortais é que ele teve a coragem de enfrentar certos estereótipos impossíveis de serem enfrentados, senão fossem de uma maneira muito leve e piadista. Como foi o caso do “Seu Peru”, em que ele enfrentou a homofobia, e com muito brilho. E assim por diante.

É por isso que dizemos que sua grandeza foi trazer o relaxamento na alegria, num mundo provavelmente fadado à destruição pela burrice e arrogância da maior parte da humanidade.

O humor é como uma cachoeira que brota do nosso ser lavando, nem que seja por poucos momentos, as impurezas que deixam a ansiedade, a preocupação com o futuro, ou a falta de dinheiro. E quando subimos de novo à superfície, estamos lavados para mais uma bateria de barbaridades deste mundo cruel que nós mesmos construímos e que foi por uns momentos transcendidos.

Agora volta a cruel realidade, e no próximo programa de Chico mais um banho de alegria. Foi por isso que sua popularidade nunca declinou, e nós, tal qual Rolando Lero, podemos dizer-lhe, desta vez com emoção: Mestre, captei vossa mensagem!!

Como escreveu Cláudio Gonçalves no Facebook, “pouca coisa sobrou que faça rir também o espírito com a arte de fazer graça”. Morreu Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho, o Chico Anysio. Mas Alberto Roberto, Coronel Limoeiro, Gastão Franco, Azambuja, o coronel Pantaleão, o professor Raimundo, o pai de santo Véio Zuza, o Painho, o Coalhada, Bento Camero – o vampiro brasileiro, o Jovem, o Baiano e os Novos Caetanos, o Bozô, o Justo Veríssimo, a Salomé, e tantos outros já foram eternizados e ficarão na história do humorismo brasileiro.

Chico dizia que os tirou da vida, do que seus olhos viam nas calçadas, nos campos de futebol, nos estúdios, nas casas que frequentava, nos restaurantes. “O mundo é minha inspiração. Não gosto muito dos personagens feitos em cima de um bordão. Sei que este tipo de personagem funciona, porque o bordão é mais rapidamente difundido, “pega” com maior facilidade, mas, em contrapartida, a vida dele é bem mais curta. Ele “estoura” depressa e muito depressa vira cinza. Parece absurdo dizer que um personagem, para mim, é um ser de vida paralela à minha. Já disse que não gosto do personagem isolado prefiro o grupo”.

Caçula de oito irmãos, Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho nasceu no dia 12 de abril de 1931, no Município de Maranguape, no Ceará. A cidade constantemente era citada de forma saudosa pelo humorista – seu personagem mais popular, o Professor Raimundo, era de lá. “Maranguape, cidade de que tanto falo, representa uma grande saudade. Foi um pequeno paraíso, o Éden da minha infância durante gloriosos anos. Foi lá que aprendi a ler sozinho”, escreveu o humorista em seu site oficial.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Peço a V. Ex^a para fazer uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passo a palavra ao Senador Valadares, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, e V. Ex^a será o orador seguinte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr^a Presidenta.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero dar ciência a esta Casa do auspicioso papel que o Banco do Estado de Sergipe, o Banese, tem cumprido e a influência benéfica que tem exercido no desenvolvimento econômico e social do meu Estado de Sergipe.

Aliás, o Banese é um dos bancos estaduais que conseguiram escapar da onda privatista do governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, existem apenas cinco bancos estaduais: aqui em Brasília, o BRB; o Banrisul, no Rio Grande do Sul; o Banestes, do Espírito Santo; o Banpará, no Norte; e no Estado de Sergipe, o Banese. São bancos que contribuem decisivamente para o desenvolvimento das regiões a que se integram.

O viés negativo com que habitualmente os bancos são vistos – e em grande parte com razão – deve ser contraposto e ressaltado quando cumprem seu relevante papel econômico e social.

É o caso do Banese, que, em 2011, ampliou seus investimentos em Sergipe, aumentando sua participação no PIB de 0,9% para 1,32%, estendendo expressivamente sua oferta de crédito para o desenvolvimento do Estado. Com isso, colheu e distribuiu excelentes frutos, aumentando os níveis de rentabilidade e figurando no quesito competência ao lado dos grandes agentes financeiros nacionais. É o resultado de um desempenho empresarial moderno que otimizou custos, ampliou receitas, fortaleceu seu patrimônio líquido, favorecendo acionistas e investidores com um crescimento de 67% em lucros, que já estão sendo reinvestidos no Estado.

Por trás desses números, há toda uma gama de transformações positivas. Surgem novos empregos, consolidam-se outros, novos empreendimentos são feitos, sobretudo pequenos e médios são viabilizados. Reduz-se, em suma, a pobreza, viabiliza-se o início de um círculo virtuoso para a economia. Este é o papel

social dos bancos: bancar o desenvolvimento e propiciar a distribuição de riqueza.

Num Estado carente como Sergipe, que é um Estado nordestino, o banco estadual é um instrumento vital para a superação dos índices de pobreza e subdesenvolvimento. Daí por que saudamos como marco histórico a performance de 2011 do Banese, que tem como Diretor-Presidente o Dr. Saumíneo.

No quesito eficiência operacional, o Banese alcançou o patamar de 41,5%, reflexo do expressivo crescimento dos resultados de sua intermediação financeira, associado ao crescimento da prestação de serviços.

Os resultados obtidos pelo Banese, o banco preferido dos sergipanos, desmentem os que sustentam a inviabilidade dos bancos estaduais. O Banese tem mostrado que, quando bem administrado, com transparência e eficácia, pondo a serviço do cidadão os mais modernos instrumentos de gestão, o banco público pode fazer a diferença na superação dos desafios econômicos e sociais. Um banco público depende, como qualquer outro, de resultados. Persegue o lucro, mas sabe que ele não se traduz apenas em números. Há uma missão social a ser cumprida.

O banco privado visa exclusivamente ao lucro financeiro e por ele pauta suas ações. O banco público tem um conceito de lucro mais abrangente, que inclui e ressalta a preocupação com a cidadania. Integra a estrutura do Estado como ferramenta fundamental no implemento de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento, com a geração de emprego e renda. E não só: tem compromisso também com a cultura, patrocinando iniciativas que envolvem a arte popular, que em Sergipe é riquíssima.

Não há incompatibilidade entre o atendimento a essas demandas sociais e o zelo pelas boas práticas bancárias, como o comprovam os resultados do Banese, que aqui resumidamente expus de forma resumida. Basta ver a solidez de instituições financeiras públicas tradicionais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Não é casual que, nos anos 70, mais de 50% das instituições bancárias do mundo eram controladas pelo setor público. Após o Consenso de Washington, em 1989, com o advento do neoliberalismo, essa presença estatal se reduziu gradualmente, mas não desapareceu. Nem desaparecerá, sobretudo nos países em desenvolvimento. E o motivo é simples: nesses países, há diversos agentes econômicos que encontram dificuldades de acesso ao crédito, vistos como clientes de risco, pela precariedade das garantias que podem oferecer.

Os bancos públicos fornecem crédito a esses excluídos do sistema de crédito convencional – pequenas e microempresas, empreendedores informais, agricultores familiares, pequenas propriedades rurais –, subsidiando taxas de juros, flexibilizando garantias, interferindo de forma decisiva no mercado de crédito.

Os bancos estatais podem garantir a liquidez dos recursos depositados em suas instituições mesmo em caso de problemas de insolvência. Por isso, são os únicos capazes de atender a segmentos que, embora frágeis, geram grande impacto social.

O setor privado em geral não tem interesse nesse tipo de investimento, sobretudo quando se trata de direcioná-lo a regiões geográficas menos desenvolvidas, como, no caso brasileiro, o Norte e o Nordeste. O que seria das políticas públicas de correção de desigualdades sociais, tornadas prioritárias no governo passado e no atual, sem a presença atuante dos bancos estatais, propiciando acesso ao crédito aos mais desfavorecidos?

Se o Brasil, no governo Lula, logrou elevar à classe média um contingente de mais de 28 milhões de cidadãos que estavam na linha da pobreza, deve-o em grande parte às facilidades que os bancos públicos, como o Banese, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES, criaram no acesso ao crédito, flexibilizando as exigências das instituições privadas.

Há ainda a questão da autonomia política. Em países dependentes de investimentos estrangeiros no setor bancário, há o risco de comprometimento do balanço de pagamentos, em função de instabilidades externas ou do envio de lucros para outros países. Também aí os bancos públicos exercem papel estabilizador.

Na década de 90, período em que diversos bancos estaduais brasileiros foram fechados, em função do quadro de insolvência que apresentavam, o que se constatou é que foram vítimas de gestão temerária, decorrente do contágio de ações políticas nefastas. Traíram, pois, seu papel de agentes do desenvolvimento econômico e social. O problema não estava nos bancos, mas nos seus gestores.

O desempenho do Banese mostra que é possível evitar esse contágio e compatibilizar uma gestão financeira moderna, responsável e eficaz com objetivos de incremento a políticas públicas de cunho social.

Deixo aqui este registro, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que sirva de exemplo a outras administrações bancárias públicas e contribua para renovar a imagem dessas instituições perante a sociedade brasileira.

Sr^a Presidente, aproveito o ensejo para pedir, nos termos regimentais, que sejam considerados como lidos os seguintes pronunciamentos: o do Dia Mundial

da Água, o referente ao Dia Mundial do Consumidor e, por último, sobre os 157 anos da fundação da nossa querida Aracaju, capital da qualidade de vida, que ocorreu no dia 17 de março.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar ciência a esta Casa do auspicioso papel que o Banco do Estado de Sergipe – o Banese – tem cumprido e a influência benéfica que tem exercido no desenvolvimento econômico e social de meu estado.

O viés negativo com que habitualmente os bancos são vistos – e em grande parte com razão – deve ser contraposto e ressaltado quando cumprem seu relevante papel econômico e social.

É o caso. O Banese, em 2011, ampliou seus investimentos em Sergipe, aumentando sua participação no PIB de 0,9% para 1,32%, estendendo expressivamente sua oferta de crédito para o desenvolvimento do estado.

Índices de pobreza e subdesenvolvimento. Daí porque saudamos como um marco histórico a performance de 2011 do Banese.

No quesito eficiência operacional, o Banese alcançou o patamar de 41,5%, reflexo do expressivo crescimento dos resultados de sua intermediação financeira, associado ao crescimento da prestação de serviços.

Os resultados obtidos pelo Banese, o banco preferido dos sergipanos, desmentem os que sustentam a inviabilidade dos bancos estaduais. O Banese tem mostrado que, quando bem administrado, com transparência e eficácia, pondo a serviço do cidadão as mais modernas técnicas de gestão, o banco público pode fazer a diferença na superação dos desafios econômicos e sociais.

Um banco público depende, como qualquer outro, de resultados. Persegue o lucro, mas sabe que ele não se traduz apenas em números. Há uma missão social a ser cumprida.

O banco privado visa exclusivamente ao lucro financeiro e por ele pauta suas ações. O banco público tem um conceito de lucro mais abrangente, que inclui – e ressalta – a preocupação com a cidadania. Integra a estrutura do Estado como ferramenta fundamental no implemento de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento, com a geração de emprego e renda.

E não só: tem compromisso também com a cultura, patrocinando iniciativas que envolvem a arte popular, que em Sergipe é riquíssima.

Não há incompatibilidade entre o atendimento a essas demandas sociais e o zelo pelas boas práticas bancárias, como o comprovam os resultados do Banese, que aqui resumidamente expus. Basta ver a solidez de instituições financeiras públicas tradicionais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Não é casual que, nos anos 70, mais de 50% das instituições bancárias do mundo eram controladas pelo setor público.

Após o Consenso de Washington, em 1989, com o advento do neoliberalismo, essa presença estatal se reduziu gradualmente, mas não desapareceu. Nem desaparecerá, sobretudo nos países em desenvolvimento. E o motivo é simples: nesses países, há diversos agentes econômicos que encontram dificuldades de acesso ao crédito, vistos como clientes de risco, pela precariedade das garantias que podem oferecer.

Os bancos públicos fornecem crédito a esses excluídos do sistema de crédito convencional – pequenas e microempresas, empreendedores informais, agricultores familiares, pequenas propriedades rurais –, subsidiando taxas de juros, flexibilizando garantias, interferindo de forma decisiva no mercado de crédito.

Os bancos estatais podem garantir a liquidez dos recursos depositados em suas instituições mesmo em caso de problemas de insolvência. Por isso, são os únicos capazes de atender a segmentos que, embora frágeis, geram grande impacto social.

O setor privado em geral não tem interesse nesse tipo de investimento, sobretudo quando se trata de direcioná-lo a regiões geográficas menos desenvolvidas, como, no caso brasileiro, o Norte e o Nordeste. O que seria das políticas públicas de correção de desigualdades sociais, tornadas prioritárias no governo passado e no atual, sem a presença atuante dos bancos estatais, propiciando acesso ao crédito aos mais desfavorecidos?

Se o Brasil, no governo Lula, logrou elevar à classe média um contingente de mais de 28 milhões de cidadãos que estavam na linha da pobreza, deve-o em grande parte às facilidades que os bancos públicos, como o Banese, criaram no acesso ao crédito, flexibilizando as exigências das instituições privadas.

Há ainda a questão da autonomia política. Em países dependentes de investimentos estrangeiros no setor bancário, há o risco de comprometimento do balanço de pagamentos em função de instabilidades

externas ou do envio de lucros para outros países. Também aí os bancos públicos exercem papel estabilizador.

Nos anos 90, período em que diversos bancos estaduais brasileiros foram fechados, em função do quadro de insolvência que apresentavam, o que se constatou é que foram vítimas de gestão temerária, decorrente do contágio de ações políticas nefastas.

Traíram, pois, seu papel de agentes do desenvolvimento econômico e social. O problema não estava nos bancos, mas nos seus gestores.

O desempenho do Banese mostra que é possível evitar esse contágio e compatibilizar uma gestão financeira moderna, responsável e eficaz com objetivos de incremento a políticas públicas de cunho social.

Deixo aqui este registro para que sirva de exemplo a outras administrações bancárias públicas e contribua para renovar a imagem dessas instituições perante a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ocasião do Dia Mundial da Água, a ser celebrado no próximo dia 22 de março, trago mais uma vez a esta tribuna o tema dos recursos hídricos e da extrema importância de sua gestão adequada, eficiente e sustentável.

O recém-terminado Fórum Mundial da Água, em sua sexta edição acontecida na cidade francesa de Marselha, evidenciou o assunto como uma das mais palpitantes e urgentes questões globais, com repercussões imediatas e diretas em nossa qualidade de vida.

A dimensão do tema se impõe, de fato, como objeto central da atenção dos grandes líderes mundiais. O Papa Bento XVI, por exemplo, fez um apelo à comunidade internacional, ao fim do encontro em Marselha, para que “assegure o acesso equitativo, seguro e adequado à água, que possa garantir o direito à vida e à nutrição de todos os seres humanos”.

Ao mesmo tempo escassa e vital, é preciso ficar claro que a água potável é o bem mais precioso de que dispomos, Senhor Presidente. Sem ela, não há vida, não há nada.

De que valem jazidas imensas de petróleo e minérios valiosos sem o líquido básico de nossa existência? Com essa consciência, meus Nobres Colegas, devemos orientar nossas ações para a sua preservação e eficiente distribuição, sob pena de tornar inócuo qualquer outro tipo de riqueza material alcançada.

Sob o lema “É hora de soluções”, o Fórum em Marselha foi aberto com um chamado de advertência emitido pela Organização das Nações Unidas, que divulgou preocupante relatório dando conta de que

as mudanças climáticas e pressões demográficas tornaram mais crítico o acesso universal à água potável.

Constata-se claramente, pelo documento da ONU, a relação direta entre os impactos ambientais e a escassez da água em alguns pontos do Planeta. A situação se torna ainda mais grave quando ocorre em localidades já carentes em recursos hídricos e infraestrutura básica de saneamento. Estima-se que mais de 800 milhões de pessoas em todo o Planeta não têm acesso regular à água, e a tendência atual é que esse número cresça em progressão assustadora.

Em nosso País, embora já dispondo de algumas importantes ferramentas para a gestão hídrica, enfrentamos alguns problemas no sentido efetivá-las e viabilizá-las no plano concreto.

Potência ambiental e hídrica, detentora da maior reserva de água doce do mundo, o Brasil não pode se eximir em ser referência e liderança global no assunto, até para poder ter voz ativa e exigir dos seus pares da comunidade internacional o mesmo tratamento preferencial para a questão.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o seu sistema de gerenciamento, principal instrumento diretivo da política nacional da água, devem ser orientados de forma verdadeiramente descentralizada e participativa, permitindo que suas ações atendam às questões e especificidades regionais e se tomem mais efetivas.

Campanhas maciças de educação e uso consciente da água, portanto, são essenciais para o êxito da política, que deve se expandir da burocracia governamental e dos órgãos setoriais para as comunidades –notadamente as ribeirinhas– e organizações sociais.

O Fórum Mundial da Água sublinhou, Senhor Presidente, o papel absolutamente crucial dos Parlamentos na busca de soluções em matéria de gestão sustentável dos recursos hídricos. Integrando ações e políticas governamentais com a mobilização da sociedade para o tema, somos considerados atores-chave nesse processo de conscientização e articulação institucional.

Nessa medida, temos o dever e a responsabilidade de debater e oferecer soluções concretas e objetivas para o melhor trato da questão. Foi com esse intuito que apresentamos, por exemplo, o PLS nº 444, de 2011, que estabelece novas diretrizes nacionais para o saneamento básico, como a determinação da medição individual do consumo hídrico nas edificações condominiais.

Ora, Sr. Presidente, é fato que as nossas cidades crescem verticalmente, sob a forma de condomínios prediais, e o consumo de água nessas localidades tem sido afetado pela maneira irresponsável que alguns moradores têm feito. Tal fato se deve, sobretudo,

por não incidir direta e individualmente sobre o bolso desses moradores, ficando a conta diluída para pagar entre todos os condôminos.

Além de combater flagrante injustiça econômica, que leva pessoas a pagarem pela ganância de outros, tal medida objetiva, sobretudo, o consumo responsável da água por parte de todos, conscientizando sobre o papel individual que cada um de nós exerce para a realização do bem coletivo.

Com o mesmo propósito, elaboramos o PLS 504, de 2007, já remetido à Câmara dos Deputados para revisão, estabelecendo alguns outros mecanismos de incentivo ao uso racional e econômico da água em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia Mundial da Água nos impõe a necessária reflexão sobre o que estamos fazendo com as reservas de água existentes em nosso Planeta.

Desperdício, má gestão, distribuição ineficaz e degradação ambiental têm nos levado a um quadro de crescente escassez e trágica desmobilização desses recursos, absolutamente vitais para a subsistência humana.

Não podemos fugir da missão que a urgência do tema nos coloca, meus nobres Colegas. A água é o nosso bem mais valioso, e deve estar acessível a todo e qualquer ser habitante de nosso Planeta. Esse é o compromisso que todos nós devemos assumir, com o vigor e a premência que a matéria requer.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Aracaju, nossa amada Capital, comemorou, no dia 17 de março, 157 anos da sua fundação.

Não apenas os aracajuanos, mas todos os sergipanos têm motivos de sobra para comemorar, pois a cidade está cada vez mais bela e acolhedora, oferecendo a seus moradores muito boa qualidade de vida e encantando os milhares de visitantes que temos imenso prazer em receber.

Quatro anos atrás, Aracaju conquistou o título nacional de “Capital da Qualidade de Vida”, em função de ter ficado na primeira posição do ranking elaborado pelo Ministério da Saúde, por apresentar os melhores índices de hábitos saudáveis entre a população. E o Poder Público municipal faz sua parte, estimulando a adoção desses hábitos, mediante iniciativas como o projeto Academia da Cidade e a implantação de uma extensa malha de ciclovias.

São iniciativas sérias e conseqüentes, que vêm sendo progressivamente ampliadas com o objetivo de atender o maior número de pessoas possível. A Aca-

mia da Cidade atua em 16 polos e serve como modelo de referência para o programa nacional Academia da Saúde. Já a malha ciclovária vem aumentando vertiginosamente ao longo dos últimos anos, passando de 40 quilômetros em 2008 para algo próximo aos 100 quilômetros de extensão no corrente ano.

Um dos aspectos marcantes nesse contexto da elevada qualidade de vida de que desfrutam os aracajuanos é o fato de sua cidade ser a Capital brasileira com o menor índice de fumantes. De acordo com a pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), do Ministério da Saúde, realizada em 2010, apenas 8% dos habitantes da cidade têm esse vício, índice bem inferior à média nacional, de 15,5%. A baixa incidência do tabagismo na cidade contribui para que sua população seja mais saudável, produtiva e feliz.

Embora ostentando uma economia cada vez mais dinâmica e pujante, Aracaju continua a ser uma cidade tranquila, segura, aconchegante e acolhedora. Seus 580 mil habitantes são um povo alegre e hospitaleiro, que se orgulha de sua cidade e gosta de mostrar suas belezas aos turistas que lá acorrem de todo o Brasil e de inúmeros países ao redor do mundo.

Aos muitos atrativos naturais com que Aracaju brinda os visitantes – praias, rios, manguezais – somam-se à saborosa gastronomia, marcada principalmente pelo sabor dos frutos do mar, e a ótima infraestrutura urbana. E a cidade, atualmente, está muito bem preparada para receber os turistas, dispondo de grande diversidade de equipamentos culturais e de lazer, a exemplo de museus, galerias de arte, centro de convenções, teatros, parques, casas noturnas e de espetáculos. Sua rede hoteleira é de ótima qualidade, e a cidade conta com numerosos bares e restaurantes, com destaque para aqueles localizados na Passarela do Caranguejo, na orla de Atalaia.

A praia de Atalaia é, aliás, o mais belo cartão postal de Aracaju, a mais famosa e a mais próxima ao centro entre as muitas lindas praias que ornaram o litoral da cidade. É na orla de Atalaia onde estão instalados os melhores bares, restaurantes, casas noturnas e hotéis da cidade. Revitalizada poucos anos atrás, a orla de Atalaia ganhou funcionalidade com a implantação de equipamentos de lazer e de convivência social. Entre as atrações do local, merece destaque o Oceanário de Aracaju, que abriga vinte aquários mostrando a diversidade da flora e da fauna marítima e fluvial de Sergipe. Trata-se do quinto oceanário do País e do primeiro da região Nordeste, ocupando área construída de 1.100 metros quadrados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: aponta-da pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) como a Capital com menor desigualdade do Nordeste brasileiro, Aracaju vem apresentando um espetacular crescimento econômico ao longo dos últimos anos.

Ainda de acordo com dados do IBGE, a economia de Aracaju cresceu, entre 2004 e 2010, mais de 53%, tendo seu Produto Interno Bruto (PIB) passado de quatro bilhões e meio de reais para quase sete bilhões de reais. A Capital representa, hoje, mais de 37% da riqueza gerada em todo o Estado de Sergipe, sendo o Município com maior contribuição para a formação do PIB estadual. Considerando-se o PIB per capita, o de Aracaju era, já em 2008, superior a 10 mil reais, colocando-a na 13ª posição entre todas as Capitais do País e em segundo lugar na região Nordeste.

Dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2010 apontam que a Capital sergipana é a cidade nordestina com maior crescimento da renda per capita nos dez anos anteriores. Essa informação é ainda mais significativa quando se leva em consideração que o Nordeste foi a região que teve o maior avanço no País. Segundo projeção feita pelo portal Tendências e Mercado – especializado na economia da região Nordeste –, o PIB de Aracaju, mantido o atual ritmo de crescimento, deve saltar dos atuais 7 bilhões de reais para 21 bilhões de reais até 2025.

O avanço da economia de Aracaju implica, é claro, importantes mudanças. Para o Governo municipal, a maior pujança da economia representa maior arrecadação tributária e, conseqüentemente, um aumento de sua capacidade de investir em melhorias para a cidade.

Entre os anos de 2008 e 2009, o orçamento do Município – somando-se convênios, recursos próprios e empréstimos – teve acréscimo de 14%. Ainda no que tange às finanças públicas municipais, deve ser destacada a excelente capacidade de endividamento do Município e o equilíbrio das contas públicas. Aracaju está entre as capitais brasileiras que cumprem integralmente as metas fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em relatório divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em 2009, Aracaju aparece com o maior índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre as Capitais do Nordeste e na nona posição em nível nacional.

A população, por seu turno, vê seu poder aquisitivo evoluir junto com o progresso econômico recente. Com efeito, o que se observa é um grande dinamismo na economia local, capitaneado pelos setores de serviços, indústria e comércio.

Os segmentos da construção civil, saúde e educação têm contribuído bastante para a geração de emprego e renda, permitindo o crescimento contínuo e sustentável da cidade. A qualidade dos serviços pú-

blicos oferecidos contribui para a atração e retenção de empreendimentos empresariais. Somente entre janeiro e junho de 2011, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e do Emprego, houve crescimento de 2,3% no número de empregos com carteira assinada.

Aliado ao crescimento econômico, Aracaju tem apresentado um aumento do índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Atualmente, a Capital apresenta um IDH de 0,79, bem acima da média nacional, que é de 0,69.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a qualidade de vida de que dispõem os aracajuanos é de fato muito boa, graças à ótima infraestrutura da cidade. Há bons hospitais públicos e privados e ampla oferta de educação de qualidade. A Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o Instituto Federal de Sergipe (IFS) têm, cada um, um campus no Município.

A Secretaria Municipal de Educação investe decididamente na melhoria da qualidade de ensino. Neste ano, por exemplo, estão sendo investidos mais de 19 milhões de reais em obras de reforma e ampliação de dez Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emef), objetivando proporcionar melhoria e adequação dos espaços físicos destinados ao aprendizado de crianças e jovens.

O programa “Um Computador por Aluno” está disponibilizando lousas digitais e laptops para uso nas salas de aula, objetivando proporcionar que crianças de diversas idades tenham acesso a um ensino mais qualificado, dinâmico e que lhes atraia cada vez mais o interesse. Adquiridos com recursos da própria Secretaria Municipal de Educação, os computadores estão sendo destinados a 17 Escolas de Ensino Fundamental da cidade, as quais deverão receber os computadores ainda no primeiro semestre deste ano. Os equipamentos permitirão dinamizar o ensino e explorar novas práticas pedagógicas.

A alegria de viver do povo aracajuano manifesta-se em grandes festas populares que já fazem parte do calendário nacional, como o Pré-Caju, o Forró-Caju e o Projeto Verão.

O Pré-Caju é a maior prévia carnavalesca do País, reunindo um público de cerca de 300 mil foliões por noite, incluindo jovens vindos de diversas regiões do País. Realizado há vinte anos, o evento acontece no mês de janeiro na Avenida Beira Mar e tem como principais atrativos a animação, a segurança e a ampla participação popular.

O Forró-Caju é um imenso arraial montado na Praça de Eventos Hilton Lopes, localizada entre os Mercados Públicos. Em dois palcos montados pela Prefeitura Municipal, trios pé-de-serra, artistas locais e nacionais se apresentam em treze noites, fazendo

a alegria de quem gosta de se divertir com muita segurança e alto astral.

O Projeto Verão é realizado no mês de janeiro, na praia de Atalaia, oferecendo gratuitamente ao público muita música, teatro, cinema, dança, diversas oficinas e competições esportivas. Mesclando ritmos que vão do samba ao rock, grandes nomes da música sertaneja e nacional se apresentam no palco e na tenda eletrônica.

Além desses, também reúnem grande público a festa de Réveillon, o Arraia do Povo, os festejos juninos espalhados pelos bairros da Capital e, é claro, as comemorações do aniversário da cidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo, portanto, registrada nos Anais da Casa minha homenagem aos 157 anos de Aracaju, a cidade que, fundada por Inácio Joaquim Barbosa e com planejamento urbano de autoria do engenheiro Sebastião Basílio Pirro, já nasceu, naquele longínquo 17 de março de 1855, para sediar o Governo da então Província de Sergipe Del Rey.

A toda a população aracajuana, apresento meus efusivos cumprimentos pelo transcurso do aniversário da nossa bela e aprazível Capital.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta quinta-feira, comemora-se em muitos países o Dia Mundial do Consumidor. Em todos os Estados brasileiros, ativistas, donas de casa e entidades que lutam pelo cumprimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e pelo fortalecimento do movimento consumerista realizam palestras, reuniões e seminários para lembrar a importância da data e reforçar a consciência dos consumidores sobre os seus direitos.

Em 15 de março de 1962, o então Presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy, em discurso considerado um marco na defesa dos direitos dos consumidores, disse que todas as pessoas que compravam bens e serviços deveriam ser amparadas por leis específicas, que garantissem à lisura das transações, a opção de escolha, a salvaguarda contra qualquer tipo de propaganda enganosa e o direito de serem ouvidas em caso de contestação de operação financeira considerada extorsiva.

Apesar da repercussão causada por aquele pronunciamento, que abria, sem dúvida alguma, um longo debate sobre o assunto, inicialmente nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, os direitos dos consumidores só ganharam dimensão mundial a partir de 1985.

Naquele ano, a Assembléia Geral das Nações Unidas assinou a Resolução nº 39/248. Assim, pela primeira vez, o órgão de maior prestígio mundial divulgou, oficialmente, as diretrizes que visavam defender os direitos dos consumidores. De acordo com a ONU, as transformações econômicas que estavam ocorrendo em todos os sistemas econômicos assinalavam que medidas providenciais precisariam ser adotadas para proteger os consumidores.

Rapidamente, as determinações da Resolução da ONU tiveram grande influência em todos os países e prepararam o caminho para a organização de um forte movimento social global. Aliás, no Brasil, ela motivou bastante os debates sobre a ordem econômica, que aconteceram durante as reuniões da Assembléia Nacional Constituinte. Naquela ocasião, graças às inúmeras intervenções de Senadores e Deputados Federais Constituintes, vários dispositivos em defesa do consumidor finalmente foram incluídos no texto final da Carta Magna.

Passados 28 anos do discurso do Presidente Kennedy, 5 anos da Resolução da ONU e dois anos da promulgação da Nova Constituição Brasileira, discutimos e aprovamos uma das leis de proteção ao consumidor mais avançadas do mundo. Dessa forma, o CDC foi gerado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. A partir de 1991, o Código entrou em vigor. Suas normas deveriam ser cumpridas por todos os fornecedores de bens e serviços, desde os mais modestos até os mais poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais.

É importante acrescentar que, nesses últimos 22 anos de existência, o CDC brasileiro foi sendo reformulado para se adaptar às rápidas transformações econômicas, políticas e sociais que aconteceram no nosso País. Além disso, surgiram nesse período importantes entidades de apoio ao cumprimento dos princípios do CDC. Entre as de maior destaque, podemos citar os chamados Procons.

Os Procons são órgãos de proteção dos consumidores. Eles são provenientes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), que pertence ao Ministério da Justiça. O Procon tem como objetivo efetuar a defesa e proteção dos direitos e interesses dos consumidores. Eles estão instalados nas capitais e nos principais municípios brasileiros. Sua função mais importante é a de efetuar e acompanhar a fiscalização das relações de consumo que ocorrem entre consumidores e fornecedores. Além disso, o Procon funciona como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência e da legislação complementar.

Em síntese, um processo de reclamação aberto pelo Procon permite ao cidadão exigir formalmente dos

órgãos públicos competentes providências em defesa dos seus direitos, porventura contrariados por ações ilegais ou pelo abuso de poder de terceiros.

O Procon pode, ainda, realizar acordos entre partes e convocar fornecedores que firmam direitos dos outros a comparecerem em audiências, com data e hora agendadas, com o objetivo de tentar um acordo e apressar o desfecho de processos em andamento. Como podemos concluir, com esse poder de fiscalização e intervenção no mercado, todas as vezes que ocorre uma denúncia de lesão de direito do consumidor, o Procon está sempre pronto para agir e impor, ao infrator, medidas corretivas e de reparação a quem foi prejudicado.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o chamado movimento consumerista brasileiro surgiu em 1976, na cidade de São Paulo, com o objetivo de formar uma corrente forte em defesa do consumidor. Seu crescimento foi rápido, espalhou-se pelo País e já era bastante atuante quando surgiu o festejado CDC, em 11 de setembro de 1990.

Os principais direitos dos consumidores contidos no CDC são os seguintes: Direito à Segurança; Direito à Educação para o Consumo; Direito à Informação; Direito à Proteção Contratual; Direito à Proteção Contra Publicidade Enganosa e Abusiva; Direito à Modificação das Cláusulas Contratuais; Direito à Indenização e Facilitação da Defesa Judicial; Direito a um Meio Ambiente Saudável; Direito à Melhoria dos Serviços Públicos.

De acordo com vários especialistas em Direito do Consumidor, as profundas modificações que ocorrem a cada momento nas relações de consumo, a rapidez do reconhecimento dos interesses coletivos e a hipossuficiência da maioria dos consumidores levaram os legisladores a acatar mais facilmente as demandas da sociedade e a incluir, nos diplomas legais, essa série de direitos que acabei de mencionar.

Antes de finalizar este pronunciamento, nobres colegas, Senadoras e Senadores, gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que, em várias ocasiões, me manifestei neste Plenário e nas Comissões competentes desta Casa em defesa desses princípios, que considero como os mais importantes para todos os consumidores. Assim, apresentei proposições visando melhorar a legislação em vigor e proferi diversos pronunciamentos para mostrar a importância das matérias encaminhadas.

Em 2005, por exemplo, esta Casa me deu a honra da aprovação do Projeto de Lei nº 191, que propunha alterações na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); e na Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos

ou serviços, mediante a sistemática de pagamento a prazo, pelo preço de à vista.

Em 2007, apresentei o Projeto de Lei nº 42, com o objetivo de nova modificação na Lei nº 8.078, para acrescentar mais proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor. Convém dizer, ilustres colegas, que esta matéria está, neste momento, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando pronunciamento do Relator.

Finalmente, em 2010, submeti à apreciação desta Casa proposição buscando outra alteração na Lei 8.078, desta vez, em seu art. 43, parágrafo 3º, no sentido de tomar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores, sobre as correções de informações desses entes. Neste momento, a matéria está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e o Relator é o ilustre Senador Lobão Filho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de concluir este pronunciamento, dizendo que a celebração do Dia Mundial do Consumidor representa, verdadeiramente, um grande exercício de cidadania, que deve ser aprimorado a cada ano. Nesta data, o consumidor brasileiro tem muito a comemorar, mas ainda necessita de proteção efetiva. Mesmo assim, a maioria dos consumidores brasileiros não pode deixar de festejar os grandes avanços que se verificaram nos últimos anos, em seu favor.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Valares. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa, para uma comunicação inadiável.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, solicitei este espaço para fazer uma comunicação de fato inadiável. No Município de Jataúba, em Pernambuco, Município localizado no agreste central, na última sexta-feira, dia 23, nós tivemos um triste episódio que tragicamente nos mostra a situação de tensão que existe no campo brasileiro, nos conflitos agrários no nosso Estado.

Nesse evento, o líder regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Antonio Tiningo, foi vítima de um covarde atentado, e como decorrência desse atentado, dessa emboscada, perdeu sua vida. Recebeu dois tiros no momento em que trafegava com

sua esposa ao longo de uma estrada que ligava dois assentamentos do MST.

Na verdade, segundo informação das polícias, tudo indica ser um crime de encomenda. Os autores dos disparos estavam escondidos em um matagal ao longo do caminho. E, na verdade, esse atentado apenas concretizou um crime que já estava anunciado. Desde fevereiro, Tiningo vinha recebendo ameaças de morte pelo papel que ele executava como liderança regional do MST, nas disputas de terras na região.

Tiningo foi enterrado no domingo e a sua esposa que o acompanhava na moto, não recebeu nenhuma bala nesse atentado, mostrando, inclusive, como eram profissionais os autores desse crime.

Eu queria, na condição de um dos representantes do Estado de Pernambuco, aqui no Senado, manifestar minha solidariedade com a família do líder Antonio Tiningo. Também gostaria de denunciar a violência no campo e pedir o empenho da polícia para o esclarecimento dos fatos. Trata-se de realizar agora uma investigação que chegue aos responsáveis, inclusive mandantes, e esses possam ser punidos sob pena de a não punição encorajar novos episódios que atentam contra a vida de lideranças dos movimentos sociais.

Nós também queremos destacar a importância que tem a reforma agrária no nosso País. Não apenas a sua importância para o desenvolvimento econômico, social, mas, acima de tudo, para a construção da paz social, que é um desejo de toda a sociedade brasileira.

Pernambuco e São Paulo são tradicionalmente, no Brasil, as unidades da Federação que têm uma situação mais crítica em relação aos conflitos do campo. Os dois Estados apresentam um quadro inaceitável de frequentes agressões aos direitos humanos.

Pernambuco, dos engenhos, tem sua história marcada pelas ligas camponesas, pelas lutas de Francisco Julião e Gregório Bezerra, personagens que marcaram sua trajetória por intermédio da luta contra o latifúndio, um problema que guarda relação direta com a miséria no campo.

O Governo Federal tem como prioridade a erradicação da pobreza, por isso tem levado investimentos importantes, como a Transnordestina e a transposição do rio São Francisco para o Nordeste, obras que vão funcionar para transformar estruturalmente a realidade difícil do agreste pernambucano. E a reforma agrária está necessariamente inserida nesse processo de mudança.

Sr^a Presidente, tenho a intenção também de, o mais rápido que puder, tratar desse tema com o recém-empossado Ministro do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa. Minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, em permuta com o Senador Paulo Paim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, volto a esta tribuna para falar mais uma vez da proposta de federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá, CEA, preparada pelo Governo do Amapá e entregue ao Ministério de Minas e Energia em agosto do ano passado.

Agora, essa proposta voltou, depois de intensas negociações, com a participação decisiva da bancada de Senadores; do Senador José Sarney, do Senador Randolfe Rodrigues e com a minha participação. Chegamos a um entendimento com o Ministério de Minas e Energia para que se iniciasse o processo de federalização dessa empresa.

O apoio da bancada federal é a demonstração de que nossos parlamentares colocam o Amapá acima das divergências políticas. Isso eu falei no meu ato de posse; ou seja, que os eleitores do Amapá, o povo do Amapá nos mandou aqui para que trabalhássemos em busca de solução para os graves problemas que o Amapá vive, e um desses graves problemas é a crítica situação da distribuição de energia elétrica.

A proposta de federalização vem percorrendo um longo caminho desde agosto passado, mas avalio que está perto do fim. Tanto que hoje técnicos da Eletrobras estão no Amapá para realizar um diagnóstico da companhia.

Gostaria também de destacar a participação decisiva da bancada federal. Os oito Deputados Federais do Amapá, que representam o Amapá na Câmara Federal, estiveram juntos, trabalhando conosco, da bancada do Senado, construindo essa possibilidade de um amplo e profundo entendimento.

Essa equipe da Eletrobras deverá realizar estudos preliminares para dar início ao processo de federalização. A Eletrobras fará um levantamento de todo o funcionamento da CEA, desde a área administrativa, técnica, comercial, até a operacional, para elaborar o diagnóstico que vai nortear suas ações, a partir da mudança no controle acionário, que deixará de ser do Estado do Amapá e passará para a União. O procedimento é parte desse processo de reversão do controle da estatal para o Governo Federal, ocorrendo, assim, a federalização da distribuidora de energia amapaense. A equipe da Eletrobras é coordenada pelo Dr. Luiz Henrique Hamann, técnico experiente da Eletrobras,

que já esteve no Amapá, na década de 80, fazendo trabalhos na CEA.

Tudo isso é fruto do trabalho do governo do Amapá, que conta com o apoio irrestrito da bancada do Estado no Senado e na Câmara. A situação atual da CEA, que levou o governo do Estado a solicitar a sua federalização, infelizmente, faz parte da herança maldita de oito anos de malversação do dinheiro público, herdada no dia 1º de janeiro de 2011 pelo atual governo.

É por isso que, semanalmente, uso esta tribuna para pedir à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e ao Superior Tribunal de Justiça celeridade na conclusão do inquérito da Operação Mãos Limpas.

Para quem não tem conhecimento do que foi a Operação Mãos Limpas: foi uma operação gigantesca, decidida pelo STJ, por um ministro do Supremo Tribunal Federal, que acionou a Polícia Federal. No dia 10 de setembro de 2010, há menos de um mês das eleições, deflagraram a operação que levou para a cadeia o governador do Estado; o ex-governador, que acabava de deixar o cargo; a primeira-dama; o prefeito de Macapá, a capital; o presidente do Tribunal de Contas; o secretário de segurança; dezenas de empresários e de servidores públicos. Essa operação se estendeu e envolveu várias instituições do Estado. A investigação, que começou no Executivo, se estendeu para o governo do Estado, para a prefeitura de Macapá e para a assembleia legislativa, da qual vários deputados estão sendo investigados, e para o Tribunal de Contas. Portanto, praticamente, as instituições públicas do Amapá continuam sob investigação. Essa demora na denúncia dos possíveis envolvidos está causando enormes transtornos ao Governo do Estado, que precisa dos documentos que foram arrestados nas buscas e apreensões realizadas nas secretarias de governo.

Ao mesmo tempo, saúdo a proximidade da federalização da CEA – já que para nós é fundamental. Temos, hoje, duas hidrelétricas em construção e uma precária distribuição de energia elétrica, resultado de oito anos de sucateamento. É claro que ficamos muito felizes com o trabalho conjunto realizado pelo Governo do Amapá, pelo Governador Camilo Capiberibe, pela Bancada aqui do Senado da República, pela Bancada Federal, mas não podemos nos esquecer dos responsáveis pela destruição dessa companhia, do patrimônio dessa companhia. Esses responsáveis precisam responder pelos seus atos. Falo isso com a autoridade de quem foi Governador daquele Estado, de quem recebeu uma companhia inadimplente, com balanço negativo e deixou, em abril de 2002, absolutamente equilibrada. Claro, com dívida, uma dívida histórica, mas uma dívida que, diante do R\$1,6 bilhão que o Governo herdou agora, não ultrapassava R\$60 milhões, R\$65

milhões, absolutamente administrável, que o Governo poderia pagar sem recorrer a empréstimo.

Esse acordo que o Governo está fazendo de transferência dos ativos, de transferência desse patrimônio do Estado para o Governo Federal exige um empréstimo, só para quitar a dívida com a Eletronorte, que é a supridora da energia de R\$1,020 bilhão.

Portanto, é necessário, sim, que se investigue porque distribuição de energia não dá prejuízo. Se desse prejuízo, as empresas todas deste País estavam falidas. O que dá prejuízo é a má gestão. O que dá prejuízo é a corrupção. Não há nada mais antedemocrático que a apropriação por poucos daquilo que é coletivo, daquilo que pertence a todos. E a corrupção tem que ser diariamente combatida.

Na minha primeira passagem por esta Casa, de 2003 a 2005, aqui estavam o Senador Mozarildo, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Suplicy, como testemunhas do esforço que fizemos para aprovar uma lei importante, um antídoto à corrupção, que foi a Lei Complementar nº 131, sancionada e promulgada em 2009, que estabeleceu regras claras de finanças públicas, obrigando os entes públicos a colocar na Internet, em tempo real, suas receitas e despesas.

Para concluir, Sr. Presidente, é necessário que a sociedade brasileira como um todo se mobilize para exigir o cumprimento dessa lei e fazer com que todos os entes públicos coloquem tudo isso em detalhes, sem esconder, porque se alguém esconde em que gasta o dinheiro público é porque teme. E mais que isso, precisamos dar um passo adiante, porque há uma questão que ainda continua obscura, que são os processos licitatórios. E para isso estou trabalhando e devo dar entrada no Senado amanhã em uma lei que vai jogar uma luz nas comissões permanentes de licitação, torná-las transparentes, transmitir os processos licitatórios em tempo real pelos meios de comunicação, principalmente pela Internet.

Hoje, os pregões são eletrônicos – uma parte dos pregões é eletrônica –, e não se admite mais compra de emergência sem visibilidade pública. Então, todo esse processo de compras será exposto através de câmeras pelas janelas, pelos portais da transparência, e nós vamos tornar obrigatório que cada ente público tenha uma janela chamada transparência pública. Ali, naquela janela, serão alojadas não só as receitas e as despesas – os gastos – mas também os processos licitatórios. E, mais do que isso, há vários outros itens que compõem essa lei, à qual deverá ser dada entrada no mais tardar amanhã, para que a gente possa coibir o conluio, os acordos criminosos que se fazem com o dinheiro público.

Por isso eu gostaria, finalizando, de parabenizar todos os atores que chegaram a esse entendimento: Ministério de Minas e Energia, as bancadas no Senado e na Câmara e o Governo do Amapá.

Era isso, Sr. Presidente.

Muitíssimo obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Srª Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador João Capiberibe, pelo pronunciamento, onde recorda lei tão importante que propôs e que, finalmente, em 2009 foi aprovada, visando à transparência dos atos do poder público em todos os níveis. E, por essa nova iniciativa, gostaria de lembrar que nós ainda estamos por votar o PLC nº 32, que, justamente, atualiza a Lei de Licitações em relação à Lei nº 8.666. Está pronto para ser votado e justamente coloca em consideração os novos meios como o leilão eletrônico, que não havia em 1993, e toda a utilização da Internet, mas, certamente, a contribuição de V. Exª será muito relevante.

Muito obrigado. Parabéns!

Tem a palavra, como orador inscrito, o Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba.

Senador Cícero Lucena, tem a palavra V. Exª como orador inscrito, pelo tempo regimental.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, volto, mais uma vez, a esta tribuna para falar de um item que considero muito importante na vida, no dia a dia, na rotina do cidadão brasileiro, principalmente daqueles menos favorecidos.

Apresentei junto à Mesa Diretora desta Casa, em 14 de fevereiro de 2007, o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007, com o objetivo de promover um ajuste que considero muito significativo na modalidade domiciliar de assistência à saúde que é prestada no âmbito do SUS.

Como muitos sabem, a assistência domiciliar é um recurso importante para que o sistema de saúde pública possa operacionalizar adequadamente não apenas os atendimentos, mas também as assim chamadas internações domiciliares.

Então, nesse caso, por exemplo, o tratamento dos usuários de medicamentos de uso continuado, o atendimento das pessoas com grandes dificuldades de locomoção e a execução de procedimentos de longo prazo que não demandem necessariamente a interna-

ção no âmbito hospitalar, tais como o tratamento de alguns tipos de câncer, entre outras inúmeras hipóteses.

Trato do medicamento, até porque tive uma iniciativa exitosa na minha gestão à frente da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Naquela oportunidade, eram cadastradas na Secretaria de Saúde cerca de 5 mil pessoas que eram diabéticas e/ou hipertensas. Portanto, iam a um determinado posto na cidade para receber um medicamento de uso continuado na dosagem de que necessitavam por um mês.

Tivemos, então, a sensibilidade e a preocupação com aquelas pessoas, porque sabíamos, até pelos dados estatísticos, que esse número era inferior, Presidente Collor, à verdadeira necessidade da população. Fizemos uma campanha para que fossem verificadas as pressões, feitos testes de diabéticos, e elevamos esse número de dependentes de medicamento de uso continuado para 25 mil pessoas.

Passamos a adotar, então, a entrega, com todo o controle e segurança. A mesma era feita pelos Correios. Ou seja, o paciente ia ao posto médico; o médico prescrevia a dosagem durante 30 dias para essa pessoa; e, com duas vias da receita, uma ficava com o paciente, a outra ia para a Secretaria de Saúde, os medicamentos eram separados pela farmacêutica e entregues, pelos Correios, na casa da pessoa.

Com isso, não só evitamos o deslocamento de muitos pacientes que, antes, se dirigiam às unidades de saúde para receber os remédios, como também permitiu-se o planejamento na compra, evitando, assim, o desperdício do medicamento e também os desvios, e, conseqüentemente, os recursos públicos eram protegidos, sem falar da comodidade e respeito ao próximo, pois muitos sequer tinham o dinheiro da passagem do ônibus para se deslocarem até o posto de saúde que fornecia esses medicamentos. Isso se chama sensibilidade, zelo e cuidado com quem precisa.

O então Ministro da Saúde José Serra, numa visita à cidade de João Pessoa, conheceu esse programa e, ao chegar à condição de Prefeito da Capital de São Paulo, adotou-o com o nome de Dose Certa, pelo qual os medicamentos de uso continuado são entregues pelos Correios.

Quando deixei a Prefeitura, esse programa foi suspenso pela administração que me sucedeu, daí a razão, o motivo de eu ter apresentado esse projeto já em 2007. Só para V. Exªs terem ideia, na semana passada, há uns quinze dias, estive num bairro em João Pessoa, o José Américo, e, conversando com vários moradores daquele bairro, uma senhora fez questão de fazer um registro, infelizmente, doloroso, triste. Foi que a mãe dela, há 30 dias, tinha se reunido com a família, dizendo o quanto tinha mudado entre uma

administração e outra pela falta do fornecimento do medicamento. E essa filha deu o depoimento, dizendo que a mãe tinha morrido há quinze dias, ou seja, quinze dias após essa reunião, exatamente por falta do fornecimento e eles não terem a condição de comprar esse medicamento. Porque a realidade em nosso País é que existem locais, existem pessoas que ficam entre a opção de comprar o medicamento ou de botar comida na panela da sua casa. E é lamentável que alguns administradores públicos não tenham a real dimensão nem a sensibilidade para fazer aquilo que é necessário para a população que mais precisa.

A modalidade domiciliar, de todo modo, já é prevista na legislação faz tempo, incluída que foi nos procedimentos padronizados do SUS pela Lei nº 10.424, de 2002, que a caracterizou como prestação em domicílio de serviço médico, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicólogos e de assistência social.

Entretanto, não consta dessa listagem o fornecimento de medicamentos, item vital para o propósito de conferir efetividade ao integral cuidado dos pacientes tratados em casa. Como dizer que se faz tratamento em casa e não há o fornecimento do medicamento que se faz necessário. A medida desse projeto ajudaria, ainda, a estabelecer total harmonia entre a sistemática de atendimento domiciliar e o disposto no art. 6º, inciso I, letra d, da Lei nº 8.080/90, que garante assistência farmacêutica integral, no âmbito do Sistema Único de Saúde. E foi precisamente essa a lacuna que pretendi suprir com o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007, pensando principalmente naquelas pessoas que, via de regra, não têm condições sócio-financeiras de assumir esse tipo de despesa.

Ora, embora muitos Estados e Municípios adotem políticas de fornecimento de várias modalidades de medicamentos, muitos tratamentos têm sido interrompidos, tanto pela eventual falta dos produtos, quanto pela dificuldade que têm muitos desses pacientes de procurar as unidades de saúde para receber os remédios que utilizam. O resultado é um duplo prejuízo: o tratamento não se processa e o paciente volta a procurar o sistema hospitalar em busca de solução, agregando mais custos e mais filas a um sistema já sobredemandado.

Sobre a justeza desse direito, contudo, não resta a menor sombra de dúvida. A Constituição de 1988, ao elencar os direitos sociais fundamentais, foi absolutamente clara ao garantir o pleno e integral direito à saúde, tocando ao Estado prover as condições indispensáveis à sua concretização, com acesso universal e igualitário de toda cidadã, de todo cidadão, às ações e aos serviços oferecidos pelo sistema público.

Daí nasceu o SUS, instituto que veio a materializar grandes avanços na garantia de acesso e de melhoria das condições de saúde da população, principalmente a carente. Na busca desses objetivos, o SUS opera apoiado em dois grandes pilares: a grande escala dos recursos públicos que mobiliza e sua execução integrada em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), também dele participando as organizações da iniciativa privada.

Esse modelo, contudo, embora considerado adequado pelos especialistas, ainda não conseguiu superar, na prática, as precárias condições de saúde em que vive a grande maioria do povo brasileiro, especialmente os que utilizam o sistema público de saúde.

Daí, Sr. Presidente, ser imperioso o permanente aperfeiçoamento do conjunto de normas que o rege!

Daí, provavelmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a razão da excepcional acolhida que minha proposta obteve por parte dos membros da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, colegiado que rapidamente a aprovou, em caráter terminativo e sem qualquer voto contrário, passados menos de cinco meses de sua apresentação.

Por esses motivos, portanto, apelo aos colegas Deputados – principalmente aos integrantes das Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação, e Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, que avaliem o projeto, em caráter conclusivo –, no sentido de dar à sua tramitação o mesmo desembaraço que ele obteve nesta Casa, no nosso Senado. Confio imensamente em sua sensibilidade para com as causas que verdadeiramente representam o interesse popular.

Agradeço, ainda, ao Deputado Walter Tosta, de Minas Gerais, bravo ativista dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos, entre outros segmentos sociais fragilizados, pelo excelente voto em separado que apresentou na Comissão de Seguridade Social e Família, quando da discussão do projeto. A sua manifestação certamente agregou muita lucidez, coragem e sensibilidade cívica ao debate que lá se processa, envolvendo, ainda, duas outras matérias que tramitam apensadas.

Antes de finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o registro a esta Casa, chamando a atenção para o belíssimo projeto de iniciativa do Senador Paulo Bauer, no sentido de que nós possamos reduzir a carga tributária sobre o medicamento, pela sua oportunidade, pelo custo que isso representa para o cidadão brasileiro, para o aposentado, que aumenta sua demanda de uso de medicamento.

Sem dúvida nenhuma, isso incentiva até a própria indústria, porque nós acabamos de ver uma medida

provisória, Senador Paulo Bauer, estimulando, reduzindo os impostos da linha branca, com o objetivo de gerar empregos, de enfrentar a crise possível que o Governo está adotando. Concordamos com esse estímulo e com a redução da carga tributária.

Entre todas as cargas tributárias do País, o mais justo seria reduzirmos a do medicamento. Sem dúvida nenhuma, estaríamos fazendo o correto, por isso parabênizo o Senador Paulo Bauer pela iniciativa nesse caso.

Finalizo, Sr. Presidente, com a esperança, ou melhor, com a certeza de que não faltará a representação popular lá na Câmara, como não faltou a daqui do Senado, às suas responsabilidades para com a melhora das condições de prestação do serviço público da saúde em nosso País, e que logo poderemos comemorar a aprovação do PL nº 28, de 2007, e cobrar a integral e universal eficácia de suas disposições em favor da saúde pública do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado e que Deus proteja todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, pela contribuição que faz pela melhoria do sistema de saúde pública no Brasil.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra agora, pela Liderança do PTB, o Senador Fernando Collor de Mello, pelo tempo regimental.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Eduardo Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, os trágicos acontecimentos que ceifaram vidas, perpetrados nos últimos dias 15 e 19 de março – primeiro, de três paraquedistas franceses de origem norte-africana e fé muçulmana e, depois, de três crianças e um professor da Escola Judaica de Toulouse –, são um triste testemunho da ruptura do tecido social que se verifica em diversas partes do mundo, mas é especialmente manifesta na Europa.

Os movimentos neonazistas ressurgidos na Alemanha, Áustria, em países da ex-Europa Oriental e nos países nórdicos, onde a chacina de Oslo, em julho de 2011, por um jovem extremista, marcou indelevelmente a alma de um país reconhecido internacionalmente pelo seu caráter pacato e como sede da premiação do Prêmio Nobel da Paz –, são todas evidências de que estamos confrontados com uma generalizada situação de precária coesão social.

Contudo, Sr. Presidente, que esta mais recente explosão de ódio e intolerância tenha ocorrido na França é especialmente chocante. A pátria da “Liberdade, Fraternidade e Igualdade”, berço do ideal libertário de todas as Américas, está se apequenando.

As comemorações do 14 de Julho, outrora marcadas apenas por grandes desfiles militares lembrando a festejada “Gloire de France” nos centros urbanos, agora é palco, nos subúrbios, de atos de vandalismo e de enfrentamentos entre a polícia e uma juventude pobre, desiludida e à procura de um sonho que a França deixou de inspirar.

A situação vê-se agravada pelas reiteradas tentativas de seus mais altos representantes de solapar a base da União Europeia, com a intenção solerte de reescrever o Tratado de Schengen.

A xenofobia parece imperar num continente que sempre foi forte na defesa das correntes migratórias, que enriqueceram a nacionalidade de muitas nações, como o próprio Brasil.

As investigações sobre o caso de Toulouse ainda estão em andamento, contudo parecem indicar que, como na chacina de Oslo, aquele que perpetrou essa barbaridade não fazia parte de nenhuma célula terrorista organizada, a despeito dos últimos noticiários, com um plano de ação definido, mas que agia de forma solitária.

Compreendo isso como um agravante e não um atenuante. A sociedade europeia está enveredando pelo caminho da intolerância, cega e violenta. Cega porque não distingue vítimas – civis ou militares, brancos ou negros, muçulmanos ou judeus – e porque age como fator inibidor das forças positivas e progressistas da sociedade. E violenta porque escolhe o caminho do confronto para se manifestar, opta pelo caminho da supressão do debate, de imobilizar pela intimidação.

Temo um retorno daquilo que Hannah Arendt magistralmente definiu como a “banalização do mal”. Vamos abrindo caminho para a indiferença diante do sofrimento alheio, para a insensibilidade frente àquilo que não nos atinge diretamente. A adaptação ao mal é um processo desumanizador que chega até o extremo da banalização da própria vida.

Em ambos os casos, testemunhamos atos de violência brutal, de radicalismo, de abandono dos mais básicos princípios de humanidade – presentes nos ensinamentos das três principais religiões monoteístas do mundo. Trata-se de uma doença social que flagela o Velho Mundo. Devemos nos opor a essa mazela infecciosa que desconhece credo, raça ou cor.

Sr. Presidente, dois temas se impõem nessa discussão: a identidade e a diversidade. A identidade cultural se caracteriza por vários elementos, como idioma,

religião, educação, costumes e arte. No trato diário de suas vidas, muitos valores do imigrante ou do nacional de ascendência estrangeira vão sendo deixados para trás. Pode, a depender das circunstâncias, não se sentir pleno, e sua identidade fica ofuscada por outros níveis de integração.

Se essa integração não ocorrer ou, ainda mais grave, ocorrer de forma subordinada, é de se esperar que os indivíduos se tornem mais conscientes de sua identidade cultural em função dessa situação de dominação por uma comunidade majoritária.

Não há como desvincular esse esfacelamento do tecido social da perigosa tendência da comunidade internacional ao caminho do egoísmo e da falta de solidariedade.

Há uma acabrunhante falta de visão nas grandes potências mundiais. Não há projeto de futuro, não há ousadia, não se vê aspiração por um mundo melhor. Impera o imediatismo míope. São incapazes de agir estruturalmente para as gerações seguintes.

A diversidade cultural, por sua vez, é fonte de constante crescimento das sociedades. Mesmo as culturas mais sofisticadas e ricas têm sua base em contribuições de outras nascentes culturais.

Como disse o Embaixador Antônio Dayrell de Lima...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – ...ex-representante Permanente do Brasil na Unesco – já finalizo, Sr. Presidente – e um dos maiores especialistas no tema da diversidade cultural, “tratar de cultura é tratar de conhecimento”.

Entendo que um mundo autenticamente rico em conhecimento deve ser um mundo culturalmente diverso. Assim, as fontes de diversidade cultural devem ser estimuladas, pois a perda de identidade cultural compromete não só a própria cultura, mas o desenvolvimento humano em seu conjunto.

Recorro novamente, Sr. Presidente, ao Embaixador Dayrell de Lima, que afirma que “o Brasil, por sua formação histórica, é um país aberto, acolhedor e pluralista. Somos uma síntese intercultural e não somente um mosaico de culturas.” Essas são as credenciais que o Brasil ostenta na comunidade das nações. Não criamos “pogroms”, não aceitamos guetos. Recebemos os imigrantes com mente aberta, seguros de que enriquecerão nossa realidade com suas diferentes experiências.

Essa é a mensagem que o Brasil tem a dar ao mundo. Temos de pugnar pela paz, exigir o respeito à diversidade, compreender que as diferenças culturais enriquecem a experiência humana e não ceder às

tentações da globalização homogeneizante. Temos de inculcar no processo de globalização, que é inexorável, o valor daquilo que não nos é habitual, nos é desconhecido, do novo. Façamos com que esses valores prevaleçam sobre o preconceito e a ignorância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores, em especial ao Senador Eduardo Suplicy, por ter concedido mais alguns minutos para eu concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Fernando Collor, que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, sempre tem nos chamado a atenção para os problemas que ocorrem nos povos e em outras nações, cumprimento V. Ex^a por aqui fazer essa conclamação para que, na França e em outros países da Europa, não se cometam tantos atos de violência, que possam as ações dos seres humanos levar em conta, sobretudo, o respeito, o sentimento de solidariedade. E nisso estamos de pleno acordo.

Aproveito a oportunidade para aqui dar uma informação. Tendo em vista que, na Comissão de Relações Exteriores, na semana passada, houve a aprovação, por consenso, de um requerimento que propõe recomendações ao governo dos Estados Unidos, para, entre outras coisas, acabar com o bloqueio a Cuba, outro, que, por cinco a quatro, não foi aprovado, avaliei que seria próprio. Muitos Senadores, mais do número regimental, já o assinaram, pedindo o recurso ao Plenário, no que diz respeito à sugestão de que o governo de Cuba possa ouvir o clamor – que, inclusive, hoje está sendo feito pelo Papa Bento XVI, em Havana –, para que ali haja maior respeito, maior liberdade, inclusive de expressão, e a possibilidade de os cidadãos de Cuba entrarem e saírem.

Mas isso vai ser objeto de análise, aqui, pelo Plenário.

Meus cumprimentos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Teria, agora, a palavra o Senador Alvaro Dias, que não se encontra presente.

Então, o Senador Paulo Bauer tem a palavra, como orador inscrito.

Do PSDB de Santa Catarina, ex-Governador e Senador Paulo Bauer tem a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes a esta sessão. Meu cordial boa-tarde.

Apresento-me aqui, no exato momento em que recebo as honrosas visitas dos Vereadores Laudi Antônio Luiz, do PMDB, e Valdir Pedro da Silva, do PSDB, do Município de Santo Amaro da Imperatriz, do meu Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o grande número de acidentes de trânsito é um dos mais graves problemas que enfrentamos. As estatísticas sobre o assunto contêm divergências, no entanto todos os números apresentados expressam verdadeiras catástrofes.

Não podemos tolerar esse número absurdo de mortos no trânsito, qualquer que seja o número real, independentemente do grau de confiabilidade de nossas estatísticas.

O trânsito no Brasil se transformou num problema de tal envergadura, que ultrapassa qualquer limite. Tornou-se, em realidade, um verdadeiro escândalo nacional, tristemente caracterizado por grande número de mortes, que poderiam e deveriam ser evitadas.

Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, é obrigação de todos nós que temos responsabilidade política adotar providências efetivas para minimizar esse grave problema, principalmente em relação às crianças, aos jovens, aos estudantes do nosso País.

O transporte escolar é uma atividade que faz parte das políticas de acesso à escola e de permanência nela. O art. 208 da Constituição Federal determina que “*é dever do Estado garantir o atendimento ao educando, no ensino fundamental, por programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde*”.

Com o objetivo de dar maior segurança ao transporte escolar e zelar pela integridade física de nossas crianças, de nossos escolares, é que estou apresentando nesta data um projeto de lei ao Senado, para análise e deliberação, que proíbe a utilização de veículos com mais de dez anos de fabricação na condução coletiva de escolares.

É importante salientar, Sr. Presidente, que, como Secretário de Educação que fui em duas oportunidades no Estado de Santa Catarina, e mesmo com o desenvolvimento que o meu Estado experimenta e com o nível de responsabilidade dos administradores, muitas são as reclamações que se recebem diariamente, por meio dos mecanismos conhecidos, de pais que têm preocupações com a segurança dos seus filhos.

Prefeitos municipais, na intenção de dar atendimento à demanda de alunos cada vez maior, compram ônibus em estado de utilização muito adiantado, de empresas que fazem o transporte coletivo urbano. Chega a ser criminoso a constatação que muitas vezes fazemos – e eu próprio fiz – de ônibus de transporte

coletivo urbano servirem para transporte de crianças de sete, oito, nove anos de idade. Muitos desses ônibus têm, acima da parte estofada do encosto do banco, uma barra de aço que serve de arma contra a vida de uma criança no momento de uma freada mais forte que precise ser praticada.

Além do mais, ônibus que têm pouca segurança pela sua condição mecânica, pelas deficiências nas suas portas, nos vidros, nas janelas, são utilizados por muitos e muitos anos. Por isso, tenho certeza de que o meu projeto vai trazer essa questão ao debate nas comissões competentes e também no plenário desta Casa.

Prossigo na leitura do meu pronunciamento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determinam que a matrícula dos alunos deve ser feita em estabelecimentos de ensino próximos às suas residências. No entanto, a realidade de nosso País é muito diferente do que determina a legislação. Muitas vezes, as crianças são matriculadas em estabelecimentos de ensino muito distantes de suas residências e são obrigadas a utilizar transporte escolar e a percorrer grandes distâncias todos os dias, enfrentando os riscos crescentes de um trânsito caótico ou, quando não caótico, difícil, porque feito em estradas rurais e em estradas vicinais, muitas vezes na escuridão da manhã, quando não ao final do dia, ao entardecer.

Muitos pais ou responsáveis pelas crianças trabalham em horários que não permitem transportar seus filhos à escola, e muitas famílias são obrigadas a contratar serviços particulares de transporte de escolares, na falta de transporte público.

A União participa, em caráter suplementar, da política de transporte escolar, repassando aos entes federados recursos destinados ao transporte de alunos da educação básica residentes em zonas rurais. E também viabiliza, por meio de programa específico, a compra, por parte de prefeituras municipais, de ônibus escolares no programa Caminho da Escola, recentemente instituído pelo Governo Federal que merece, sem dúvida, todos os aplausos, mas que não atende a todas as necessidades do País.

Audiência pública realizada, em novembro de 2011, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, apontou a elevada idade da frota de veículos escolares em circulação como um dos principais problemas que afetam a segurança dos estudantes e elevam os custos de manutenção dos veículos. A média nacional de veículos utilizados no transporte escolar é de 16,5 anos. Na região Nordeste, Senador Cícero Lucena, 41% da frota de veículos de transporte escolar ultrapassam 20 anos.

O Código de Trânsito Brasileiro estabelece a obrigatoriedade de inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança para os veículos de transporte escolar, mas não se refere à idade desses veículos. Não adianta fazer inspeção num veículo uma vez por ano ou duas vezes por ano se esse veículo tem 20 anos de uso. Obviamente, a inspeção deveria ser feita quase mensalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Nosso projeto tem por objetivo proteger nossas crianças de mais um fator de risco no trânsito e evitar uma prática muito comum no Brasil, que é destinar veículos muito velhos para transporte escolar, principalmente nos Municípios mais pobres. Veículos mais novos dispõem de tecnologias mais modernas e, certamente, contribuirão para dar maior conforto e segurança às nossas crianças, aos nossos estudantes, contribuindo para melhorar até o desempenho escolar.

Aqui, menciono, por ter conhecimento desse assunto, que, nos Estados Unidos da América, por exemplo, o transporte escolar é feito por ônibus. Certamente, todos já viram pessoalmente ou em filmes, em matérias ou em documentários aqueles ônibus amarelos que são utilizados no transporte escolar. Eles têm uma característica muito própria: enquanto um ônibus no Brasil, construído para servir de transporte urbano, de passageiros, pesa cerca de cinco toneladas, um ônibus nos Estados Unidos, daqueles que são construídos especificamente para o transporte de alunos, chega a pesar oito toneladas, tem várias portas de fuga e tem uma construção muito resistente, feita para suportar o impacto de uma locomotiva a 80Km por hora na sua lateral, sem que qualquer criança que esteja dentro dele sofra consequências mais graves num acidente dessas proporções. Aliás, também nos Estados Unidos, aqueles ônibus são dotados de ar refrigerado e de sistema de calefação e, mais do que isso – é preciso mencionar –, são colocados para rodar transportando alunos por até dez anos ou, no máximo, duzentas mil milhas; o que vencer primeiro determina a retirada do ônibus do ambiente escolar e do serviço de transporte. Obviamente, não podemos querer implantar isso no Brasil, porque ainda não temos condições para tanto diante de nossas dificuldades e deficiências, mas dizer que um ônibus não pode ter mais do que dez anos de vida para o transporte de crianças para as nossas escolas creio eu ser adequado e possível.

Por isso tudo, tenho plena convicção de que o Congresso Nacional dará integral apoio ao nosso projeto, que contribuirá para dar melhores condições de estudo aos nossos alunos e para reduzir o número de acidentes de trânsito em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Bauer, pela sua preocupação com as crianças e com o transporte público escolar em nosso País.

Como estão ausentes os Senadores Lauro Antônio, Vanessa Grazziotin e João Ribeiro, tem a palavra o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras; telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna na sessão de hoje para fazer um registro sobre a entrevista concedida pela Presidenta Dilma Rousseff à revista *Veja* desta semana. A conversa de duas horas resultou em um texto de dez páginas. A Presidenta demonstrou não apenas tranquilidade, mas também confiança, dando respostas objetivas para todas as perguntas, em todos os temas tratados.

Contrapondo-me a comentários que circularam na mídia, sou da opinião de que o bom momento vivido pelo nosso País é a causa principal de um roteiro marcado pela normalidade da entrevista. Graças a Deus, nada havia de bombástico para se pôr no título, mas é interessante ressaltar que importantes temas foram tratados e bem respondidos.

Sobre a carga tributária, por exemplo, assunto considerado espinhoso por estar na pauta da economia nacional há anos sem uma solução satisfatória, Dilma Rousseff destacou que há a concordância com os principais representantes do empresariado nacional de que é preciso reduzir os impostos cobrados no País, exportando e ganhando mercados. Destacou também a necessidade do aumento de investimentos no País, tanto privados como estatais, para enfrentar paralísias em nosso desenvolvimento.

Entendemos, com satisfação, que o Governo sinaliza que este ano de 2012 contará com estímulos, para que nossa economia possa contabilizar metas importantes, entre as quais está a de reduzir as despesas de custeio e a de abrir espaço para o aumento do investimento privado, por meio de novas reduções da taxa de juros.

Medidas para reativar a economia estão em pauta, e prova disso é o anúncio, feito na noite de ontem, da prorrogação por mais três meses da redução de impostos, o que irá beneficiar setores da indústria e ajudar a garantir empregos.

Além da prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por mais três meses para os chamados produtos da linha branca – fogão, geladeira, máquina de lavar e máquina de secar –, o Governo anunciou que móveis e laminados terão a ali-

quota de IPI zerada até junho. Já o IPI de luminárias e lustres foi reduzido de 15% para 5%, e a alíquota que é cobrada do papel de parede caiu de 20% para 10%. São medidas de defesa da produção nacional que beneficiam setores que sofrem com a concorrência de produtos importados.

Os produtos da chamada linha branca, por exemplo, tiveram importantes reduções na alíquota: para os fogões, a alíquota, que era de 4%, foi zerada; para as geladeiras, o percentual foi reduzido de 15% para 5%; e, para as máquinas de lavar, o percentual foi reduzido de 20% para 10%. A alíquota sobre os tanquinhos, que era de 10%, também foi zerada.

Essas medidas, ao lado da defesa comercial, somam-se àquelas já tomadas pelo Governo para permitir maior fôlego ao desenvolvimento, como a desoneração da folha de pagamento de alguns setores produtivos, entre eles calçados, confecções, móveis e **softwares**, e devem ser ampliadas.

A expectativa é a de que o investimento privado possa ser potencializado por mais investimentos públicos, principalmente em estradas, aeroportos, portos e projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Analistas trabalham com a estimativa de que os investimentos públicos tenham um forte aumento em 2012. Esse é um caminho virtuoso.

Em 2011, o Governo investiu aproximadamente R\$48,4 bilhões em obras contratadas. Desse valor, já foram executados e pagos pelo menos R\$16,7 bilhões. O Orçamento da União para 2012 trabalhava com um cenário de R\$80,3 bilhões em investimentos para este ano, e medidas provisórias já elevaram esse valor para R\$81,2 bilhões.

Para nós, é positivo saber que o Governo garante que fará o que for preciso para elevar a produtividade da economia brasileira e sua competitividade externa.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante destacar que, na entrevista, a Presidenta Dilma não colocou, em momento algum, os problemas nacionais apenas na conta da crise externa que atinge vários países da zona do euro. A Presidenta Dilma afirmou que seria “uma simplificação grosseira supor que o Governo brasileiro considere as pressões externas a única causa de nossos problemas”. Que seja bem entendido: a Presidenta não as considera a única causa dos nossos problemas. No entanto, ressaltou que não há como ignorar que existem fortes fatores externos agindo sobre a economia brasileira e que é importante proteger o País. A Presidenta se referia ao excesso de liquidez criado pelos países mais ricos como saída para o momento de crise. Investidores contratam empréstimos a juros extremamente baixos nos países

europeus e trazem os recursos para o Brasil para aproveitar a diferença entre as taxas de juros praticadas lá fora e as taxas daqui.

A Presidenta Dilma foi clara ao afirmar que o País não defende o protecionismo, mas defende seus empregos e suas empresas. O País está aberto a investimentos estrangeiros produtivos, e o que está em vigor hoje são medidas defensivas momentâneas, que serão revogadas quando o cenário externo apresentar melhoras.

A Presidenta Dilma também deixou claro que não é possível ajustar a máquina administrativa federal de uma só vez e que, durante o período em que ocupar a Presidência da República, irá trabalhar pela transparência e pelo incentivo à identificação, ao reconhecimento e à adoção das melhores práticas de gestão. Este será o seu legado, como ela disse: o compromisso com a eficiência, com a meritocracia e com o profissionalismo.

Nesse ponto, a Presidenta Dilma esclareceu que teve uma repercussão equivocada, na mídia nacional, a sua recente visita à Alemanha. Em lugar de dar lições àquele país, como foi dito por aqui, a Presidenta deixou claro que, hoje, o Brasil tem condições de prescindir do dinheiro caro oferecido por países mais ricos a título de empréstimo. O que, realmente, foi dito é que o País não quer pagar juros de 13%, não tem a necessidade de pagar as altas taxas de permanência desses empréstimos, taxas essas que são cobradas mesmo que o dinheiro não seja usado, mas apenas para que o dinheiro esteja disponível a qualquer momento.

O Brasil, destacou a Presidenta Dilma Rousseff, não quer mais ser visto como destino certo para o capital especulativo, como no passado, ou apenas como mercado consumidor dos produtos que os países mais desenvolvidos exportam.

Há possibilidade de transformações mundiais positivas, num horizonte próximo. A Presidenta citou, por exemplo, a China, que, brevemente, poderá importar mais do que **commodities** e passar a comprar bens de consumo, como geladeiras, fogões, forno de microondas. Essa decisão poderá ser tomada por causa de um esgotamento do modelo atual de privilegiar a exportação. Ou seja, a avaliação é a de que a China passará a ter mais foco em seu mercado consumidor interno, beneficiando as exportações de manufaturados do Brasil.

Além dos temas econômicos, a Presidenta tratou também sem reservas, de questões políticas. Questionada sobre a tensão que pairou no Congresso em relação à base aliada nas últimas semanas, a Presidenta procurou mostrar que não há crise no Congresso e que derrotas pontuais sofridas pelo Governo são absolutamente normais numa democracia com presi-

dencialismo de coalizão, como é a nossa democracia brasileira.

Então, a Presidenta procura mostrar que é inteiramente normal que haja momentos em que o Governo perca uma ou outra votação, como aconteceu no caso do Presidente Lula, quando perdemos aqui a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o que foi um grande prejuízo para o Governo e para o Brasil.

A Presidenta Dilma vem demonstrando, pelas suas atitudes e pelas suas entrevistas, e isso tem sido demonstrado nas pesquisas de opinião pública, que, cada vez mais, tem o domínio da máquina administrativa e que está conduzindo o País com total firmeza no sentido de manter o crescimento, manter os investimentos, manter as ações para promover a inclusão social e para tirar mais e mais brasileiros da linha de pobreza, fazendo tudo isso com um olhar muito sereno para o Brasil e para o mundo e fundamentalmente identificando qual é o lugar que o Brasil tem de ocupar no mundo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Presidenta Dilma pelo conteúdo dessa entrevista, que não teve uma manchete bombástica exatamente porque estamos num momento de absoluta normalidade no nosso País.

Eu gostaria que este pronunciamento fosse transcrito na íntegra pela Taquigrafia do Senado.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer hoje, a este plenário, um especial registro sobre a entrevista concedida pela presidente Dilma Rousseff à revista *Veja* – uma conversa de duas horas que resultou em um texto de dez páginas, no qual a presidente demonstrou, segundo o texto, não apenas tranquilidade, mas confiança e respostas objetivas para todas as perguntas, em todos os temas tratados.

Ao contrário de comentário que circulou na mídia, não consideramos que o bom momento do país possa apenas provocar um roteiro óbvio de entrevista. Temas importantes foram tratados e bem respondidos.

Sobre a carga tributária, por exemplo, assunto considerado espinhoso por estar na pauta economia nacional há anos sem uma solução satisfatória, Dilma destacou que há concordância com os principais representantes do empresariado nacional de que é preciso reduzir os impostos cobrados no país, exportando e ganhando mercados. Destacou também a necessidade

do aumento de investimentos no país, tanto privados como estatais, para enfrentar paralísias em nosso desenvolvimento.

Entendemos, com satisfação, que o governo sinaliza que este ano de 2012 contará com estímulos para que nossa economia possa compatibilizar metas importantes. Entre elas, a de reduzir as despesas de custeio e abrir espaço para o aumento do investimento privado, por meio de novas reduções da taxa de juros.

Medidas para reativar a economia estão em pauta e prova disso é o anúncio, feito na noite de ontem, da prorrogação por mais três meses de redução de impostos que irá beneficiar setores da indústria e ajudar a garantir empregos.

Além da prorrogação da redução do IPI, o Imposto sobre Produtos Industrializados, por mais três meses para os chamados produtos da linha branca, o fogão, a geladeira, a máquina de lavar e a máquina de secar, o governo anunciou que móveis e laminados tiveram a alíquota de IPI zerada até junho.

Já o IPI de luminárias e lustres foi reduzido de 15% para 5% e a alíquota que é cobrada do papel de parede caiu de 20% para 10%.

São medidas de defesa da produção nacional e beneficiam setores que sofrem com a concorrência dos produtos importados.

Para fogões, a alíquota, que era de 4%, foi zerada. Para as geladeiras, o percentual foi reduzido de 15% para 5% e, para as máquinas de lavar, de 20% para 10%. A alíquota sobre tanquinhos também foi zerada (era de 10%).

Essas medidas, ao lado da defesa comercial, se somam àquelas já tomadas pelo governo para permitir maior fôlego ao desenvolvimento, como a desoneração da folha de pagamento de alguns setores produtivos, entre eles calçados, confecções, móveis e software, e devem ser ampliadas.

A expectativa é que o investimento privado possa ser potencializado por mais investimentos públicos, principalmente em estradas, aeroportos, portos e projetos do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Analistas trabalham com a estimativa de que os investimentos públicos tenham um forte aumento em 2012. Esse é um caminho virtuoso.

Em 2011, o governo investiu aproximadamente R\$ 48,4 bilhões em obras contratadas. Deste valor, já pagou R\$ 16,7 bilhões. O Orçamento da União para 2012 trabalhava com um cenário de R\$ 80,3 bilhões em investimentos para este ano, e medidas provisórias já elevaram esse valor para R\$ 81,2 bilhões.

Para nós, é positivo saber que o governo garante que fará o que precisar ser feito para elevar a produ-

tividade da economia brasileira e sua competitividade externa.

Nesse sentido, senhores parlamentares, destaque interessante que, na entrevista, a presidente Dilma não tenha colocado os problemas nacionais apenas na conta da crise externa que atinge vários países da zona do euro.

Dilma afirmou que seria “uma simplificação grosseira supor que o governo brasileiro considere as pressões externas a única causa de nossos problemas”. No entanto, ressaltou que não há como ignorar que existem fortes fatores externos agindo sobre a economia brasileira e que é importante proteger o país.

Ela se referia ao excesso de liquidez criado pelos países mais ricos como saída para o momento de crise.

Ou seja, investidores contratam empréstimos a juros extremamente baixos nos países europeus e trazem os recursos para o Brasil, para aproveitar a diferença entre as taxas de juros praticadas lá fora e as taxas daqui. A presidente Dilma foi clara ao afirmar que o país não defende o protecionismo, mas defende seus empregos e suas empresas.

O país está aberto a investimentos estrangeiros produtivos e o que está em vigor hoje são medidas defensivas momentâneas que serão revogadas quando o cenário externo apresentar melhoras.

A presidente deixou claro, ainda, que não é possível ajustar a máquina administrativa federal de uma vez, e que, durante o período que ocupar a Presidência da República, irá trabalhar pela transparência, pelo incentivo à identificação, e pelo reconhecimento e adoção das melhores práticas de gestão. Esse será o seu legado: o compromisso com a eficiência, a meritocracia e o profissionalismo.

Nesse ponto, Dilma esclareceu um ponto que teve uma repercussão equivocada na mídia nacional, a respeito de sua recente visita à Alemanha. Em lugar de dar lições àquele país, como foi dito por aqui, a presidente deixou claro que o Brasil tem hoje condições de poder prescindir do dinheiro caro oferecido países mais ricos a título de empréstimo.

O que realmente foi colocado é que o país não quer pagar juros de 13%, não tem a necessidade de pagar as altas taxas de permanência desses empréstimos, taxas essas que são cobradas mesmo que o dinheiro não seja usado, mas apenas para que o dinheiro esteja disponível a qualquer momento.

O Brasil, destacou Dilma Rousseff, não quer mais ser visto como destino certo para o capital especulativo, como no passado, ou apenas como mercado consumidor dos produtos que os países mais desenvolvidos exportam.

Há possibilidade de transformações mundiais positivas, num horizonte próximo. A presidente citou, por exemplo, a China, que poderá brevemente importar mais do que commodities e passar a comprar bens de consumo – geladeiras, fogões, forno de microondas.

Essa decisão poderá ser tomada por causa de um esgotamento do modelo atual de privilegiar a exportação. Ou seja, a avaliação é que a China passará a ter mais foco em seu mercado consumidor interno, beneficiando as exportações de manufaturados do Brasil.

Srs. Parlamentares, além dos temas econômicos, a presidente tratou também sem reservas de questões políticas. Questionada sobre a tensão que pairou no Congresso em relação à base aliada nas últimas semanas, a presidente foi firme em afirmar que não há crise no Congresso.

Sr. Presidente, a presidente Dilma demonstrou, e demonstra, tanto em pesquisas de opinião, ou com seu trabalho, ou em entrevistas serenas, que sua gestão está baseada no interesse republicano de manter conquistas e avançar em ações para alavancar o desenvolvimento do país. Um país que, como disse, “sabe onde está no mundo e sabe aonde quer chegar”.

Sem dúvida, ela está certa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A sua solicitação será atendida, Senador Anibal Diniz.

Quero também solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a, que enaltece a entrevista de excelente qualidade dada pela nossa querida Presidenta Dilma Rousseff, que ganhou um destaque de repercussão positiva em praticamente toda a imprensa. Os meus cumprimentos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra, agora, o Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

Em seguida, o Senador Jorge Viana está inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Suplicy, que ora preside esta sessão; nobres colegas, volto, hoje, ao tema do Projeto de Resolução nº 72, de 2010, por sua importância e pela necessidade absoluta de ampliação deste debate. Da forma como está, as repercussões de sua aprovação serão extremamente danosas para vários Estados, causando ampliação de diferenças regionais, concentração da riqueza, além de desequilíbrio incontornável nas economias das unidades federadas, sem surtir os efeitos desejados em favor da indústria brasileira.

Em entrevista concedida, ontem, ao jornal **Diário Catarinense**, o ex-Ministro da Fazenda no Governo

do Presidente José Sarney, Mailson da Nóbrega, uma das vozes mais lúcidas quando se trata de políticas públicas na economia, trouxe importantes reflexões que vão ao encontro do nosso pensamento. Inclusive, em relação a essa entrevista do nosso ex-Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, uma entrevista de duas páginas para um dos jornais mais lidos no nosso Estado, no término desta minha exposição, eu gostaria de pedir ao Presidente a transcrição da mesma nos Anais da Casa. É uma entrevista sóbria, independente, e entendo que para nós será muito importante que conste dos Anais da Casa. Ao final, pedirei autorização ao Presidente para que a entrevista conste dos Anais da Casa.

Inicialmente, o economista destaca o fato de que os incentivos de ICMS, concedidos atualmente, não são a causa principal do aumento das importações. Outros fatores são mais determinantes, como tantas vezes já manifestamos nesta tribuna.

Em primeiro lugar, temos a pesada carga tributária, que consome cerca de 35% do PIB. Vale destacar o estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), que aponta uma relação entre essa carga tributária e o retorno em bem-estar social. Entre os 30 países estudados, o Brasil ficou em último lugar nesse retorno do bem-estar social, em função da elevada carga tributária. Quer dizer, em relação ao bem-estar social, nós ficamos, entre 30 países, em último lugar.

A infraestrutura logística defasada eleva, de forma brutal, nossos custos. Apostamos num modelo de transportes quase que exclusivamente rodoviário. Deixamos de lado a opção lógica e racional do transporte ferroviário, e nossos aeroportos são acanhados, para dizer o mínimo, sem desenvolvimento das rotas e terminais regionais. Nossos portos, via de regra, carecem de melhorias.

E por falar em portos, é imperioso citar o exemplo catarinense. Com o programa de incentivos criado pelo governo do Estado, não apenas atraímos importantes investimentos, estimados em mais de R\$5 bilhões, como desenvolvemos de forma vigorosa nossa estrutura portuária, bem como toda a cadeia de serviços dela derivada. Empreendedores apostaram nesse ciclo de crescimento e fizeram seus investimentos, muitos, inclusive, financiados pelo próprio BNDES.

Por fim, os altos juros cobrados no País e as atuais taxas de câmbio, com sobrevalorização do real, compõem um cenário extremamente desfavorável ao nosso crescimento industrial. Elevam significativamente os custos de produção, eliminando nossa competitividade no cenário internacional. Os reflexos são nítidos e inegáveis. Os índices de crescimento do setor revelam um quadro de estagnação e, por vezes, de retração.

As indústrias acabam optando pela aquisição dos seus insumos no exterior, reduzindo seus custos. Mas esse processo não terá fim com a equalização do ICMS. As importações apenas migrarão para os maiores centros de consumo, diminuindo os gastos com transporte. Como consequência, teremos um nefasto incremento nas desigualdades regionais, fortalecendo os grandes centros em detrimento do crescimento descentralizado. Além disso, os portos que concentrarão essas importações ficarão congestionados, agravando as operações logísticas. Isso aqui vai ocorrer, sem dúvida nenhuma. Ora, para evitar um completo caos federativo, a unificação e, ao fim, a eliminação do ICMS de importação deve ser gradual. O Governo Federal deve apresentar também medidas compensatórias efetivas, concretas. Agora pergunto: se não teremos redução de importações e o desejado fortalecimento da indústria nacional, qual o objetivo desse custo e desse desgaste, que gera perdas de emprego e de renda, com graves riscos para os Estados afetados? Por que passar por tudo isso de uma forma abrupta?

Obviamente, não estamos aqui defendendo a guerra fiscal entre Estados, muito menos incentivos às importações que causem danos à indústria nacional. O caminho passa, inevitavelmente, pelo aprofundamento do debate e por ações que ataquem a causa do problema, e não apenas seus efeitos. É isso o que precisamos debater e não retirar alguns direitos que a própria Constituição assegura ao princípio federativo. Um dos únicos elementos que os Estados detêm hoje, do princípio federativo, é a questão do ICMS.

Da forma como está colocada a questão, não teremos ganhos significativos para a indústria, além de impingirem um pesado castigo aos Estados que usaram seus incentivos fiscais como ferramenta legítima de estímulo ao crescimento e correção de desigualdades regionais. Isso, nobres colegas, tenho certeza de que esta Casa não permitirá; não permitirá a criação de desigualdades regionais. Não é esse o caminho. Nós precisamos fazer com que todos os portos – descentralizando não só a importação mas também a exportação – possam ser utilizados, evitando, com isso, o congestionamento, a concentração. Não é essa a melhor política para o Brasil?

Ainda hoje, no lançamento da Agenda da Confederação Nacional da Indústria, agora ao meio-dia, houve 16 propostas. A Agenda Legislativa da CNI foi há pouco lançada e dela tivemos a honra de participar. Estiveram presentes representantes das federações regionais. A casa estava lotada. Vários Srs. Senadores e Deputados Federais participaram dessa agenda da CNI, a Agenda Legislativa do Brasil.

O que falo, essencialmente, é que não é a questão da importação. De forma nenhuma. São as condições que se devem oferecer à indústria nacional para concorrer com a indústria de países concorrentes. Ela tem que ter condições para concorrer com os países que descarregam aqui os seus produtos, e nós não temos condições. Quer dizer, não é só o negócio do real apreciado; é o problema do câmbio, os custos de produção no Brasil, inserindo a logística, inserindo os juros, uma série de questões que colocaram para nós todos. Aí é que está. Este é o grande nó górdio dessa questão: ter condições de competitividade em relação a outras indústrias do mundo inteiro.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, concluo com essas observações. Precisamos ir devagar e levando com seriedade.

Termino, Sr. Presidente, pedindo para que V. Ex^a inclua nos Anais a entrevista que o ex-Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega concedeu para o jornal **Diário Catarinense** na edição de ontem, duas páginas, no nosso Estado, em que analisou essa questão, analisou o fortalecimento dos portos do Brasil inteiro, não só da importação, mas também da exportação, e fez uma reflexão sobre a razão principal da competitividade da indústria nacional.

Esse é o requerimento e as observações que faço, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CASILDO MALDANER EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

*Mailson da Nóbrega,
Ex-ministro da Fazenda e consultor*

“UNIFICAÇÃO DO ICMS É UM ‘TIRO N’ÁGUA”

Os rumos da economia catarinense dependem muito do que será negociado nesta semana. A atual política de incentivos fiscais para atrair e manter investimentos foi colocada em xeque por um projeto de resolução que o Planalto espera ver aprovado no Senado o mais rapidamente possível.

Esse projeto unifica em 4% a alíquota de ICMS nas operações interestaduais de produtos importados. Hoje, SC oferece desconto no imposto para o ingresso de mercadorias estrangeiras pelos portos do Estado ou para o importador que instalar fábricas aqui. Com esta estratégia, o governo do Estado abriu mão de R\$ 4,2 bilhões só no ano passado. Mas há números que mostram que, no complexo portuário do Itajaí-Açu, que engloba Itajaí e Navegantes, o volume de impor-

tações foi multiplicado por cinco entre 2003 e 2011. E os empregos cresceram 195%.

O governo catarinense negocia, amanhã, compensações com o Ministério da Fazenda, diante de perdas estimadas em R\$ 950 milhões de arrecadação e o risco de ver 18 mil empregos migrarem para outros estados. Santa Catarina está no grupo dos que afirmam que o problema é muito maior do que afirma a Fazenda. A mudança no ICMS não evitaria que o volume de importações continue crescendo e ainda elevaria a concentração das operações em São Paulo.

Voz alinhada com a posição catarinense é a de Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e um dos consultores mais respeitados do país sobre políticas públicas. Na próxima quinta-feira, ele participa de evento fechado em Joinville para tratar da variação cambial e a desindustrialização brasileira. Nesta entrevista, concedida por telefone ao DC, Nóbrega, explica por que a obsessão da Fazenda em aprovar o projeto é um grande equívoco, ou, nas suas palavras, “um tiro n’água” (leia entrevista na íntegra aqui).

Diário Catarinense – Por que o senhor discorda da opinião do governo de que a unificação do ICMS sobre importados poderá frear a avalanche de produtos importados no país?

Mailson da Nóbrega – Esse assunto está mal estudado pelo governo. Porque ele (o governo federal) parte do pressuposto de que os incentivos para a importação (como o programa Pró-Emprego, de SC) são uma causa importante do aumento das importações para o Brasil. Mas isso é um equívoco. Embora a guerra fiscal não seja desejável, e que ela gere ineficiências na economia porque usa um tributo inadequado – o ICMS, que é um imposto sobre o consumo –, não é isso que está em jogo.

(Programa criado pelo governo do Estado em 2007. Segundo a Fazenda estadual, atraiu 352 empresas e gerou 15,1 mil empregos diretos.)

DC – O que impulsiona esse aumento das importações?

Nóbrega – As importações não estão aumentando por causa dos incentivos fiscais. Tudo indica que estão crescendo por outros fatores. Por exemplo, a expansão do mercado doméstico e da economia. O Brasil está (funcionando) em um modelo em que nós consumimos mais e gastamos mais do que o PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas do país). Essa diferença está sendo suprida por importações. Por outro lado, indústria brasileira está passando por uma perda alarmante de sua competitividade por razões conhecidas: a infraestrutura logística que não funciona, o sistema

tributário caótico, os juros altos, o custo da mão de obra, a baixa produtividade e assim por diante. Tudo indica que está em curso um processo de mudança da cadeia de suprimento das empresas brasileiras, que estão buscando comprar matérias primas, parque fabril (equipamentos, maquinários etc), peças e componentes onde esses produtos são mais baratos.

(O consumo das famílias cresceu 4,1% em 2011, pelo oitavo ano consecutivo. E deve seguir neste ritmo, impulsionada pelo avanço da renda.)

(O déficit na balança comercial de máquinas e equipamentos foi de US\$ 17,9 bilhões em 2011, 13,6 % maior do que no ano anterior. O crescimento das importações foi recorde em SC. Entre 2004 e 2011, avançou 681%, contra 181% da média nacional.)

DC – O aumento dos importados passa, então, por uma escolha da indústria por comprar insumos e equipamentos fora do país?

Nóbrega – As empresas decidiram adquirir esses insumos no mercado externo, onde eles são mais baratos. Por que estão importando por estes portos (onde a **importação aumentou** tanto nos últimos anos)? Porque barateia ainda mais a produção. E só importam por estes portos se o benefício do imposto for maior que o aumento dos custos do transporte. A primeira observação sobre este ponto é que o cálculo do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, de que o benefício fiscal produz o equivalente à variação cambial, está equivocado. Porque ele não considera o custo de transporte. *(Barbosa argumenta que a renúncia fiscal dos estados torna os importados 9% mais baratos do que os nacionais, pressionando a indústria. Seria como comprar no exterior com o dólar a R\$ 1,64 e não no patamar atual de R\$ 1,80).*

(O crescimento das importações foi recorde em SC. Entre 2004 e 2011, avançou 681%, contra 181% da média nacional)

DC – E o que poderá acontecer se a unificação do ICMS for aprovada?

Nóbrega – Se o governo federal e os donos da indústria conseguirem aprovar esta resolução, a importação vai continuar forte. Tudo indica que mesmo com o pagamento do imposto (como está sendo proposto), o valor destes produtos importados ainda fica mais barato que os produtos nacionais. Até porque as pessoas não estão considerando que as empresas têm o crédito do ICMS. Quando elas

incorporam no processo produtivo (o produto), elas incorporam o crédito do ICMS. A mudança não vai causar alívio nas importações. Se a resolução for aprovada, haverá um deslocamento de importações para outros portos, provavelmente grande parte para Santos (SP). Qual será o efeito disso? O efeito imediato será aumentar o congestionamento no porto, o que vai piorar a operação da logística e prejudica os exportadores também.

DC – Que outras perdas a provação do projeto no Senado poderá trazer para o país?

Nóbrega – A questão das perdas abre outro capítulo. A questão essencial deste processo é que se trata de uma questão federativa. Alguns estados usando o ICMS para se apropriarem de uma parcela do imposto que caberia a outro estado... Isso tem pouco a ver com desindustrialização ou aumento de importações. A questão é outra. Os estados que criaram esses incentivos e ganharam arrecadação, claro que vão **perder**. Porque todos incorporaram essa receita nos seus orçamentos.

(segundo estudo do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), 11 estados serão prejudicados.)

DC – E o que acontece a partir daí?

Nóbrega – Mesmo que essa injeção de valores venha a acabar, das duas uma: ou se faz um longo prazo para a transição (das alíquotas do ICMS atuais para as que se quer implantar), ou o **governo cobre** a perda. E aí você vai ter uma coisa interessante. Porque o objetivo de diminuir a importação não é atendido e o governo federal terá o custo de indenizar os estados. Além disso, ele vai criar insatisfação, desgaste... o governador de SC não vai ficar mais satisfeito com isso, e vai conseguir que os senadores do Estado votem contra. Outros farão o mesmo, e será reduzida a base parlamentar do governo. Por isso que ele está dando um tiro n'água.

(SC negociará compensações com a Fazenda amanhã. Vai abrir mão do incentivo fiscal em alguns setores (aço, plástico e têxteis) para tentar preservar outros.)

DC – Que mudança seria mais importante o governo realizar agora do que a alíquota do ICMS?

Nóbrega – O governo federal, o Senado e o lobby sobre este assunto estão atacando os efeitos. Mas as causas são mais profundas e são muito complexas. É um simplismo resolver por aí. Quais são as causas mais graves para a perda de **competitividade da indústria**, que levam elas a mudar as suas próprias ca-

deias de suprimento? A explicação delas comprarem mais barato no exterior é mais ampla. Primeiro, o Brasil tem aprofundado um modelo econômico baseado no consumo. Hoje o consumo, e me refiro à soma do consumo das famílias com o consumo do governo com os investimentos que ele tem feito, é maior do que o PIB. A diferença disto com a poupança acaba vazando para o exterior. A indústria nacional não tem condições de competir por causa do **sistema tributário** caótico, a infraestrutura deteriorada, a logística que não funciona e com este modelo de consumo.

(O Brasil ficou apenas na 53ª posição no Relatório Global de Competitividade 2011-2012, do Fórum Econômico Mundial, que avaliou 142 países).

(A carga tributária representou 36% do PIB no ano passado. Quer dizer que de cada R\$ 100 produzidos, R\$ 36 reais foram para nos cofres do governo).

DC – Qual o prejuízo deste modelo?

Nóbrega – Ele aumenta a demanda por serviços, por mão de obra neste setor. A consequência é que temos uma escassez de mão de obra. O efeito é que os trabalhadores estão conseguindo aumentos acima de sua produtividade. E a indústria, que concorre no mesmo mercado de mão de obra dos serviços, tem que dar os mesmos aumentos. A indústria está tendo aumento de custos salariais superiores à produtividade e isso reduz a competitividade do setor.

DC – Após a crise de 2008, o governo federal disse que o Brasil sentiu menos do que os países ricos porque acertou ao incentivar o consumo dos brasileiros, reduzindo o IPI sobre carros novos, por exemplo. Qual é a opinião do senhor sobre esta política?

Nóbrega – O governo cuida só da demanda. Dá incentivos, faz desonerações e disponibiliza mais crédito neste sentido, mas não cuida da oferta. Como o consumo sobe, há mais investimento e mais produtividade, mas o governo não cuida da infraestrutura, das reformas que precisa fazer. Essa mudança que envolve os portos, não reforma coisa alguma. O sistema tributário vai continuar o mesmo. As empresas vão seguir lidando com o mesmo caos, com 27 legislações diferentes de ICMS. Tudo que o governo faz é para aprofundar esse modelo de aumento de consumo.

DC – Essa alteração na alíquota do ICMS sobre importados poderá aumentar os preços no país?

Nóbrega – A subida dos preços não depende do aumento do custo, mas da demanda. Se a economia e o consumo continuarem aquecidos, a renda continuar subindo e o emprego continuar em um nível alto,

os custos vão se traduzir em mais inflação. Por isso, também, a medida será um tiro n'água. Porque será muito dispendiosa para o governo.

DC – O senhor acredita que este projeto ainda poderá ser rediscutido ou deverá ser aprovado em breve?

Nóbrega – O governo federal está colocando todo o seu prestígio e força para a aprovação desta barbaridade. Ele pode colocar o rolo compressor em ação. Isso só não vai acontecer se existirem forças que se oponham à isto e façam a resistência. O que vai depender da capacidade dos governadores em mostrar que o projeto resultará em mais problemas que soluções. Eles devem mobilizar, sobretudo, o Senado. Porque os senadores são mais suscetíveis a ações racionais do que a Câmara, são mais experientes e maduros. Mas o governo está colocando todo o seu peso no projeto. O que, infelizmente, vai gerar mais problemas que soluções.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Casildo Maldaner, por suas preocupações com a indústria brasileira e de Santa Catarina.

O requerimento de V. Ex^a será atendido.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra pela liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Alfredo Nascimento estava inscrito. Temos que alternar, Senador Jorge Viana. V. Ex^a será o próximo orador inscrito regimentalmente.

O Senador Alfredo Nascimento tem a palavra pela Liderança do PR, pelo tempo regimental.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa hoje para dividir com V. Ex^{as} a grande alegria que vivo neste momento. A alegria de ter reconhecida a legitimidade do meu mandato. A alegria de ver rechaçadas as acusações mentirosas, assacadas contra mim, por adversários derrotados pelas urnas. A alegria de ver comprovada a maturidade e a isenção da Justiça Eleitoral brasileira, que não se verga perante interesses menores nem distorce os fatos para contribuir com o jogo político.

Nossa Justiça não se rende ao desespero daqueles que, não tendo respaldo popular, buscam os tribunais para manipular a realidade.

Sr. Presidente, eu fui eleito Senador pelo Amazonas em 2006 com ampla maioria dos votos da população do Estado do Amazonas. Foi uma eleição limpa, em que apresentei propostas e promovi um debate elevado em torno dos problemas do meu Estado, uma

eleição em que pedi e conquistei o apoio de mais de 620 mil eleitores.

Apesar da lisura do processo eleitoral e da manifestação inequívoca da preferência do cidadão, meus adversários não aceitaram o resultado e abriram uma batalha judicial para tirar de minhas mãos o mandato que o povo me confiou.

No final de 2006, com o resultado da eleição ainda fresco na memória do eleitor, lideranças do então PFL entraram com o pedido de cassação do meu diploma, alegando arrecadação e gastos irregulares em minha campanha.

A denúncia elencou amplo leque de supostas ilegalidades que eu teria cometido, desde o uso – vejam só os senhores – de CNPJ falso até a veiculação de campanha antes do prazo estabelecido pela legislação.

Irresponsável e infundada, a ação foi rejeitada e arquivada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, que acolheu todos os esclarecimentos que prestei durante o processo e reconheceu não terem sido apresentadas provas dos ilícitos de que me acusaram.

Sem sucesso no Tribunal Regional Eleitoral, meus detratores buscaram no Tribunal Superior Eleitoral o caminho para afastar-me do meu mandato. Mais uma vez não tiveram sucesso. A despeito da recomendação do relator, os outros seis ministros daquela egrégia Corte votaram pela rejeição do pedido de cassação do meu diploma.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Ricardo Lewandowski, foi taxativo quando afirmou não terem sido apresentadas provas irrefutáveis dos ilícitos denunciados.

A votação, Sr. Presidente, concluída na semana passada, coloca um ponto final em seis anos de ameaças, de calúnias e de dúvidas levantadas contra mim e contra minha honra.

Mas o que me imputaram meus detratores? Tentaram convencer a Justiça de que eu promovi despesas antes de conquistar o CNPJ e abrir as contas bancárias de minha campanha, acusação que refutei com veemência.

Meus adversários não conseguiram prová-la pelo simples fato de que não aconteceu. A minha campanha foi feita dentro das normas legais, cuidado que tivemos à exaustão, especialmente naquilo que disse respeito à arrecadação de recursos e seu decorrente gasto.

Também tentaram convencer a Justiça Eleitoral de que usei o CNPJ falso, de modo a comprovar a veiculação de propaganda irregular. Mais uma mentira. Na verdade, houve um fato isolado, em que uma gráfica contratada por meu comitê cometeu um erro de impressão em uma peça, trocando o número do seu próprio CNPJ.

Diante de denúncias vazias e sem provas, o TSE fez aquilo que dele o cidadão espera: impediu que a distorção maliciosa de fatos fosse transformada em injustiça, afastando quaisquer dúvidas levantadas sobre a lisura de minha campanha, e demonstrou, mais uma vez, o elevado nível em que se dá o debate daquela Corte. Não se deixa levar por nenhuma natureza de pressão.

Aqui, Sr. Presidente, cabe o meu mais sincero respeito e agradecimento a cada um dos Ministros do Tribunal, que souberam separar o joio do trigo e enxergar a verdade dos fatos, impedindo a aplicação de uma rasteira política irreparável.

Com essa decisão, ganhou a Justiça, que viu reforçada a confiança do cidadão e das demais instituições da sua capacidade de examinar e decidir com transparência e responsabilidade quaisquer questões que se apresentem. Ganhou a democracia brasileira, cujo amadurecimento diário e consistente, não mais admite vitórias roubadas a qualquer custo e ataques desleais.

Para encerrar, Sr. Presidente, vou dedicar-me, com ainda maior energia ao meu mandato, ocupando aqui o espaço que me foi delegado pelo eleitor do Amazonas. O meu papel será sempre o de defender os interesses do meu Estado, identificando problemas, articulando soluções e fiscalizando a atuação dos governos. Farei isso sem olhar para o retrovisor, sem recorrer ao jogo baixo da política, respeitando meus adversários e unindo forças com todos aqueles que possam contribuir para o desenvolvimento do Amazonas e de sua gente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Alfredo Nascimento, cumprimento V. Ex^a por sua manifestação.

Tem a palavra o Senador Jorge Viana, do PT do Acre, pelo tempo regimental, como orador inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que venho à tribuna do Senado e gostaria de, antes de mais nada, lamentar não ter estado aqui ontem, por um problema de saúde, na sessão presidida pelo Presidente do Congresso, Senador José Sarney, em comemoração aos noventa anos do Partido Comunista do Brasil.

Eu, que tenho no PCdoB um partido que faz parte da minha trajetória política por tudo que temos procurado construir de novo no Acre, não posso deixar de, como Senador, detentor de um mandato, registrar aqui, da tribuna do Senado, os meus cumprimentos ao Renato Rabelo, aos companheiros dirigentes do PCdoB

no Acre: no caso, Eduardo Farias, que dirige PCdoB em Rio Branco, e também o companheiro Moisés Diniz, que dirige o PCdoB no Estado. Refiro-me também – e queria cumprimentar – à Deputada Federal Perpétua e ao companheiro e amigo Edvaldo Magalhães. Digo que sou testemunha viva da importância desse Partido.

Faço questão, Sr. Presidente, de me referir às comemorações que se iniciaram no dia 25 de março, lembrando os noventa anos do PCdoB, reportando-me também a um sacrifício que sei que fez o Presidente Lula, que, mesmo num período delicado de convalescência, gravou um depoimento emocionado e emocionante cumprimentando, agradecendo e registrando a importância que o PCdoB tem nas lutas do povo brasileiro, na redemocratização do País e nas conquistas que estão vindo com a democracia.

Então, fica aqui o meu cumprimento e o meu registro, que se soma a de muitos brasileiros que celebram a democracia, cumprimentando os noventa anos do PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando o tempo regimental, eu gostaria de reproduzir aqui algo, na tribuna do Senado, que a imprensa tem tratado, que as autoridades monetárias do Brasil têm-se referido, que é um contrasenso. Nós temos celebrado, a cada quatro meses, uma posição ousada do Banco Central de redução da taxa de juros, da Selic, mas tenho aqui uma matéria do G1, que, em vez de anunciar, como era esperado e como queremos todos nós, uma redução também nas taxas do crédito para pessoa física, nós temos o contrário.

Veja o que diz o G1, do dia 27/3: “Juro do crédito para pessoa física sobe pelo segundo mês seguido.” Isso é um verdadeiro absurdo! Os brasileiros, nos mais diferentes pontos do Brasil, se perguntam: o que passa? Como pode a taxa Selic, que é o balizador do custo do dinheiro no País, estar caindo e o juro do crédito da pessoa física, das empresas seguir aumentando. Em fevereiro, a taxa para a pessoa física subiu 0.3, para 45.4 ao ano. A taxa média de todas as operações, empresa e pessoa física, também avançou.

Os juros cobrados pelos bancos em suas operações de crédito com pessoas físicas ficaram maiores pelo segundo mês consecutivo, em fevereiro deste ano, atingindo, como disse, 45.4% ao ano. Essa é uma informação do Banco Central... Em janeiro, a taxa média estava em 45.1 ao ano. O aumento dos juros bancários acontece novamente na contramão da queda do custo que as instituições financeiras têm para captar seus recursos, que passou – no caso das operações com pessoa física – de 10.2% em janeiro para 9.6% em fevereiro. O recuo do custo da captação acontece em um momento de corte dos juros básicos da eco-

nomia, atualmente em 9.75% ao ano. Isso é o valor da taxa Selic.

Alguns dos que estão ouvindo a rádio Senado e nos assistindo pela TV Senado podem nos perguntar: que história é essa e o que significa essa taxa Selic? Como ela afeta a vida do consumidor? E eu, aproveitando este espaço, gostaria rapidamente de dizer que taxa Selic é a taxa média de juros que o Governo brasileiro paga por empréstimos tomados junto aos bancos, ou seja, é a taxa que baliza. É muito importante deixar bem claro que ela baliza as demais linhas de crédito. E por que a taxa Selic é importante para a economia do Brasil? Todos nós estamos acompanhando e sabemos que o Governo brasileiro, que conseguiu dominar a inflação, fazer a inclusão social e gerar mais emprego, tem usado a taxa Selic como auxiliar. O Governo usa a taxa Selic como instrumento do controle da inflação.

V. Ex^a, que aqui preside, que luta a sua vida inteira por distribuição de renda, por uma renda mínima para todos, sabe o quanto é importante termos o controle da inflação. V. Ex^a, como todos nós, também trabalha na busca de uma taxa de juros cada vez menor, para que as pessoas possam ter crédito; tendo crédito, possam ser consumidores e, sendo consumidores, ajudam no crescimento do nosso País. Por que tanta gente reclama da taxa de juros? Os juros altos diminuem o consumo, o que prejudica a venda das empresas. Certamente, com isso, as empresas não crescem, temos menos emprego e a economia encolhe.

E para o consumidor, o que implica a tal da Selic? A Selic dá a medida das outras taxas de juros usadas no Brasil, como o cheque especial, o crediário, que tanta gente agora acessa, tanto o custo do dinheiro dos cartões de crédito e da própria poupança. A partir dela, é que os bancos calculam o quanto cobrarão de juros para conceder um empréstimo.

Daí o absurdo que estamos vivendo hoje, em que o Banco Central reduz a taxa Selic e os bancos privados, e até públicos, seguem aumentando o custo do dinheiro para o cidadão. Isso se reflete na hora em que o cidadão faz um crediário numa loja, para melhor equipar a sua casa e ajudar a família. Aqui tenho em minhas mãos: “Lucro de bancos bate variação da Selic. O ganho obtido na concessão de crédito pelos cinco maiores bancos aumentou 316% ante a variação de 233% da Selic e do IPC de 55%”. Estou referindo-me a uma variação de 2003 para cá. É um absurdo! Nesse período, os ganhos das cinco maiores instituições financeiras do País saltaram 316%, Sr. Presidente, ante os 233% da Selic e os 55% da inflação acumulada pelo IPC. Em compensação, a rentabilidade é menor do que antes, vale frisar.

Querida, Sr. Presidente, concluir, dizendo que é um verdadeiro absurdo! Quem fala é o Banco Central. O Banco Central afirma que os juros bancários de todas as operações de pessoas físicas e de empresas também cresceram em fevereiro deste ano, quando atingiram 38,1% ao ano, contra 38% ao ano, em janeiro de 2012.

Isso é difícil de entender e, daqui do Senado, todos temos de nos somar e cobrar uma ação do próprio Banco Central.

Eu também quero me referir a uma posição do próprio Banco Central: o **spread** bancário das linhas de crédito dos bancos com os recursos livres passou de 27,8 para 28,4 em fevereiro deste ano.

O **spread** bancário é composto pelo lucro das instituições financeiras, pela taxa de inadimplência, pelos tributos e custos administrativos. Segundo economistas, no Brasil, ele é um dos mais elevados do mundo.

Eu quero, Sr. Presidente, concluindo, dizer que o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse, no mês passado, numa reunião na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que a redução do **spread** bancário, no Brasil, é uma prioridade do Governo e uma determinação da Presidente Dilma.

Sr. Presidente, é um verdadeiro absurdo a situação que estamos vivendo hoje. Os juros médios cobrados pelos bancos em suas operações no cheque especial alcançam 182,8%.

Aí, eu concluo, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de V. Ex^a e só fazendo a citação de um artigo – mais um minuto para concluir, Sr. Presidente – que o Benjamin Steinbruch escreveu para a **Folha de S.Paulo** de ontem.

Vale cumprimentar a Presidente Dilma por ter reunido as 25 maiores empresas do Brasil e pactuar um compromisso de lutarmos juntos, sociedade e Governo, pela retomada do crescimento da indústria do Brasil.

Os nossos vizinhos celebraram, no ano de 2011, um crescimento muito maior que os 2,7 que o Brasil alcançou. A Argentina cresceu 8,8%; Peru, Chile, Colômbia e Uruguai cresceram duas vezes mais que o Brasil.

Essa situação é decorrente da queda da participação do setor da indústria no PIB brasileiro. Depois de chegar a 26% do PIB, a indústria do Brasil participou, em 2010, com 16% e, em 2011, com 14,6%.

Sr. Presidente, 14,6% são mais ou menos equivalentes ao período da época pré-Juscelino Kubitschek dos anos 50.

A participação da indústria no PIB foi de 1,6%.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é muito importante que somemos esforços, porque o Brasil precisa aproveitar este momento especial que estamos vivendo, de crescimento com inclusão social, e crescermos a números que possam ser importantes para

umentar a inclusão, mas, essencialmente, consolidar o Brasil como um País de classe média.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos ao Senador Jorge Viana por sua análise da situação econômica e da importância de se proceder à diminuição da taxa Selic, como objetivo importante, e para estimular a economia, exaltando também a reunião da Presidenta Dilma com os empresários.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para ler o ofício que eu recebi do Senador Demóstenes Torres, Líder do nosso partido, a mim endereçado no dia de hoje.

Senador José Agripino, Presidente do Democratas.

Sr. Presidente, a fim de que eu possa acompanhar a evolução dos fatos noticiados nos últimos dias, comunico a V. Ex^a o meu afastamento da Liderança do Democratas no Senado Federal.

Atenciosamente,
Senador Demóstenes Torres.

Eu faço essa comunicação à Casa lendo o expediente do Senador Demóstenes Torres, um companheiro extremamente valoroso, que vive um momento difícil, além de comunicar à Casa que entre hoje e amanhã a bancada se reunirá em função da renúncia de S. Ex^a, para escolher o novo Líder do partido nesta Casa.

É a comunicação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador José Agripino. É de grande relevância a comunicação que V. Ex^a faz. Certamente, haverá o desejo da Casa de ouvir os esclarecimentos do Senador Demóstenes Torres.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício Int. nº 32/GSDT

Brasília – DF, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

A fim de que eu possa acompanhar a evolução dos fatos noticiados nos últimos dias, comunico a Vossa Excelência o meu afastamento da liderança do Democratas no Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa os Deputados Rogério Marinho e Stepan Nercessian, como membros suplente e titular, em substituição, respectivamente, aos Deputados Jutahy Júnior e Augusto Carvalho, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 562, de 2012**, que “dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências”, conforme os ofícios que foram enviados respectivamente pela Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados e pela Liderança do próprio PV–PPS, também da Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios:

Of. Nº 333/2012 / PSDB

Brasília, 27 de março de 2012.

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **Rogério Marinho**, em substituição ao Deputado **Jutahy Junior**, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 562/12, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os pólos presenciais do Sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências.

Respeitosamente, – **Bruno Araújo**, Líder do PSDB.

OF/LID/Nº 36/2012

Brasília, 27 de março de 2012

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Stepan Nercessian – PPS/RJ, como titular, em substituição ao Deputado Augusto Carvalho – PPS/DF, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 562/12, que “Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb às instruções comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do Bloco PV, PPS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Paulo Davim como orador inscrito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de abordar o tema para o qual vim à tribuna na tarde de hoje, eu gostaria de fazer o registro de um evento de extrema importância que acontecerá nos dias 28, 29, 30 e 31 de março, ou seja, a partir de amanhã, em Salvador, na Bahia: o Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

Esse evento é considerado o mais importante evento da educação ambiental no País e tem como tema a Rio+20 e as sociedades sustentáveis. Esse evento visa discutir, de forma exaustiva, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e também a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Esse é um fato importante, porque todos os eventos ligados ao meio ambiente, ligados ao tema ambiental, estão voltados para a Rio+20, que acontecerá este ano no Rio de Janeiro.

Portanto, faço este registro do VII Fórum – já está na sua sétima edição – Brasileiro de Educação Ambiental, que reunirá os educadores ambientais que compõem a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

Portanto, está feito o registro.

Mas, Sr. Presidente, o Brasil, nos últimos dez anos, teve um crescimento incontestável, com geração de emprego, maiores oportunidades para as pessoas de baixa renda. E, com isso, houve um crescimento natural da classe C. Nos últimos sete anos, houve uma migração de 64 milhões das classes D e E para essa classe. Só em 2011, foram contabilizados 2,7 milhões brasileiros que passaram a fazer parte da classe C, oriundos das classes D e E, chegando ao total de 103 milhões de brasileiros ocupando essa faixa de classe social, o que corresponde a aproximadamente 54% da população brasileira.

Pois bem, todas as vezes que há essa migração, há um natural consumo de bens por quem atinge esse patamar. E nós, vivenciando o problema de saúde pública no Brasil, que é um fato – todos conhecemos os seus graves problemas –, é óbvio que essas pessoas elejam como prioridade a saúde: a sua saúde e a de seus familiares. O que está acontecendo é que está havendo uma maior busca, uma maior procura pela assistência à saúde suplementar, através das operadoras de planos de saúde.

No Brasil, 48 milhões de pessoas fazem uso dos famigerados planos de saúde. E esses planos de saúde, por sua vez, precisam se adequar à nova realidade, coisa que não está acontecendo.

Há limitações de todas as ordens. Há limitação na liberdade de escolha dos usuários dessas operadoras. Há limitação na liberdade de ação dos profissionais que prestam serviços à população por meio dessas operadoras de planos de saúde. Muitas vezes, há uma tentativa de ingerência na condução dos pacientes por parte dessas empresas, e os usuários estão enfrentando dificuldades na liberação ou na autorização dos exames solicitados pela equipe médica.

A Resolução Normativa nº 259, de 17 de junho de 2011, dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde e altera, inclusive, a Instrução Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2009. Essa Resolução da Agência Nacional de Saúde, que é recente, que é de 2011, estabelece um prazo mínimo para que os pacientes tenham acesso aos procedimentos e aos serviços que procuram. Por exemplo, o art. 3º dessa Resolução determina que, para consulta básica em Pediatria, em Clínica Médica, em Cirurgia, em Ginecologia e em Obstetrícia, haja uma tolerância de sete dias úteis e que, para as consultas nas demais especialidades médicas, haja uma tolerância de 14 dias úteis. E segue uma tabela de tolerância para esses procedimentos, obrigando as operadoras de plano de saúde a oferecerem esse procedimento dentro do prazo estabelecido por essa Resolução.

Qual é o problema que estamos vivenciando nessas operadoras?

Se um paciente precisa de atendimento ambulatorial, precisa fazer um exame ambulatorial, a tolerância é variável, de sete a dez dias. Se esse atendimento se dá em regime de internação eletivo, em que há um prazo para se realizar o exame ou para se internar o paciente, o prazo é 21 dias para que o plano de saúde conceda ao paciente esse procedimento. Mas, se for um procedimento de urgência e emergência, essa liberação deverá ser imediata, de acordo com o art. 3º, XIV, da Resolução nº 259, de 17 de junho de 2011.

O que está ocorrendo na prática no dia a dia? Há os pacientes internados nas UTIs que precisam de autorização para um procedimento invasivo, como, por exemplo, uma angioplastia ou um implante de marca-passo ou uma cirurgia cardíaca, e os planos de saúde não estão obedecendo a esse prazo determinado pela Resolução da Agência Nacional de Saúde.

Nesta semana mesmo, em Natal, um paciente precisava de um procedimento de angioplastia com cateter extrator de coágulo, um procedimento de urgência, e a família teve de custear o procedimento, porque o plano de saúde não liberou o recurso de acordo com o que determina a Resolução Normativa nº 259, da Agência Nacional de Saúde.

Está havendo um flagrante desrespeito por parte das operadoras de plano de saúde ao que determina a Agência Nacional de Saúde, trazendo prejuízo para seus usuários, ou seja, aumentando o tempo de internação desnecessária desses pacientes e, inclusive, colocando em risco a saúde dos que estão internados esperando essas autorizações. Estão expondo os pacientes a uma infecção hospitalar e a outros problemas oriundos de uma internação prolongada.

Portanto, Sr. Presidente, desta tribuna do Senado, faço um apelo para que as operadoras cumpram a Resolução da Agência Nacional de Saúde, até porque essas operadoras precisam se adequar à nova realidade social do Brasil. Está havendo uma migração das classes D e E para a classe C, e esta classe está lançando mão, de forma muito mais frequente, de plano de saúde de que há alguns anos, porque houve um crescimento, uma elevação da sua receita familiar. E, como falei a pouco, também em função da dificuldade de acesso ao atendimento médico na rede pública, é óbvio, é claro que esses pacientes vão buscar seu atendimento e o de seus familiares pelos planos de saúde, os quais não estão apresentando resposta a essa demanda crescente no mercado de assistência à saúde suplementar.

Portanto, fica aqui meu registro, fica aqui a solicitação para que a Agência Nacional de Saúde promova

a fiscalização do cumprimento da sua Resolução por parte das operadoras dos planos de saúde.

Reitero minhas congratulações aos organizadores do Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, que acontece do dia 28 ao dia 31 de março, em Salvador, na Bahia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Davim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem.) – V. Ex^a poderia me informar a hora da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou sendo informado de que há poucos instantes foi concluída a reunião dos Líderes, de maneira que o Presidente Sarney deverá estar aqui em instantes.

Estão inscritos para falar como Líderes V. Ex^a e o Senador Alvaro Dias.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, então, tem a palavra como Líder.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos aguardar a Ordem do Dia. Eu falo depois da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, então, vai falar após a Ordem do Dia?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Perfeitamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

Então, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra como Líder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente, não como Líder.

Aguardando a presença do Presidente Sarney, quero submeter à Mesa uma questão de ordem. Embora,

na reunião de Líderes, o Presidente já tenha adiantado que encaminhará ao Supremo Tribunal Federal embargos de declaração para obter esclarecimentos sobre dúvidas existentes em relação à reunião da Comissão Mista como decorrência da última decisão do STF, nos termos do art. 131 e seguintes do Regimento do Congresso Nacional, venho propor a presente questão de ordem, consoante fatos e fundamentos a seguir expostos.

O Congresso Nacional atualmente enfrenta calosos debates acerca da apreciação de medidas provisórias, tendo em vista o abuso na utilização desse instrumento constitucional pelo Poder Executivo e que em muito prejudica a função precípua do Legislativo, que é a de legislar.

Tais discussões ganharam ainda maior repercussão após recente decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029, em 8 de março do corrente, relatada pelo eminente Ministro Luiz Fux, em que se julgou a Lei nº 11.516, de 2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, entendendo que é obrigatória a análise das MPs pela Comissão Mista do Congresso Nacional, conforme determina o art. 62, §9º, da Constituição da República.

Em cumprimento a esse ditame constitucional e analisando o conteúdo da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Supremo decidiu que compete às comissões mistas, obrigatoriamente, analisar e emitir parecer sobre as MPs, em fase inafastável do processo legislativo dessa espécie de proposição legislativa excepcional, previamente à sua apreciação pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Ao assim decidir, o Supremo restabeleceu a ordem jurídica e política constitucional, promovendo por via jurisdicional o reequilíbrio dos Poderes, de forma a privilegiar a função legiferante do Parlamento, em atendimento ao princípio fundamental da harmonia e independência entre os Poderes Republicanos, uma vez que a nossa Constituição adotou o sistema de freios e contrapesos inspirados na Constituição norte-americana.

Ainda que o acórdão da referida Ação Direta de Inconstitucionalidade não tenha sido publicado, o STF disponibilizou o voto condutor desse julgamento, proferido pelo Ministro Fux, e ainda o extrato da decisão, em que se observa claramente ter havido a declaração incidental da inconstitucionalidade

dos já citados arts. 5º, caput, e 6º, caput e parágrafos, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, pois dispensam a prolação de parecer por parte da Comissão Mista, não sendo suficiente sua elaboração por parlamentar relator.

Outrossim, ficou assim formatado o dispositivo do voto do Ministro Fux:

(...)

Note-se que a decisão do STF faz expressa menção ao art. 5º, **caput**, e ao art. 6º, **caput**, da Resolução nº 1, excluindo o prazo de 14 (quatorze) dias para emissão de parecer pela Comissão Mista, bem como as determinações regimentais que autorizam a supressão dessa instância de análise, para deliberação direta nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente.

Diante dessa situação inédita, o STF remodelou o processo legislativo regimental das medidas provisórias, adequando-o, como já dito, aos comandos constitucionais.

Com isso, diversas questões demandam esclarecimento por parte de V. Exª, quando da análise da primeira medida provisória editada após o histórico julgado da Suprema Corte.

Nesse sentido, indagações de ordem regimental, e, ainda, com base em questões que somente a práxis revelaria, devem ser antecipadas e, desde logo, enfrentadas, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.

Ontem, quando da instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 562, de 2012, não houve *quorum*. Esse fato, aliás, muito comum e que inspirou a edição de parte dos normativos da Resolução nº 1, de 2002, leva-nos a prever, por exemplo, que, na falta de prazo, ante a declaração incidental de inconstitucionalidade dos arts. 5º e 6º da referida Resolução, não seria impossível prever que a Comissão Mista poderia apresentar seu parecer em tempo demasiadamente excessivo, o que afetaria consideravelmente a análise da MP pelos Plenários da Câmara e do Senado, os quais teriam, assim, um prazo extremamente reduzido para suas respectivas deliberações.

Assim, diante das modificações que o julgamento da citada ação direta de inconstitucionalidade promoveu na resolução que trata das medidas provisórias, formulo a presente questão de ordem, por meio da qual se levantam as seguintes indagações a V. Exª:

1. Diante da declaração de inconstitucionalidade incidental dos arts. 5º, **caput**, e 6º, **caput**, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, e uma vez que o acórdão não fora ainda publicado, já deve o Congresso Nacional atualizar o referido ato normativo comum?
2. Em caso afirmativo, quando se promoverá referida atualização, uma vez que já tramita no Poder

Legislativo medida provisória editada após a decisão da Suprema Corte?

3. Diante da imposição de análise das medidas provisórias pela Comissão Mista respectiva e pelo STF, previamente à apreciação das Casas Legislativas, e uma vez que parte dos prazos regimentais da Resolução nº 1, de 2002, foram suprimidos, poder-se-ia fixar algum prazo para que a Comissão Mista elabore seu parecer ou poderá a Comissão reter a MP indefinidamente?
4. Que providências podem ser adotadas para que se evite a recorrente e muitas vezes proposital falta de quórum nas comissões mistas e qual seria a causa principal comprometedora do processo legislativo das medidas provisórias no Congresso Nacional?
5. Diante da demora da Comissão em cumprir suas funções constitucionais, quais serão as providências adotadas para impedir que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal recebam a medida provisória em prazo exíguo?
6. Decorrido o prazo de 45 dias sem que haja parecer da Comissão Mista, a medida provisória trancará automaticamente a pauta da Câmara dos Deputados?
7. Nesse caso, a proposição legislativa correspondente continuará regimentalmente no fórum de apreciação da Comissão Mista ou deverá ser encaminhada coercitivamente ao Plenário da Câmara dos Deputados, mesmo diante da possibilidade de supressão da instância constitucional?
8. Como adequar os prazos remanescentes previstos na Resolução nº 1-CN, de 2002, vez que o STF excluiu os previstos no art. 5º e no art. 6º?
9. Em atenção ao princípio da legalidade, como se dará o cumprimento do §3º do art. 6º da referida Resolução, que expressamente faz remissão ao reconhecido e inconstitucional §2º do mesmo artigo?
10. E como se procederá quanto à remissão feita aos arts. 5º e 6º, declarados parcialmente inconstitucionais, conforme previsto no art. 10 do normativo em questão?

Portanto, Sr. Presidente, há questões que devem ser remetidas, como quer o Presidente Sarney, ao Supremo Tribunal Federal através da medida já anunciada pelo Presidente aos Líderes, mas há questões também que devem merecer a deliberação da Mesa do Senado Federal e que estão inscritas nesta questão de ordem.

Evidentemente, não vamos sugerir ao Senador Eduardo Suplicy que responda improvisadamente a todas essas questões, mas que acolha a questão de ordem para que a Secretaria-Geral da Mesa do Senado

possa elaborar as necessárias e competentes respostas às questões que estamos suscitando neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A Presidência recebe a questão de ordem formulada por V. Ex^a. O Presidente José Sarney já se encontra no plenário e, quando assumir a Presidência, dará a resposta à questão de ordem formulada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Deputado Paulo Rubem Santiago, como membro titular, em substituição ao Deputado André Figueiredo, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer relativo à Medida Provisória nº 562, de 2012, que “Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências”, conforme o Ofício s/n, de 2012, da Liderança do PDT, na Câmara dos Deputados.

De maneira semelhante àquela que acabei de ler, relativamente a ofícios encaminhados pelas Lideranças do PSDB e do PV/PPS, faço-o aqui, pela Liderança do PDT, designando o Deputado Paulo Rubem Santiago.

É o seguinte o Ofício:

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º, da Resolução nº 1/2002, do Congresso Nacional, indico em meu lugar o Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), como membro titular da Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 562/2012.

Sala das Sessões, 27 de março de 2002. – Deputado **André Figueiredo**, Líder do PDT.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, quero dirigir uma solicitação a V. Ex^a, que é, inclusive, o Relator, na Comissão de

Assuntos Econômicos, da matéria que trata da prorrogação do prazo para a autorização estabelecida no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010, relativa a uma operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$10 milhões, para o Estado da Bahia.

Peço a V. Ex^a que esse projeto de resolução tenha o seu devido encaminhamento para que V. Ex^a, Relator da matéria na nossa gloriosa Comissão de Assuntos Econômicos, possa apresentar o relatório e os baianos tenham a oportunidade de receber obras e investimentos financiados por esses recursos que, por convênio, serão destinados à Bahia pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Sr. Presidente, era o que tinha a solicitar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Líder, Senador Walter Pinheiro, a matéria que V. Ex^a menciona já está sobre a Mesa e as providências solicitadas por V. Ex^a serão tomadas pela Mesa e pelo Relator designado, então.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Agora estou mais tranquilo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A referida matéria tomou o número Projeto de Resolução nº 6, de 2012, que prorroga o prazo para o exercício de autorização estabelecida no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra, agora, o Senador Lauro Antonio como orador inscrito.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o problema do lixo nas nossas cidades vem se agravando ano após ano, causando transtornos graves à população e ao meio ambiente. E não devemos e nem podemos nos esquecer de um fato de extrema gravidade que está prestes a completar dois anos e que abalou todo o País. Em abril de 2010, todos estão lembrados, a cidade de Niterói foi atingida por fortes chuvas, o que culminou com um saldo de 7 mil desabrigados e mais de 100 mortos, sendo 39 moradores do morro do Bumba, morro este que, de fato, é um lixão desativado em 1981 e que, desde então, passou a ser ocupado por residências.

No início dos anos 2000, já vinham sendo registrados deslizamentos de terra e desabamentos de casas nessa área, reconhecidamente instável e contaminada. Embora uma equipe de geólogos, após analisar detalhadamente o local, tenha verificado que não houve afundamento do terreno onde as casas haviam sido

construídas, a presença do lixo foi fundamental para a escala do incidente.

Quando se fala em geração de resíduos sólidos, além da instabilidade dos terrenos onde estão lixões instalados, um dos principais problemas relacionados é a infiltração de chorume, com a consequente poluição dos recursos hídricos, seja superficial ou subterrâneo, a proliferação de insetos e, ainda, a decomposição do lixo que resulta na produção de gás carbono e metano, sendo que o gás metano é 21 vezes mais forte em termos de efeito estufa que o gás carbono.

Contudo, em agosto de 2010, após 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Presidente Lula sancionou a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, com isso, o País passou a ter um marco regulatório para o setor, tendo como alguns dos principais objetivos a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos; o aumento da reciclagem no País; a promoção da inclusão social e a intensificação de ações e educação ambiental.

Mas, apesar de tudo, os conhecidos “lixões” e aterros sanitários dominam o cenário da destinação dos resíduos sólidos urbanos em nosso País, configurando dano ao meio ambiente, dano social e ainda desperdício de uma rica fonte de energia – a biomassa.

No Brasil são produzidos 64 milhões de toneladas por ano de detritos sólidos domésticos; 2,9 milhões de toneladas/ano de detritos industriais tóxicos e 1,5 milhões de toneladas/ano de detritos vindos de serviços de saúde. E como tratar de maneira efetiva e eficiente toda essa enorme quantidade de lixo gerado no País e que vai aumentar dia a pós dia?

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, pessoalmente, só vejo uma maneira efetiva com a qual podemos tratar a destinação dos resíduos sólidos urbanos, que é a conversão desses resíduos em energia. Para se ter uma ideia, cada tonelada de detrito doméstico pode gerar energia para substituir um barril e meio de petróleo. Levando-se em consideração que geramos, por dia, quase 180 mil toneladas só desse tipo de detrito, poderíamos substituir o equivalente a 263 mil barris de petróleo por dia para gerar energia.

Apesar de sabermos da existência de algumas usinas de processamento de resíduos sólidos urbanos no País, uma especialmente me chamou a atenção pela sua tecnologia, a que elimina, de forma eficiente, todos os tipos de detritos, inclusive os com elevado índice de umidade, sem produzir odores. Ela possui um sistema de última geração no tratamento dos efluentes gasosos provenientes da câmara de gaseificação, sem produzir poluentes; permite a geração de energia elétrica, reduz em 97% os detritos sólidos e os 3% restantes podem ser utilizados na área da construção civil. E,

ainda, esta usina de processamento de detritos, por não causar qualquer tipo de poluição ambiental, pode ser instalada próxima às áreas urbanas, gerando, inclusive crédito de carbono para os Municípios.

Atualmente existem mais de quatro mil usinas aplicando essa tecnologia em diversos países em todo o mundo como Estados Unidos – onde o custo é a metade do custo do Brasil, da energia –, Canadá, Austrália, Itália, Alemanha, Malásia, Japão e Israel.

Entre os muitos benefícios, a implantação de unidades dessas usinas em Municípios brasileiros trará um maior aproveitamento do potencial energético alternativo,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

Eu gostaria de registrar aqui, com muita alegria, a presença da Deputada Federal Mara Grabrilli, que nos honra aqui no plenário do Senado.

Seja muito bem-vinda.

Pode continuar.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado. Bem-vinda, Deputada.

...trará um maior aproveitamento do potencial energético alternativo, redução da dependência das fontes de energia fósseis, redução do risco de apagão, pela diversificação da matriz energética; redução do efeito estufa, redução dos problemas de saúde e gastos públicos com saúde, redução da poluição das águas, redução dos custos dos Municípios com o tratamento de resíduos sólidos urbanos e a geração de emprego e renda diretos e indiretos através de parcerias com cooperativas de catadores e reciclagem, dentre outros.

Enfim, todos os tipos de detritos, sejam domésticos, industriais, tóxicos, hospitalares, patogênicos, pneus, plásticos, hidrocarbonetos, sólidos e líquidos podem ser processados e transformados em biomassa, que é uma fonte de energia alternativa capaz de gerar o equivalente a 37% do consumo nacional de energia elétrica com um custo bem reduzido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meu desejo é que, em um futuro próximo, o que hoje chamamos de lixo, possamos chamar de energia!

Muito Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lauro Antonio, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada Senador Lauro Antonio.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, DE 2012

Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Re- solução nº 46, de 31 de agosto de 2010.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É prorrogado em 180 (cento e oitenta) dias o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 22 de fevereiro de 2012.

Justificação

Mediante a Resolução nº 46, de 2010, o Senado Federal autorizou o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

Os recursos do empréstimo destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA)”.

Conforme disposto no art. 4º da citada resolução, esta Casa estabeleceu, como de praxe, o prazo máximo de 540 dias para o exercício da autorização, a contar da data de sua publicação. No caso, a partir de 1º de setembro de 2010.

Em 16 de fevereiro de 2012, o Sr. Governador do Estado da Bahia encaminhou o Ofício nº 37/2012-G.E à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa solicitando a prorrogação de vigência da mencionada resolução, pelos seguintes motivos: até então, *“não foi possível concluir o processo autorizativo para a contratação de crédito de que cuida a sobredita Resolução”* e, por outro lado, *“o Estado da Bahia já havia obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento as prorrogações necessárias para o cumprimento das respectivas pendências.”* A propósito, conforme o Ofício BID-CBR-453, de 13 de fevereiro de 2012, o Banco informa que prorrogou, até 12 de abril de 2012, o prazo para a contratação.

Como se vê, o pleito do Sr. Governador não modifica as condições objetivas – materiais e financeiras – da autorização que o Senado Federal concedeu ao Estado da Bahia, em fins de 2010, para contratar a referida operação de crédito junto ao BID. O pedido formulado por Sua Excelência diz respeito tão somente ao aspecto formal da autorização, relativamente à prorrogação do prazo para o respectivo exercício. Nota-se, ademais, que o Ofício do Governador foi en-

caminhado a esta Casa antes do vencimento do prazo originalmente concedido.

Ante o exposto, e com fundamento nos arts. 213, III e 391 do Regimento Interno do Senado Federal, submeto aos meus pares o presente projeto de resolução, certo de que a prorrogação do prazo da autorização senatorial em 180 dias viabilizará, nos termos propostos, a implementação do relevante Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA), conforme originalmente autorizado por esta Casa.

Sala das Sessões, – Senadora **Lídice Da Mata** – Senador **Walter Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2010

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto lido vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2012

Inclui parágrafo único no art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a utilização de veículos com mais de

dez anos de fabricação na condução coletiva de escolares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a inclusão do seguinte parágrafo único:

“Art. 136.
.....

Parágrafo único. Os veículos de que trata o **caput** não poderão ter mais de dez anos de fabricação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cinco anos da data de sua publicação.

Justificação

O transporte escolar é uma atividade inserida no âmbito das políticas de acesso e permanência na escola. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconizem a matrícula em estabelecimentos de ensino próximos da residência dos alunos da educação básica, a realidade é que, tanto no campo quanto nas cidades, muitas crianças dependem do transporte para ir à escola. Além das distâncias que precisam ser percorridas, pesa o fato de que a maioria dos pais ou responsáveis trabalha em horários incompatíveis com a jornada adotada pelas instituições de ensino e necessita, portanto, do transporte escolar para garantir a frequência dos seus filhos pequenos.

A União participa apenas em caráter suplementar da política de transporte escolar, repassando aos entes federados recursos destinados à locomoção de alunos da educação básica residentes em zonas rurais. Os estados e municípios, segundo a LDB, são os responsáveis pelo transporte dos alunos de suas respectivas redes de ensino. Além disso, existem inúmeros prestadores desse serviço que são diretamente contratados pelas famílias dos estudantes de escolas privadas.

Em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa sobre o tema, em novembro de 2011, um dos principais problemas apontados pelos responsáveis pelo programa de transporte escolar no Ministério da Educação, que afeta não só a segurança dos alunos, mas também os custos de manutenção do serviço para o Poder Público, é a elevada idade da frota de veículos escolares em circulação. Segundo levantamento apresentado na ocasião, a média nacional de idade dos veículos empregados no transporte escolar é de 16,5 anos. As variações regionais são significativas: na região Nordeste, por exemplo, quase 41% da frota de escolares tem mais de 20 anos.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) tem um capítulo especialmente destinado à condução de escolares. Nos arts. 136 a 139, o CTB dispõe sobre as exigências que devem ser obedecidas pelos veículos destinados a essa atividade, bem como os requisitos a serem observados por seus condutores. Ainda que o Código inclua a previsão de inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, não faz menção à proibição de que sejam empregados na atividade veículos obsoletos.

Essa situação nos motivou a apresentar a presente proposição. Pretendemos impedir uma prática muito comum pelo País afora, que é a de destinar ao transporte escolar os veículos que já não se prestam ao transporte comum de passageiros, por já estarem muito velhos e com altos custos de manutenção. Adicionalmente, as tecnologias mais avançadas empregadas nos veículos mais novos contribuirão para promover mais segurança no transporte diário das crianças para a escola.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos senhores Senadores e Deputados para a aprovação deste projeto de lei. – Senador **Paulo Bauer**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Mensagem de veto**Vide texto compilado****Institui o Código de Trânsito Brasileiro.****CAPÍTULO XIII****Da Condução de Escolares**

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I – registro como veículo de passageiros;

II – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV – equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V – lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira

e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI – cintos de segurança em número igual à lotação;

VII – outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Cidadania e Justiça, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2012

Altera o Código Penal para prever o crime de constituição, integração ou manutenção de milícia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Código Penal para prever o crime de constituição, integração ou manutenção de milícia.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

“Milícia

Art. 288-A. Constituir, integrar ou manter organização ilegal armada com a finalidade de proteger ou controlar área urbana habitada, exercer influência política ou obter vantagem de natureza econômica:

Pena – reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se o agente é funcionário público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei vem para suprir uma lacuna de nossa legislação penal. A constituição de milícias, nos moldes contemporâneos, não está prevista como crime no ordenamento jurídico brasileiro.

Há um tipo penal sobre a constituição de milícias do tipo tradicional, organização do tipo paramilitar com finalidade combativa, previsto no art. 24 da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983). Esse artigo serviu de inspiração para que

elaborássemos um tipo penal mais moderno e socialmente funcional.

Milícia, na experiência brasileira contemporânea, é a designação genérica de organizações armadas com poder de polícia e que formalmente não integram as forças armadas ou de segurança pública, apesar de seus integrantes, muitas vezes, fazerem parte dessas organizações oficiais.

No Rio de Janeiro, as milícias são geralmente grupos formados em comunidades urbanas de baixa renda, como conjuntos habitacionais e favelas, sob a alegação de combater o narcotráfico, mas mantendo-se com os recursos financeiros provenientes da venda de proteção da população carente. Na cidade fluminense, esses grupos são formados por policiais, bombeiros, vigilantes e militares, fora de serviço ou ainda na ativa. Muitos deles são moradores das comunidades que controlam e contam com o respaldo de políticos.

Com a intenção original de garantir a segurança contra traficantes, os milicianos passaram a intimidar e extorquir moradores e comerciantes, cobrando taxas de proteção. Através do controle armado, esses grupos também controlam o fornecimento de muitos serviços aos moradores, como transporte alternativo (que serve aos bairros da periferia), a distribuição de gás e a instalação de ligações clandestinas de TV a cabo.

Trata-se de um tipo novo de organização que ainda não recebeu sua adequada tipificação na lei penal brasileira. Assim, pedimos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto. – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Texto compilado

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 24 - Constituir, integrar ou manter organização ilegal de tipo militar, de qualquer forma ou natu-

reza armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2012

Altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, para dispor sobre a prorrogação da concessão de licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela caberia à mãe, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade e da licença-paternidade.

§ 1º A prorrogação será garantida:

I – à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do **caput** do art. 7º da Constituição Federal;

II – ao empregado da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que o empregado a requeira, e concedida imediatamente após a fruição do período da licença-paternidade referida no art. 10, § 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por todo o período da prorrogação, na forma do **caput**, da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte

.....” (NR)

“Art. 2º É a administração pública direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta a prorrogação da licença-maternidade e da licença-paternidade para seus servidores, nos termos do que prevê o art. 1º desta Lei.” (NR)

“Art. 3º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, ou da licença-paterni-

dade, a empregada, ou o empregado referidos no artigo 1º, terão direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes daquela devida no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.” (NR)

“Art. 4º No período de prorrogação da licença-maternidade, ou da licença-paternidade, de que trata esta Lei, a empregada, ou o empregado, não poderão exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou estabelecimento similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a empregada, ou o empregado, perderão o direito à prorrogação.” (NR)

“Art. 5º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada, ou do empregado, pago nos sessenta dias de prorrogação de licença-maternidade, ou de licença-paternidade, na forma do **caput** do artigo 1º, vedada a dedução como despesa operacional.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, XIX, garante ao pai a licença-paternidade que, em conformidade com o artigo 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será de cinco dias, até que seja regulamentada em lei. É o reconhecimento do Constituinte, de um lado, que funções antes ligadas exclusivamente à maternidade deverão ser partilhadas entre o pai e a mãe desde o nascimento dos filhos e, de outro, que a paternidade deve desempenhar um papel mais ativo na família.

Somente com a partilha plena de funções entre o homem e a mulher no cuidado dos filhos é que teremos um sentido de paternidade mais justo e mais humano.

O programa empresa cidadã tem como objetivo principal estimular as empresas a prorrogar por mais sessenta dias a duração da licença-maternidade. Trata-se não só do reconhecimento de um direito da mulher, mas principalmente do recém-nascido, que necessita de cuidado e atenção em tempo integral.

Por isso, entendemos ser de suma importância que se estenda o mesmo direito ao pai, em caso de

impedimento do cônjuge ou companheira, para cuidar do recém-nascido.

Nesse sentido, estamos propondo que, em caso de incapacidade psíquica ou física ou morte da mãe, possa o marido ou companheiro requerer ao empregador o gozo de todo o período ou parte que restar da prorrogação da licença-maternidade concedida nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Com o presente projeto procura-se dar maior efetividade ao que estabelece o artigo 227 da Constituição Federal que determina ser *dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*.

Por todas essas razões, submetemos o presente projeto de lei à elevada apreciação do Congresso Nacional. Em razão da relevância da matéria, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008.

Mensagem de veto

Regulamento

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º A prorrogação será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

§ 2º A prorrogação será garantida, na mesma proporção, também à empregada que adotar ou obter guarda judicial para fins de adoção de criança.

Art. 2º É a administração pública, direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos do que prevê o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 4º No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta Lei, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a empregada perderá o direito à prorrogação.

Art. 5º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos 60 (sessenta) dias de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O Poder Executivo, com vistas no cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no seu art. 7º.

Brasília, 9 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega – Carlos Lupi – José Pimentel**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segu-

rança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

.....

.....

CAPÍTULO II

Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

a) (Revogada).

b) (Revogada).

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

.....

.....

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO VII **Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso**

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI – estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 8º A lei estabelecerá:

I – o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II – o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

.....

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 1º O Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os membros do Congresso Nacional prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I – fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, **caput** e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

§ 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

§ 2º Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

§ 3º Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu **Mensagem nº 26, de 2012**, pela qual a Senhora Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$500 milhões (dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial – BIRD, destinado ao *Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco*, na modalidade denominada **Development Policy Loan – DPL**.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, art. 93, I, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, que “Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo - FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.”:

- I) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e sobre os percentuais dos Poderes e órgãos com limites de pessoal específicos fixados nos termos do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo menos no exercício em que a lei deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (2012 a 2014), nos termos do artigo 16, inciso I e § 1º, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II) os estudos técnicos, com a especificação da metodologia adotada (inclusive as tábuas biométrica e atuariais utilizadas) referentes à estimativa de comportamento do gasto previdenciário, nos trinta anos posteriores à entrada em vigor do novo regime de que trata o Projeto;

Justificação

A proposta do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, acarreta graves dúvidas no seu aspecto fiscal e financeiro, dúvidas estas que tornam imprescindíveis maiores esclarecimentos para o juízo informado desta Comissão.

Ao instituir o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais civis titulares de cargos efetivos e membros de Poder detentores de cargos vitalícios, assim como fixar o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência pública e autorizar a criação de

entidade fechada de previdência complementar de natureza privada, o projeto preconiza que o ingressante nos quadros efetivos do serviço público federal estará sujeito às novas regras, que incluem o direcionamento ao mercado da sua contribuição previdenciária (junto com a contribuição patronal da própria União) para formação de reserva estritamente financeira, em lugar da sua atual aplicação no custeio dos benefícios previdenciários já concedidos.

Ora, isto implica em redução considerável das receitas do regime próprio da União disponíveis para o custeio das aposentadorias e pensões dos atuais servidores, na medida em que toda a reposição de servidores aposentados implicará em aumento da despesa com aposentadorias e simultânea redução das contribuições utilizadas para seu custeio. Em consequência, será necessário um aporte adicional de um volume de recursos do Tesouro Nacional, cuja estimativa ainda não se conhece com exatidão e não consta do projeto; de igual modo, essa elevação de recursos de per si enseja riscos de descumprimento dos limites de pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os Poderes e órgãos federais.

Com efeito, o próprio Ministério da Previdência Social apontava já em 2002 que a experiência internacional comprova fortes riscos na transição:

“contrariamente ao que se tem difundido, os dados mais recentes sobre a experiência da reforma no Chile, relativos ao ano de 2001, evidenciam fortemente a sua inadequação como modelo a ser seguido: o gasto público elevou-se em função do chamado ‘custo de transição’, a cobertura previdenciária reduziu-se, o custo administrativo previdenciário aumentou e o valor dos benefícios oscila de acordo com a flutuação do mercado financeiro, gerando incertezas. Além disso, no Chile, a alta concentração dos ativos previdenciários em mãos de poucas administradoras privadas está gerando oligopolização do mercado”, (Gushiken, L. et al. Regime próprio de previdência dos servidores: como implementar? Uma visão prática e teórica. Brasília, DF: MPAS, 2002.).

No que se refere ao cumprimento dos limites de gasto de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, o próprio Secretário Executivo do Ministério da Fazenda declarou à imprensa que “se preciso, a lei será mudada para adequar os limites ao aumento de gastos com pessoal”. (O Globo, 25/11/2012)

Em síntese, a mudança do sistema de repartição simples para o de capitalização que pretende o Projeto traz em sua essência significativa elevação do gasto público em função do custo no longo período de transição. E esse custo de transição tem sérias implicações na política fiscal, o que requer atenção e cuidado específicos. Este risco fiscal está detalhadamente descrito pela Nota Técnica nº 3/2012 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (COFF-CD), de fevereiro de 2012, que é taxativa no sentido de apontar analiticamente o desequilíbrio orçamentário e financeiro decorrente dessa transição.

Mais grave, a referida Nota Técnica dá conta de que, no âmbito da tramitação do PLC nº 2/2012, não foram apresentadas quaisquer simulações ou cálculos por parte do governo federal que objetivem minimamente dimensionar esses custos iniciais; por isso, conclui de forma categórica no sentido de que tal omissão configura descumprimento de condicionantes fixadas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudos dessa natureza, acrescente-se, têm de ser precisos e objetivos, com base em perfis populacionais reais de todo o universo de servidores da União, não sendo possível baseá-los em hipóteses genéricas ou aproximações simplificadas, como detalhadamente demonstra o Acórdão nº 352/2008-TCU/Plenário que trata da matéria.

Estamos falando de compromissos adicionais de pelo menos três décadas sobre o Tesouro público – não é possível lançar a União em um tal cenário de risco sem que haja os estudos técnicos básicos sobre os impactos econômico-fiscais da proposta e sejam previamente discutidas as medidas saneadoras que serão exigidas dos respectivos titulares com vistas a assegurar a estabilidade macroeconômica.

A Câmara dos Deputados, porém, concluiu a votação do projeto sem deixar constância da comprovação da adequação orçamentária e financeira da criação da Funpresp, e sem sequer avaliar os impactos sobre os limites fiscais decorrentes da medida. Não pode o Senado adotar a mesma conduta: a responsabilidade para com as finanças públicas impõe que essas informações sejam conhecidas e discutidas previamente à deliberação do colegiado.

Nesse sentido, as informações do presente requerimento mostram-se imprescindíveis para que cada um dos Senadores possa proferir o seu voto de forma consciente, diante da grave responsabilidade da decisão que se encontra diante desta Casa. – Senador **Pedro Taques**.

(À Mesa, para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 209, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do humorista cearense Chico Anysio, ocorrido no último dia 23, no Rio de Janeiro.

Justificação

Chico Anysio, um dos maiores humoristas do Brasil, faleceu no último dia 23, deixou um legado de centenas de personagens marcantes e representativos do povo brasileiro.

Cearense de Maranguape, nascido no dia 12 de abril de 1931, ainda criança, seguiu com a família para o Rio de Janeiro.

Orgulhava-se da terra natal: “Maranguape foi um paraíso, o Éden da minha infância durante sete gloriosos anos”.

Em 65 anos de carreira, Chico Anysio criou uma galeria de mais de 200 personagens, que com seu humor inteligente e crítico, estão marcados na memória do povo brasileiro. Além de humorista foi ator, dublador, escritor, pintor, compositor, locutor, redator e comentarista esportivo. Com 17 anos, começou a trabalhar na rádio Guanabara, em 1957, o cearense estreou na TV Rio, iniciando assim sua carreira como ator. Sua estreia na Rede Globo aconteceu em 1968, com o programa Chico Especial.

Chico Anysio casou seis vezes e teve oito filhos.

Portanto, é com grande pesar que apresentamos o presente Requerimento, ao tempo em que enalteçamos a memória desse ilustre brasileiro, cearense de Maranguape, que deixou singular e meritória contribuição para a cultura do povo brasileiro. – Senador **Inácio Arruda**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB, por estar comemorando 90 anos de existência, no dia 25 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Presidente Renato Rabelo, no seguinte endereço: Partido Comunista do Brasil – PCdoB - Sede do Comitê Central: Rua Rego Freitas, 192 - República - São Paulo- Capital - CEP: 01220-010

Justificação

No começo eram alguns poucos sonhadores, mas prontos para lutar pelo que é certo: Democracia, Desenvolvimento, Soberania e Igualdade Social, Socialismo. Juntos começaram a mudar o país. E de luta e luta, de conquista em conquista, chegaram aos 90 anos, prontos para um grande futuro.

A primeira contribuição expressiva do PCdoB à história do Brasil foi sua própria fundação. A criação do partido introduziu na cena política, pela primeira vez, um partido da classe operária, com organização própria e objetivos específicos, a começar pelo socialismo.

Em 25 de março de 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil. Nestes 90 anos, o PCdoB protagonizou lutas por grandes transformações e conquistou muitas vitórias para o povo brasileiro, provando que é um partido bom para lutar e também para governar o país.

O PCdoB guia-se pela teoria científica de Marx, Engels e Lênin, e desenvolvida por outros revolucionários. Procura aplicá-la criativamente à realidade do Brasil e desenvolvê-la sem cessar.

Desde a sua formação, o PCdoB contou com o talento de personalidades como Astrojildo Pereira, que se destacou em meados do século passado. Mas a expressão popular veio com o Luiz Carlos Prestes, até o período recente, quando se agiganta o papel de João Amazonas e Aldo Rabelo.

O PCdoB desde o princípio defendeu a formação de uma frente de esquerda para lançar Luiz Inácio Lula da Silva candidato à Presidência da República, tendo apoiado o PT nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Na última campanha presidencial, o partido apoiou Dilma Rousseff.

A história do PCdoB é uma história de coragem e de determinação, porque mesmo na clandestinidade eles souberam honrar os compromissos com o nosso País. O PCdoB é um partido fundamental na construção

de um novo projeto político, pois tem sua trajetória aliçada nas lutas do povo brasileiro. Vivenciamos hoje no Brasil, com a consolidação da democracia, a construção de Governo voltado inteiramente para o povo. O PCdoB é revolucionário e faz parte deste projeto.

Parabéns, ao Pcdob por ser um partido que luta pelas causas do povo brasileiro, parabéns por ser a organização política de vida mais longa de toda a história do País, ligada aos anseios dos trabalhadores pelo ideal socialista.

Sala das Sessões, 26 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2012

(Requerimento nº 11, 2012)

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 238, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

Justificação

O Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Segurança de Informações Sigilosas, foi negociado e assinado bem antes do advento da Lei nº 12.527, de 2011, que regula

o acesso a informações. Portanto, não poderiam seus redatores ter vaticinado possíveis incongruências com legislação interna brasileira.

Ocorre que a nova lei conflita com o mencionado acordo, em especial por ter suprimido o grau de sigilo confidencial dos documentos, enquanto o texto internacional o prevê expressamente no seu art. 4º, § 1º. Além disso, o § 2º desse artigo dispõe que “[a] Parte destinatária concederá à informação sigilosa recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte transmissora, em conformidade ao disposto no item 1”. Contudo, essa equivalência não existirá mais quanto ao grau confidencial. O Brasil não produzirá mais esse tipo de documento.

Igualmente, os tratados devem relevar certas normas da lei de acesso à informação, como a disposição geral ínsita no seu art. 21 e parágrafo único, sobre tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Ademais, importa ressaltar que a presente Comissão de Relações Exteriores teve o cuidado de indagar a nosso chanceler sobre seu posicionamento a respeito. A resposta que nos chegou, no dia 13 de março de 2012, abalizada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, reforça nosso entendimento, conforme transcrição abaixo do parecer desse órgão:

“32. Em relação aos Tratados que ainda não estão em vigor, recomenda-se que sejam renegociados para refletir o novo regime de proteção à informação previsto na Lei nº 12.527, de 12 [sic] de novembro de 2011. Tal procedimento se justifica para adequação dos atos internacionais ao ‘novo espírito do legislador’.” (Grifo nosso)

Diante essa confluência de opiniões, entre o Senado Federal e o Poder Executivo, o presente requerimento, de sobrestamento do estudo da proposição, a fim de aguardar que o Poder Executivo examine a matéria, tendo em vista a superveniência da referida Lei.

Contamos com a compreensão dos ilustres senadores com essa medida, que deve ser encaminhada ao Excelentíssimo Presidente desta Casa para as providências cabíveis. – Senador **Aloísio Nunes Ferreira**.

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012-CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO, NA REUNIÃO DE 22/03/2012, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) <i>Delcídio do Amaral</i>
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - EDUARDO LOPES (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - PEDRO TAQUES (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

REQUERIMENTO Nº 212, DE 2012

(Requerimento nº 12, de 2012)

(Da Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional)

Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 240, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009, a fim de que o Presidente do Senado Federal oficie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

Justificação

O Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009, foi negociado e assinado antes do advento da Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações. Portanto, não poderiam seus redatores ter vaticinado possíveis incongruências com legislação interna brasileira.

Ocorre que a nova lei conflita com o mencionado acordo, entre outras questões, por ter suprimido o grau de sigilo confidencial dos documentos, enquanto o texto internacional o prevê expressamente no seu art. 5º, § 2º, alínea **d**. Essa equivalência não existirá mais quanto ao grau confidencial. O Brasil não produzirá mais esse tipo de documento. Igualmente, os tratados devem relevar certas normas da lei de acesso à informação, como a disposição geral ínsita no seu art. 21 e parágrafo único, sobre tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Todavia, as disposições existentes no tratado sobre informações sigilosas são consideradas como

provisórias. Dispõe o art. 5º, § 1º, que “a proteção de informação sigilosa que vier a ser trocada ou gerada no âmbito deste Acordo será regulada pelas Partes por meio de um Acordo para a proteção de informação sigilosa”. Portanto, devemos esperar a feitura deste Acordo, em consonância com a nova legislação brasileira, para aprovar o texto base.

Ademais, importa ressaltar que a presente Comissão de Relações Exteriores teve o cuidado de indagar a nosso chanceler sobre seu posicionamento a respeito. A resposta que nos chegou, no dia 13 de março de 2012, abalizada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, reforça nosso entendimento, conforme transcrição abaixo do parecer desse órgão:

“32. Em relação aos Tratados que ainda não estão em vigor recomenda-se que sejam renegociados para refletir o novo regime de proteção à informação previsto na Lei nº 12.527, de 12 [sic] de novembro de 2011. Tal procedimento se justifica para adequação dos atos internacionais ao ‘novo espírito do legislador’.” (Grifo nosso)

Diante essa confluência de opiniões, entre o Senado Federal e o Poder Executivo, o presente requerimento, de sobrestamento do estudo da proposição, a fim de aguardar diligências do Poder Executivo e proposição suplementar sobre a mesma matéria, pretende resguardar nossas ações diplomáticas na área de defesa, bem como ressaltar nosso bom relacionamento com a República da Guiana.

Contamos com a compreensão dos ilustres senadores com essa medida, que deve ser encaminhada ao Excelentíssimo Presidente desta Casa para as providências cabíveis. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012-CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO, NA REUNIÃO DE 22/03/2012, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>KCB</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) <i>Delcídio Amaral</i>
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Edmundo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - EDUARDO LOPES (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - PEDRO TAQUES (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSTO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysto Nunes</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIANO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>KCB</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAÍRO MAGGI	JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

REQUERIMENTO Nº 213, DE 2012

(Requerimento nº 13, de 2012)

(Da Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional)

Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 290, de 2011, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010, até que se seja renegociado o art. V do tratado em questão, adequando-o à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

Justificação

O Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009, foi negociado e assinado antes do advento da Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações. Portanto, não poderiam seus redatores ter vaticinado possíveis incongruências com legislação interna brasileira.

Ocorre que a nova lei conflita com o artigo V do mencionado acordo, pois este não fixa prazos para o fim do sigilo dos documentos. Dispõe esse artigo o seguinte:

“Cada Parte garantirá que documentos, informações e dados obtidos em função da implementação deste Acordo não sejam divulgados, nem transmitidos

a terceiros sem prévio consentimento, por escrito, da outra Parte.”

Ademais, importa ressaltar que a presente Comissão de Relações Exteriores teve o cuidado de indagar a nosso chanceler sobre seu posicionamento a respeito. A resposta que nos chegou, no dia 13 de março de 2012, abalizada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, reforça nosso entendimento, conforme transcrição abaixo do parecer desse órgão:

“32. Em relação aos Tratados que ainda não estão em vigor, recomenda-se que sejam renegociados para refletir o novo regime de proteção à informação previsto na Lei nº 12.527, de 12 [sic] de novembro de 2011. Tal procedimento se justifica para adequação dos atos internacionais ao ‘novo espírito do legislador’.” (Grifo nosso)

Diante essa confluência de opiniões, entre o Senado Federal e o Poder Executivo, o presente requerimento, de sobrestamento do estudo da proposição, a fim de aguardar diligências do Poder Executivo e proposição suplementar sobre a mesma matéria, pretende resguardar nossas ações diplomáticas na área de defesa, bem como ressaltar nosso bom relacionamento com o Kuaite.

Contamos com a compreensão dos ilustres senadores com essa medida, que deve ser encaminhada ao Excelentíssimo Presidente desta Casa para as providências cabíveis. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012-CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO, NA REUNIÃO DE 22/03/2012, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) <i>Delcídio do Amaral</i>
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT) <i>Jorge Viana</i>
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - EDUARDO LOPES (PRB)
CRESTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - PEDRO TAQUES (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDE)	2 - ROMERO JUCA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTÔNIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAÍRO MAGGI	JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passo a presidência dos trabalhos ao Presidente José Sarney.

A Srª Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pauta.

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, que *altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011).*

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, que é o Relator-Revisor da matéria, para proferir o seu parecer.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 215, DE 2012

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, à Medida Provisória nº 550, de 26 de julho de 2011, altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Lindbergh Farias**

I – Relatório

A Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal (CF), editou, em 17 de novembro de 2011, a Medida Provisória (MPV) nº 550, que chega ao exame desta Casa convertida no Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 6, de 2012, pela Câmara dos Deputados, conforme previsto no art. 62, § 12, da Constituição Federal.

A proposição que deu origem ao PLV nº 6, de 2012, compõe-se de três artigos e tem por objetivo prover uma linha de crédito para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Para tanto, por meio de seu art. 1º, modifica a redação do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que passa a vigorar acrescido do seguinte:

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o **caput** para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até dez salários mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Já o art. 2º da MPV nº 550, de 2011, autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição dos bens e serviços referidos no art. 1º da proposição.

O referido art. 2º da MPV contém sete parágrafos, os quais estabelecem que:

- A subvenção de que trata o **caput** é limitada a R\$25 milhões por ano;
- O pagamento dessa subvenção, com vista à liquidação da respectiva despesa, fica condicionado à apresentação de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações sobre a operação realizada;
- O pagamento fica condicionado à existência de dotação orçamentária;
- A referida equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo do recurso na fonte, mais a remuneração da instituição financeira;
- O limite de renda mensal dos beneficiários e o rol de bens e serviços passíveis de financiamento serão definidos por ato conjunto dos ministros da Fazenda, da Ciência, Tecnologia e Inovação e chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Compete ao Ministério da Fazenda definir (i) a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados; (ii) a metodologia e demais condições para pagamento; e (iii) os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a respectiva dotação orçamentária;

- Cabe ao Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecer as condições necessárias à contratação dessas operações.

O art. 3º da Medida Provisória contém a cláusula de vigência.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 183/MF/CC/MCTI/SDH, de 10 de novembro de 2011, que acompanha a matéria, a linha de crédito proposta facilitará a equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência, expandirá o mercado consumidor e impulsionará a inovação tecnológica.

No prazo regimental foram apresentadas vinte e uma emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto (10, 11, 16, 17 e 18); Carmen Zanotto (7); Eduardo Barbosa, Otávio Leite e Mara Gabrilli (5); Guilherme Campos (8, 13, 19 e 21); Mara Gabrilli (6 e 14); Otávio Leite, Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa (2, 3, 4, 12 e 20); Romário (1 e 15); e Senador Francisco Dornelles (9).

Convocada Reunião para 30-11-2011, a Comissão Mista referida no **caput** do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 - CN, não se instalou por falta de quorum.

Em 6-12-2011, o processado da presente Medida Provisória foi encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados, conforme o art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.

Em 2-2-2012, a Deputada Mara Gabrilli foi designada Relatora, para proferir parecer em plenário, pela Comissão Mista, à Medida Provisória e às emendas apresentadas.

No dia 16-2-2012, foram deferidos os Requerimentos nºs 4.356 e 4.357, de 2012, para retirada das emendas nºs 6 e 14, respectivamente.

No dia 5-3-2012, foi deferido o Requerimento nº 4.483, de 2012, para retirada das emendas nºs 2, 3, 4, 5, 12 e 20.

No dia 14 de março do corrente, a Relatora, Deputada Mara Gabrilli, proferiu em Plenário, pela Comissão Mista, Parecer a MPV nº 550, de 2011, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e adequação financeira da proposição e também das Emendas de nºs 1, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 21.

No mérito, concluiu pela aprovação da Medida Provisória; pela aprovação integral da Emenda de nº 18; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 11, 13, 17 e 21, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela a rejeição das Emendas de nºs 1, 7, 8, 9, 10, 15, 16 e 19.

II - Análise

II.1 – Da admissibilidade

Consoante dispõe o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito de Medida Provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

Para o Poder Executivo, a MPV nº 550, de 2011, atende à exigência constitucional de relevância e urgência, nos termos do art. 62 da Carta Magna. Na já referida Exposição de Motivos, a iniciativa é justificada nos seguintes termos:

9. A urgência e relevância da medida ora proposta se justificam pela necessidade de reduzir os impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial das pessoas com deficiência, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O imperativo de se prover meios adequados de inserção social das pessoas com algum tipo de deficiência não é, obviamente, novo. Ao contrário, o Brasil ainda engatinha, por exemplo, em quesitos tão básicos quanto a garantia de um ambiente urbano minimamente adequado aos portadores de necessidades especiais.

Do nosso ponto de vista, encontra-se bem fundamentado o imperativo constitucional de relevância e urgência.

II.2 – Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Quanto aos demais aspectos de ordem constitucional e jurídica, nada há que impeça sua regular tramitação, pois a matéria é de competência da União, conforme o art. 22, VI, da Constituição Federal. Portanto, passível de iniciativa do Presidente da República.

Tampouco incorreu em quaisquer das limitações formais e materiais previstas no art. 61, combinado com o 84, VI, da Carta Magna, ou nas vedações insculpidas no § 1º do art. 62 da Lei Maior.

Acrescente-se que a matéria não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressas nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Do ponto de vista da técnica legislativa, a iniciativa coaduna-se com o que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.3 – Da adequação Financeira e orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da reper-

cussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

Com referência ao impacto fiscal da medida, a Exposição de Motivos Interministerial que acompanha a MPV n° 550, de 2011, diz o seguinte:

6. Quanto ao cumprimento dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, entendemos que, para o presente exercício, não haverá despesa de equalização, tendo em vista a sistemática de pagamento estabelecida para essa linha de crédito. Com relação aos dois exercícios subsequentes, estão previstas despesas adicionais estimadas em R\$16,9 milhões para 2012 e em R\$17 milhões para 2013, valores que serão consignados nos respectivos Projetos de Lei Orçamentária Anuais, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

7. Para efeito do atendimento do § 2° do art. 17 da LRF, o custo da subvenção econômica supracitada será compensado mediante remanejamento de recursos, no próximo exercício, da ação orçamentária para pagamento da subvenção autorizada pela Medida Provisória n° 543, de 24 de agosto de 2011.

8. Registre-se, ainda, que a proposta atende ao art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 49 da Lei n° 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011), de 9 de agosto de 2010, ao autorizar a concessão de subvenção econômica por meio de ato específico, ou seja, mediante edição de Medida Provisória.

Restam, portanto, atendidas as exigências de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, adequação com a legislação orçamentária e identificação da origem dos recursos para seu custeio.

Entretanto, não é mais possível o remanejamento citado no item 7, acima, que se refere a subvenção econômica para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado, cuja previsão legal era de até R\$500 milhões, conforme a MPV n° 543, de 2011, uma vez que tal proposição perdeu a eficácia, por decurso de prazo, nos termos do Ato Declaratório n° 2, de 2012, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Nessa circunstância, cabe ao Poder Executivo apontar tempestivamente uma alternativa de rema-

nejamento de dotações orçamentárias a fim de tornar viável o cumprimento dos nobres objetivos da MPV n° 550, de 2011. Entendemos, outrossim, que se trata de tarefa plenamente alcançável, até mesmo dentro da margem de discricionariedade sobre as dotações orçamentárias de que dispõem os gestores da Administração Federal.

II.4 – Do mérito

No mérito, é plenamente justificada a aprovação da matéria, que fundamentalmente trata de ampliar o alcance da cidadania em nosso País.

Como brilhantemente argumenta a Dep. Mara Gabrilli em seu parecer, as pessoas com deficiência são uma parcela da população submetida a toda uma história de exclusão, que só muito recentemente apenas começou a ser reparada, não só no Brasil, mas no mundo todo.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que ingressou no ordenamento jurídico brasileiro com **status** constitucional. Esse documento é um marco na história mundial no reconhecimento da cidadania das pessoas com deficiência.

A sensibilidade da Presidenta Dilma para esse tema ficou patente em 17 de novembro de 2011, quando o governo lançou o Programa Viver Sem Limite, que articula um grande número de ações concretas para melhorar a vida das pessoas com deficiência.

O Plano tem como objetivo fortalecer a cidadania da pessoa com deficiência na sociedade, por meio da promoção de sua autonomia e a eliminação de barreiras aos bens e serviços disponíveis a toda a população. Segundo dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo 2010, 12,7 milhões de brasileiros (6,7% da população total) possuem pelo menos um tipo de deficiência severa.

O “Viver sem Limite” envolve 15 ministérios e tem metas para serem alcançadas até 2014, investindo R\$7,6 bilhões em quatro grandes eixos: educação; saúde; inclusão social; e acessibilidade.

O Plano avança sobretudo no que tange à tecnologia assistiva, objeto da presente Medida Provisória. A proposição tem por objetivo prover uma linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, que vão desde cadeiras de rodas a colheres acessíveis, para pessoas com deficiência com renda mensal de até dez salários-mínimos.

O Projeto de Lei de Conversão n° 6, de 2012, não suprimiu qualquer dispositivo da MPV original. Ele é composto de três artigos e traz as seguintes inovações em relação à Medida Provisória da qual foi convertido:

- Prevê que o valor da subvenção econômica referida no art. 2º da MPV possa ser majorado nos exercícios fiscais posteriores, mediante previsão orçamentária;
- Determina que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) seja ouvido quando da definição do rol de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado, por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, da Ciência, Tecnologia e Inovação e Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Obriga o Ministério da Fazenda a divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida por instituição financeira, indicando no mínimo o valor total da subvenção, das operações e a quantidade de operações por instituição e por unidade da Federação;
- Obriga as instituições financeiras oficiais federais participantes a encaminhar ao Ministério da Fazenda informações sobre as operações realizadas, no formato e na periodicidade indicados em ato próprio;
- Determina que o Ministério da Fazenda leve em conta a renda do mutuário na definição da taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados pelas instituições financeiras nas operações subvencionadas, com previsão de custos efetivos menores para os de renda mais baixa.

Em suma, as alterações introduzidas não alteram as propriedades da MPV nº 550, de 2011, no que diz respeito aos aspectos formais acima discutidos. No mérito, aperfeiçoam a proposição inicial, aumentando a transparência das operações, o nível de participação pública no estabelecimento das prioridades, o grau de justiça distributiva na definição dos custos para os mutuários, e ainda permitindo uma elevação do montante subvencionado no futuro.

Estou certo de que esta Medida Provisória corresponde a um passo rumo a um cenário novo na vida prática e na mentalidade da sociedade brasileira, até porque as transformações que de fato afetam nossa experiência no cotidiano não existiriam sem que se tivessem modificado também a cultura, os valores e a sensibilidade coletiva. Além disso, contribui para intensificar a luta contra preconceitos arraigados, alimentados pela ignorância.

Não é exagerado afirmar que o processo do qual estamos fazendo parte, mesmo voltado para um segmento específico da sociedade brasileira, tem um sentido verdadeiramente civilizatório, porque nos faz a todos seres humanos melhores e mais dignos de um

futuro coletivo virtuoso.

Apesar de ainda termos muito a caminhar e grandes obstáculos a vencer, saltos qualitativos mais ambiciosos para as pessoas com deficiência dependerão de avanços do País, em seu conjunto, até a realização do sonho radicalmente democrático de plena inclusão de todos os brasileiros e brasileiras.

Estamos tecendo um novo pacto civilizatório, capaz de gerar uma sociedade mais respeitosa das diferenças, mais solidária e justa.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012. – Senador **Lindbergh Farias**, Relator.

COMPLEMENTO DO PARECER Nº 215, DE 2012 – PLEN, PROFERIDO ORALMENTE

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 17 de novembro de 2011, a Presidenta da República editou Medida Provisória nº 550, que chega ao Senado Federal depois de aprovada na Câmara dos Deputados, convertido em um Projeto de Lei de Conversão nº 06, de 2012.

Conforme consta do meu Relatório, distribuído tempestivamente, a proposição tem por objetivo prover uma linha de crédito para pessoas com até 10 salários mínimos, para aquisição de produtos de tecnologia assistida, destinada a pessoas com deficiência.

Assim como a Relatora da Câmara, Deputada Mara Gabrilli, que está aqui no Plenário do Senado Federal – daqui a pouco, vou citar um trecho do seu Relatório –, o meu Relatório conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e adequação financeira da proposição.

Nessa questão da adequação financeira, Sr. Presidente, quero aditar meu Relatório com alguns pontos, demonstrando que as ações previstas nesta Medida Provisória estão previstas na ação orçamentária vigente, notadamente na LDO e na LOAS. Entreguei também ao Líder do DEM, Senador José Agripino, e ao Líder Alvaro Dias, mostrando que, apesar de a Medida Provisória nº 543 ter caducado, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LOAS já estavam previstos esses recursos.

Sr. Presidente, um dos motivos de maior satisfação na minha atuação neste Parlamento, Senador Cyro Miranda, é que temos feito as coisas andarem na área da pessoa com deficiência. E é preciso fazer justiça à sua pessoa como Presidente da República em relação à pessoa com deficiência. Foi no Gover-

no do Presidente Sarney que surgiu a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – agora, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Várias realizações foram feitas a partir do Governo do Presidente Sarney.

Nesta Casa, Sr. Presidente, temos conseguido avançar bastante. Faço questão de citar o ex-Governador e atual Vice-Governador do Paraná Flávio Arns, o Senador Paulo Paim, vários outros Senadores que têm pego essa luta, o Senador Wellington Dias, pai da Daniela, que tem autismo, uma menina maravilhosa, o apoio do Senador Waldemir Moka, do Senador Casildo Maldaner, da Senadora Ana Amélia, do Senador Alvaro Dias, da Senadora Ana Rita.

Há um grande sentimento e uma grande sensibilidade nesta Casa em relação a essa pauta.

Por isso, eu quero destacar, primeiro, a vitória da semana passada, quando nós aprovamos um projeto, Sr. Presidente, e queremos trazê-lo, meu Líder Eduardo Braga, imediatamente para votação no plenário. Depois de uma negociação intensa com o Governo, nós conseguimos, depois de um ano de negociações, aprovar a aposentadoria especial para a pessoa com deficiência – e, no caso de deficiência severa, agora, 25 anos para o homem e 20 anos para a mulher.

Senador Wellington, na primeira brecha depois dessa medida provisória, esse assunto pode vir ao plenário.

Mas não teve só isso.

Na semana passada, realizamos o Dia Internacional da Síndrome de Down. Foi um dia também de vitórias concretas. Primeiro, o dia 21 de março virou dia internacional porque o Governo brasileiro apresentou uma proposta na ONU e, por unanimidade, o dia 21 de março foi transformado em Dia Internacional da Síndrome de Down.

Mas, no dia 21 de março deste ano, outra vitória foi conquistada: o Ministério da Saúde, depois de muito tempo de reivindicações e de lutas do Movimento da Pessoa com Deficiência, apresentou o protocolo de saúde da pessoa com Down. Infelizmente, várias crianças morriam porque os profissionais de saúde não sabiam todos os procedimentos médicos que tinham de ser realizados. Por exemplo, o exame cardiológico, pois 60% das crianças com síndrome de Down têm problemas cardíacos.

Então, apresentamos um protocolo da saúde, que fala sobre toda a vida da pessoa com Down, desde o primeiro ano, segundo ano, vida adulta. E foi uma grande vitória, uma vitória muito importante.

Outra data que não podemos esquecer: 17 de novembro, quando a Presidenta Dilma Rousseff lançou

o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver sem Limite, Presidente Sarney. Foi um grande avanço.

Eu citaria aqui – e não quero me alongar –, por exemplo, os avanços na área da educação. Primeiro, o problema da inclusão no mercado de trabalho. É uma batalha. Hoje, só temos 300 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho, segundo dados do Ministério do Trabalho, e o problema que muitos colocam é o da qualificação profissional.

Pois bem, no Pronatec, agora, e no Plano Nacional de Qualificação, temos 150 mil vagas para a pessoa com deficiência em cursos federais, e 5% das vagas do Pronatec têm que ser destinadas à pessoa com deficiência; 10% das vagas do Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho têm que ser destinadas à pessoa com deficiência.

Na área da educação, Senador Casildo, eu queria destacar também o avanço na inclusão escolar. Em 2007, das crianças de zero a 18 anos com deficiência, apenas 29% estavam na escola.

Com um trabalho articulado do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Educação, chamado busca ativa, a visita em domicílio, houve um salto de 29%, em 2007, para 52%, em 2010. E agora, no final de 2011, chegamos a 68,9% de crianças com deficiência na escola.

E temos de avançar muito mais. Temos de avançar muito mais.

Queria citar também, do plano Viver sem Limites, o benefício de prestação continuada. A Deputada Mara Gabrilli sabe. Esse era um grande problema. Na verdade, muitas pessoas tinham medo de formalizar a sua atuação no mercado de trabalho ou conseguir um emprego, porque perdiam o benefício de prestação continuada. E às vezes aquele era um emprego temporário.

Pois bem, isso foi corrigido no programa Viver sem Limites. A pessoa com deficiência que recebe o benefício de prestação continuada, quando assume o emprego, deixa de receber aquele benefício. Mas, se ela perde o emprego, ela recebe novamente, de forma automática, o benefício de prestação continuada. Eu acho que essa é uma medida muito importante para trabalhar a formalização do trabalho das pessoas com deficiência.

Mas, Sr. Presidente, vamos ao que interessa. Essa medida provisória, no eixo acessibilidade, outro eixo importante do plano Viver sem Limites, passa por acessibilidade em relação, Senadora Lúcia Vânia, ao programa Minha Casa, Minha Vida. Agora, 100% das unidades projetadas vão ter possibilidade de adaptação. Existem kits específicos para adaptação; uma série de

exigências na mobilidade urbana, no PAC, nas obras para a Copa de 2014; a criação, no programa Viver sem Limites, no final de 2011, da Secretaria de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Mas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, essa medida provisória trata de tecnologia assistiva. Eu conversei com alguns Senadores, que perguntavam: o que é tecnologia assistiva? E eu quero, homenageando essa brava Deputada Mara Gabrilli, secretária municipal, a primeira do País, na Prefeitura de São Paulo, pegar um trecho do relatório da Deputada Mara Gabrilli para explicar o que é tecnologia assistiva.

A Deputada, no seu pronunciamento na Câmara, Senador Pedro Simon, falou assim, explicando o que é tecnologia assistiva.

Vejam como é importante. “Para se locomover até o plenário, esta relatora, a Deputada Mara Gabrilli, foi transportada em uma cadeira de rodas. Trata-se de uma tecnologia assistiva. Em seguida, registrei minha presença em plenário com o auxílio de um terminal composto por um computador e uma webcam. O computador possui um software que, por meio da webcam, faz a leitura do movimento dos meus olhos e da minha expressão facial – novamente uma tecnologia assistiva. Para apresentar este relatório na tribuna da Câmara dos Deputados, fiz uso de uma plataforma elevatória, incorporada em nosso plenário, como mecanismo para garantir a acessibilidade de qualquer pessoa com impedimento grave de mobilidade – mais uma vez tecnologia assistiva.

E continua, Senador Pedro Simon, a nossa Deputada, brava Mara Gabrilli:

Não é preciso esforço para compreender a relevância da tecnologia assistiva para a emancipação da pessoa com deficiência. Se sou Deputada e desempenho minhas atribuições parlamentares com afinco é porque tenho acesso às tecnologias que anulam o meu impedimento motor. O mesmo benefício poderá ser gozado por milhões de brasileiros que precisam de uma cadeira de rodas motorizada, de um computador adaptado com leitor de tela, um automóvel adaptado e muito mais.

Senador Pedro Simon, aqui uma portaria que fala de todos os produtos – inclusive vai ter uma modificação agora para colocar ortese e prótese, que deveriam estar desde o começo. Só para exemplificar, citar alguns exemplos aqui: cadeiras de rodas motorizadas, guincho de transferência, *software* de comunicação alternativa, que possibilita a utilização de computa-

dor como uma ferramenta de voz, impressora braile, teclado braile, computador portátil braile e uma série de outros produtos.

Pois bem, são quatro os projetos ligados à tecnologia assistiva. Nós estamos discutindo, nesta medida provisória, um deles, mas são quatro que quero citar aqui rapidamente. O primeiro é um programa nacional de inovação tecnológica, plano em que o Finep apresenta 150 milhões: 90 milhões desses em créditos destinados a empréstimos para empresas que queiram dominar tecnologias e criar produtos; 30 milhões ficarão disponíveis para subvenção de inovações de risco tecnológico alto; e outros 30 milhões, também não reembolsáveis, serão destinados a projetos desenvolvidos em parceria com universidades e centros de pesquisa.

O segundo, relacionado à tecnologia assistiva, é outra medida provisória que está na Câmara, MP nº 549, que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno de produtos de tecnologia assistiva. São, por exemplo, implantes cocleares, próteses oculares, calculadora equipada com sintetizador de voz, e por aí vai.

A terceira medida é um decreto do final de 2011, que já está em vigor, e reduz a zero as alíquotas do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre produtos de tecnologia assistiva. Há também vários exemplos: calculadora equipada com sintetizador de voz; teclados-colmeia.

E a quarta é a nossa Medida Provisória nº 550, que dá condições de as pessoas que recebem até dez salários mínimos poderem fazer sua compra desse produto de tecnologia assistiva.

Sr. Presidente, agradeço por esse relatório. Eu, sinceramente, sinto que as coisas estão avançando, pois resultados concretos estão sendo conquistados. Passo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Quero felicitar V. Ex^a pelo seu relatório. Ninguém mais do que V. Ex^a, nesta Casa, tem autoridade e condições de apresentar esse trabalho. Mas, se V. Ex^a me der licença dentro do seu trabalho, eu queria destacar a pessoa da ilustre Deputada Mara Gabrilli. Há tempo que tenho de fazer um pronunciamento, destacando a figura dessa extraordinária Deputada. Ela é um exemplo dos mais emocionantes para a vida pública brasileira. Ela é uma demonstração da capacidade de que realmente as nossas condições são infinitamente maiores do que os problemas que enfrentamos. Ela teve a coragem e o dinamismo. Enfrentando algo que praticamente nos reduziria a quase zero, ela se reabili-

tou, fez um programa de rádio espetacular, pegou uma secretaria do Serra e teve uma atuação espetacular. E, hoje, Deputada Federal, está demonstrando pela sua competência, pela sua capacidade, o significado. Eu li os seus dois livros, que me emocionaram muito. É uma autoajuda extraordinária que cada um de nós deveria ler para ver quão pouco utilizamos da nossa capacidade, da potencialidade que nós temos. E a Mara o fez com uma competência fantástica, vencendo tudo que é obstáculo que se pode imaginar, e praticamente chegou lá em cima!

Sou muito sincero. Falei com ela há pouco aqui no plenário, falei com ela e pedi a ajuda dela para o problema de uma jovem a quem eu quero muito bem. A filha de um grande amigo meu enfrenta um problema igual ao dela, em questão de saúde, mas não está tendo ainda condições de se reabilitar. E ela falou que vai telefonar, vai falar diretamente com ela para mostrar, através do seu exemplo, a capacidade que a minha amiga pode fazer em Porto Alegre, inclusive tendo condições, porque ela tem, de fazer um programa de rádio dedicado a esse tipo de pessoa.

Então, eu li o seu relatório e li o relatório que ela apresentou, e são duas pessoas fantásticas. Ela, que sofreu e venceu, e V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu tenho dito, e a vida tem me ensinado isso: eu tive a dor de enterrar um filho e me parece que não tem nada pior, mas eu tenho de respeitar a luta de alguém que tem um filho com algum tipo de problema. Parece que Deus lhe dá força para, em vez de se entregar, dobrar-se em capacidade, em competência e em luta. V. Ex^a é um homem desses.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu vejo com emoção a sua atuação, o seu trabalho. Quando V. Ex^a olha para a sua filhinha, o seu sorriso, a sua maneira de ver, sente-se que, com esse trabalho que está lendo agora, V. Ex^a vive, sente e compreende. E Deus lhe deu a grandeza, numa questão que seria uma interrogação de como ir adiante: V. Ex^a se transformou num grande lutador por uma causa benéfica para toda a humanidade. Meu carinho, meu respeito, minha admiração muito, muito, muito grande a V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não tenho como agradecer o aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Quero me associar às homenagens dessa Deputada Mara Gabrilli. Eu falava e quero encerrar dizendo o seguinte: a gente tem visto vitórias, mas as vitórias

se devem muito ao esforço da Deputada Mara Gabrilli; da Deputada Rosinha da Adefal, que é outra cadeirante de Alagoas, Deputada, lutadora; ao Deputado Federal Romário, que se tem empenhado tanto nessa causa, que é uma causa da vida dele; aos Deputados Eduardo Barbosa, Otávio Leite e Walter Tosta.

Senador Pedro Simon, o senhor sabe, e eu concluo dizendo que agradeço muito ao Presidente Sarney. Nesta causa, o Presidente Sarney, desde que foi Presidente da República, está pautando e está nos ajudando na tramitação de todos os nossos projetos. Na semana passada, ele fez um depoimento belíssimo no Dia Internacional da Síndrome de Down, de que poucos pares aqui tinham conhecimento: o Senador Sarney teve três tios – três tios, irmãos da sua mãe – com Síndrome de Down.

Eu acho que isso tem facilitado a criar esse clima nesta Casa, e nós aqui somos mais do que agradecidos ao que ele nos tem feito.

E eu concluo por dizer algo de que falei na semana passada aqui também. O nosso Professor Ives Gandra tem uma neta, Daniela. E eu em correspondência com o Professor Ives Gandra – Daniela nasceu no dia 5, e a minha filha Beatriz nasceu no dia 19 –, em uma carta, um *email* para o Professor Ives Gandra, falava que sua neta, Daniela, a minha filha, a filha do Romário, a filha do Governador Deda, a filha do Wellington Dias, elas têm uma missão; funcionam como luzes, abrindo caminho para que outras crianças possam ter acesso a um bocado de estímulos que as nossas filhas têm.

E eu tenho certeza de que, a partir deste trabalho que nós temos feito, – e, Senador Vicentinho, há causas que escolhemos na vida, e, em outras, nós somos escolhidos. Tenho certeza de que nós vamos avançar cada vez mais, Senador Moka e Senador Cyro Miranda, nesta causa.

Muito obrigado, Presidente Sarney.

Conversei com o Líder do DEM, com o líder do PSDB e com os líderes de vários partidos e espero e tenho certeza de que vamos aprovar esta medida provisória por unanimidade neste dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Minha gratidão a V. Ex^a pelas referências que fez ao meu respeito.

O parecer é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida.

As Senadores e os Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas em turno único.

Aprovados os pressupostos, passamos à discussão do mérito.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Senadora Lúcia Vânia para discutir também.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou ser muito breve, mas não poderia deixar de subir a esta tribuna para cumprimentar o Senador Lindbergh pelo seu relatório, que demonstra imensa sensibilidade a um tema da maior importância.

Quero também me somar a todos os que cumprimentaram a Deputada Mara Gabrielli, que faz um trabalho realmente bonito em defesa das pessoas com deficiência, em defesa da cidadania, e apenas quero aqui ressaltar alguns pontos, Sr. Presidente.

O Congresso Nacional aprovou, através do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Naquele momento, o Congresso resolveu dar *status* constitucional a essa convenção, que determina que nós temos de mudar os nossos paradigmas em relação às pessoas com deficiência, todos: o Poder Público, a sociedade de uma forma geral. E hoje o que o Governo faz, por meio desse projeto de lei de conversão, tão bem relatado pelo Senador Lindbergh, é dar mais um passo em direção de garantir cidadania às pessoas com deficiência, porque vai permitir o financiamento subsidiado para que as pessoas com deficiência possam utilizar equipamentos, fruto do desenvolvimento das tecnologias assistivas.

Quero registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tive a honra, como secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, de destinar os primeiros recursos, naquele momento, R\$4 milhões, para que a Finep lançasse um edital para a pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologias assistivas.

Acredito inclusive que o Brasil tem muito a avançar no desenvolvimento dessas tecnologias, mas hoje, com esse projeto de lei de conversão e com sua aprovação pelo Plenário do Senado, nós estamos dando um passo importante para garantir cidadania às pessoas com deficiência, que terão acesso a um crédito subsidiado pelo Governo Federal para ter acesso a essas tecnologias.

Portanto, parabéns Mara Gabrielli por sua luta. Parabéns, Senador Lindbergh, por seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito orgulho e satisfação que subo a esta tribuna para fazer a minha defesa com relação à Medida Provisória nº 550, mas, antes de iniciar de fato minha fala, quero saudar a Deputada Mara Gabrielli, que está aqui hoje acompanhando esta votação, e, em nome dela, também prestar as minhas homenagens a todas as pessoas com deficiência. Também parabeno o Senador Lindbergh Farias, pois tivemos a oportunidade, semana passada, de fazer um pronunciamento aqui por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Down.

Quero dizer, Sr. Presidente, que votar matérias como esta faz valer a pena ser Senadora da República. Nesta tarde, voltamos nossa atenção ao ser humano, buscando garantir melhorias para a qualidade de vida de nossos cidadãos e cidadãs com deficiência.

Esta medida provisória que ora analisamos faz justiça a milhares de pessoas com deficiência em nosso País. Antes do início do Censo de 2010, estimavam-se projeções de um número em torno de 30 milhões de brasileiros com deficiência. Após a divulgação dos dados preliminares do IBGE, descobriu-se que existem em nosso País 45 milhões e 600 mil pessoas com algum tipo de deficiência.

Em comparação com o último Censo, houve crescimento substancial do número de pessoas que se declaram com algum tipo de deficiência. Em 2000, pouco mais de 25 milhões e meio de pessoas, aproximadamente 14% da população, possuía alguma deficiência. Ora, em 10 anos tivemos um aumento de 20 milhões de pessoas, ou seja, um crescimento de 78% dessa população. Entretanto, apenas 5% das pessoas com deficiência estão incluídas no mercado de trabalho formal.

Mesmo com a legislação inclusiva avançando, ainda temos uma baixa participação desses cidadãos e cidadãs no mercado, fato que pode ser grandemente atribuído ao preconceito existente em nossa cultura, que coloca a pessoa com deficiência na situação de desfavorecimento, a despeito de sua plena potencialidade de inclusão.

Para tanto, contudo, essas pessoas devem ser providas com os equipamentos de acessibilidade de que necessitam para superar barreiras e ultrapassar limites.

Da mesma forma, devem os espaços públicos estar equipados e adaptados para recebê-las em todos os contextos da vida em sociedade.

Grande parcela das pessoas com deficiência não é contratada pelas dificuldades, senão impossibilidades, de acesso aos locais de trabalho. Necessitam elas de equipamentos e tecnologias hoje já existentes, mas

que custam muito caro e, por esse motivo, tornam-se inacessíveis.

Nossa sociedade deve deixar definitivamente para trás a visão assistencial, já ultrapassada, com que vinha considerando a pessoa com deficiência, passando a enxergá-la sob a ótica de suas possibilidades, tanto na vida social quanto na profissional.

Por isso, eu não poderia deixar de destacar a relevância desta medida provisória que estamos aqui discutindo, por vir justamente ampliar o acesso das pessoas com deficiência a produtos de melhor qualidade, reduzindo os impactos da falta de acessibilidade em nossas cidades.

Ao criar uma linha de crédito especial para aquisição de equipamentos de acessibilidade, estamos não só facilitando o acesso a este tipo de produto, como também fortalecendo um mercado que, com o crescimento da demanda, praticará menores preços.

Leve-se em consideração, ainda, o impulso que será dado à indústria nacional, que passará a produzir equipamentos mais eficientes e disponíveis...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mais um minuto, por favor, para concluir, Sr. Presidente.

É importante levar em consideração ainda o incremento que deverá ser dado à indústria nacional.

A Presidenta Dilma, ao encaminhar esta medida provisória, apresenta em sua exposição de motivos o principal fator, o de tornar esta matéria relevante. Destaca a Presidenta que mais de 60% das pessoas com deficiência recebem até um salário mínimo, bem como grande parte é jovem e dependente economicamente de suas famílias.

Então, acertadamente, o Governo percebe a necessidade de criar esta linha de financiamento para indivíduos com renda mensal de até dez salários mínimos.

Não podemos esperar que pessoas com dificuldades de conseguir um emprego tenham condições de arcar com os elevados custos de equipamentos de acessibilidade.

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Daí, Sr. Presidente, concluímos o especial impacto social da referida medida provisória.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ter uma reunião na liderança do Democratas e, de forma consensual, com a participação minha, do Senador José Agripino, da Senadora Maria do Carmo, do Senador Demóstenes Torres e também com uma carta endereçada ao partido pelo Senador Clovis Fecury, nós escolhemos para ser Líder do Democratas nesta Casa, diante do pedido de afastamento do companheiro Demóstenes Torres, o Senador José Agripino.

De maneira que quero fazer essa breve comunicação, para que a Mesa e, sobretudo, as Sr^{as} e os Srs. Senadores tomem conhecimento dessa mudança que recorreu ao nome do Senador José Agripino para ser nosso Líder aqui na Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A comunicação de V. Ex^a será considerada pela Mesa e, ao mesmo tempo, esperamos que seja formalizada para que a possamos ler em plenário.

Muito obrigado.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Relator desta matéria, Senador Lindbergh Farias, bem como a Relatora na Câmara, Deputada Mara Gabrilli, do PSDB, de São Paulo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, oriundo da Medida Provisória nº 550, de 17 de novembro de 2011, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

A medida provisória, originalmente, compõe-se de três artigos e tem por objetivo prover uma linha de crédito para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Quero aqui ressaltar que o Senador Lindbergh já explicou, com muita propriedade, o que seja uma tecnologia assistiva, lendo aqui um artigo da própria Relatora na Câmara, Deputada Mara Gabrilli.

Para tanto, por meio de seu art.1º, a proposta modifica a Lei nº 10.735, de 2003, para autorizar a utilização dos recursos para operações de crédito a pessoas físicas com renda mensal de até 10 salários mínimos, desde que o empréstimo seja direcionado

exclusivamente a adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.

A medida provisória autoriza, ainda, a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras federais em operações dessa natureza, limitada a R\$25 milhões por ano, desde que haja dotação orçamentária para tanto. Por fim, o 3º e último artigo da medida provisória contém a cláusula de vigência.

No dia 14 de março do corrente, a Relatora, Deputada Mara Gabrilli, do PSDB de São Paulo, proferiu, em plenário, parecer favorável, em que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, no mérito, pela aprovação da medida provisória, com acolhimento de emendas, na forma do projeto de lei de conversão ora apreciado.

Com efeito, a matéria, muito embora tenha mantido o mesmo número de artigos originalmente editados, passou a incorporar singelas, mas relevantes alterações, a maior parte redacionais. Ainda assim, todas preservando o núcleo temático original da proposta.

Aprovado o PLV na Câmara, a matéria veio ao Senado Federal no dia 16 de março, tendo sido o Senador Lindbergh Farias designado Relator Revisor.

Entendemos, desde logo, que tanto o PLV como a medida provisória preenchem claramente os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Ora, a inserção social das pessoas com algum tipo de deficiência não é novidade. Ao contrário, o Brasil ainda engatinha, por exemplo, em quesitos tão básicos quanto a garantia de um ambiente urbano minimamente adaptado aos portadores de necessidades especiais.

Ora, as carências para esse segmento da população são variadas e amplamente conhecidas. No entanto, ainda há muito a se aperfeiçoar nas políticas públicas, razão pela qual a presente medida provisória merece prosperar no momento em que destaca o privilégio legislativo que a questão requer – e aí, sim, justifica-se a edição de medida provisória.

Não há um único dispositivo acrescentado a esta medida provisória que esteja em dissonância com seu núcleo temático.

O PLV não suprimiu nenhum dispositivo da medida provisória original. Pelo contrário, ele é composto de três artigos e suas inovações são singelas, mas relevantes.

Em primeiro lugar, além das questões de técnica legislativa e redacionais, o PLV passa a prever que o valor da subvenção econômica possa ser majorado nos exercícios fiscais posteriores, desde que haja previsão orçamentária para tanto.

O projeto também passou a determinar que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência seja ouvido quando da definição do rol

de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado; e, por fim, impôs ao Ministério da Fazenda a divulgação anual de informações detalhadas relativas à subvenção econômica concedida por instituição financeira, indicando, no mínimo, o valor total da subvenção, assim como determina ao ministério que leve em conta a renda do mutuário na definição da taxa de juros e demais encargos cobrados nas operações subvencionadas, com previsão de custos efetivos menores para os de renda mais baixa.

Em suma, Sr. Presidente, as alterações introduzidas não alteram as propriedades da medida provisória original, no que diz respeito aos aspectos formais já discutidos.

Portanto, somos pela sua aprovação, cumprimentando, em nome do meu partido, o PSDB, a nossa Deputada Mara Gabrilli pela sua relatoria e, acima de tudo, pela sua capacidade de superação, que é um exemplo para todos nós que estamos lutando para que este País seja um país inclusivo e principalmente um país humano e justo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu talvez também não utilize todo o tempo, mas fiz questão de vir a esta tribuna não só para cumprimentar o Relator da matéria aqui, no Senado Federal, o Senador Lindbergh Farias, mas para cumprimentar, sobretudo, a Deputada Mara Gabrilli, Relatora da matéria na Câmara dos Deputados.

Desde já, quero concordar com o que disse a Deputada Mara, que foi repetido pelo Senador Lindbergh e que é a realidade, infelizmente, das pessoas portadoras de deficiência física no Brasil e no mundo, Senador Lindbergh: a possibilidade não só de o Estado brasileiro, mas também de diversos países garantirem a essas pessoas uma vida não diria mais tranquila, mas de maior acesso, de maior possibilidade de integração é muito nova, tanto que o Brasil foi signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – repito – somente no ano de 2008.

Mas o que tem sido feito de lá para cá não só pelo Governo Federal... Aqui digo que a Presidenta Dilma tem dado uma atenção séria a essa matéria e tem feito com que essas ações do Governo Federal sejam reproduzidas nos Estados brasileiros também.

Nunca me esqueço, lembro-me perfeitamente de um episódio ocorrido com o então Presidente Lula, na cidade da Manaus, inaugurando um programa muito grande de casas populares. A primeira coisa que ele perguntou quando chegou àquela unidade, àquele conjunto habitacional, que tinha mais de quatro mil residências, foi: “Quantas dessas casas têm acessibilidade para portadores de deficiência? Quantas dessas estão programadas para receber pessoas que precisam disso?”. Não havia nenhuma, Senador Lindbergh. Não havia!

De lá para cá, não existe um conjunto residencial no meu Estado em que não haja várias unidades construídas que possibilitem o acesso a pessoas com deficiência.

O Governo Federal lançou recentemente o programa chamado Viver Sem Limite, que vai aportar recursos da ordem de R\$7,6 bilhões até o ano de 2014.

O Governador Omar Aziz, do meu Estado do Amazonas, lançou, no início deste mês, outro programa complementar chamado Viver Melhor, que aportará recursos da ordem de R\$250 milhões, Senador Lindbergh, recursos do Estado para melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência.

Serão 20 mil casas reformadas. Todo deficiente físico do Estado do Amazonas terá a possibilidade de reformar a sua casa. Serão instalados equipamentos de acessibilidade e segurança nessas residências para possibilitarem o acesso às pessoas, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Ana Rita. Haverá cadeiras de rodas, equipamentos de informática, aparelhos de fisioterapia para a sua própria casa.

Entfim, são medidas como essas que vêm sendo adotadas pela Presidenta Dilma e por alguns Estados deste País, medidas como esta medida provisória que garante linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva para as pessoas portadoras de deficiência que nos levam a crer e a afirmar que estamos no caminho certo. Temos uma dívida, o mundo, o Brasil tem uma dívida com essas pessoas, mas é uma dívida que já começa a ser paga.

Então, quero dizer que fiz questão de dar o meu depoimento nesta tribuna para registrar o quão importantes têm sido essas ações na esfera do Governo Federal e de vários Estados do Brasil, inclusive do meu Estado do Amazonas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero saudar a relatoria do Senador Lindbergh Farias, que tem se dedicado

de forma profunda à causa das pessoas com deficiência, especialmente as pessoas com Síndrome de Down, e soube traduzir o mérito do relatório, o mérito das pessoas que se vincularam, que o defenderam na Câmara dos Deputados e, mais do que isso, que tem trazido a este Senado uma contribuição muito grande na articulação das políticas públicas que beneficiam as pessoas com deficiência.

Essa medida provisória revela o compromisso do Governo Federal, o compromisso da Presidente Dilma em dar a essas pessoas condições de qualidade de vida melhor. Essa medida provisória se compõe de três artigos, mas tem como objetivo principal prover uma linha de crédito para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva, destinada a pessoas com deficiência.

Quanto a essa tecnologia, já foi registrado aqui todo o benefício que traz às pessoas com deficiência e também o impulso que dá à indústria de tecnologia e de inovação do nosso País.

Portanto, por todos esses méritos, eu gostaria de parabenizar a Presidente Dilma pelo envio desta medida provisória que contribui enormemente para o avanço, para a melhoria da condição de vida das pessoas com deficiência; a Deputada Mara Gabrilli, que já foi aqui saudada por tantos Srs. Senadores pelo seu exemplo de vida, que é Relatora deste projeto na Câmara dos Deputados, e o nosso Senador Lindbergh Faria, que, além de um relatório tecnicamente muito competente, tem dado alma a esta luta no nosso espaço de atuação no Senado Federal.

Muito obrigada. Um grande abraço, Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se trata de consagrar direitos, benefícios às pessoas portadoras de deficiência, há sempre relevância e urgência. A oposição não discute medida provisória dessa natureza.

Nos últimos dias, esta Casa pôde contribuir na esteira das medidas de proteção social, alcançando pessoas com deficiência. Aprovamos, em tempo recorde, graças à compreensão do Presidente Sarney e das lideranças de todos os Partidos, uma proposta de emenda constitucional que atende direitos de servidores públicos aposentados por invalidez permanente, reparando uma injustiça remanescente da Emenda Constitucional nº 41.

Na próxima quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, em sessão do Congresso Nacional, estaremos assistindo à promulgação, pelo Presidente da Casa, dessa emenda constitucional.

Ainda na semana passada, votamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e aprovamos o regime de urgência para o Projeto de Lei nº 40, que trata da aposentadoria especial para pessoas portadoras de deficiência integrantes do Regime Geral da Previdência Social.

Portanto, além dos servidores públicos, as pessoas com deficiência do setor privado inscritas no Regime Geral da Previdência Social terão direito à aposentadoria especial com a aprovação do Projeto de Lei nº 40, que, certamente, virá celeremente para o plenário, para sua votação conclusiva, já que terá de retornar à Câmara dos Deputados, uma vez que alterações foram promovidas no seu texto.

Essa Medida Provisória nº 550, de 2011 recebeu na Câmara dos Deputados parecer da lavra da Deputada Mara Gabrilli, que dedica sua atuação parlamentar à defesa das pessoas portadoras de deficiência. Os nossos aplausos a ela pela dedicação, pelo exemplo de vida que oferece às pessoas que vivem nesta área de abrangência da sociedade brasileira e que merecem uma atenção especial dos legisladores e dos administradores públicos deste País. Os nossos aplausos à Deputada Mara Gabrilli.

Esta medida permitirá que pessoas com deficiência, em especial aquelas consideradas de baixa renda, possam ter acesso a bens, serviços, metodologias, tecnologias que ampliarão sua autonomia e independência, garantindo o efetivo exercício dos direitos de cidadania. Trata-se de buscar o exercício pleno da cidadania possibilitando a essas pessoas portadoras de deficiência exatamente esses benefícios.

Algumas alterações promovidas pela Deputada Mara Gabrilli como Relatora são fundamentais, como, por exemplo, a inclusão, no texto, da possibilidade de majoração futura do valor subvencionado, o que permitirá adequações a eventuais oscilações dos preços de mercado, ao surgimento de novas tecnologias e a ampliação do universo de beneficiados. Fundamental, também, é a alteração estabelecendo que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conad seja consultado e ouvido na definição dos produtos e serviços a serem contemplados pela linha de crédito.

Enfim, a linha de crédito prevista nessa medida provisória certamente contribui com o propósito da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência.

Por essa razão, o PSDB se manifesta favorável a essa medida provisória, considerando-a relevante e urgente. E cumprimenta também o relator, no Senado

Federal, o Senador Lindbergh Farias, pela apresentação desse relatório e pela articulação política que fez, conversando com a oposição, para que pudéssemos aprovar simbolicamente, sem necessidade do voto nominal, essa matéria que atende, portanto, às pessoas com deficiência, fazendo justiça a elas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela ordem.) – V. Exª vai colocar em votação? Só queria fazer o comunicado de um falecimento, antes que V. Exª coloque em votação.

Então, V. Exª coloca em votação e em seguida me concede, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pois não. Muito obrigado pela sua colaboração com a Mesa.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, como todos que encaminharam essa votação, quero também, em meu nome e em nome do Estado de Roraima, registrar a importância dessa medida provisória que faz justiça. É mais uma ação propositiva, afirmativa do Senado Federal em favor das pessoas com deficiência.

Temos, nos últimos dias, já foi dito aqui também, tomado uma série de providências e aprovado uma série de matérias que reforçam a visão e a posição do governo e da sociedade brasileira em favor dos portadores de deficiência.

Essa matéria, esse financiamento, que possibilita a aquisição de produtos de tecnologia assistiva, sem dúvida nenhuma, é mais uma ação na direção dessa população que merece todo o nosso carinho, nosso amor e respeito.

Portanto, por conta disso, quero registrar o meu voto favorável, com louvor a essa medida provisória encaminhada pela Presidenta Dilma, que faz justiça a milhares de brasileiros no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Romero Jucá, com a palavra.

V. Exª deseja inscrever-se?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª será inscrito.

Wellington Dias também deseja discutir a matéria?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só rapidamente, da mesma forma que o nosso Senador Romero Jucá...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em seguida darei a palavra a V. Ex^a, depois do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão 06, de 2012, proveniente da Medida Provisória 550, de 2011, dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito, destinado à população de baixa renda e a microempreendedores.

A matéria, como já aqui foi discutida, tem o objetivo de prover uma linha de crédito para a compra de produtos destinados a pessoas com deficiência, como, por exemplo, cadeiras de rodas, produtos que contribuem para melhor qualidade de vida dessas pessoas, melhorando suas habilidades e garantindo-lhes qualidade de vida.

Os recursos para essa linha de crédito virão dos depósitos à vista recebidos pelos bancos. A proposta deve beneficiar as pessoas com deficiência que recebem até dez salários mínimos.

A União entrará com subsídios no crédito por meio da equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito efetuadas por instituições financeiras públicas federais, que pratiquem taxas de juros de 8% ao ano, para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva.

Na oportunidade, queremos parabenizar a relatora na Câmara dos Deputados, a Deputada Mara Gabrilli, PSDB São Paulo, pelo excelente trabalho desenvolvido na elaboração de seu relatório, que representa um avanço para as pessoas desse segmento.

Em seu relatório, a nobre Deputada prevê a possibilidade de aumento do subsídio nos orçamentos dos próximos anos, estipulado no texto original em R\$25 milhões anuais.

Senador Agripino, quero também aqui parabenizar o Senador Lindbergh, do PT do Rio de Janeiro, que foi o relator do Projeto de Lei de Conversão 06, de 2012, aqui no Senado Federal.

Esperamos que a realidade dessas pessoas possa mudar, pois, mesmo depois da ratificação da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, ocorrida em 2007, ainda não temos a in-

clusão social que almejamos. O relatório da Deputada Gabrilli como também do Senador Lindbergh vem ao encontro do anseio das pessoas com deficiência.

A aprovação dessa matéria é importante para diminuir as dificuldades por que passam essas pessoas. A inclusão social das pessoas com deficiência poderá torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando seus direitos na sociedade.

Desta forma, Presidente Sarney, o PSDB vota favoravelmente ao Projeto de Lei de Conversão nº 06, de 2012, proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011.

Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também louvar as mudanças feitas aqui, o relatório do Senador Lindbergh, e dizer da importância da aprovação desse projeto, um projeto que, com certeza, prevê mais cidadania para aqueles que mais precisam no nosso País.

Acho que o Congresso Nacional, ao aprovar aqui, hoje, esse conjunto de políticas para pessoas com deficiência, dá um salto importante, faz um trabalho que melhora inclusive a proposta que veio do Executivo não só nas condições de crédito, mas no fato de podermos ter um plano nacional, enfim, ter um conjunto de assistência que crie e melhore a rede para as pessoas com deficiência.

Quero aqui parabenizar, associando-me e defendendo a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou votar essa matéria com muita alegria até por experiência própria.

No meu Estado, há uma instituição chamada Tutubarão, dirigida pelo médico Zeca, que é meu amigo, que se volta há muitos anos para o atendimento a deficientes físicos. Luta com enorme dificuldade financeira, enorme, porque, para esse assunto, ou existem os convênios de prefeitura e de governo de Estado ou não existe dinheiro para aquisição de equipamentos, seja cadeira de rodas, seja peça ortopédica, seja o que for para o deficiente.

Em muito boa hora, recupera-se o recurso financeiro para se destinar ao deficiente físico. Essa matéria foi relatada na Câmara por uma deficiente física, legítima integrante da bancada do PSDB, Deputada Mara Gabrilli, que aqui esteve trazendo, com a sua presença, o reforço da necessidade da aprovação da matéria. Até por experiência própria, pelo fato de viver

muito próximo ao Tutubarão de Natal, à sua falta de recursos, à sua carência de dinheiro, ao drama que a instituição vive há anos, precisando sempre do adjutório de Prefeitura Municipal, de Governo do Estado, é que voto, entendendo que essa matéria é extremamente meritória. Só sabe, só conhece a dor do deficiente físico quem está perto dele, quem conhece a condição de vida dele, e esta medida provisória vai ajudar pelo Brasil afora milhares de deficientes físicos.

Eu e o meu Partido votamos entusiasticamente a favor da matéria.

O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Walter Pinheiro, para discutir a matéria. Para encaminhar, perdão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT) – Sr. Presidente, só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somar-me aos pronunciamentos que, de forma muito enfática, colocaram a importância dessa matéria. V. Ex^a inclusive tem utilizado de diversos meios tecnológicos para que o Senado disponibilize acesso, informação e acessibilidade.

Nesse particular, quero fazer uma associação dessa matéria de hoje com um tema que discutimos aqui na Casa, de muita importância. Refiro-me à neurociência.

O pesquisador Nicoletis, nesta Casa, apresentou um trabalho, cujo conteúdo o Senador José Agripino deve conhecer sobejamente, devido à experiência lá no Rio Grande do Norte, que começa lá no bairro – esqueci-me do nome – Tutubarão.

Então, trata-se de uma experiência, Senador Agripino, que já lida com as crianças durante o processo de gestação. Um dos desafios que esse pesquisador Nicoletis está anunciando é a possibilidade de, na abertura dos jogos da Copa no Brasil, através da neurociência, permitir que uma pessoa com deficiência, através do comando das suas funções do cérebro, possa dar o pontapé inicial dessa partida.

Esse simbolismo tem a ver com outro tipo de pontapé inicial: é o desenvolvimento de tecnologia, é a utilização de tecnologia para facilitar a vida da pessoa com deficiência, mostrando que é possível ir ao encontro do que a tecnologia disponibiliza sem desafinar a ousadia de produção de políticas públicas para essa gente. .

Eles não podem continuar sendo tratados como alguém que, como muita gente imagina, merece um favor. Essas pessoas não só merecem de nossa par-

te o empenho como têm o direito principalmente de receber do Poder Público todo tipo de ação que leve a um processo cada vez mais crescente de facilitação da sua vida e de inserção, ou de reinserção, dessas vidas no contexto social de forma normalíssima, portanto, adotando a utilização de novos mecanismos para que a pessoa possa tranquilamente andar, se locomover, atuar.

Nós tivemos essa experiência agora, recentemente, no bonito ato, Senador Randolfe, do Dia Internacional da Síndrome de Down. E há uma expressão muito bonita, Senadora Ana Rita, do Senador Lindbergh, que é o relator desta matéria, quando dá o seu testemunho de como a sua vida mudou e como sua vida ficou mais bonita convivendo com a sua filhinha.

Portanto, essa gente é maravilhosa, transformadora e essa gente pode, sim, tudo. É necessário que se instalem essas oportunidades, essa disponibilidade, esse empenho, esse vigor na aplicação de políticas públicas para pessoa com deficiência; é necessário que essas coisas efetivamente se instalem e se apresentem.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh. Nós votaremos favoravelmente a essa medida provisória, que atende a uma necessidade e a uma lacuna das políticas públicas por parte do governo brasileiro, políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Felizes aqueles que transformam as situações pessoais em causa para toda a vida. Eu queria aqui, em especial, cumprimentar e abraçar o Senador Lindbergh Farias, que transformou a situação que vive pessoalmente, do nascimento de uma criança com Síndrome de Down em causa para sua ação parlamentar, uma causa que indica concretamente que essas pessoas não querem pena ou caridade; querem, sim, inclusão e afirmação de políticas públicas.

Nesse sentido, a medida provisória vai responder a uma necessidade de política pública, porque não existe pública se não tiver aporte financeiro, aporte orçamentário para tanto. Oxalá esse aporte fosse ainda maior para atender às necessidades, com políticas públicas de inclusão, dessas pessoas.

Esse é o grande problema que tivemos ao longo do tempo no Brasil, em todo o mundo ocidental. Nós tivemos sempre o tratamento das pessoas com deficiência a partir da perspectiva da pena e da caridade. E me parece que, ao contrário de pena e caridade, a resposta para essas pessoas tem que ser de inclusão e de cidadania.

E quero reiterar meu cumprimento ao Senador Lindbergh por tratar uma questão particular como causa humanitária. É disso que trata essa medida provisória e a luta empreendida pelo Senador Lindbergh. É de uma causa humanitária, uma causa da inclusão, uma causa da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada a discussão.

Vou submeter a votos o projeto de lei de conversão.

As Senadoras e Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai a sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012
(Proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011)

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o **caput** para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.”(NR)

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

§ 1º A subvenção de que trata o **caput** fica limitada a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º O valor estabelecido no § 1º poderá ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes, mediante a correspondente previsão em lei orçamentária.

§ 3º O pagamento das subvenções de que trata o **caput**, com vistas ao atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira beneficiária, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas.

§ 4º O pagamento da subvenção de que trata o **caput** fica condicionado à existência de dotação orçamentária.

§ 5º A equalização de juros de que trata o **caput** corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da instituição financeira.

§ 6º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disporá sobre:

- I – o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento de que trata o **caput**;
- II – o rol de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado, ouvido o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência– CONADE.

§ 7º Compete ao Ministério da Fazenda:

- I – definir a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários pelas instituições financeiras nas operações de financiamento subvencionadas previstas nesta Lei;
- II – definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção;
- III – estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a dotação orçamentária reservada a essa finalidade; e
- IV – divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida por instituição financeira, indicando, no mínimo, e desde que satisfeita a exigência constante do § 8º deste artigo, o valor total da subvenção, o valor total das operações e a quantidade de operações por instituição financeira e por unidade da federação.

§ 8º As instituições financeiras oficiais federais participantes deverão encaminhar ao Ministério da Fazenda informações relativas às operações realiza-

das, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 9º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação das operações de financiamento.

§ 10. Na definição da taxa de juros e demais encargos a que se refere o inciso I do § 7º deste artigo, o Ministério da Fazenda deverá levar em consideração a renda do mutuário, com previsão de custos efetivos menores para aqueles de renda mais baixa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro, com muito pesar, pelo passamento do Pastor Etevaldo Rocha Tristão. Ele passa para Jesus aos 80 anos de idade, 45 anos de ministério em Vila Velha, na Igreja Batista Betel, em São Torquato, um bairro populoso da nossa querida cidade de Vila Velha, onde resido, e também onde reside a Senadora Ana Rita.

Esse homem exerceu um ministério exclusivo, determinado, era um homem de conduta ilibada, um homem decente, referência, desses que servem para ser copiados. Como dizia D. Dadá, minha mãe, que era analfabeta profissional, os maus é que servem de exemplo, os bons servem para ser copiados. E o Pastor Etevaldo era desses que serviam para ser copiados. Aliás, o Apóstolo Paulo dizia isto: “Sede meus imitadores, como eu sou de Cristo Jesus”.

Pregador do Evangelho, um homem íntegro, um homem que se dedicou às famílias, dedicou a vida, criou uma família íntegra, de filhos integrados, e abriu cerca de mais 50 igrejas, todas elas originárias do ministério dele, Betel, ali em São Torquato.

Casado há 60 anos com D. Odete Rosa Tristão, teve filhos, 11 netos, e faleceu no último domingo, justamente domingo, quando ele fazia duas pregações, uma de manhã e outra à noite.

Eu tenho muito pesar, mas gratidão a Deus, por ter conhecido esse homem, ter convivido com ele. O genro dele, Pastor Marcos Mansur, um líder no sul do Estado, uma Igreja que tem prestado os serviços mais relevantes à Cachoeira do Itapemirim e a todo o sul do Estado, na recuperação de drogados, no conserto de vidas, um jovem pregador, professor e vereador em Cachoeira.

Eu sinto, neste momento, a dor dessa família, e, como toda a família dos Batistas Renovados do Brasil e de Vila Velha, o povo de São Torquato, a membresia da igreja e a família, eu me solidarizo, entro neste momento emocional de perda e de tristeza, mas digo

ao País, a partir dos microfones do Senado, que, se tivéssemos pelo menos uns 200 Etevaldos espalhados por aí, certamente teríamos dias melhores neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Sem revisão da oradora.) – Rapidamente, Sr. Presidente, quero aqui me associar às palavras do Senador Magno Malta, manifestar também a minha solidariedade à família do pastor, da Igreja Batista de São Torquato. Dizer também do nosso sentimento e manifestar aqui a nossa solidariedade. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, por favor: eu peço a V. Exª que esse requerimento que protocolei aí na Mesa, se a Senadora Ana Rita quiser assinar comigo, um voto de pesar do Senado da República, que será enviado à família do Pastor Etevaldo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa já recebeu e será encaminhado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente Sarney, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para dar conhecimento a esta Casa e dizer da minha preocupação e da nossa bancada com as notícias que nos chegam da seca que se desenvolve na Chapada Diamantina e que agora toma uma nova conotação, que são os incêndios que estão tomando conta daquela região, Todos os anos é um fato de muita preocupação para o nosso Governo, para o nosso povo. Aqui estaremos solidários e atuando no sentido de diminuir as agruras e as dificuldades que o povo da Chapada vive neste momento. Muito obrigada.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu quero, antes de dar a palavra a V. Exª, me solidarizar com o Senador Magno Malta e a Senadora Ana Rita, pelas palavras a respeito do falecimento do Pastor Etevaldo, que prestou relevantes serviços à Igreja Batista em Vila Velha, no Espírito Santo.

Com a palavra V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Parece que eu estou inscrito para falar. Inscrevi-me para falar pela Liderança, logo após a Ordem do Dia. Só queria que V. Exª me confirmasse.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Darei a palavra a V. Exª depois da Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência, nos termos do disposto no art. 60 da Constituição Federal, c/c o art. 85 do Regimento Interno da Casa, convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 29 de março do corrente, quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, no plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das seguintes Emendas Constitucionais: nº 69, que altera os artigos 21, 22 e 48, para transferir, da União para o Distrito Federal, as atribuições de organizar e manter a defensoria pública do Distrito Federal; e a de nº 70, de 2012, que acrescenta o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo a aposentadoria integral por invalidez.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Como a presença no plenário, em números, é evidentemente insuficiente para a votação nominal de embaixadores que teríamos na lista, encerro a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que *inscreve o nome de Anita Garibaldi # Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.*

Pareceres sob nºs 1.486 e 1.487, de 2011, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CAE, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CMA.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

6

REQUERIMENTO Nº 99, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, de sua autoria.*

7

REQUERIMENTO Nº 112, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (pena de detenção aos usuários de drogas).*

8

REQUERIMENTO Nº 113, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (altera o Código de Processo Penal).*

9

REQUERIMENTO Nº 120, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (competências da ANS).*

10

REQUERIMENTO Nº 124, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2012, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (distribuição de energia elétrica).*

11

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 144, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

12

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 148, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

13

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 152, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (multas previstas na lei de crime ambiental).*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Antes, pela ordem, ouço o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é que, na verdade, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos – e como hoje foi um dia dedicado à pessoa com deficiência –, por unanimidade, um projeto que prevê aposentadoria especial à pessoa com deficiência, depois de um longo processo de negociação com o Governo. Há um pedido de urgência para o Plenário. Eu estava conversando com o Líder do Governo para vermos a melhor data para colocarmos em votação. Se pudesse ser lido hoje, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se não houver objeção das lideranças da Casa, submeterei o pedido do regime de urgência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de Lei Complementar, de 2010.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria entrará na Ordem do Dia da próxima sessão.

É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 214, DE 2012

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, do RISF, requeremos urgência para o PLC nº 40, de 2010 – Complementar, que “dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.”

Em 20 de março de 2012.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40 DE 2010 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 20/03/12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-ZEZÉ PERRELLA (PDT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
ACIR GURGACZ (PDT)	6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PV, PSC)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-VAGO
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALCYLIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PR	
CLÉSIO ANDRADE (S/PARTIDO)	1-BLAIRO MAGGI
JOÃO RIBEIRO	2-ALFREDO NASCIMENTO
PSOL PSD	
KÁTIA ABREU (PSD)	1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o ilustre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha querida pátria, meu querido Estado do Pará, da minha querida Virgem de Nazaré, meu Presidente, hoje, às quatro horas da manhã, cheguei ao Aeroporto Internacional Val-de-Cans, em Belém, para me deslocar até Brasília e alguém bateu no meu ombro; olhei para a pessoa e ela me indagou: “Senador Mário Couto, quero lhe fazer uma pergunta, diante de tantos escândalos noticiados neste País”. E eu lhe respondi: Fique à vontade. Ele então me fez a pergunta: “Senador, será que o povo brasileiro não está cansado do PT?” E eu vim no avião refletindo. Eu viajava, eu pensava e comecei a dar razão àquele senhor. Não precisa ir muito longe para dar razão a ele. Não precisa pegar a época de Waldomiro nem do mensalão. Basta pegar-se o Governo da Presidenta Dilma, coisas muito recentes, para ver que aquele cidadão, homem do povo, brasileiro, tem toda razão.

Vamos pegar do Palocci para cá, Nação brasileira. Aquele Palocci, chefe da Casa Civil, homem de confiança da Presidenta Dilma, que lutou, mas lutou para não sair do seu cargo, aquele homem de confiança da Presidenta tinha praticado, na Casa Civil da Presidência da República, atos ilícitos.

Logo depois, a Nação brasileira vê nas televisões, jornais e rádios... Aliás, por falar em televisão, rádios e jornais, quero aqui fazer uma saudação à imprensa brasileira, que muito tem colaborado, mostrando como sangra este País nesta área de corrupção.

Falei eu aqui, Brasil, por quase três anos, mostrando a corrupção no Ministério dos Transportes. Falei eu aqui dos maiores corruptos desta Nação, mostrei o quanto o Ministério dos Transportes sangrava o dinheiro do povo brasileiro. E aí veio o escândalo e foi mostrado à Nação o quanto a Nação perdeu, o quanto o povo brasileiro perdeu, o quanto aquele Ministério sugou do povo brasileiro, deixando as estradas brasileiras esburacadas.

Veio o turismo. Escândalo na área de turismo. Aí, o povo brasileiro pergunta: será que o povo brasileiro não está cansado do PT?

Eu vi uma declaração do Ministro do Esporte. Eu fui à indagação dele, eu fui à arguição dele, quando ele batia no peito e dizia: “Eu sou honesto. Não tem corrupção na área do esporte.” E aí veio a saída do Ministro do Esporte por corrupção.

Depois, o Ministro Lupi, do Trabalho, disse à Nação brasileira; “Eu não saio daqui nem à bala. Eu sou inocente. Eu não roubei. Eu sou honesto.”

Será que a Nação brasileira não está cansada do PT?

Ministro das Cidades. Agora, minha Presidenta, nós temos dois Ministros que estão prontos para sair: o Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior, Fernando Pimentel. Dois prontinhos para fazerem parte do lote daqueles corruptos que roubam o povo brasileiro.

Será que a Pátria, esta Pátria amada chamada Brasil, de filhos tão nobres, de pessoas tão amáveis, será que esta Pátria amada não está cansada de ver tanta corrupção, não está cansada do Partido dos Trabalhadores?

E agora, Nação brasileira, o novo escândalo, o escândalo que dá raiva, o escândalo que dói no sentimento de cada um daqueles que amam esta Nação, daqueles que vêem o dinheiro da saúde sendo roubado, daqueles que sentem como está a saúde neste País, daqueles que vivem o dia a dia, daqueles que entram na fila dos hospitais, de madrugada, para pegar uma ficha, Senadora, e vêem a ladroagem, a bandidagem, a corrupção, o roubo na área da saúde.

Os maiores fornecedores do Governo Federal implantaram mais uma quadrilha para roubar o povo brasileiro, principalmente na área da saúde, onde se precisa mais.

Ora, minha nobre Senadora Presidenta, como é bom ter a Bolsa Família! Como é bom receber um prêmio do Governo brasileiro! Chamam de esmola – não interessa – mas é alguma coisa a mais que ganha alguém que precisa, que é pobre. Mas, o que adianta dar R\$170,00, se este País não dá saúde, que é obrigação constitucional de um governo dar saúde e educação? Se o Governo brasileiro libera a corrupção neste País?

Eu não acredito que ninguém saiba. A cada mês, a cada semana, espoca um tumor de corrupção neste País.

Eu não acredito, sinceramente! Eu não acredito, Presidenta! Eu não acredito que ninguém saiba! O Governo tem participação. O Governo sabe. O Governo vira as costas. O Governo finge que não vê. E tem apoio. Tem apoio do Congresso Nacional. Tem apoio dos Deputados. Tem apoio dos Senadores. E eu pergunto à Nação: Será, Nação brasileira, que o povo brasileiro não está cansado do PT? Será, Nação? Será, Pátria amada, que este povo tão sofrido não está cansado do PT?

A inflação. A inflação, Senadores, a inflação que o País esconde, a inflação que o País mente. A senhora dona de casa que agora está assistindo a TV Senado, está assistindo esse humilde Senador falar desta tribuna, responda a si mesma, pergunte a si mesma se lá no supermercado onde a senhora faz as compras

a carne não aumentou 50%. Pergunte à senhora dona de casa se o feijão não aumentou 50%. E o PT diz que não tem inflação neste País. Pergunte à senhora que paga o médico, que paga o dentista, que corta o cabelo, pergunte à senhora se isso aí não aumentou mais de 20%. E o País diz que não tem corrupção.

O PT mente. O PT, desde a sua origem, mente. O PT não fala a verdade. O PT é um partido mentiroso. Desde os seus grandes líderes até os menores: mentem. Mentem e mentem descaradamente. Mentem com cinismo. Mentem com cinismo – repito. Porque dizer que neste País não tem inflação é uma mentira cínica, povo brasileiro.

E a situação dos aposentados? Coitados dos aposentados brasileiros! Paim, coitados dos aposentados brasileiros!

Será, Brasil, será Nação, que este povo tão sofrido ainda não se enjoou do PT? O Lula prometeu tanto aos aposentados...

Lutamos aqui, Paim.

A esperança era a de que viesse uma mulher que tivesse sensibilidade dentro do seu coração. “A Dilma vem aí. A Dilma vai resolver o problema dos aposentados brasileiros”.

Reajuste do salário mínimo: 14%. Reajuste dos pobres aposentados: 6%.

Como é que pode, Brasil? Como é que pode, Brasil?

Presidenta! Presidenta!

Olhe para mim, Presidenta!

A Presidenta está atendendo ao telefone. Não quer olhar para mim. Mas, Presidenta, a senhora tem ouvido. Mesmo com o telefone bloqueando um ouvido, o outro deve estar ouvindo, não é, Senador?

Eu pensei que a Dilma, com seu coração feminino, pudesse, pelo menos, aliviar a dor dos pobres aposentados brasileiros.

Presidenta, eu falava com V. Ex^a.

Presidenta! Eu falava com V. Ex^a.

V. Ex^a, que tem a sensibilidade feminina, fale com a Dilma. Eu, talvez ela não me atenda porque sou sincero aqui nesta tribuna. Aproveite uma oportunidade de falar com a Dilma: “Dilma, olha a situação dos aposentados brasileiros! Esses homens estão morrendo.”

Será que a Presidenta não sabe que, se dá 6% de aumento aos aposentados brasileiros, está declarando a morte dos aposentados brasileiros? Será que a Presidenta não sabe disso? Será que ela ignora isso, Suplicy? Será, Suplicy? Será que a Presidenta não sabe que o aumento do salário mínimo já é baixo e que, quando ela dá um terço para os aposentados, ela está dizendo “Morram; vocês têm que morrer”? Será que ela não sabe disso? Sabe, Suplicy. Ela sabe, Suplicy.

Ela ignora; ela faz que não vê; ela faz que não sente. Mas ela sabe que os aposentados brasileiros estão morrendo à míngua, estão sendo massacrados, estão sendo pisoteados, estão sendo abandonados por esta terra chamada Brasil, por uma Presidenta que assumiu dizendo que ia fazer o bem-estar social da Pátria.

Será que o povo brasileiro não está cansado do PT?

Será, Pátria amada? Será que o teu povo ainda acredita no PT?

E a violência? E a violência?

Quer falar, Senador Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Mário Couto, V. Ex^a é consciente de que quando os diversos governos resolveram recuperar o valor do salário mínimo resolveram fazê-lo não apenas de maneira a prover a cada ano o ajuste, pelo menos de acordo com a inflação e também mais um tanto para levar em conta os ganhos em produtividade, mas às vezes até em proporção maior, se fosse adotado o mesmo critério de aumento do valor do salário mínimo para todas as remunerações, então, no âmbito da Previdência haveria um estouro no orçamento. O que eu quero dizer é que, em relação ao valor da remuneração dos aposentados, em geral, desde o início do Governo do Presidente Lula, mas também durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, se levado em conta o aumento no custo de vida ou na inflação, sempre o aumento da remuneração dos aposentados levou em conta esses aspectos. Agora, a outra coisa é examinar-se o valor do poder aquisitivo da remuneração dos aposentados com base no valor do salário mínimo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, são duas coisas que precisam ser diferenciadas.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Isso precisa ser colocado num âmbito de calma e de racionalidade.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Suplicy. Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É isso que eu gostaria de ponderar a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Suplicy, não adianta tentar...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu sei perfeitamente que os aposentados, muitas vezes...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Por favor, Senador. Meu tempo está terminando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...falamos: “Ah, eu ganhava tantos salários mínimos”. Só que o...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Meu tempo está terminando, Senador. Eu já o entendi.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bom. Já compreendeu o que eu quis dizer.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já, já, já o entendi.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O senhor tentou, tentou explicar o inexplicável. Foi isso que eu entendi. V. Ex^a tentou explicar o inexplicável. V. Ex^a não vai explicar nunca, Senador. Jamais V. Ex^a vai explicar. V. Ex^a, outrora, quando era oposição, defendia os aposentados; hoje, V. Ex^a não defende mais. Hoje, V. Ex^a tenta explicar algo que nem V. Ex^a consegue entender. Nem V. Ex^a consegue entender, meu caro e nobre Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu entendo e todos os meus pronunciamentos levaram em consideração isso, desde o tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a devia falar para os aposentados do Estado de São Paulo e dizer: “Olha, São Paulo, meus aposentados de São Paulo, eu vou a Dilma brigar por vocês”. Porque muitos deles confiaram em V. Ex^a. Muitos deles votaram em V. Ex^a. V. Ex^a devia, neste momento, estar do meu lado...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) –... e não estar do lado do Governo. V. Ex^a devia, neste momento, estar do lado daqueles que estão necessitados e morrendo de fome, Senador. Morrendo de fome, Senador!

Não adianta V. Ex^a dizer que o aumento do salário mínimo é tanto e que só podem ser dados 6% de aumento.

Ó Senador, foi a Previdência que fez a Rio-Niterói! É de lá que sacam dinheiro para construir obras grandes, Senador. E depois dizem...

V. Ex^a assina a CPI da Previdência comigo? Vamos fazer nós dois uma CPI para provar à Nação brasileira quem está mentindo. Vamos fazer! Eu propus isso aqui, mas não consegui as assinaturas, porque se fala que a Previdência é deficitária. Não é deficitária!

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O Governo deve à Previdência. O Governo engana... *(Fora do microfone.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, mais um minuto para que V. Ex^a possa concluir.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O Governo engana o povo brasileiro.

Será, Presidenta? Será, Presidenta? Será, Presidenta, que o povo brasileiro não cansou do PT? Será? E as estradas assassinas, Presidenta, que matam todos os dias? E a violência neste País que mata todos os dias? Presidenta, a violência mata mais do que uma guerra. A violência neste País mata mais do que uma guerra, Presidenta!

A violência neste País, Suplicy, mata mais do que a guerra!

Será, Presidenta? Será que o povo brasileiro ainda não cansou do PT?

Obrigado, Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Convidamos o próximo orador para fazer uso da palavra.

Uma vez que o Senador Mário Couto falou pela Liderança da Minoria, falará agora, como orador inscrito, em permuta com a Senadora Marta Suplicy e em acerto com o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, primeiro, quero aqui, agradecendo à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Flexa Ribeiro, saudar V. Ex^a.

Antes de tratar do meu pronunciamento, quero registrar aqui, meu prezado Senador Suplicy, que temos, sim, um ganho real do salário mínimo. E teve este Congresso, este Senado a coragem de aprová-lo para que permaneça – independentemente do tamanho do PIB, temos um crescimento – garantindo aos outros trabalhadores, inclusive aos aposentados, o reajuste que deve ser, no mínimo, pela inflação, para não perder o poder de compra.

Era isso que V. Ex^a tentava explicar aqui, como um grande economista.

Concedo-lhe a palavra com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Suplicy, Senador Wellington, perdoem-me interromper, mas sou obrigada a pedir a prorrogação da sessão por mais uma hora, para que possamos continuar neste plenário.

Assim, a sessão fica prorrogada por mais uma hora.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradecemos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Wellington Dias. O que eu procurei explicar, com calma e racionalidade, ao Senador Mário Couto é que, tanto no Governo do Presidente Lula quanto no Governo da Presidenta Dilma, tem havido a consciência de que é importante se aumentar o valor da remuneração dos aposentados sempre e pelo menos de acordo com a inflação, para que nunca estes percam o seu poder aquisitivo. Já, quanto ao valor do salário mínimo, há uma política, que vem sendo adotada há diversos anos, de se procurar aumentar o valor do salário mínimo de maneira a se recuperar o que aconteceu em anos anteriores, quando o salário mínimo não crescia de acordo com os ganhos de produtividade. Então, procura-se sempre aumentar o valor do salário mínimo, pelo menos, de acordo com a inflação mais o critério de aumento dos ganhos em produtividade e, às vezes até, mais do que isso, como nos anos mais recentes. Portanto, se se adotasse para o valor das aposentadorias o mesmo critério do valor do salário mínimo, elevar-se-iam de tal maneira os gastos com a aposentadoria que estouraria o orçamento da Previdência. Então, é preciso compreender isso. Era o ponto que eu queria esclarecer. Agradeço poder com calma explicar a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

E mais ainda: o Brasil pretende se consolidar como um país desenvolvido. Nos países desenvolvidos, normalmente, os pisos salariais ou salários mínimos estão na casa de US\$800,00 aproximadamente, alguns com mais, alguns com menos. Normalmente, quando examinamos os países que são classificados como desenvolvidos, verificamos que esse é o patamar.

Nós tínhamos um salário mínimo de US\$70,00 – US\$70,00! Em dinheiro de hoje seriam mais ou menos R\$126,00, R\$130,00. Essa era a realidade do Brasil!

Então, é preciso haver uma política, inclusive uma política para a erradicação da pobreza e da miséria. Ao conseguir que o salário mínimo atinja a casa dos US\$800,00, por exemplo, pela média familiar brasileira, basta que uma pessoa da família ganhe o piso salarial nacional para que aquela família não esteja na miséria ou na pobreza. Esse é um mecanismo de desenvolvimento, de aumento da capacidade de renda de um país.

Quero dizer que trato com todo o carinho, com todo o respeito a oposição. Considero importante o debate que temos aqui, mas acho que podemos fazê-lo com alto nível.

Devo dizer, minha Presidenta, que vi o modo desrespeitoso com que trataram V. Ex^a e acho que nenhum membro desta Casa pode proceder dessa

maneira. Aliás, devo dar o meu testemunho: recentemente, estive nesta Casa um Parlamentar do meu Estado que atuava de forma semelhante, e o povo o mandou para casa. Não é demais lembrar que, muitas vezes, isso acontece.

Devo dizer que quero continuar esse debate, com o maior prazer, porém em um nível mais elevado.

Também quero registrar que estive na cidade de Floriano, no Piauí, juntamente com o Prefeito Joel, a representante da Caixa Econômica Federal, a representação do Governo do Estado, na pessoa do Presidente da Agência de Habitação, na inauguração de um conjunto habitacional bem equipado, com toda a infraestrutura, como água, energia, calçamento. Esse projeto possui duas características especiais importantíssimas: 500 casas para pessoas que não tinham habitação e para aproximadamente 250 famílias – e aqui dou meu testemunho como Governador – que, sempre que havia enchentes, tinham as suas casas inundadas, meu querido Flexa Ribeiro.

Momentos como esse fazem com que a gente que atua na política, que vivencia tantas dificuldades, tantas intempéries, se sinta feliz de ver a emoção de pessoas que moravam em uma área degradada, em situação de risco, recebendo esse benefício.

Não pude comparecer, mas no último sábado visitei São João da Serra, onde o Governador entregou uma ponte, uma ponte histórica. A cidade, no período do inverno, ficava isolada pelo rio Poti, entre as serras do Ceará, em direção à capital, Teresina. Ali, quando Governador, tomei a iniciativa de construir essa importante ponte, a ponte sobre o rio Poti, em São João da Serra, junto com outro conjunto habitacional. E também quero comemorar com o povo daquele Município, pois ali está em andamento a obra para asfaltamento ligando aquela cidade – uma obra também iniciada no meu governo.

Como eu disse, nesse conjunto habitacional em Floriano, nós tivemos um registro importante. Uma homenagem feita a um cidadão simples, um agricultor que fez parte, meu querido Senador Paulo Paim, das lutas camponesas, ainda no regime militar. O cidadão, chamado José Pereira – Zé Pereira como é conhecido –, fez parte das lutas pela democratização deste País. Um homem simples, pequeno agricultor, foi morar em Floriano trabalhando como carroceiro. Continuava atuando como agricultor e carroceiro, ou seja, fazendo o transporte de mercadorias com o auxílio de uma carroça puxada por um burro ou um cavalo.

Esse homem tem uma história belíssima. Ajudou a organizar sindicatos e associações quando isso era crime neste País. Ele foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Eu quero aqui, quando o meu parti-

do completa 32 anos, fazer um a homenagem também ao PCdoB, que comemorou seus 90 anos de existência na segunda-feira, com uma sessão nesta Casa.

Mas não poderia deixar de destacar aqui o Zé Pereira. Essa pessoa que o Presidente Lula lembra com muito carinho. De um lado, ele hospedou o Presidente Lula na sua humilde casa na cidade de Floriano, no Piauí. Ali, ele conta, Senador Suplicy, que, quando o Presidente Lula o visitou, por volta de 1980, 1981, na organização do Partido dos Trabalhadores, ele e mais outros três amigos ficaram de plantão, em vigilância, para a segurança do então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Inácio Lula da Silva.

E, ali, naquela ocasião, o Presidente Lula lembra, tem em sua memória, que, por um momento, à noite, ele despertou, acordou, ouvindo umas batidas na sua janela. Era o Zé Pereira, a marteladas, pregando umas tábuas para poder proteger o Presidente que ali se hospedava na sua casa. E o Presidente lembra, inclusive com muita emoção, dessa passagem.

Eu lhe perguntava: “Presidente, quais as memórias que o senhor tem das visitas ao Estado do Piauí?” E ele disse que havia uma que o emocionava muito. Dizia ele que soube que, para criar o Partido dos Trabalhadores, precisava organizá-lo em nove Estados brasileiros e que, em cada Estado, tinha um número mínimo de Municípios onde teria que organizar o partido. Lembra-se ele de que esse cidadão – repito, um pequeno agricultor, um carroceiro, esposo da Dona Francisca, a quem pude abraçar, juntamente com os seus filhos, suas filhas, seus netos, mostrando o orgulho que temos de pessoas como eles –, o Zé Pereira, eleito Presidente do Partido dos Trabalhadores no Piauí, um dos nove Estados necessários para se organizar o partido no Brasil, não tinha o dinheiro para comprar o livro de ata para fazer o registro no cartório, o que precisava ser feito. Ele, então, vendeu uma cabrita para arrecadar o dinheiro, comprar o livro de ata e organizar o Partido dos Trabalhadores.

Então, fiquei muito feliz, Senador Suplicy, em ver ali essa homenagem, feita pelo Prefeito Joel, do Partido Trabalhista Brasileiro – o nosso partido apoia o seu governo lá, é parte do seu governo –, que teve essa lembrança de fazer essa importante homenagem. E vi ali o carinho do povo daquela cidade com esse cidadão. Um cidadão corajoso, altivo, que dizia frases que acho que intelectuais têm dificuldade de construir. Ele dizia: “Meu Deus, como é que pode tanta terra sem gente e tanta gente sem terra? Como pode um País com tanta riqueza e pessoas passando fome?”

E esse cidadão veio a falecer ainda durante uma das campanhas, se não me engano a campanha de 1994. O Presidente Lula estava em campanha quan-

do ele estava hospitalizado com leucemia. Ali nós o acompanhamos e fomos ao Hospital São Marcos fazer uma visita a ele. Porém, logo depois, ele veio a falecer.

Conto essa história porque creio que, em todos os partidos, tenhamos lideranças assim. Às vezes, são lembrados os Senadores, os Presidentes, os Ministros, os Secretários, os Deputados, os Prefeitos, os presidentes de partidos e, muitas vezes, não nos lembramos que, para a existência da democracia, da vida partidária, é fundamental a participação de pessoas assim, pessoas humildes. E um partido como o Partido dos Trabalhadores, que hoje tem a tarefa, através da Presidente Dilma, de colocar em foco um projeto para os destinos do nosso País, que coloca pessoas como o Presidente Lula no poder, como, enfim, governadores e tantas pessoas, houve nessa trajetória pessoas simples, pessoas humildes.

E é, em nome dessas pessoas, que eu quero aqui saudar este momento, momento em que, de um lado ali, emocionado... E, tenho certeza, se vivo estivesse, o Zé Pereira ficaria também muito emocionado ao ver a inauguração daquele conjunto habitacional do Minha Casa, Minha Vida. Aliás, ali, na cidade de Floriano, são cerca de R\$50 milhões que estão sendo investidos no Programa Habitacional, tanto na zona rural como na zona urbana. Parte desses recursos destinados a pessoas que, a vida inteira, como lá outra Sr^a Francisca, que não a esposa do Zé Pereira, com a chave da casa na mão, fazia o seu depoimento, vibrando, chorando, emocionada: “É minha casa. Nunca mais eu vou entrar naquela casa que inundava todos os anos. Vou poder agora criar meus filhos e minhas filhas num lugar digno”.

Então, por isso também valeu a pena tudo o que o Zé Pereira deve ter enfrentado durante a sua vida. Ele, nascido em uma cidade chamada Aroazes, durante o regime militar, como organizava sindicatos, era ameaçado pelo regime. Assim, terminou se refugiando, sem identidade, na cidade de São Luís do Maranhão, onde ficou até que a gente começasse a abertura democrática. Só então voltou para o Piauí, dessa vez em Caxias. A esposa dele nos contava o sofrimento dele por tudo que passou.

São pessoas como esta que nos enchem de responsabilidade. E aqui faço uma reflexão como membro deste partido: pela história de homens como Zé Pereira e tantas outras pessoas, não pode um partido como o nosso perder oportunidades, em tudo aquilo que o Brasil pode, em favor daqueles que menos podem, daqueles que mais precisam.

Quero aqui, nesta tarde, fazer este registro, esta homenagem e dizer que fiquei muito tocado, muito emocionado ao ver ali o carinho do povo de Floriano, tantas autoridades, tantas lideranças fazendo homenagens ao

Zé Pereira. Esteve lá o Presidente do nosso Partido, o Deputado Fábio Novo, que inclusive está hoje aqui em Brasília, bem como um conjunto de outras lideranças dos mais diferentes partidos.

Com prazer, ouço o Senador Suplicy,

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero também me associar às homenagens que V. Ex^a faz a este que foi um dos fundadores e batalhadores pela criação do Partido dos Trabalhadores, José Pereira, em Floriano. Gostaria de, aqui, recordar alguns episódios com V. Ex^a sobre o Piauí, o PT e os governos do Presidente Lula e agora da Presidenta Dilma. Um dos episódios que tive a oportunidade de, ao lado de V. Ex^a, testemunhar foi quando, por volta de março de 2003, no início do Governo do Presidente Lula, juntamente com o então ministro responsável pelo programa de combate à fome, o Programa Fome Zero, José Graziano da Silva, juntamente com o Presidente Lula fomos a Guaribas e Acauã para lançar o que, então, eram os primeiros passos do Cartão Alimentação, um programa em que as famílias cuja renda não alcançasse meio salário mínimo **per capita**, passariam a ter direito a um cupom equivalente a R\$50,00, que só poderiam ser gastos em alimentos. Naquela ocasião, José Graziano, assim como Frei Beto e outros, tinham muita esperança de que seria interessante a constituição dos conselhos gestores. Tanto em Guaribas quanto em Acauã, tive a oportunidade de participar de reuniões em que esteve também V. Ex^a, o Presidente Lula e o Graziano, dialogando com a comunidade, debatendo a natureza daquele programa, vantagens e desvantagens. E, na ocasião, conversando com o povo, observei que talvez um dia pudéssemos ter o pagamento da renda básica incondicional para todos. Lembro-me de ter explicado para aquele conselho gestor o que V. Ex^a tem me ouvido falar e explicado aqui: que um dia vamos caminhar na direção da renda básica de cidadania. Quero até registrar que há algumas experiências interessantes em alguns países. Ainda hoje, a *Folha de S. Paulo* deu notícia do Irã, que, em 2010, instituiu uma lei para acabar com os subsídios aos preços dos combustíveis, petróleo, gasolina e outros, que ali tinham preços muito baixos, eram subsidiados. Acontece que o Governo instituiu uma lei para acabar com os subsídios, mas, como que para compensar sobretudo a população de menor renda, resolveu pagar a toda a população uma renda da ordem de US\$80,00 a cada dois meses – US\$40,00 por mês. E, na notícia que dá hoje a **Folha de S. Paulo**, o pagamento teria subido algo como US\$115,00. A *Folha* diz que é uma experiência semelhante à da Bolsa Família, mas, na verdade, pelo que entendi, trata-se de um pagamento a mais de 70 milhões, que é o que constitui a popu-

lação iraniana. Houve uma mudança recente na lei, pelo que tenho acompanhado, porque aquela renda é paga a toda a população, mas se solicitou à população de maior renda que abra mão voluntariamente deste pagamento. Quero justamente, quem sabe, fazer uma visita ao Irã, para saber. Só tenho a preocupação de, de repente, começar uma guerra nuclear, e eu estar no meio lá. Só quero transmitir isso a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Queria aproveitar ainda, porque, na semana passada, íamos falar juntos aqui da mensagem que a Sr^a Niède Guidon transmitiu à Presidenta Dilma Rousseff e à Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, sobre a Serra da Capivara, aquele patrimônio histórico, o Parque Nacional da Serra da Capivara. Ainda recebi um apelo, nestes últimos dias, para que, realmente, possa, na medida do possível, tanto a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira quanto a Presidenta Dilma, em algum momento, recebê-la. Quero aqui renovar o apelo juntamente com V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nesta semana, a Presidenta Dilma está na Índia e terá um encontro muito importante, amanhã e depois, com os Chefes de Estado dos Brics – Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul – numa oportunidade extraordinária de diálogo, lá em Nova Déli, mas quem sabe ela, que tem tantas atribuições, em algum momento possa receber a Sr^a Niède Guidon. Aqui reitero o apelo para que V. Ex^a compartilhe isso comigo. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço, compartilho e devo dizer, primeiro, sobre a minha felicidade de ter V. Ex^a, com a sensibilidade que sempre demonstra, também na área ambiental, nesse apelo, eu diria assim, quase desesperado da nossa arqueóloga Niède Guidon. Há uma previsão para, depois da Semana Santa, a Ministra Izabella nos receber; nós devemos fechar na próxima semana, e eu quero ter o maior prazer de com V. Ex^a ir lá.

Cito três dados e faço mais uma empreitada com V. Ex^a.

A essa região de Guaribas e Acauã, é bom lembrar por que o Presidente Lula foi lá: eram os dois Municípios mais pobres do Brasil. Esses dias, eu mandei isso para o Presidente Lula: não sei em qual classificação eles estão, mas já não estão mais entre os cem mais pobres do Brasil, é provável que já tenham subido alguns degraus a mais. Melhoramos na área de habitação. A mortalidade infantil era cerca de 64 para

cada grupo de mil, hoje está na casa de doze; aliás, está mais baixa do que a média do Estado e do Brasil. Quanto ao analfabetismo, entre as pessoas com mais de quinze anos, 75% eram analfabetas. Isso reduziu para algo em torno de 11%, que é mais baixo de novo do que o do próprio Estado. Então, há uma série de mudanças profundas. Hoje, lá nós estamos trabalhando a implantação do ciclo completo da educação: ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico, inclusive com uma base do Sesc, do Presidente Valdeci Cavalcante, e também com a Universidade Aberta.

Mas qual é o problema e o que eu queria apelar a V. Ex^a? Lá é uma região que tem um potencial grande para o turismo, V. Ex^a viu, temos o Parque Nacional da Serra das Confusões, no Guaribas, especialmente – Acauã também se desenvolveu –, mas é preciso que o Governo Federal, no caso de Guaribas, faça uma BR, que é a BR-235. Então, estava prevista no PAC, o Presidente Lula deixou-a prevista no PAC. Eu queria combinar com V. Ex^a, porque não entrou na programação do ano passado, para irmos à Ministra Miriam Belchior, pela importância, pelo simbolismo que tem para o Brasil essa cidade. Eu queria que V. Ex^a pudesse também ir comigo, com toda a sua sensibilidade, pelo povo de Guaribas, pelo povo daquela região, e nos ajudasse nessa empreitada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria muito de aceitar esse convite e, em algum momento, portanto, quero ir com V. Ex^a a Guaribas e Acauã.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe, na mesma ocasião façamos a viagem ao Parque Nacional da Serra da Capivara, combinando as coisas para ver o seu Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para encerrar, Sr. Presidente, quero apenas mais esse minuto. Quero, além de agradecer aqui o aparte enriquecedor do Senador Suplicy, a atenção de todos e de todas, terminar de forma alegre lembrando o Zé Pereira.

Também, da mesma forma, ele foi hóspede do Presidente Lula em São Bernardo – para ver o carinho que o Presidente tinha por ele. E era a primeira vez que ele saía do seu interior e foi logo para São Paulo e ficou encantado com aquele mundo. Quando ele voltou, eu perguntei para ele: “Zé Pereira, do que é que você lembra?”. Ele falou de algumas coisas e falou de uma interessante: “Uma lembrança que eu tenho da

casa do Presidente Lula é porque lá eu comi um beiju diferente com linguiça”. Era uma *pizza* calabresa, ele nunca tinha comido uma *pizza* calabresa.

Então, deixo aqui o abraço de todos os filiados ao Partido dos Trabalhadores a esse grande brasileiro que é Zé Pereira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, a Sr^a Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias.

Nesse momento, passamos a palavra, pela Liderança do PCdoB, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Paim.

Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, hoje venho à tribuna – e fiz questão de vir mesmo, apesar do adiantado da hora – para, mais uma vez, tratar de um assunto que vem sendo debatido de forma exaustiva nessa Casa, relativo ao Projeto de Resolução nº 72, de 2010, do Senador Romero Jucá, que, Senador Paim, conforme ele havia apresentado originalmente, zeraria as alíquotas de ICMS interestaduais na venda de produtos importados.

De acordo com os debates que vêm sendo conduzidos tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como na Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto deverá ser apresentado um substitutivo propondo uma alíquota progressiva, ou seja, regressiva, iniciando em 4% até que chegue a zero.

E esse debate é importante. O próprio Governo Federal, o Ministro da Fazenda, Ministro Mantega, mais a Presidenta Dilma, que também se reuniu recentemente com vários empresários do Brasil inteiro, empresários que representam setores produtivos os mais diversos...

E ficou clara a necessidade de mudar a legislação brasileira, por meio de uma resolução do Senado, de tal sorte que possamos acabar com aquilo que se denomina, no Brasil, de guerra dos portos, o que nada mais é do que um incentivo fiscal, Senador Paim, concedido por determinado Estado para produtos importados. E aí, para quem está nos assistindo, vou repetir: é um incentivo fiscal concedido pelos governos de alguns Estados brasileiros para produtos importados. O que, por si só, já seria muito grave, porque um produto importado não gera um emprego sequer no País, porque um produto importado contribui para o desequilíbrio da balança comercial brasileira e, mais

do que isso, afeta profundamente, Senador Flexa, a concorrência com aqueles produtos que são fabricados internamente no Brasil.

Eu tenho dito na comissão: no Brasil nós temos um sistema tributário que infelizmente permite a guerra fiscal entre os Estados brasileiros, entre as 27 diferentes unidades da Federação. E hoje nós temos dois tipos de guerra fiscal: a guerra fiscal que é praticada com os incentivos dados, com os tributos estaduais, para os processos produtivos, e a outra, que é a guerra fiscal estabelecida em relação aos produtos importados.

E no Brasil, Sr. Presidente, nós temos um único Estado que tem a sua economia quase que totalmente baseada numa política de incentivos tributários, seja de tributos federais como de tributos estaduais. E esse é exatamente o meu Estado, o Amazonas, que abriga a Zona Franca de Manaus, que aqui não preciso dizer como nasceu, por que nasceu e por que sobrevive há 45 anos, contribuindo tanto não só para o processo do desenvolvimento regional, para geração de emprego, mas também para a preservação do meio ambiente.

A Zona Franca de Manaus é o único Estado a ter mandato constitucional para praticar a política de isenção: benefícios tributários e benefícios fiscais. Infelizmente, até como forma de substituir ou de cobrir a falta de uma política mais nacional de desenvolvimento regional, os Estados brasileiros vêm praticando já há alguns anos a guerra fiscal.

O Projeto de Resolução nº 72 atinge tão somente os produtos importados. E repito: não é admissível que qualquer nação do mundo, muito menos a nossa, o Brasil, conceda incentivos para trazer produtos importados.

Tenho dito na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual estou procurando participar ativamente, principalmente dos debates, que, de todos esses Estados, exatamente pela nossa característica é o Estado do Amazonas o que mais sofre.

Tenho utilizado muito o exemplo da produção de ar-condicionado. Tivemos uma parcela importante do mercado nacional de aparelhos de ar-condicionado produzidos na Zona Franca de Manaus e parte no Estado de São Paulo. Perdemos o mercado para os produtos importados. O Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, adotou algumas medidas, voltamos a ganhar o mercado e agora estamos perdendo novamente.

Sr. Presidente – vou começar logo dando este dado –, hoje o mercado de aparelhos de ar-condicionado, tanto os **splits** quanto os de parede, fabricados no Brasil, ocupam somente 23% do mercado brasileiro, enquanto que os importados já respondem por 55% de todos os produtos comercializados no Brasil. E por

que isso, Sr. Presidente? Porque as importações incentivadas em alguns Estados reduzem, incentivam; de que forma? Reduzindo o valor do ICMS de 12% para 3%, gerando um crédito fiscal de 9%. Os importados também têm feito com que, além desse incentivo de ICMS que os Estados dão, que é extremamente negativo, haja outro problema que diz respeito ao valor do IPI. Havia um problema em relação ao imposto de importação.

Conseguimos, por meio de uma reunião com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o seu Secretário Executivo e a própria Presidenta Dilma; levamos os números da indústria, do setor, para eles e houve uma decisão. Tanto que em setembro do ano passado houve uma majoração no valor do imposto de importação para a produção de ar-condicionado.

Entretanto, o que as empresas importadoras estão fazendo? Elas não estão mais importando, Senador Flexa Ribeiro, o ar-condicionado acabado, todo pronto. Elas importam separadamente a unidade condensadora da unidade evaporadora, e aí conseguem burlar esse mecanismo. Juntando isso aos incentivos fiscais concedidos por alguns Estados, dentro da chamada guerra fiscal dos portos, o nosso produto, que gera emprego no Brasil, está sendo prejudicado. Por isso, nós diminuimos a nossa participação no mercado brasileiro, que era de 55%, para 23%. Houve uma mudança. E aí são empregos que deixam de ser gerados.

Nós temos uma informação segura da própria indústria de que as empresas Brastemp e Cônsul, somente em Manaus, haviam paralisado, no ano passado, a sua produção, com a majoração do imposto de importação para o produto como um todo; voltaram a produzir e agora, com a guerra fiscal dos portos e mais essa importação fatiada de partes dos aparelhos de ar-condicionado, novamente voltaram a perder mercado e a produção está paralisada. E outras indústrias que produzem – e são várias – já concederam férias coletivas ou então suspensão temporária de trabalho. E são inúmeras as empresas que produzem aparelho de ar-condicionado na Zona Franca de Manaus.

Hoje, participamos do lançamento da agenda da indústria na CNI e sabemos o quanto esses empresários estão apavorados com tudo isso que vem acontecendo no Brasil. Somente na cidade de Manaus, foram mais de cinco mil empregos de fevereiro a março – cinco mil empregos perdidos, Senador Paim! Então, é necessário e é óbvio que algumas medidas têm de ser tomadas.

Vou conceder um aparte ao Senador Magno Malta, que vem do Estado do Espírito Santo. Mas, antes, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que eu sou solidária aos Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina quando reclamam do Governo Federal uma medida compen-

satória. Tem que vir. E não é temporária, não. Tem que vir uma medida compensatória.

Agora, essa guerra não pode continuar, Senador Magno Malta. Nós não podemos exportar os nossos empregos para outros países do mundo. E aqui eu poderia nominar, mas não quero nominar se é o país “a” ou “b”. Mas não podemos transferir os empregos dos brasileiros e das brasileiras para a Ásia de maneira nenhuma. Isso chega a ser uma tolice do ponto de vista econômico. Se não tomarmos uma medida, parecerá até que estamos descompromissados com a população brasileira.

Então, eu quero dizer que estamos tratando desse assunto diretamente com a Receita Federal, porque aí algumas medidas têm que ser tomadas, e uma delas é pôr fim a essa guerra fiscal em relação aos produtos importados; a segunda medida, a reivindicação do setor, é que se amplie também o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados de 20% para 35%.

Nós já encaminhamos a reivindicação da indústria. A própria Eletros encaminhou um ofício ao Ministério da Fazenda, em setembro de 2011, e até agora aguardamos uma posição. Sabemos já que a posição do Ministério da Indústria e Comércio Exterior é favorável a essa medida. Precisamos apenas da palavra final do Ministério da Fazenda para que a gente possa ver a nossa indústria recuperada, principalmente os empregos das trabalhadoras e dos trabalhadores recuperados também.

Em seguida falarei sobre outro assunto, mas concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Malta.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senadora Vanessa, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo debate, pelo tema colocado e tão bem exposto por V. Ex^a. Aliás, V. Ex^a é competente, e tenho o privilégio de conviver com V. Ex^a desde a Câmara dos Deputados. Fomos Deputados juntos. Chegamos a esta Casa juntos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a chegou antes de mim, Senador.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Cheguei, mas já cheguei sabendo que V. Ex^a viria, não é, pela competência e pelo respeito que o povo do seu Estado tem por V. Ex^a, pelo exercício do seu mandato tão verdadeiro, tão profícuo, uma Senadora de intenso trabalho, não pára, o dia inteiro. E quando vai à Tribuna, os temas que debate, com tanta competência e conhecimento, revelam que V. Ex^a trabalha muito e o povo do seu Estado reconhece isso. Eu agradeço muito a V. Ex^a quando diz que faz coro com os Estados. Aliás, já falou isso inúmeras vezes, já deu entrevista, falou naquela audiência na CCJ. V. Ex^a defende com unhas e dentes a sua Zona Franca e que não é nenhum favor o que o Governo Federal fez para aquele povo. Lembro-me que V. Ex^a

estava na Câmara e inventou-se que iria ter uma Zona Franca em outro Estado – não adianta dar o nome do Estado nem e nem nome do parlamentar. Lembro-me que o Líder Arthur Virgílio virou um “siri na lata”, aqui. E eu fiz coro com Arthur, não estava fazendo favor ao povo de Manaus, mas eu entendi que era uma covardia, porque se esse precedente é aberto... Por que então que se criou essa Zona Franca em Manaus? Então, se uma bancada é muito forte, se o político proponente é muito forte, você acaba desestabilizando um lugar porque precisa atender gente que é muito forte. É igual o Fundo de Participação dos Estados hoje. Parece que essa lógica é partidária, é uma lógica de força política. Por exemplo, o meu Estado recebe 1,4, o Maranhão recebe 14 do Fundo de Participação dos Estados; Alagoas recebe mais do que nós, Bahia recebe mais do que nós. O seu Estado recebe menos do que esses que eu falei, entendeu?! Por que esse desequilíbrio? Por que não discutir tudo? Fundo de Participação dos Estados, dos Municípios, colocar tudo dentro do mesmo balaio e rediscutir o pacto federativo, que é o que V. Ex^a está falando. Então, não adianta você pegar cinco ou seis Estados, matá-los em nome da prosperidade da indústria do País. Olha, nós queremos ter uma indústria próspera, mas desde menino que eu escuto a mesma conversa. O Brasil nunca parou, o Brasil nunca quebrou – graças a Deus – se arrastou, não se entregou, não foi para o chão. A indústria, se não vai muito bem, obrigado, também não vai tão mau que justifique matar os Estados. Essa passagem, essa compensação que V. Ex^a fala, que nós falamos, que o Líder do PT, Senador Pinheiro, está falando, também não é prêmio de consolação, não pode ser prêmio de consolação para esses Estados. Na verdade, tem que ser uma compensação que ao chegar no final se olha para atrás e nem se lembre que já teve o tal do incentivo. Nós queremos uma compensação que, ao olharmos para atrás, nem lembramos que tinha Fundap; que seja uma compensação para investimentos, para uma série de coisas que os Estados precisam. E a proposta do Líder do PT – que acho que com fé em Deus deve ser o que vai passar, a do Senador Pinheiro... Então, nós agradecemos essa solidariedade. O Brasil agradece essa compreensão e a visão de V. Ex^a, que deveria ser a visão do Governo. Aquilo que se alardeou aqui como projeto de Romero, não é de Romero. O próprio Romero disse que não era seu e ele dizia que era dele e depois ele dizia que não era dele mais. Era do Senhor Guido Mantega, porque quer impor de qualquer maneira, porque assumiu um compromisso com os industriais de São Paulo. Porque no fundo, no fundo, o beneficiado vai ser São Paulo. Quando falamos. Falamos em descentralização. E toda

a vez que tem uma medida, centraliza tudo para São Paulo. Então, é preciso saber que existe Amazonas, que existe Mato Grosso, que existe Espírito Santo, que existe Sergipe, que existem outros Estados da federação, e que valem da mesma forma, aguardando, sim, a devida proporcionalidade. Eu parabeno V. Exª em nome do povo do meu Estado, em nome do povo do Estado do Espírito Santo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento V. Exª também, Senador Magno Malta. Sou testemunha de como V. Exª luta pelos interesses do seu Estado. E faz nada além da sua obrigação, como todos nós fazemos em relação aos nossos Estados. Agora, precisamos ser isso: uma federação solidária, um conjunto de Estados solidários uns com os outros. Penso que o caminho está correto, porque também como nós V. Exª não admite que a gente incentive a geração de emprego em outro país que não seja o nosso. Nós já temos dificuldade na competição normal, sem incentivos, imagine quando ela vem incentivada.

Eu, aqui, estou abordando um problema relativo a um produto que sofre dois tipos de problemas diferenciados. E não é fácil a gente concorrer com aquelas nações cujas cifras não são milhares, como são as nossas, são milhões e milhões e milhões. Então, já é difícil isso, e ainda conceder incentivo para um produto que chega pronto, é complicado.

Hoje eu vi V. Exª conversando com o Líder do Governo nesta Casa, Senador Eduardo Braga. Vi o Senador Ferraço, vi a Senadora Ana Rita, tenho visto também Senadores de Santa Catarina num diálogo. Nós chegaremos a um bom termo. Chegaremos, porque os Estados também não suportam mais ver seus postos de trabalho fechados.

Mas eu acho que é isto: o caminho do diálogo, o caminho da responsabilidade com a população brasileira. Parte dela vive – V. Exª tem razão – no Amazonas, no meu querido Estado, outra parte vive no Espírito Santo, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em Goiás, no Ceará. Enfim, esse é o espírito que deve mover não somente esta Casa, mas a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Se, efetivamente, não temos hoje ainda uma política mais eficiente – não é, Senador Walter? – de desenvolvimento regional, mas há, sim, um governo compromissado com isso.

Espero que a gente possa ajudar o Governo a encontrar os mecanismos para que esse desenvolvimento regional e essa desconcentração sejam cada vez mais crescentes no País.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora Vanessa?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, eu vou conceder aparte a V. Exª, mas é...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Um minuto só.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Um minuto. Pois não.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Eu vejo V. Exª, com tanta competência e bravura, fazendo a defesa, e não pode ser de outra forma. Discutimos bastante, em duas audiências, públicas o Decreto Legislativo 72. Quero dizer a V. Exª que acredito que não possa haver alteração de uma forma, eu diria, tão drástica. Tem que haver um momento de transição. O Senador Magno Malta tem aí defendido também o Espírito Santo e por diversas vezes tem colocado a questão do Fundo de Participação. Voltou agora a falar que o Maranhão tem um percentual de participação de 14. Mas, não é, não, Senador Magno Malta. Estou vendo aqui que o percentual do Estado do Maranhão é 7,2.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O da Bahia é que é alto. O da Bahia é o mais alto do País.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – O da Bahia é 9,3.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – O da Bahia não é o mais alto, é o mais justo.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Não, é o mais alto. Eu concordo com V. Exª, Senador Walter...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não estou dizendo que seja injusto, Senador, nem eu e nem o Senador. Mas é o índice mais alto.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – O do Pará é 6,1.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E o Amazonas, Senador Flexa?

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – O do Amazonas, Senadora Vanessa, é 2,7. Então, nós vamos entrar nessa discussão agora, porque, até dezembro de 2012...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós temos que aprovar.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – ...esse percentual tem que ser aprovado aqui no Congresso. Então, é preciso que entendamos, de uma vez por todas, que o Fundo de Participação vem para fazer uma equalização exatamente nas regiões menos desenvolvidas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas três regiões, pela Constituição brasileira, levam 85% do Fundo de Participação. Então, eu espero que as regiões desenvolvidas – uma delas, graças a Deus, do meu amigo Magno Malta, que tem lá, no Sudeste brasileiro, todas as condições já de desenvolvimento

– olhem com carinho a nossa Amazônia, Senadora Vanessa. É necessário que a gente possa ter o olhar do Governo Federal, que ele consiga entender que a Amazônia é Brasil, que nós precisamos levar esse desenvolvimento para a nossa região. Nós estamos atentos e solidários com o Espírito Santo, sempre estivemos com o Amazonas, que é irmão nosso, vizinho nosso, para que a gente possa fazer essa transição sem que penalize esses Estados. Pode contar com a solidariedade e com o voto dos Senadores do Pará.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Flexa.

Tenho um projeto de lei que trata da reformulação do Fundo de Participação dos Estados e que introduz, Senador Flexa, o componente ambiental. Porque também é inadmissível que a política tributária brasileira, Senador Paim, não leve em consideração o componente ambiental. Há vários Estados com áreas imensas demarcadas como reserva ambiental e que não recebem qualquer remuneração, qualquer contrapartida do Estado brasileiro em relação a isso.

Para concluir, se V. Ex^a me permite, Senador Paim, ontem fizemos uma belíssima sessão solene nesta Casa em comemoração aos 90 anos do Partido Comunista do Brasil. A sessão durou mais de três horas e meia. Militantes, dirigentes, filiados, amigos, Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras do Brasil inteiro se manifestaram. Por conta do número expressivo de parlamentares de outros partidos que falaram, prestando homenagem ao PC do B, não foi possível que eu fizesse meu pronunciamento. Mas gostaria, Senador Paim, que a Mesa considerasse esse pronunciamento – que entregarei logo mais – em homenagem aos 90 anos desse partido de cujas idéias eu me aproximo. Tanto me aproximo que desde a minha juventude sou filiada a ele, mesmo antes de o PCdoB ter conseguido seu registro oficial. Eu me filiei ao partido muito cedo e até hoje nunca mudei de filiação partidária, porque tenho um princípio muito claro: luto por uma sociedade mais justa, e é assim que se tem conduzido o PCdoB nesses 90 anos.

Um segundo registro, Senador Paim: hoje, dia 27 de março, o ex-Senador Bernardo Cabral, Relator da Constituição de 1988, completa 80 anos de idade. Então, eu não poderia, como representante do Estado do Amazonas, deixar de, no dia de hoje, fazer desta tribuna, mesmo que de forma singela, uma homenagem ao ex-Deputado, ao ex-Senador, ex-Ministro, ex-Presidente da OAB, Bernardo Cabral.

Ele estudou Direito na Faculdade da Universidade Federal do Amazonas. Depois se especializou em Portugal. Possui muitos trabalhos publicados, principalmente na área do Processo Civil. Foi um dos funda-

dores do PMDB, eleito Deputado Federal, Relator da Constituição e, em 1990, Ministro da Justiça do Brasil.

Enfim, quero, desta tribuna, homenagear o ex-Senador Bernardo Cabral e desejar não somente a ele, mas, também, a toda a família dele muita saúde e que continue contribuindo – não é porque já não está no Parlamento que deixou de contribuir – não somente com o nosso querido Amazonas, mas, também, com o Brasil como um todo.

Já apresentei à Mesa um voto de congratulações e aplausos por esta data importante para todos nós do Amazonas, porque se trata de uma figura reconhecida em nosso Estado e no Brasil inteiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.)

A Sr^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCDOB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, filho das lutas dos trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil nasceu, em 25 de março de 1922, empunhando a bandeira do socialismo, pelos direitos do povo e pelo desenvolvimento soberano e democrático do Brasil.

O acervo de conquistas à Nação e aos trabalhadores é fruto da militância revolucionária de várias gerações de comunistas nas quais estão presentes muitos heróis do povo brasileiro e inúmeros mártires cuja memória alimenta de energia revolucionária a luta contemporânea.

O legado vem desde os fundadores de 1922 – simbolicamente ressaltado no talento de Astorjildo Pereira –, os que o dirigiram nos tumultuados e enriquecedores anos de meados do século passado cuja expressão é o destacado líder popular, Luiz Carlos Prestes, chegando à contemporaneidade quando se agiganta o papel de João Amazonas como construtor e ideólogo do Partido Comunista que vicejou e se expandiu nos 40 anos finais do século XX.

Até a atualidade, quando nos últimos 10 anos o coletivo dirigente liderado por Renato Rabelo trabalha para capacitar a legenda para os desafios da nova luta pelo socialismo que se desenrola no Século XXI.

Os primeiros anos do PC do Brasil se deram em meio à crise da República Velha. No ano mesmo de sua fundação, outros acontecimentos de dimensão histórica refletem os anseios de modernização e democratização do país.

Em fevereiro tem lugar, na cidade de São Paulo, a Semana de Arte Moderna. O evento marca a entrada da arte brasileira no século XX.

Ao longo da década de 1920 o Partido Comunista do Brasil buscou uma aliança com o tenentismo. Expressão de camadas médias urbanas ligadas às Forças Armadas e movidas por aspirações modernizantes e antioligárquicas, o tenentismo encontraria no Partido Comunista um de seus desaguardos.

A Revolução de 1930 abriu na vida do país uma nova etapa, de crescente desenvolvimento nacional. Esse processo foi marcado, contudo, por contradições. O autoritarismo e a repressão foram traços marcantes do período, especialmente durante o Estado Novo.

Em 1935 surgia a Aliança Nacional Libertadora, uma organização antifascista de frente única. Com programa patriótico e democrático, a ANL tinha por lema “Pão, Terra e Liberdade”. Fechada por Vargas, a organização continuou funcionando clandestinamente e, em novembro de 1935, organizou levantes armados no Rio de Janeiro, em Recife e em Natal.

A rebelião foi esmagada e milhares de democratas e comunistas passaram a ser perseguidos. Importantes quadros do Partido, entre eles Luiz Carlos Prestes, enfrentaram longos períodos de cárcere, exílio ou dura clandestinidade.

Foi naquela época que Olga Benário, militante da Internacional Comunista e mulher de Prestes, foi presa em março de 1936. Deportada grávida à Alemanha nazista, ela seria assassinada em 1942.

Desde 1941, em plena repressão patrocinada pelo Estado Novo, o PC do Brasil defendeu a entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas – entre elas a União Soviética – contra as potências do eixo nazifascista. Quando, após longo período de pressão popular, Vargas declarou guerra à Alemanha, o Partido defendeu a formação da Força Expedicionária Brasileira, a FEB.

Em 1943 realiza a Conferência da Mantiqueira. Na ocasião são eleitos para o Comitê Central Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighella – que se encontravam presos – e toda uma nova geração de dirigentes, entre os quais Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Amarílio Vasconcelos, Júlio Sérgio de Oliveira e Mário Alves. A Conferência aprova a consigna União nacional em torno do governo Vargas, que conduzia o esforço de guerra contra o nazifascismo. O Partido logo se envolveria na campanha pela anistia e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Em abril de 1945 a anistia é promulgada e os presos políticos são libertados. Em novembro o Partido obtém, finalmente, seu registro oficial. Tem início, para os comunistas, um período de extraordinário prestígio.

Em 1945 cresce o clamor pela convocação da Assembleia Constituinte. Os comunistas promovem

movimento em apoio à causa. Em outubro um golpe de Estado depõe Vargas. Em dezembro ocorrem eleições para a Presidência da República e a Assembleia Constituinte. Nelas, o general Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente. O PC do Brasil elege Prestes senador e mais 14 deputados. O candidato dos comunistas à Presidência, Yedo Fiúza, obtém quase 10% dos votos.

A Constituinte é instalada em fevereiro de 1946. A bancada comunista defende a democracia, os direitos dos trabalhadores e a soberania nacional. Emenda apresentada pelo deputado comunista Jorge Amado garante ampla liberdade religiosa, inclusive para os cultos afro-brasileiros.

Em janeiro de 1947, nova eleição deixa claro o crescimento do PC do Brasil. Em resposta, recrudescem a repressão. A legenda comunista é cassada; suas sedes são invadidas e fechadas. Em novembro do mesmo ano ocorrem eleições municipais. O Partido elege, por outras legendas, centenas de vereadores. Em janeiro de 1948 os mandatos comunistas são cassados.

O PC do Brasil faz oposição sistemática a Getúlio Vargas, eleito para o segundo governo em 1950. Ao mesmo tempo, os comunistas se envolvem nas principais lutas patrióticas, sociais e democráticas do período. Destacam-se na luta pela paz e nas poderosas ondas grevistas.

A campanha contra Vargas resultaria em golpe de Estado e no suicídio do presidente, em agosto de 1954. Na ocasião o povo, condoído com a morte de Getúlio, revolta-se contra seus opositores. Os comunistas também sofreriam os impactos dessa reação.

O suicídio de Vargas provoca uma mudança na linha política do Partido. O processo culminaria no apoio à chapa Juscelino-Jango, vitoriosa nas eleições de 1955.

No final do governo JK os comunistas apoiariam a candidatura nacionalista do Marechal Lott, derrotado nas eleições presidenciais por Jânio Quadros. Nessa atmosfera, recrudescem a polarização entre setores conservadores e democrático-populares.

Em 1961 Jânio Quadros renuncia à Presidência da República. A negativa da cúpula militar em dar posse ao vice-presidente João Goulart deflagra grave crise política. Tem início o movimento em defesa da legalidade. Goulart conseguiria assumir a Presidência, embora com poderes limitados pela adoção do sistema parlamentarista.

Em 1956 realiza-se o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Capitaneados por Nikita Krushev, os dirigentes soviéticos passam a apregoar concepções antirrevolucionárias, baseadas em leitura unilateral e negativa sobre a construção do socialismo. As divergências em torno dessas ideias, associadas à

forte influência do nacional-reformismo na sociedade brasileira, desencadearam uma aguda luta interna no Partido Comunista. Ela teria seu desfecho na reorganização de 1962.

Em 18 de fevereiro de 1962 uma conferência extraordinária reorganiza o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB. À frente do processo, lideranças históricas como João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, José Duarte e Elza Monnerat. O desempenho atual do PCdoB – presente nas várias dimensões da vida política do país, enraizado nas lutas do povo, empunhando a bandeira do socialismo e empenhado no fortalecimento da nação – demonstra por si só o acerto e o valor daquela tomada de posição em defesa do Partido.

Em 1º de abril de 1964 um golpe militar depôs o presidente João Goulart. O PCdoB teve participação destacada – nas ruas e, às vezes, de armas nas mãos – no combate à ditadura que se seguiu. Por essa luta o Partido pagaria um alto preço: é a organização com mais mortos e desaparecidos no regime de 1964.

Com a promulgação do chamado AI-5 (1968), a ditadura radicaliza no uso da violência. Setores da oposição recorrem à luta armada. O PCdoB protagonizou no sul do Pará, a Guerrilha do Araguaia (1972-1974).

Em 16 de dezembro 1976, a ditadura localiza a casa onde se reunia o Comitê Central do PCdoB no bairro da Lapa, em São Paulo. O local é metralhado e os dirigentes Pedro Pomar e Ângelo Arroyo são assassinados. Após a Chacina da Lapa, o núcleo de direção do PCdoB teve de se exilar e passou a viver no exterior. Uma direção provisória – composta por João Amazonas, Renato Rabelo, Diógenes Arruda e Dynéas Aguiar – inicia o processo de reorganização do Partido.

O Partido participaria ativamente da luta pela anistia, conquistada em agosto de 1979. Com ela os presos políticos são libertados, os exilados retornam e os clandestinos voltam à legalidade.

Em 1984 ganha corpo a campanha das Diretas Já! Os conservadores tentaram conter as mobilizações, apelando até para o bloqueio midiático. Mas as ruas das metrópoles brasileiras acabaram tomadas por milhões de manifestantes – muitos deles desfraldando as bandeiras vermelhas de um PCdoB ainda na ilegalidade.

A Emenda das Diretas terminaria rejeitada no Congresso Nacional. Mesmo assim, ela representou para a ditadura um golpe de morte. O tiro fatal viria em janeiro de 1985, com a eleição – no colégio eleitoral criado pela própria ditadura – de Tancredo Neves para a Presidência da República. O PCdoB ajudou a construir a candidatura e a campanha do candidato único das oposições.

Em meio às Diretas Já! e à eleição de Tancredo Neves, a campanha pela legalidade do PCdoB ganhou força. Atos foram realizados em todo o país. Em maio de 1985, após quase 40 anos de clandestinidade, o Partido conquistava o registro legal, á época o hoje senador José Sarney, era presidente do Brasil.

O PCdoB teve participação importante nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988). Mais de mil propostas foram encaminhadas pelos comunistas. A bancada do Partido lutou contra o “entulho” autoritário e pela consolidação da democracia.

No final dos anos 1980 aprofunda-se a crise do modelo de desenvolvimento herdado do regime militar. A alternativa apresentada pelas classes dominantes – ligadas ao capital financeiro e ao imperialismo – foi o receituário neoliberal. O PCdoB se colocou na linha de frente do enfrentamento a esse projeto.

Em 1989 o PCdoB foi um dos protagonistas da Frente Brasil Popular, que conduziu Luiz Inácio Lula da Silva ao segundo turno das eleições presidenciais contra Fernando Collor de Mello. A derrota de Lula coincidiria com a crise das experiências socialistas. Tinha início um período de defensiva estratégica para as forças comunistas e de esquerda. No Brasil começava a era neoliberal.

Os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) aplicaram com radicalidade o neoliberalismo. Nesse período o PCdoB combateu o desmonte do Estado Nacional, a eliminação de direitos sociais e a redução da democracia.

Em outubro de 2002, como coroamento de um intenso período de lutas, as forças de sustentação do neoliberalismo sucumbiram diante do anseio de mudança, expresso na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. A vitória de Lula inaugurava uma nova fase na vida política do país.

Com Lula, pela primeira vez os comunistas assumem cargos no primeiro escalão da República, e participam efetivamente do Governo. O que tem sequência com o Governo Dilma.

Temos a convicção, e a história mostra que nesses 90 anos o PCdoB sempre esteve presente em todos os momentos importantes na vida nacional, defendendo bandeiras memoráveis como a campanha do “Petróleo é Nosso”, que resultou na criação da Petrobras, e o movimento que resultou na criação, em 1941, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O PCdoB é um Partido a favor do Brasil! Desde seus primórdios, acredita nas potencialidades de nosso povo e de nosso país.

Num país marcado por longos períodos de ausência de democracia, o PCdoB é um partido forjado no combate a ditaduras e na defesa da liberdade. Nestes 90 anos de existência, em apenas 29 deles o Partido

não atuou de forma clandestina. Em nosso país, sempre que a democracia foi ameaçada o primeiro atacado era o Partido Comunista.

Os comunistas jamais baixaram a guarda quando o assunto era a defesa das liberdades democráticas. Em poucos momentos da história brasileira uma corrente política foi tão vigorosa na defesa da liberdade quanto na Guerrilha do Araguaia. Ali, nas selvas do sul do Pará, os comunistas levaram às últimas consequências sua radical opção pela democracia.

Ao longo de sua história, o Partido Comunista do Brasil desenvolveu fortes vínculos com a intelectualidade. Não por acaso, os comunistas são tidos como uma das grandes influências na formação da moderna cultura brasileira.

Pelas fileiras do PC do Brasil passaram importantes escritores e poetas, como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Patrícia Galvão (a Pagu) e Dalcídio Jurandir; grandes nomes da arquitetura e das artes plásticas, como Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral; dramaturgos consagrados, como Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho (o Vianinha) e Dias Gomes; músicos de renome, como Cláudio Santoro e Guerra Peixe; cineastas como Alex Viany e Nelson Pereira dos Santos; cientistas como Mário Schenberg; esportistas como João Saldanha. Todos eles ajudaram a modernizar a cultura e a sociedade brasileira.

O PCdoB possui significativa presença nos movimentos juvenil, feminista, comunitário, antirracista, cultural e ambiental, entre outros. Participa de lutas que abarcam amplo leque de temas, causas e bandeiras: direito à moradia, reforma urbana, democratização da comunicação, cidadania, direitos humanos, livre orientação sexual etc.

Se o PCdoB é o partido mais antigo do país, é também em muitos sentidos o mais jovem. Não apenas pela atualidade de sua ideias, mas também pelo rosto juvenil de sua militância. Por meio dos comunistas surgiram importantes articulações políticas da juventude brasileira.

Podemos dizer com segurança também que somos o partido mais feminino. Aquele que compreende a importância da participação da mulher no processo social. Somos um partido que atua nas instituições, mas nunca abandonou a organização popular e a vida sindical.

Em 1937 a Juventude Comunista – criada 10 anos antes – teve papel decisivo na fundação da União Nacional dos Estudantes, a UNE. Em 1948 os jovens comunistas também participaram da constituição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Ainda hoje os comunistas possuem presença destacada em ambas as entidades.

Hoje o PCdoB, por meio de alguns de seus militantes, exerce importantes responsabilidades nas instituições da República.

A atuação parlamentar do PCdoB em todos os níveis é respeitada, seja nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmaras de Deputados ou Senado Federal.

Nas eleições de 2010 o Partido elegeu 15 deputados federais e 18 estaduais. Quatro anos antes retomou, com Inácio Arruda, sua presença no Senado – fato inédito desde a eleição, em 1945, de Luiz Carlos Prestes. A bancada no Senado ainda seria ampliada com a minha eleição.

No plano municipal, o PCdoB elegeu prefeitos cujas administrações têm sido aprovadas e apoiadas pelo povo. Hoje o Partido está à frente de 42 prefeituras. Possui também 66 vice-prefeitos e 608 vereadores.

No exercício da governança, os comunistas implementam ações e programas vinculados ao desenvolvimento soberano e democrático, com distribuição de renda e elevação da qualidade de vida. Suas realizações buscam fortalecer, modernizar e democratizar o Estado.

Nos últimos anos o PCdoB participa com destaque do esforço de elaboração e implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Neste novo momento, os comunistas atuam para que o Brasil ingresse em definitivo numa nova etapa de seu progresso econômico e social, baseada na valorização do trabalho, na ampliação dos direitos sociais, no aprofundamento da democracia, na afirmação da soberania nacional e na integração solidária com a América Latina.

Apesar dos recentes avanços, muito ainda há que ser feito. Como em outros momentos de nossa história, os comunistas apostam na mobilização do povo para garantir que mudanças significativas ocorram. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a e me somo à solidariedade, ao abraço, ao carinho ao Senador Bernardo Cabral, que foi o Relator da Constituinte e que atendeu a grande parte das demandas que, à época, eu também, constituinte, encaminhava a ele, demandas do movimento social.

Remeta a ele o nosso carinho, o nosso respeito, um grande homem público.

Passo a palavra neste momento ao Senador Flexa Ribeiro, como orador inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Sr^{as} e

Srs. Senadores, começou mal o ano na economia. O primeiro resultado oficial do PIB brasileiro de 2012 foi uma queda. O Governo não tardou a reagir. Anunciou mais uma série de puxadinhos tributários, iguais aos que vemos nos aeroportos. Desse jeito, não demora a casa cair.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central, IBC-BR, deu 0,13% negativo em janeiro na comparação com dezembro. Mensal, o indicador funciona como prévia fiel do PIB oficial, calculado pelo IBGE e só divulgado uma vez a cada trimestre. Ou seja, aponta para um horizonte turvo à frente.

O crescimento acumulado em 12 meses caiu mais um pouco. Passou de 2,79% em dezembro – número que o IBGE praticamente repetiu – para 2,44% em janeiro. Ou seja, estamos em queda, lamentavelmente.

Há reza brava de todos os brasileiros para que a curva volte a embicar para cima, o que só deve ocorrer, na melhor das hipóteses no segundo semestre, mas, por ora, ela só desce.

De novo, a indústria mostrou as cores da sua anemia.

De acordo com o IBC-BR, o índice a que me referi no início do pronunciamento, o setor, a indústria, caiu 2,1% em janeiro, o pior resultado desde dezembro de 2008.

E, hoje, Senador Walter Pinheiro, na Confederação Nacional da Indústria, foi feito o lançamento da agenda legislativa, que aponta os projetos e as ações de interesse da indústria. Na agenda legislativa, o setor da indústria indica que ações o Governo deve ter e quais as ações de interesse do setor da indústria em andamento no Congresso Nacional.

Como dizia, a indústria caiu 2,1% só em janeiro, o pior resultado desde dezembro de 2008, isto é, em mais de três anos. O que salvou, de novo, foi o consumo: as vendas do comércio tiveram expansão de 1,4% frente a dezembro.

Vão-se evaporando no éter as previsões risonhas feitas pelo Governo Dilma Rousseff para o desenvolvimento econômico brasileiro neste ano. Ninguém mais prossegue falando em algo muito acima de 3%, exceto, claro, o Ministro Guido Mantega, com suas róseas lentes. “*No segundo semestre, devemos estar crescendo a taxas próximas de 5%*”, disse o Ministro Guido Mantega, ontem. Quem crê?

Logo depois de conhecer os resultados do PIB do Banco Central, o Ministro da Fazenda sacou mais algumas armas de seu “arsenal infinito”: diminuiu as alíquotas de IPI de uma série de setores e prorrogou por mais três meses a redução incidente sobre produtos de linha branca – fogões, geladeiras e máquinas de lavar roupas.

De novo, ganhou benefício quem berrou mais alto. Entre os setores contemplados ontem, estão móveis, pisos laminados, revestimentos, lustres e luminárias, que se vêm queixando de dificuldades para competir com importados. Representam, porém, fatia estreita da produção industrial brasileira: menos de 3% do total.

As reações foram, portanto, Senador Paulo Paim, as típicas da atual gestão: pontuais e localizadas, sem um todo que faça sentido.

Eu diria, Senador Paulo Paim, que o Ministro Guido Mantega, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff ataca o efeito e não a causa.

Eu disse isso hoje, fazendo um aparte ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, que fez, na abertura da sessão de hoje à tarde, daqui da tribuna do Senado, um pronunciamento tratando também da questão da economia brasileira.

É preciso atacar a causa, ou seja, é preciso ir fundo nas reformas necessárias, nas reformas de base. Os governos do Presidente Lula, os governos do PT não deram sequência às reformas que foram introduzidas nos governos do PSDB, lamentavelmente!

Como eu disse, as reações foram, portanto, as típicas da atual gestão: pontuais e localizadas, sem um todo que faça sentido. Equivalem a puxadinhos. No lugar de uma construção robusta e sólida, emendas de ocasião, ao sabor das possibilidades do momento. Às vezes, o alicerce não aguenta.

A política de remendos na economia já vem de longa data na era petista. Revela-se especialmente nas medidas tributárias e em esparsas ações de incentivo à indústria. Pela fragmentação, seus efeitos são, no máximo, etéreos, jamais duradouros.

Desde 2007, R\$97,8 bilhões já foram dados pelo governo em desonerações a empresas, apontou o jornal **O Estado de S.Paulo** no domingo.

Quais os resultados palpáveis e perenes de tais ações? O melhor que dá para dizer é que produziram efeitos localizados e temporários.

Se o governo tivesse gastado munição com uma mudança mais consistente na estrutura tributária, com a adoção de medidas de efeitos generalizados, é possível que tivesse colhido resultados mais robustos.

Fato é que as empresas em geral e a população como um todo continuam pagando tanto ou mais impostos do que sempre pagaram.

Em entrevista à revista *Veja* desta semana, a Presidenta Dilma Rousseff prometeu: “*Temos de baixar nossa carga de impostos. E vamos baixá-la.*”

Há agora, portanto, mais um compromisso formal da Presidente com a redução de tributos. De resto, uma promessa de campanha dela que nunca foi honrada.

Não podemos deixar de mencionar que o Presidente Lula mandou para o Congresso um remendo de reforma tributária. Dilma nem isso fez. Nem um gesto pelo menos.

E o que é pior: seu mandato já está caminhando para a sua metade, e até agora nenhuma proposta formal foi encaminhada ao Congresso.

Para piorar, os remendos têm onerado Estados e Municípios, na medida em que ela concede benefícios a setores específicos da economia com a desoneração de tributos que são compartilhados com os demais entes da Federação.

Essa desoneração é necessária, nós entendemos. É necessário atender à indústria brasileira para que tenha competitividade, mas esse atendimento é pontual. É preciso, como eu disse, combater as causas, executar em profundidade as reformas necessárias. Mas quando, pontualmente, atende à reivindicação da indústria, neste momento em que o produto importado vem tirar a sua competitividade, a diminuição do IPI de setores da indústria que é dada pelo Governo Federal tira recursos dos Estados e dos Municípios. Ou seja, Estados e Municípios, que já enfrentam dificuldades enormes de caixa, são penalizados, porque a União utiliza parte do IPI que é transferido pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios para conceder esse benefício fiscal a setores da indústria brasileira.

Senador Paim, apresentei um projeto que tramita no Congresso, mas não anda – deveria andar, mas não anda –, pelo qual, quando a União quisesse conceder esse benefício de redução de IPI ou de redução do Imposto de Renda, que ela o fizesse da parte que lhe cabe, porque, do bolo do IPI ou do Imposto de Renda, 55% cabem à União e 45% são distribuídos a Estados e Municípios. Então, quando da concessão do benefício, que a União o faça dentro dos 55% e que não use os 45% destinados a Estados e Municípios.

Mas esse projeto não caminha. É lógico que não caminha, porque todo projeto que busque evitar a diminuição da transferência de recursos para Estados e Municípios ou, de outra forma, que venha distribuir, repartir o acúmulo dos recursos concentrados na União – que hoje, sabemos, acumula mais de 60% do que é arrecadado, do bolo arrecadado da sociedade brasileira –, o Governo, de plantão, não deixa que caminhe no Congresso Nacional.

Aqui faço apenas um alerta aos meus Pares. Nós representamos aqui os Estados da Federação. Cada Senador aqui representa o seu Estado. Devemos defender os interesses dos Estados que representamos, e os Deputados representam a população, os cidadãos. Então, temos de votar olhando os interesses dos Estados e da população.

Para piorar, como dizia, lamento que esse benefício, que é necessário, venha da parte destinada a Estados e Municípios, porque isso acaba deixando em penúria ainda maior os governadores e prefeitos dos mais de cinco mil Municípios brasileiros.

Presidente Paulo Paim, termino aqui o meu pronunciamento de hoje, deixando apenas este lembrete, para que possamos enfrentar esse problema de vez. O momento é oportuno.

Aqui no Congresso brasileiro, tramitam projetos importantes, como o que o Senador Magno Malta defende, o Projeto de Resolução nº 72; como o que acabamos de ver quanto ao novo Fundo de Participação de Estados e Municípios, em relação às dívidas dos Estados. Precisamos rever os indexadores das dívidas dos Estados e Municípios, o comércio eletrônico – há vários assuntos que nós podíamos discutir –, o pacto federativo.

É o momento em que a Presidenta Dilma poderia assumir a liderança, discutir essa reforma tributária e fiscal e rever o pacto federativo. Seria o momento de assumir a liderança da Nação e fazer a reforma profunda, que é necessária, e não ficar fazendo remendos, esses puxadinhos que acontecem a cada momento em que se faz necessário atender a competitividade dos produtos brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Flexa Ribeiro.

Eu convidaria o Senador Magno Malta a assumir a Presidência. Se V. Ex^a puder, Senador Magno Malta, assumir a Presidência, o Senador Walter Pinheiro fará seu pronunciamento como líder. Em seguida, eu falarei como orador inscrito.

Senador Walter Pinheiro, como líder do PT, usa a palavra, neste momento, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu companheiro Paulo Paim, e, agora, assumindo a Presidência, o Senador Magno Malta. Quero, nesta, agora nem mais tarde, noite, já literalmente noite, aqui chamar a atenção para um fato extremamente importante. Já toquei nessa matéria na semana passada, mas quero, no dia de hoje, repetir, até como relato dos encaminhamentos, das coisas que foram produzidas, das providências tomadas acerca – não vamos dizer maior seca –, do período mais crítico de estiagem, na Bahia, que estamos vivenciando. Senador Paulo Paim, V. Ex^a até estava na sessão passada, quando toquei nesse assunto, e conviveu com essa experiência, lá no Rio Grande do Sul, recentemente. Na Bahia, a gente convive com isso permanentemente.

Há uma expressão em que sempre insisto que tratam, todo mundo, de forma equivocada quando dizem: o combate à seca. Seca não se combate. Impossível! Há, sim, políticas de convivências com a seca.

Hoje, a situação na Bahia é gravíssima. A Senadora Lídice da Mata hoje deu um dado para demonstrar o nível de dificuldade que estamos enfrentando acerca de outro processo, que acontece agora na Chapada Diamantina, em decorrência da seca. Refiro-me aos incêndios.

Mas hoje, Senador Paulo Paim, na Bahia estamos com 158 Municípios com emergência decretada, com um estado que se poderia chamar de calamidade, com as dificuldades ali apresentadas. Se estendermos isso para o Nordeste, com certeza, teremos algo em torno de trezentos Municípios em situação muito difícil no Nordeste brasileiro, e mais de dois milhões de nordestinos já experimentam essa dificuldade.

Na Bahia é a estiagem mais longa dos últimos dez anos, e cruel. Há medidas sendo adotadas, e o Governador Jaques Wagner há muito tempo vem adotando medidas com o programa Água para Todos, que já atingiu a marca de mais de dois milhões de baianos com abastecimento d'água e investimentos superiores a R\$3 bilhões. Em curso, a obra do Aquífero Tucano, ali na região nordeste do Estado; a Adutora do Algodão, no sudoeste; a Adutora do Feijão, na região de Irecê, que é o noroeste do Estado, portanto já localizando de forma bem mais clara essas posições.

O Nordeste enfrenta uma seca brutal, que castiga, dizima o rebanho, dificulta o acesso à água para produção, já que a disputa para o consumo humano e animal se estabelece até de forma muito acirrada.

No dia de ontem, Senador Magno Malta, o Ministro Fernando Bezerra esteve em Salvador. Fizemos ali um ato de assinatura de convênios da ordem de R\$168 milhões para 1.240 sistemas de abastecimento d'água. São sistemas simplificados, a partir de cisternas, poços, distribuição de água, obviamente com tubulação, aproveitando esses sistemas de abastecimento, mas também houve a liberação de recursos da ordem de R\$10 milhões, para emergência. Hoje, inclusive, nós preparamos aqui uma nova ofensiva junto ao Ministério da Integração Nacional e vamos solicitar do Ministro pelo menos a liberação de mais R\$20 milhões, uma vez que os R\$10 milhões não são suficientes para a emergência. Sei que o mais correto seriam as medidas perenizadoras, é isso que estamos buscando, mas enquanto não se pereniza, é preciso dar resposta à emergência, é preciso chegar com a água, é preciso chegar com o alimento.

Então, são medidas adotadas pelo Governo do Estado durante esse período, consagradas com es-

ses convênios de ontem, com iniciativas aqui no dia de hoje. Ainda no dia de hoje, nós tomamos a iniciativa, junto com representantes da Seagri, na Bahia, da Secretaria de Agricultura, com o Wilson; junto com a Casa Civil, o nosso Secretário Rui Costa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntos fomos discutir a liberação do Seguro Safra para diversos Municípios.

Hoje, nós temos aproximadamente duzentos e seis Municípios com processos, ainda do passado, lá no MDA. Nós poderíamos dizer que, dessa safra verão 2011/2012, nós temos algo em torno de, com a adesão de alguns Municípios, 121 Municípios, o que representa, do ponto de vista da liberação, nessa nova safra, algo superior a R\$50 milhões, sendo que o Estado da Bahia deverá entrar com R\$4,5 milhões, pela União, e mais uma parcela, a dos Municípios, que não chega a R\$1 milhão.

Portanto, o esforço foi feito hoje. Entregamos, no Ministério, uma relação dos Municípios que aderiram. Até tivemos dificuldades, porque alguns não fizeram opção. Então, estamos discutindo isso com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Há um farto material, um levantamento, algo que eu diria até minucioso, Paim, para uma gente que vive da agricultura familiar.

A Bahia tem seiscentos mil agricultores, e, majoritariamente, esses agricultores estão no semiárido. Essas regiões de que falei pertencem ao semiárido baiano, até porque dois terços do nosso território está no semiárido. Então, é, importante que essas medidas cheguem efetivamente. Por isso, estamos aproveitando não só o conhecimento, mas a sensibilidade e eu diria até o empenho do Ministro Fernando Bezerra para que o Ministério da Integração Nacional possa nos ajudar nessa empreitada, para matar a sede, para matar a fome, para resolver problemas cruciais mas, ao mesmo tempo, plantar ali a semente da permanência das ações, a semente da esperança, a continuidade.

Ainda no dia de ontem, tivemos oportunidade de conversar com o Ministro sobre a liberação de recursos para a barragem do rio Pardo, na região sudoeste do Estado, mais precisamente para o atendimento daquelas cidades que estão no entorno do território e que tem a cidade de Vitória da Conquista como a maior cidade.

O Ministro se comprometeu a autorizar, até em conjunto com o Prefeito Guilherme Menezes, a liberação dos empenhos para elaboração do projeto, portanto dando um importante passo para o abastecimento de água naquela região, uma vez que a barragem do rio Pardo significará um elemento importante, Senador Magno Malta. V. Ex^a é daquela região, portanto da cidade de Itapetinga, Macarani, cidades do sudoeste. Mas a parte que mais sofre hoje eu diria que é a re-

gião que está ali à margem esquerda da BR-116, no sentido Minas Gerais para Salvador, portanto as cidades de Belo Campo, Tremendal e outras cidades que poderia citar aqui, centenas de cidades. Também um pouco para cá, na região do café, na cidade de Encruzilhada, encontramos vários e vários trechos, Ribeirão do Largo, enfim, cidades que experimentam dificuldades imensas. Então, esse é um momento importante.

Amanhã teremos outra reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário, agora com o Ministro Pepe Vargas – a de hoje foi com os técnicos do Ministério – para que ele possa nos ajudar nessa empreitada. Além da liberação desses recursos da safra passada, queremos também uma agilidade na liberação, Ministro Pepe Vargas, das máquinas, para que possamos utilizá-las (retroescavadeiras, motoniveladora) principalmente na limpeza de tanques.

Estamos solicitando à Presidência da República uma audiência para que o Governador de Estado, os representantes do Prefeito, através da nossa UPB, com o Prefeito de Camaçari Luiz Caetano, para que tenhamos oportunidade de discutir com a Presidenta essa importante ação nesse momento crucial que a Bahia vive.

Eu diria que isso é algo devastador, principalmente levando em consideração, Paulo Paim, que, no período passado, foi a agricultura, ou melhor, a agropecuária a maior contribuição. Veio da agropecuária a maior contribuição para o nosso PIB.

Imagine, nesse quadrante agora do período da seca, o que teremos para frente na Bahia. Estou falando aqui da região de Irecê, que tem uma rica produção. A região do sudoeste, idem; o feijão na nossa região Nordeste. Portanto, ali, principalmente naquela região que é fronteira com Sergipe, ou a outra parte ali, já na região de Juazeiro, na fronteira com Pernambuco, na beira do São Francisco, mas bem próximo ao São Francisco, ainda nós temos diversas cidades em que a dificuldade já chega ao extremo e preocupa muito o Governo do Estado, que tomou medidas e tem buscado aplicar recursos, chegar com emergência.

O Governador Jaques Wagner adotou uma postura rápida, inclusive no sentido de reequipar a estrutura da Defesa Civil, ampliando seus quadros, criando ambiente de maior estruturação para permitir exatamente uma ação também mais ágil da nossa Defesa Civil. E isso ele fez de comum acordo com as prefeituras, com organismos que nos ajudam bastante, diversas ONGs, diversas entidades do movimento dos trabalhadores, sindicatos, centrais sindicais, o movimento dos trabalhadores que lutam pela terra, dos Trabalhadores sem Terra, portanto buscando fazer um movimento e uma ação integral na Bahia para levar água, levar alimentos,

e principalmente consolidar um caminho de políticas públicas de abastecimento.

Então, eu falei aqui de algumas iniciativas importantes que estão em curso, mas, apesar do convênio assinado ontem, ainda resta para nós outra esperança, que é a liberação de R\$118 milhões, que vem do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento I. São projetos apresentados pela Empresa Baiana de Água e Saneamento, a Embasa, junto ao Governo Federal. Seria importante que tivéssemos a liberação desses recursos, principalmente para a consolidação de sistemas de abastecimento de água.

Então, é importante essa ofensiva. Fica, mais uma vez, aqui o nosso pleito não só à integração nacional, mas à sensibilização da Ministra Mirian Belchior, para que o Ministério do Planejamento e a própria coordenação do PAC, os dois, possam priorizar a liberação desses recursos.

Esse é o momento, eu diria, de maior dificuldade. Nós temos o costume de lidar com isso. O sertanejo baiano convive com essa experiência, mas é duro enfrentar o momento em que, às vezes, não se consegue sequer enxergar um fio d'água. Então, é uma operação que poderíamos chamar de "operação de guerra".

O Estado tem se mobilizado, o Estado tem buscado trabalhar, mas sabemos que, de fontes próprias, de recursos próprios, não teríamos condições para uma política não só de emergência, assim como também uma política de perenização das ações.

Por isso quero fazer aqui, esta noite, o registro da nossa alegria pelo ato de ontem. Eu até quero chamar a atenção para a expressão do Governador ontem quando disse: "não é um ato de agradecimento". Não era ali, por parte do Governador, nenhuma má-criação, nenhum aborrecimento. Creio que o Ministro Bezerra não fez a leitura sob essa ótica. Ele queria dizer ao Ministro que verdadeiramente nós agradecemos a ele. É um cumprimento do nosso dever, assistir, acompanhar.

Além dessas políticas que eu citei aqui, Paulo Paim, estamos querendo agora dar outro passo. Acerca dos recursos para o sistema de abastecimento, para a ampliação dos recursos da emergência, quero mais uma vez chamar a atenção: foram R\$10 milhões liberados e não são suficientes. O Ministro Fernando Bezerra tem consciência, creio que já está sensibilizado. De hoje para amanhã, a nossa expectativa é de que mais R\$20 milhões sejam liberados. Quanto aos recursos do Plano Safra, tenho certeza de que amanhã o nosso Ministro Pepe Vargas se somará a essas iniciativas e teremos condições de atender a milhares de agricultores baianos. Precisamos ainda de mais dois passos importantes para isso: a renegociação da dívida, das dívidas de pequenos e médios agricultores e até de

diversas áreas de agropecuária, de agronegócios, que também têm sofrido muito.

Ali, na região de Serra Dourada, na Bahia, que é uma parte do oeste, temos uma experiência exitosa de uma cooperativa. Estive inclusive com o Milton esta semana; não falei com o Jeová, que é um dos organizadores dessa cooperativa. É uma cooperativa de pequenos, Senador Romero Jucá. Essa cooperativa emprega, na realidade, na região, doze mil pessoas. Doze mil pessoas têm o seu salário e a sua renda a partir da ação dessa cooperativa. Eu estive, por exemplo, na cidade de Brejolândia, uma cidade pequena na Bahia. Nessa cidade, por exemplo, são coletados de trinta a quarenta mil litros de leite por dia, e poderíamos falar em uma média de um milhão de litros de leite/mês, em uma pequena cidade. Portanto, são pequenas iniciativas.

Então, é importante que o Governo Federal, neste momento de dificuldade, reveja a sua política de renegociação das dívidas. Não é migalha, Paulo Paim; é o cumprimento de um dever do Estado para socorrer essas pessoas que tomaram o financiamento, mas não tiveram condição de cumprir a sua etapa devido às condições climáticas.

Além da renegociação das dívidas, estamos pleiteando também um crédito de emergência, porque o Seguro Safra cobre uma parte, mas, antes, estamos precisando de novo impulso, de novos recursos. Os recursos que foram liberados foram perdidos. Então, precisamos de um recurso para comer, que é o Seguro-Safra, pois as pessoas precisam se alimentar, e precisamos de um recurso para que essas pessoas voltem a cultivar a sua terra, a tirar com o suor do rosto o seu sustento. Portanto, precisam voltar às suas atividades. É importante isso.

Então, fica aqui esse nosso relato e, ao mesmo tempo, esse chamamento ao Ministério da Integração, ao Ministério do Planejamento, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Agricultura, que nos ajuda muito com a Conab e que tem um papel importante para atender aos pecuaristas, o agronegócio, no Estado da Bahia. Lá, ajudam com política, por exemplo, dos entrepostos, com os frigoríficos, num momento de dificuldade.

Hoje, eu conversava com uma pessoa, Paulo Paim, o Wilson da Seagri, e ele me dizia estar estarecido, pois a criação que estava sendo levada para o abate, nos matadouros, por exemplo, eram de cabras que chegavam lá com outras cabras no ventre. Então, as pessoas não podem nem esperar isso; já vão abatendo dessa forma, porque a crise é imensa. Elas têm medo de perder a sua cria, já que ela não está tendo acesso à água, a alimento, Nesse caso, a tendência

natural é perder a sua vida. Portanto, para não correr o risco, eles preferem fazer algo que não é o normal nem o correto nesta situação.

Portanto, fica aqui, meu caro Paulo Paim, este nosso chamamento, este nosso desafio para que o Ministério da Integração Nacional libere mais recursos, que o Ministério do Planejamento reveja, principalmente o aspecto do PAC 1, com a liberação dos R\$118 milhões, Espero que o Ministério da Fazenda abra urgentemente conosco um canal de conversação para que tenhamos êxito na renegociação das dívidas dos pequenos e médios agricultores e na liberação de crédito emergencial para esse grave momento que o Nordeste brasileiro passa. Em particular estou citando aqui o caso da Bahia.

Era o que tinha a dizer, meu caro Senador Paulo Paim,

Muito obrigado e boa noite a todos.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PR – ES) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

Passo a ler o Ofício nº 001 –CM, de 2012.

Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a e à Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 562/2002, que foi instalada, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Waldemir Moka.

Vice-Presidente: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Relator: Deputado Padre João.

Relator-Revisor: Senador José Pimentel.

Respeitosamente, Waldemir Moka, Presidente.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 1-CM/2012

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 562, de 2012, foi instalada em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador **Wladimir Moka**

Vice-Presidente: Deputada Professora **Dorinha Seabra Rezende**

Relator: Deputado **Padre João**

Relator Revisor: Senador **José Pimentel**

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PR – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Antes de passar ao nosso querido Paulo Paim a palavra, concedo a palavra pela ordem ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou permutando com o Senador Paulo Paim, porque eu vou fazer uma comunicação muito rápida. São apenas dois registros e logo após o Senador Paulo Paim vai usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PR – ES) – Está bem. Está concedido.

Amanhã, na CCJ, será lido o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O Presidente Eunício vai colocar o Projeto nº 072, de V. Ex^a, em parceria com o Guido Mantega. E eu vou avisar a V. Ex^a que amanhã eu vou pedir vista do Projeto nº 072, por não concordar com ele, entendendo que o Governo precisa não dar prêmio de consolação para Santa Catarina, nem para Mato Grosso, nem para Goiás, nem para o Espírito Santo, mas discutir uma passagem respeitosa que não seja o massacre de Estados, de um Estado pequeno como o meu, em nome da indústria do Brasil ou de uma falácia, de uma falácia, Senador Paulo Paim, que é a seguinte: “Nós estamos com uma crise internacional se avizinando”.

Toda vez que nego quer fazer uma maldade com um Estado inventa essa mentira, essa “crise internacional” que nunca chega aqui, uma crise internacional que no ano passado chegou perto do mundo inteiro, aqui chegou, como dizia Lula, uma marolinha. E a mesma conversa de gerente de banco quando não quer emprestar dinheiro para um cidadão comum. O cidadão senta na frente dele e ele diz: “Ah, não pode. É norma do Banco Central”. Norma do Banco Central! Nunca nem conversou com ele. Mas o cara vai discutir o quê, se é norma do Banco Central? Aí ele fala: É por causa da crise internacional. Aí todo mundo se acovarda. E aí, em nome do fortalecimento de São Paulo, para quem fala na descentralização – e tudo é centralização em São Paulo – nós temos que resistir até o final, Senador Romero, porque o Estado do Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso não podem pagar o preço desse procedimento que o Sr. Guido Mantega quer nos sepultar de uma forma indecente, sem fazer uma passagem que não seja para esses Estados um prêmio de consolação.

Então, espero que até V. Ex^a, que diz que é o pai em conjunto com o Guido desta matéria, nos ajude amanhã, porque eu vou pedir vista, e que V. Ex^a nos ajude. Convença o Guido, que é seu amigo particular, de rediscutir essa matéria de maneira que...

Aliás, eu acho que quem é seu amigo sou eu. Ele não é tão amigo seu como eu, não, mas convença-o de discutir uma passagem tão respeitosa que, ao chegar lá na frente, sem tempo determinado, porque passagem não pode ter tempo determinado de três, quatro anos, para que o Estado do Espírito Santo, o meu Estado não pague um preço tão caro. Um Estado que fez o dever de casa, um Estado que se ergueu, se estruturou, que fez o dever de casa, agora é punido porque fez o dever de casa como os outros Estados.

Eu fiz igual Mão Santa, agora, fiz um discurso na Presidência.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, quero saudar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Não vou falar da Resolução nº 72, Senador Magno Malta. Nós vamos amanhã debater a sua constitucionalidade, nós estamos trabalhando junto ao Governo no sentido de tentar construir alternativa com os próprios governadores. Na verdade existem várias opções que estão se colocando na Mesa e eu, sinceramente, estou trabalhando e espero que seja possível construir algo que, no final, dê condição de o Estado de Santa Catarina, o do Espírito Santo e também o Estado de Goiás, Estados que têm mais mecanismos de incentivo à importação, possam ter de certa forma aquinhoadas as suas pretensões, para que não sofram da forma que pode acontecer se for tudo aprovado sem nenhum tipo de entendimento. Então, nós estamos trabalhando no sentido de buscar o entendimento.

Mas eu pedi a palavra para fazer dois breves registros, aqui agradecendo desde já ao Senador Paulo Paim, que fez a permuta comigo.

O primeiro registro é dizer que hoje, à tarde, tomou posse a nova direção da Comissão de Orçamento. O presidente é o Deputado do PT do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta; o primeiro vice-presidente é o Senador Cássio Cunha Lima; o segundo vice-presidente é o Deputado Azambuja; e o terceiro vice-presidente é o Senador Vicentinho, do Estado do Tocantins. E eu, Sr. Presidente, fui indicado relator-geral do Orçamento. Recebo com muita responsabilidade e com muita honra essa indicação. Já fui relator do Orçamento no ano de 2004, já fui relator da Receita, fui membro, durante vários anos, da Comissão de Orçamento e vou trabalhar em parceria com a Comissão de Orçamento, em parceria com esta Casa, no sentido de construir, para o ano de 2013, um Orçamento participativo, um Orçamento que procure enfrentar o desequilíbrio regional, um Orçamento que procure manter os investimentos e, como disse a Presidenta Dilma e nós temos discu-

tido com os empresários brasileiros, que possibilite a ampliação do nível de investimento. Nós temos que ampliar os investimentos no Brasil, gerar emprego, criar atividade econômica, incentivar o crescimento, e o Orçamento é um bom instrumento para isso.

Além disso, vendo o Senador Paulo Paim, registro que, neste Orçamento, nós temos que buscar caminhos no sentido de fazer o enfrentamento para melhorar as condições sociais dos brasileiros. O Senador Paulo Paim, hoje, falou especificamente dos aposentados. É um desafio que nós temos que encarar e temos de buscar caminhos para tentar, de certa forma, construir alternativas de solução que atendam os aposentados.

Temos, enfim, o desafio do salário mínimo, que já tem sua regra de transição de médio prazo. Então, temos que discutir bastante. A minha função de relator-geral será no sentido de receber contribuições, abrir o debate e procurar construir um Orçamento cada vez mais forte, para que nosso País possa avançar. Portanto, faço este registro com muita satisfação. Recebo essa incumbência com muita responsabilidade, com muito cuidado, com muita atenção, e vamos, sem dúvida nenhuma, trabalhar para melhorar o Orçamento do Brasil.

O segundo registro rápido que eu gostaria de fazer diz respeito ao meu Estado de Roraima. É a filiação, no PMDB, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Vice-Governador do Estado Francisco Rodrigues. Ex-Deputado Federal, ex-Vereador com vários mandatos, o Vice-Governador Chico Rodrigues engrandece o PMDB com a sua entrada no nosso partido.

Vem e é recebido de braços abertos. Vai poder contribuir muito com o desenvolvimento de Roraima. Hoje, além de Vice-Governador, é Secretário de Agricultura e coordena um trabalho grande no setor produtivo do nosso Estado.

Portanto, ganha o nosso partido com o ingresso de Chico Rodrigues no PMDB.

Eu gostaria de fazer esse registro para todo o povo de Roraima, especialmente, e para todo o País. Já estamos informando à direção nacional do partido, porque o PMDB, em Roraima, fica mais forte com o ingresso de Chico Rodrigues.

Eram esses os dois registros que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Magno Malta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Rollemberg, eu queria iniciar minha fala, na noite de hoje, na linha do que colocou o Senador Romero Jucá. De fato, hoje à tarde, às 14 horas e 30 minutos, tomou posse a nova Comissão Mista de Orçamento.

Estou na Casa, como eu disse lá, de forma ininterrupta, há 26 anos: quatro mandatos de Deputado Federal e segundo mandato como Senador. Nunca saí do Parlamento desde a Constituinte. Nunca fiz parte da Comissão de Orçamento. Aceitei este ano, quando fui indicado pelo Líder Walter Pinheiro, mas com uma posição muito clara e definida, porque, a mim, sempre dizem que é lá, na Comissão de Orçamento, que vão ser apontados caminhos e verbas para assegurar o reajuste do aposentado.

Pois bem. Aceitei o desafio, como membro titular da Comissão de Orçamento, não para participar de alguma negociata, assim como nenhum Senador ou Deputado. Acredito que todos sejam do bem e que não estão lá para participar de qualquer tipo de negociata.

Eu estou lá por uma causa. Só vou lá pela causa dos aposentados, porque é inadmissível que, com tantas renúncias fiscais que aconteceram ao longo desses 26 anos, que eu digo, sem medo de errar, ultrapassaram os R\$300 bilhões, nesse período – e olha que não digo milhões, digo R\$300 bilhões, principalmente da seguridade social –, não tem como alguém querer me provar que não dá para aportar algo em torno de R\$4 bilhões para o reajuste dos aposentados, como seria o caso deste ano e que não foi. Deixei clara essa posição na abertura dos trabalhos. Dirigindo-me ao Presidente, gaúcho, da Comissão, Deputado Paulo Pimenta, e também ao Relator, Senador Romero Jucá, lembrei-lhes um acordo que firmamos na noite do dia 22 de dezembro, quase na véspera do Natal. Eu estava lá de plantão, junto com Paulinho, nós estávamos em obstrução, o Orçamento não teria sido votado se não tivessem firmado um acordo conosco.

Qual o acordo que foi firmado com os Líderes de todos os Partidos, inclusive com o Líder do Governo? Que, neste ano, iniciáramos o debate de uma política salarial para os aposentados e pensionistas.

Por isso, já na primeira reunião, eu resgatei esses fatos. Eu dizia: “Por mim, eu passo aqui a noite de Natal, se necessário for, mas não voto o Orçamento sem algum tipo de acordo”. Fizemos o acordo com esse compromisso.

Por isso, eu espero que o acordo seja respeitado, e a gente construa uma política de valorização desses milhões – digo assim – de jovens, homens e mulheres, de cabelos brancos. Jovens pelo espírito guerreiro, pelo espírito de luta, que fazem passeatas, como vão fazer no dia 19, lá em Porto Alegre, provavelmente pelas BRs principais, e eu estarei com eles, exigindo uma política de valorização dos benefícios dos aposentados.

Por isso, Sr. Presidente, hoje à tarde, às 17h30min, eu participei também da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, que tem como Presidente o Deputado Cleber Verde. Eu assumi – não era cargo que me interessava; eu estava lá solidário com essa Frente – o cargo de Coordenador, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Teremos um Presidente e dois Coordenadores dessa Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Aposentados e Pensionistas.

Nós nos reunimos hoje e ajustamos um calendário de mobilização e de atuação junto à Comissão de Orçamento, para que a gente assegure lá uma política de valorização, como eu dizia, dos aposentados, que, ano a ano, estão vendo seus salários diminuírem. Até dez anos atrás, havia cerca de 12 milhões de aposentados e pensionistas que ganhavam um salário mínimo; hoje, são 20 milhões, porque o crescimento do vencimento do aposentado não acompanha o crescimento do salário mínimo. Em 1º de janeiro, o salário mínimo teve um aumento de 14,6%, e o salário do aposentado teve um aumento de 6,2%. E aí vai nessa escala. Ganhando menos do que a metade, é claro que todos passarão, rapidamente, a ganhar o salário mínimo, e isso é uma enorme injustiça, com que não podemos concordar.

Hoje também falei com o Deputado Federal Assis Melo, que enfatizava que o nosso projeto do fim do fator, que aprovamos aqui, está lá e existe uma comissão que está debatendo exaustivamente para ver se liquidamos de uma vez por todas, porque todo mundo diz que é contra o fator previdenciário, mas ninguém derruba. Aqui no Senado, nós derrubamos.

Falei também com o Deputado Marçal Filho, que relatou um projeto de minha autoria, que garante a reposição dos aposentados, nem que seja parcelado em cinco anos, das perdas acumuladas, e ele me disse que o projeto está pronto para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, faço esta fala para mostrar que, como eu disse lá, esse bom combate nós vamos travar. Pode ter certeza de que vamos travar o bom combate, para valorizar aqueles que construíram, podemos dizer, este Congresso, que construíram este País, que botaram o País hoje numa economia que está em quinto lugar em nível internacional, por alguns institutos, e

em sexto por outros, sendo que este País estava em nono lugar até há pouco tempo.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de enfatizar que ninguém tenha dúvida dessa mobilização que, via confederações, via Cobap, o sindicato de caráter nacional dos aposentados, nós faremos em todo o País, objetivando, de forma muito clara, a valorização dos jovens, eu diria, homens e mulheres de cabelos brancos.

Ainda, Sr. Presidente, aproveitando os últimos minutos, eu quero, mais uma vez, destacar que hoje estamos há praticamente trinta dias, um mês do dia 28 de abril, que é o Dia Internacional de Luta contra as Doenças do Trabalho e os Acidentes no Trabalho. Por isso, venho à tribuna nesses trinta dias, praticamente um mês de luta em defesa da vida e em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade e contra os acidentes e doenças no trabalho.

A prevenção aos acidentes do trabalho e saúde do trabalhador é uma obrigação de todos nós.

O Anuário de Acidentes do Trabalho de 2010, construído pelo próprio Ministério da Previdência Social, demonstra dados que são assustadores.

Em 2010, o Ministério da Previdência Social registrou um total de 701.496 acidentes no trabalho – esses foram anunciados, registrados. Para os especialistas, são praticamente dois para um os que não são contados. Então, em vez de 701 mil, poderíamos estar aqui com 1 milhão e 400 mil, no mínimo, de acidentes em trabalho, só em 2010. Em 2009, o número foi maior ainda: 733.365. Se considerarmos os não registrados, pode-se multiplicar esse número por dois, sem medo de errar. Em 2008, foram 755.980.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, somente em 2010, em torno de 59 mil pessoas – registradas – tiveram alguma espécie de acidente de trabalho, seja no exercício da atividade ou no percurso da sua casa até o trabalho.

Sr. Presidente, em função do exercício da atividade laboral, vemos que homens e mulheres perdem vidas, ficam com sequelas, acabam tendo enormes prejuízos para sua vida, quando muitos, infelizmente, acabam falecendo por acidente no trabalho. Desses, em torno de 40 mil eram homens, e em torno de 20 mil eram mulheres.

Quero registrar ainda que a faixa etária em que constou o maior número de acidentes no trabalho ficou entre 25 e 29 anos.

Realizamos recentemente, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para debater esse tema. Representantes das centrais, das confederações e dos empresários expuseram os problemas principais vividos pelos trabalhadores em decorrência da precariedade das condições de trabalho. Entre eles,

está o alto índice de acidentes na construção civil, no setor metalúrgico. Agora, principalmente com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e com siderúrgicas sendo construídas, o número de acidentes é assustador.

Lá, foi lembrado também, e hoje repito, o que aconteceu, recentemente, no curtume do Frigorífico Marfrig, em Mato Grosso do Sul, onde quatro funcionários foram mortos, porque simplesmente respiraram um produto químico que não foi manipulado de forma adequada. Esse produto químico retira o oxigênio do ar – eu já disse isto aqui, na tribuna, em outro momento e repito hoje –, e as pessoas, em dois ou três minutos, estão mortas. É inadmissível, como eu dizia lá e digo aqui, que ainda se manipule esse tipo de produto dentro de um frigorífico ou de um curtume, um produto que leva à morte as pessoas em dois minutos.

Com tanto avanço tecnológico na ciência, no campo da química, não é possível que não haja outra forma de curtir o couro para evitar que os trabalhadores fiquem expostos a essa situação que os leva à morte.

Sr. Presidente, as causas concretas do acidente, nesse caso, ainda estão sendo analisadas pelos órgãos competentes.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que essa não é uma tragédia única. Em outros curtumes, outros trabalhadores – pelas denúncias que eu estou recebendo – também faleceram por esse mesmo produto químico. Parece-me que agora, na Alemanha, está surgindo uma fórmula alternativa de produto que não seja esse, que acaba sendo um gás fatal, letal.

Lembro aqui ainda que o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, disse que a maior parte das vítimas de acidente de trabalho, como eu dizia antes, fica efetivamente entre 25 e 29 anos.

Há um dado que causou o assombro de muitos, segundo José Augusto, no tocante aos cofres públicos. Os acidentes no trabalho e as doenças chegam a um gasto de R\$32 bilhões. Ora, se investíssemos em segurança, se investíssemos no combate ao acidente, às doenças no trabalho, com certeza não se gastaria nem a metade do custo que tivemos aqui correspondente a R\$32 bilhões.

Na audiência, Sr. Presidente, foi apresentada também uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em frigoríficos especializados em venda de carne bovina. O resultado mostrou que o frio, a umidade, a intoxicação, o choque e o barulho são os fatores que mais afetam os trabalhadores desse setor.

Outro dado relatado que me impressionou foi o fato de que 74% dos trabalhadores ficam em pé durante todo o expediente; além disso, 67% deles fazem horas extras. Por isso, sou adepto do turno de reveza-

mento, do turno de seis horas, para que o trabalhador não fique oito horas em pé e depois faça mais quatro de horas extras, correspondendo a doze horas. Isso só pode causar acidentes; só pode causar doenças no trabalho.

Outra constatação lamentável é que 44% dos entrevistados disseram que, ao chegar em casa, sentem dores e uma situação de cansaço desesperador.

Percebemos, Sr. Presidente, que é preciso garantir a proteção aos trabalhadores e às trabalhadoras e que deve haver uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho no interior das empresas. Tem que garantir a segurança. Não pode, em hipótese alguma, haver trabalho degradante e sem que haja a segurança adequada. Os trabalhadores não devem se sujeitar a trabalhar em condições que possam trazer lesões ou até mesmo levar à morte.

É por isso, Sr. Presidente, que tenho enfatizado tanto a importância de nós valorizarmos o trabalho. Aqui muitos falam em crise na Europa, na América do Norte, mas só com o viés econômico. Fazem até grandes eventos. E não sou contra. Fizeram aqui no Congresso, estão fazendo nas cidades, mas é bom olhar a contrapartida. Quando a gente fala que tem que desonerar a folha, diminuir as contribuições e os impostos para facilitar a vida do empregador, é porque é uma fonte geradora de emprego. É claro que é. Mas, quando você faz isso, aumenta também o lucro. E qual é a contrapartida do trabalhador? É aumentar o percentual de lucro que a lei, em tese, assegura, mas a maioria não paga? Para mim, tinha que haver um percentual mínimo, porque assim todos pagariam. Ou teria de se garantir que, pelo menos durante esse período de um acordo e de benefícios que fossem assegurados para o empregador – contra os quais não sou contra –, fosse garantido que não houvesse demissão. Contudo, como ouvi aqui da Senadora Vanessa Grazziotin que, no Amazonas, houve cinco mil demissões, só ouço as pessoas dizerem que, no setor “x” ou “y”, serão demitidos mais vinte mil.

Ora, se há um movimento por parte do Governo – e me refiro ao Executivo –, se há um movimento por parte do Congresso para atender demandas dos empregadores, é preciso que haja uma contrapartida. É nessa linha que, no meu entendimento, as centrais sindicais e as confederações devem se sentar à mesa. Até nessa questão dos importados. Ora, é claro que não queremos importar produtos prontos lá de fora, gerando empregos lá e criando desemprego aqui, mas, quando você não aceita mais que esses produtos venham como estão vindo, porque serão multados ou pagarão uma taxa, significa que quem produz aqui dentro vai vender muito mais. Se vai vender muito mais, vai ter

mais lucro. E, se vai ter mais lucro, não dá para ainda, devido à tecnologia, à robótica, à cibernética, à automação, continuar a demitir os trabalhadores.

É preciso equilíbrio entre capital e trabalho. Não me considero radical. Até me considero muito equilibrado. Estou mais para a conciliação do que o confronto, mas alguém tem que vir à tribuna, alguém tem que ir para os palanques e dizer que se dê a contrapartida, a contrapartida dos trabalhadores, porque não dá só para atender toda a demanda do capital e não olhar com carinho, com respeito, com solidariedade, de forma fraternal, para aqueles que tocam a produção, os trabalhadores.

Sr. Presidente, era nessa linha que queria falar aqui hoje e falarei na Comissão de Orçamento, no debate das Comissões, no debate de todas essas iniciativas. Repito aqui que não sou contra, só peço que olhem também a contrapartida pelo lado social, pelo lado do trabalhador. Que não fiquem só na promessa de que, reduzidas as contribuições, com certeza, venderão mais e empregarão mais. Por que não dizem que não vão demitir nesse período? Que vão aumentar a participação no lucro se ele efetivamente acontecer? Por que não estabelecem que, havendo um lucro maior, mediante essas medidas, haverá uma compensação também no salário dos trabalhadores?

Sr. Presidente, às vezes dizem que tenho o discurso do último dos moicanos. Se ser o último dos moicanos é defender as teses que abraço aqui com muita convicção, podem ter certeza de que continuarei sendo um moicano aqui na tribuna do Senado da República.

Era isso, Senador Rollemberg. V. Ex^a, com certeza, tem a visão social que tenho e comunga do mesmo ponto de vista.

É com alegria que vou presidir para ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por suas palavras. Quero cumprimentá-lo por mais uma vez expressar a preocupação social, que é uma tônica em seu mandato.

V. Ex^a é uma referência para todos nós desta Casa, um lutador em defesa dos aposentados, dos menos favorecidos, por isso tem o reconhecimento não apenas do povo do Rio Grande do Sul, mas de toda a população brasileira.

O Sr. Rodrigo Rollemberg, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, para –

permita-me que o diga – um dos líderes nacionais do PSB, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar as Senadoras e os Senadores desta Casa, os ouvintes da Rádio Senado, os telespectadores da TV Senado. Subo à tribuna nesta noite de terça-feira para dizer que o Brasil viveu, nas últimas semanas, o que pode ser considerada a primeira greve nacional e unificada dos professores do ensino público. Foram três dias de paralisação em diversas regiões do País, que expressam mais do que um ato isolado de protesto, uma reivindicação pela valorização da educação no Brasil.

Mesmo com importantes avanços alcançados nos últimos anos, ainda temos, segundo dados do Todos pela Educação, dados de 2010, 3,8 milhões de crianças fora das escolas, altas taxas de repetência, evasão e analfabetismo, além da nítida degradação do magistério refletida em baixíssimos salários e capacitação profissional deficiente.

São resultados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de uma crise, que, na verdade, é muito maior do que o factual da greve em todas as suas controversas leituras políticas e sociais. Se a adesão é baixa ou não, se reajustes atendem ou não às necessidades desses profissionais, se a categoria está ou não devidamente organizada, se o conjunto da pauta de reivindicações é ou não factível. Todas essas questões são importantes, mas não dão conta da causa maior do problema a ser enfrentado pelo País, que vai além da questão de recursos, dos investimentos em educação, diz respeito à estrutura como está organizado, na ausência de um sistemático programa educacional federalizado e participativo.

O relatório do movimento Todos pela Educação revela números alarmantes. Segundo o levantamento, apenas a metade dos jovens com até 19 anos concluem o ensino médio. Destes, apenas 28% aprendem o conteúdo de português e somente 11%, o de matemática. A evasão nesta etapa de ensino passa dos 40% como mostrou recentemente o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Quanto à educação fundamental, o quadro é ainda mais grave. Dados sistematizados a partir da Prova ABC mostram que quase a metade dos estudantes brasileiros deixam o ciclo da alfabetização sem aprender o que deveriam em leitura.

Diante dessa situação, o fato é que ainda poucos estão preparados para enfrentar um bom ensino universitário.

O Governo Federal fez bem ao ampliar a rede e o acesso ao Ensino Superior e, recentemente, deu um de seus passos mais acertados ao criar o Pronatec e assumir uma política robusta de desenvolvimento do ensino profissionalizante. Mas fica cada vez mais evidente que o problema é anterior, está na educação básica e na educação infantil, que só serão eficazes se houver, de fato, um pacto nacional pela educação, que passa pelos professores, pelos governos, pelos estudantes e suas famílias, em seus direitos e responsabilidades.

Um país que quer muito não pode, definitivamente, contentar-se com pouco. Com padrões de ensino precários como o que temos, o Brasil terá muita dificuldade em permanecer entre as maiores economias do mundo. China e Coréia do Sul chegaram aonde estão hoje porque investiram massivamente em educação, ciência, tecnologia e inovação. Aliaram uma economia aberta à educação de qualidade. De nada adianta sermos um país rico, cheio de pobres. Como diz a Presidente Dilma Rousseff, “país rico é país sem pobreza”. E posso dizer, certamente, que um Brasil sem pobreza é um país com educação de qualidade. Um país com mais saber é um país com mais poder – poder de se renovar e crescer.

E isso, Sr. Presidente, passa fundamentalmente pelos professores. Não há como enfrentar a crise da educação no Brasil sem dar o respeito e a valorização devida aos docentes, sem oferecer condições de trabalho atraentes para esses profissionais.

A filósofa e Nobel da Paz, Hannah Arendt, ao apontar aquilo que ela determina como a crise da educação mundial, destaca que: “Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos”.

E é assim que os governos lidam historicamente com os professores no Brasil, com respostas de preconceito, muitas vezes até pelo exercício da intimidação.

Aqui, no Distrito Federal, temos uma greve que dura quinze dias e que tem sido secundarizada. Questiona-se a adesão do movimento, desqualificam-se as propostas da categoria e, até mesmo, a legitimidade do pleito. Chegam a afirmar que os professores do Distrito Federal não deveriam fazer greve porque têm o maior piso salarial do País.

São profissionais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que estão no direito constitucional de se manifestar, de reivindicar. A reestruturação do plano de carreira com salário equivalente à média de outras áreas do GDF; a implantação do plano de saúde; a convocação dos professores aprovados no último concurso; a incorporação do Tidem – a gratificação por dedicação exclusiva – em seus vencimentos, assim

como melhores estruturas nas escolas, os cursos de educação continuada e a garantia de gozo da licença-prêmio para toda a categoria, que está assegurada pela lei que instituiu o Estatuto dos Servidores, são algumas das reivindicações.

Entendendo a legitimidade da pauta da categoria, a bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional está solicitando, em caráter de urgência, reunião com o Governador Agnelo, para a abertura do diálogo com a classe e a discussão de propostas concretas para solucionar o problema.

Não sejamos hipócritas: a educação no Brasil não deve nivelar-se por baixo. O padrão não pode ser pouco. Muito pelo contrário, deve ser melhor; ao menos, justo.

E eu pergunto: é justo um professor com 30 anos de magistério ganhar menos do que um concursado de ensino médio, por exemplo, em salário inicial? É justo um professor doutor de universidade pública, no topo de sua carreira, chegar a ganhar até três vezes menos do que ganha um professor do ensino básico de uma escola privada frequentada pela elite?

Diante dessa contradição, Sr. Presidente, só resta barrar o preconceito e lutar de fato por justiça.

O caso de Brasília não deveria ser uma antítese, mas um exemplo a ser seguido.

O fato é que não há projeto de nação que se sustente, de fato, com o professor titular de universidades de ponta ganhando menos do que um professor do ensino básico, por melhor formação que ele possa ter. Todos os Estados têm que dar salários e condições dignas a seus professores.

Para se ter uma ideia do quanto precisamos avançar, um professor do primário nos Estados Unidos, em início de carreira, ganha cerca de R\$6 mil mensais; na França, aproximadamente R\$4 mil mensais; no México e no Chile, cerca de R\$2.600,00; na Coreia, em média, R\$5 mil. São números da pesquisa feita pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 36 países, divulgada no ano passado, com dados de 2009.

No Brasil, o piso salarial nacional é de R\$1.451,00, o que muitos Estados não estão pagando.

Por isso, o diálogo não é apenas fundamental nesse processo, mas oportuno frente à imensa crise da educação pública no País. Sem desatar o nó da docência, a educação não terá a decência que precisa ter.

Por outro lado, professores também precisam refletir. A estratégia de greve poderia se renovar, adotar novas táticas, a fim de não paralisar as atividades e não prejudicar tanto os estudantes.

Defendo o diálogo. É preciso chegar a uma solução rapidamente, que contemple a negociação aberta, em que haja real disposição e vontade, de ambas as

partes, para resolver logo esse impasse. Ontem, depois da assembleia, decidiu-se alongar a greve por tempo indeterminado, mas uma coisa é certa: nesta queda de braço, quem sai perdendo é sempre a sociedade. Perde o professor, perde o GDF, perdem os mais de 500 mil alunos do Distrito Federal. Espero que o exercício da democracia possa proporcionar uma solução sustentável e partilhada.

A escola pública é o maior celeiro da democracia brasileira. Sem escola pública, frequentada por diferentes classes, não se constrói a democracia no País. Do jeito que as coisas andam, teremos cada vez mais uma sociedade de castas, em que ricos são acostumados a enxergar apenas ricos, e pobres são obrigados a conviver somente com pobres. Temos que transformar essas diferenças em oportunidades para o País, em real desenvolvimento, que seja para todos, e não para poucos.

Se a escolaridade é o maior fator de distinção das classes sociais neste País e se queremos realmente nos reposicionar no mundo, teremos que nos tornar uma nação não só alfabetizada, mas altamente consciente e crítica, com autonomia e protagonismo para mudar.

Somente a priorização do ensino público no cenário político pode resultar numa escola de qualidade, capaz de dar o salto para o verdadeiro progresso humano, político, econômico e social por que precisa passar a nossa sociedade.

Há poucos dias, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de revelar aqui que fiquei muito impressionado, na minha viagem ao exterior, onde fui participar da reunião do Fórum Mundial da Água, com a boa imagem conquistada pelo Brasil, país respeitado, que conseguiu aliar, nos últimos anos, crescimento econômico com redução da pobreza, redução das desigualdades sociais, redução do desmatamento. Muitos consideram o Brasil um exemplo a ser seguido. Registro que considero que o nosso maior desafio, para dar sustentabilidade a esse bom momento que o Brasil vive, é a necessidade de investimentos significativos, de investimentos regulares, de valorização do ensino, de uma verdadeira revolução na educação, na ciência, tecnologia e inovação.

O Brasil tem algumas grandes oportunidades. Há pouco, o Congresso Nacional aprovou a constituição do Fundo Social do pré-sal, que acabou contemplando uma série de atividades econômicas que podem ser financiadas pelo Fundo Social.

Mas, por uma decisão política do comitê gestor do Fundo Social, com os recursos auferidos com a exploração do pré-sal, o País precisa efetivamente priorizar essas áreas: educação, ciência, tecnologia e inovação. É isso que fará com que tenhamos cidadãos

conscientes, cidadão preparados, uma grande base onde possam ser recrutados os futuros cientistas, os futuros engenheiros, os futuros gestores que vão efetivamente alçar o Brasil a uma condição cada vez melhor no plano local e no plano internacional.

Há pouco discutíamos, e hoje tivemos o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria. Todos estão preocupados com o processo de desindustrialização do País, com o fato de que, na composição da nossa pauta de exportações, cada vez temos uma participação menor de produtos manufaturados e, cada vez, uma participação maior de **commodities**.

E é claro que um dos fatores que poderá, em médio prazo, reverter essa tendência, são os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Para investir em ciência, tecnologia e inovação, temos que ter uma base educacional de qualidade.

Nos últimos anos, avançamos muito e estamos muito próximos da universalização do acesso à educação no Brasil.

Hoje, o nosso grande desafio é o desafio da qualidade, e, efetivamente, investir em educação, investir na melhoria da estrutura das nossas escolas, investir em processos pedagógicos novos, renovadores, diria até revolucionários. E investir na qualificação e na remuneração dos professores e valorizar a atividade docente no Brasil é absolutamente estratégico, é absolutamente indispensável para que o Brasil possa se consolidar efetivamente como uma grande potência mundial e possa reduzir drasticamente as diferenças sociais no nosso País.

Era esse registro que gostaria de fazer, agradecendo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemberg, como sempre, com muita clareza, defendendo políticas no campo da educação, com uma grande revolução que faremos neste País e defendendo o piso salarial para os professores, que é mais do que legítimo.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para suas considerações finais, neste final de noite.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Claro. Sr. Presidente, apenas para um registro breve. Trata-se de prestar a nossa homenagem aos funcionários do Senado Federal, que exercem um papel, digamos assim, mais difícil, qual seja o de garantir a segurança da Casa: os policiais do Senado Federal. São policiais Federais que trabalham no Senado Federal. Esse corpo de funcionários completa 188 anos! Praticamente nasceu com o Senado Federal. Queria, então, que V. Ex^a pudesse receber, a fim de que ficasse registrado nos Anais da Casa, do Senado Federal,

o tributo que nós oferecemos a esses profissionais do Senado Federal, que nos ajudam, que contribuem para que a Casa funcione permanentemente.

Vez por outra temos de nos enfrentar aqui no Senado Federal, isso porque o Senador Paulo Paim, o Rodrigo Rollemberg, eu e outros convocamos, muitas vezes, reuniões com movimentos populares, com movimentos sociais, e, para poder segurar esse povo no Senado Federal, com as suas manifestações, que são garantidas constitucionalmente, muitas vezes temos que, praticamente, enfrentar a própria Polícia do Senado Federal. Todavia, é ela que garante que o nosso Senado Federal, Senador Rollemberg, possa funcionar diuturnamente, inclusive nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Ali, eles nos garantem a segurança, trabalhando ligados diretamente aos Senadores, e, no caso das Comissões Mistas, aos Senadores e Deputados Federais.

Concedo a palavra a V. Ex^a para que também possa prestar sua homenagem a esses profissionais.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Quero me associar a V. Ex^a nessa homenagem, nesse reconhecimento que V. Ex^a faz ao trabalho da Polícia Legislativa, extremamente profissional, extremamente competente. Queria também me associar e dar os parabéns. Mas quero aproveitar também e cumprimentar V. Ex^a e todos os dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil pelo transcurso dos seus 90 anos de história, sempre em defesa do povo brasileiro. O Partido Comunista do Brasil é um irmão mais velho do Partido Socialista Brasileiro.

Temos muito orgulho dessa convivência. Tenho certeza de que todos os militantes do PCdoB, como todos os militantes das causas democráticas, populares e socialistas do nosso País têm um orgulho muito grande da história do Partido Comunista do Brasil, que forjou muitos quadros que são exemplo e referência para todos nós que militamos na esquerda. Receba V. Ex^a, em meu nome e em nome de todos os militantes do PSB... Ontem, o nosso Presidente, Eduardo Campos, prestigiou a cerimônia de aniversário, a celebração dos 90 anos, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro. Que V. Ex^a leve a todos os militantes do PCdoB o nosso carinho, a nossa admiração, pela história muito bonita, pela trajetória muito bonita e muito significativa em defesa do povo brasileiro e do Partido Comunista do Brasil!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu agradeço V. Ex^a. Veja que essa organização dos Policiais Legislativos Federais do Senado Federal também nasceu no mesmo dia, 25 de março. Portanto, foi uma coincidência. E ontem, como o dia foi ocupado

praticamente pelo aniversário do Partido Comunista do Brasil, nós – eu, o Paim também já registrou essa data – fazemos esse registro importante dos profissionais que garantem... Ontem mesmo eles tiveram muito trabalho, porque – antigamente, na brincadeira se dizia que os comunistas não cabiam numa Kombi – ontem eles superlotaram o plenário do Senado Federal.

Nós ficamos muito felizes, primeiro porque tivemos a presença do Presidente do PSB, Eduardo Campos, que disse que os comunistas não conseguiram filiá-lo, mas a formação política dele estava intimamente ligada à ação dos comunistas, em Pernambuco e nacionalmente, porque ele teve uma trajetória no movimento estudantil muito próxima da nossa turma da viração, sempre muito junto, muito unido. Acho que isso forjou também uma relação muito sólida entre nós, o Presidente do PSB e muitos militantes do PSB, no Brasil inteiro. Nós somos muito próximos, tanto que talvez a relação mais duradoura de uma instituição, no Senado e no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, é a relação do PCdoB com o PSB, tanto que até hoje nós formamos uma frente, na Câmara Federal, do PSB com o PCdoB, que já incluiu o PDT. Já tivemos inclusive com o PT na mesma frente, na Câmara, e mantemos até hoje com o PSB.

A mesma coisa ocorre aqui. Aqui nós mantemos uma frente que reúne o PSB, o PT e o PCdoB. Acho que, desde que atua no Senado, o PSB atua em frente com o Partido dos Trabalhadores, antes mesmo da eleição do Presidente Lula. Depois disso se fortaleceu mais ainda.

Então, eu agradeço a manifestação de V. Ex^a, que é muito importante para nós. Ontem também falou aqui a líder do PSB, Senadora Lídice da Mata, e nós já tivemos a satisfação de tê-la entre os quadros do PCdoB. É tanto que, às vezes, na brincadeira, o pessoal conta os Senadores do PCdoB aqui no Plenário e alcançam os seis Senadores, porque aqui nós temos a Lídice da Mata, temos o Lindbergh Farias, temos a Gleisi Hoffmann e tivemos também, até pouco tempo, o João Pedro. Todos foram militantes e formaram-se nessa escola de política que é o Partido Comunista do Brasil.

Então, eu agradeço, Sr. Presidente. Eu queria fazer este registro com V. Ex^a e agradecer, uma vez mais, a manifestação dos Senadores, no dia de ontem, nesta Casa. Muitos estiveram aqui e ficaram também satisfeitos com a sessão solene do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Era uma sessão conjunta do Congresso Nacional registrando a passagem dos 90 anos do Partido Comunista e da atuação dos comunistas no Brasil.

Isso tem a ver com a história política. Talvez não tenha um partido que funcione hoje no Brasil que não

tenha tido alguma relação de militância, de proximidade, com os comunistas. Pensando neste País desenvolvido, num país grandioso, num país industrializado, num país com o domínio da ciência e da tecnologia.

Ainda ontem, anteontem, de domingo para segunda, eu vi o anúncio do Presidente Obama, lá na Coréia do Sul, porque eles estão lá numa conferência sobre a questão nuclear, na verdade é uma conferência para o desarmamento e não para a proliferação de armas nucleares, e ele anunciava que tudo faria para impedir que os coreanos do Norte conseguissem colocar um satélite no espaço, com os seus próprios meios.

E eu me lembro que o Brasil, com este tamanho, com esta capacidade, com esta formação ainda não conseguiu colocar o seu satélite no espaço. Olha a batalha que se trava no mundo.

Então, os comunistas estão ligados a essas causas. As causas do desenvolvimento, da ciência, da tecnologia, das conquistas sociais e das batalhas que nós travamos aqui pela redução da jornada de trabalho para liquidar esse tal fator previdenciário, que é um espinho na garganta dos trabalhadores até hoje e que nós precisamos resolver. É parte das nossas lutas comuns. E o Senador Paim é intimamente ligado a esta questão, como também o Assis, lá em Caxias do Sul, metalúrgico, Deputado Federal.

Então, defendendo as nossas causas, com o nosso sentimento, com o nosso destemor em enfrentar as questões e as situações mais difíceis para defender a liberdade e a democracia, às vezes, temos que enfrentar as forças conservadoras, a direita brasileira, que sempre se armou contra a permanência da democracia, porque a permanência da democracia permite que as ideias mais avançadas também prosperem.

Então, a nossa sessão de ontem foi um dia assim muito marcante para nós, e eu quero, Senador Paim, agradecer ao Congresso Nacional, por meio de V. Ex^a, por aquela sessão solene de homenagem aos 90 anos do Partido Comunista do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Inácio Arruda, os meus cumprimentos.

Eu havia, numa abertura dos trabalhos do dia de hoje, registrado também um outro documento – quero receber esse de V. Ex^a –, fazendo uma homenagem à Polícia do Senado. Eu fiz na abertura dos trabalhos, e V. Ex^a faz agora no encerramento, dando um brilho especial ao trabalho desses servidores que dedicam a sua vida para defender a nós aqui, a própria instituição e a própria democracia.

Quero também dizer para V. Ex^a que ontem, no chamado Expediente normal, eu fiz um pronunciamento voltado à luta e à glória, à belíssima história do PC do B, do qual eu tenho sido parceiro ao longo da minha vida, tanto na atividade sindical, quanto na vida política. Agora mesmo, tive a alegria de fazer uma parceria com a Deputada Manuela D'Ávila na questão do Estatuto da Juventude, o brilhante trabalho que ela fez, e eu serei relator aqui na Comissão.

Parabéns ao PC do B. Parabéns a V. Ex^a.

Eu termino o nosso trabalho nesta noite, dizendo a todos aqueles aposentados e pensionistas que ainda estão na expectativa de uma decisão final por parte da Câmara dos Deputados que desloquem as suas energias para a Câmara dos Deputados. Aqui no Senado, nós já aprovamos tudo: fim do fator, recuperação de perdas e uma política permanente também de valorização dos aposentados e pensionistas. Eu entendo a indignação das senhoras e dos senhores, mas não adianta fazer pressão onde o projeto não está. O projeto está lá na Câmara. É lá que tem que ser feita a pressão, porque os três projetos que interessam aos aposentados do Regime Geral da Previdência estão na Câmara dos Deputados.

Eu vejo na Internet, de vez em quando, um ou outro aposentado indignado, atirando em todo o mundo. E não é atirar em ninguém. Tem que protestar com aqueles que não votam os projetos dos aposentados, principalmente o fator, a recuperação das perdas e uma política permanente, como o Senado já aprovou aqui para os aposentados e pensionistas, acompanhando o crescimento do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício Int. nº 33/GSDT

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Como Vossa Excelência tem acompanhado, sofro nas últimas semanas toda sorte de ataques à minha honra, sem que sejam observadas as garantias constitucionais previstas em qualquer Estado Democrático de Direito.

Meu desejo é ocupar a Tribuna do Senado tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos que, segundo afirmam, estão em poder do Procurador-Geral da República. Não me escusarei de responder a qualquer questionamento que, por ventura, seja feito pelos senhores senadores e senhoras senadoras.

Reafirmo o que disse no Plenário: se existe alguma suspeita sobre o meu procedimento, exijo profunda

e meticulosa investigação no foro constitucionalmente adequado, qual seja, o Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para comunicar a Vossa Excelência que, para acompanhar a evolução dos fatos e versões noticiados nos últimos dias, me afastei hoje da liderança do Democratas no Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 215, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do Pastor Etevaldo Rocha Tristão, presidente de honra do Ministério Batista Betel, ocorrido no dia 25 de março, em Vila Velha, Espírito Santo.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja encaminhado à família do falecido, e à sua Igreja onde era reconhecido, além do exercício do ministério pastoral, pela sua presença permanente no socorro aos necessitados.

Justificação

O Pastor Etevaldo foi fundador da Igreja Batista Betel, de São Torquato, Vila Velha – ES, onde pastoreou durante 47 anos, e era, atualmente, Presidente de Honra do Ministério Batista Betel. Exerceu também a presidência da Ordem dos Pastores da Convenção Batista Nacional.

Natural de Alegre – ES, nascido em 23 de maio de 1932, foi sempre um homem voltado para a nobre causa do evangelho, fundou igrejas, pastoreou e, como obediente à Palavra de Deus, sempre cuidou dos desvalidos, levando o conforto espiritual e material a todos os desfavorecidos naquela região.

Esteve sofrendo nos últimos tempos, tomado por uma enfermidade incurável, vindo a falecer no último dia 25, deixando uma lacuna na Igreja e na vida de todos aqueles que sempre buscaram e receberam, através dele, alento para suas necessidades. Casado com a Senhora Odete Rosa Tristão e pai de sete filhos: Pr. Evaldo, Pr. Elias, Pr^{as} Keila e Eliude, Elesciene, Elizete e Esther; e onze netos.

Vocacionado por Deus desde sua conversão, homem estimado e respeitado por toda a sociedade capixaba pelos seus trabalhos em prol do evangelho e em favor dos menos assistidos, razão essa que nos leva a propor esse voto à sua família e comunidade.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012 – Senador **Magno Malta** – Senadora **Ana Rita**.

REQUERIMENTO Nº 216, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao *jurista, professor, ex-ministro, ex-senador, cidadão do mundo* **Bernardo Cabral**, que completa 80 anos de idade nesta data, dia 27 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao ilustre agraciado Dr. José Bernardo Cabral, no seguinte endereço: Avenida General Justo, 307 – 8º Andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20021-130.

Justificação

Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, com curso de especialização em processo civil pela Universidade Católica Portuguesa, possui diversos trabalhos publicados na área. Foi fundador do extinto MDB, pelo que foi eleito deputado federal nas eleições de 1966. Tornou-se, em março de 1990, Ministro da Justiça do governo de Fernando Collor de Mello, cargo que ocupou até outubro do mesmo ano. Em 1994 foi eleito senador pelo Estado do Amazonas. Suas principais lutas são em prol do livre comércio e da iniciativa privada, com grande ênfase na defesa da Zona Franca de Manaus.

Um grande brasileiro, Bernardo Cabral, cidadão do mundo, que honrou todos os cargos que ocupou, nunca será demais destacar as qualidades e os traços marcantes do amazonense. Bernardo representou sempre o Amazonas pensando no Brasil. Cultura notável, títulos e mais títulos na sua área de advogado e jurista, mas em outras, bastante diversas, diversificadas, diferentes. É brilhante em todas.

Cabral pode olhar para o passado e ver que o tempo não passou em vão. Pelo caminho, deixou marcos de realizações que representam contribuições para o Brasil e para a coletividade. Mais um aniversário de Bernardo Cabral, data essa que é cheia de significados. Espero que o Brasil possa contar com o talento e a experiência de Cabral por muitos anos.

O reconhecimento ocorre a 4.374 quilômetros de Manaus, no Rio de Janeiro, onde o ex-Senador mora há nove anos – desde que saiu da vida política. A Academia Brasileira de Filosofia concede a Bernardo Cabral o título de doutor **honoris causa**. Mas as homenagens para o octogésimo aniversário do ex-parlamentar amazonense não param por aí.

Em Manaus, a editora da Amazônia, braço da Rede Calderaro de Comunicação, lança em 2012 dois livros com Bernardo Cabral. O primeiro, que deve ser publicado no final de março, é uma coletânea de artigos assinados pelo jurista e veiculados pelo jornal **A Crítica**. O segundo, de autoria do Júlio Antônio Lo-

pes, trará uma biografia completa de Cabral. As fotos que irão ilustrar o livro foram selecionadas do arquivo pessoal do ex-Senador e revelam detalhes, não só da vida do amazonense, mas também da história do País.

Ao completar 80 anos, Bernardo Cabral é uma referência na política do Amazonas. Mesmo quando esteve fora dos mandatos, presidindo a OAB. O maior destaque, como parlamentar, sem dúvida foi a relatoria da Constituição. E o destaque de um político amazonense pela postura coerente.

Parabéns, ao homem brilhante, justo e que sempre esteve preocupado com as questões do nosso Estado, sobretudo pela preservação da nossa Zona Franca, Bernardo Cabral, esse é nome do amazonense de maior destaque no processo de redemocratização do País.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Escola Estadual Waldemiro Lustoza, por ter sido eleita a melhor Escola da Região Norte em projetos inovadores visando à conservação do livro didático, no último dia 16 de março de 2012, em Curitiba, bem como seja encaminhado o referido voto à instituição agraciada, em nome da Diretora Ione Bezerra, no seguinte endereço: Escola Estadual Waldemiro Lustoza, Rua T6 Nº 33B Quadra F Compensa3, Zona Oeste, Manaus – AM, CEP 69.035-367.

Justificação

A valorização e o cuidado com os livros didáticos é a receita da Escola Estadual Waldemiro Peres Lustoza por seu reconhecimento nacional.

A escola foi escolhida como a primeira da Região Norte no concurso Ações Inovadoras no Livro Didático, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação – MEC. O trabalho premiado é voltado para a manutenção e recuperação dos livros usados pelos mais de mil estudantes da escola.

Na Região Norte onde, de acordo com dados oficiais, perde-se mais de 20% dos livros por conta do mau uso, a premiação, segundo a gestora da escola, Ione Bezerra, é um incentivo para intensificar o projeto iniciado há três anos. Como prêmio, a escola recebeu uma placa e a doação de 200 livros.

162 milhões de livros didáticos foram distribuídos este ano pelo MEC, inclusive o órgão já começou uma campanha pela conservação dos livros nas escolas de todo o País.

Há de se destacar que a taxa nacional de perda de livro didático, informa o FNDE, está em 15%. Contudo, as regiões Sul e Sudeste são as que registram as menores perdas, em torno de 10% do total.

Assim, não poderia deixar de registrar essa valiosa conquista e dar os Parabéns à Escola Estadual Waldemiro Lustoza por todos os resultados positivos obtidos na redução dos danos causados aos livros didáticos.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 218, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao escritor Amazonense Thiago de Mello, pelo lançamento do seu novo livro **O menino irmão das águas**, que ocorrerá no próximo dia 30, bem como seja encaminhado o referido voto ao agraciado Escritor Thiago de Mello, no seguinte endereço: Rua da Frente, s/n – Barreirinha – CEP 69.000-000 - Amazonas.

Justificação

Natural do Estado do Amazonas, é um dos poetas mais influentes e respeitados no País, reconhecido como um ícone da literatura regional.

Tem obras traduzidas para mais de trinta idiomas. Preso durante a ditadura (1964-1985), exilou-se no Chile, encontrando em Pablo Neruda um amigo e colaborador. Um traduziu a obra do outro e Neruda escreveu ensaios sobre o amigo.

Seu poema mais conhecido é **Os Estatutos do Homem**, onde o poeta chama a atenção do leitor para os valores simples da natureza humana. Seu livro **Poesia Comprometida com a Minha e a Tua Vida** rendeu-lhe, em 1975, ainda durante o regime militar, prêmio concedido pela Associação Paulista dos Críticos de Arte e tornou-o conhecido internacionalmente como um intelectual engajado na luta pelos Direitos Humanos.

No próximo dia 30, sexta-feira, a partir das 10h, no centro cultural Thiago de Mello, o escritor amazonense Thiago de Mello lançará seu novo livro, O infante-juvenil **O menino irmão das águas**. Na ocasião, ele também receberá uma homenagem pelo seu aniversário de 86 anos, comemorado na mesma data.

O menino irmão das águas é o terceiro livro de Thiago de Mello voltado ao público juvenil, os anteriores foram **Amazonas no coração encantado da floresta e Amazonas – Águas, pássaros, seres e milagres**. “É a história de um menino que se salvou porque as águas ajudaram”.

Após o lançamento, o escritor será homenageado num evento que terá a presença de autoridades e escritores, além de 300 estudantes de escolas da rede pública da comunidade do centro cultural. Mesmo sendo avesso a homenagens, ele nunca deixa de lado as homenagens que recebe no Centro Cultural Thiago de Mello.

Parabéns, ao escritor Thiago de Mello que através de seus livros consegue mergulhar profundamente nas raízes da sensibilidade e da consciência crítica de nosso povo.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 219, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Bairro de São José Operário, por ter completado 32 anos, no dia 19 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Presidente da Associação dos Moradores do Bairro de São José Operário, Sr. Raimundo Bulcão, no seguinte endereço: Rua 25, quadra 6, nº 19 – São José II, CEP 69086-260.

Justificação

A área onde hoje está localizado o São José Operário começou a ser ocupada entre o final da década de 1970 e início da de 1980, sendo o segundo bairro a surgir na atual Zona Leste de Manaus. Seus primeiros moradores eram, em grande número, oriundos de outros municípios do Amazonas, ribeirinhos em busca de oportunidades na Zona Franca, e também da periferia do município.

A ocupação da área foi marcada por lutas pela posse das terras que envolveram moradores, grileiros, partidos políticos e o poder público, já que havia controvérsias sobre a titularidade dos terrenos. Assim como em toda a Zona Leste, área urbana iniciada a partir da invasão das terras pertencentes à UFAM (Universidade Federal do Amazonas), que deu origem ao bairro do Coroadó, os primeiros ocupantes do São José sofreram violências, tanto por parte de jagunços, a mando de grileiros, quanto do poder público, através das forças policiais.

Em junho de 1980 é oficializado o bairro de São José Operário, dividido em lotes medindo oito metros por vinte, distribuídos às famílias carentes, que precisavam comprovar não possuir nenhuma propriedade, ter baixo nível de renda e residir há pelo menos dois anos em Manaus. São José Operário é um bairro da zona leste de Manaus. Trata-se do maior bairro da re-

gião da cidade, destacando-se também por ser o segundo mais populoso.

O Bairro possui várias escolas sendo destaque em relação a educação, tanto escolas de ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio; tendo destaque pela ampla relação de alunos que estudam nessa área do município. Localiza-se no centro da Zona leste. Limita-se com os bairros de: Novo Reino, Grande Vitória, Novo Aleixo, Tancredo Neves, Coroadó e Zumbi dos Palmares. Sem precisar sair do Bairro, os moradores dispõem de diversos serviços públicos como agências bancárias, postos de correios, casas lotéricas, o Pronto Atendimento ao Consumidor (PAC), farmácia popular, Terminal de Integração 5, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Hospital e Pronto Socorro João Lúcio. O Bairro está cada vez mais desenvolvido e vem recebendo investimentos públicos como a construção do viaduto da bola do São José.

Parabéns ao bairro de São José Operário, que comemora 32 anos no dia 19 de março, que também é o dia consagrado ao santo de nossa Igreja Católica que empresta o seu nome ao bairro, criado pelo então Prefeito de Manaus, José Fernandes, em 1980. Apesar de ter sido criado em junho, consagrou-se a data de hoje em homenagem ao Santo.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PC do B/Amazonas

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 220, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no **caput** do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 90, de 2010 – Complementar; e do PLS nº 467, de 2008 – Complementar, por versarem sobre a mesma matéria..

Sala das Sessões, março de 2012. – Senador **José Pimentel**.

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado n. 147, de 2011, que prevê a dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física das despesas com medicamentos, com o Projeto de Lei do Senado n. 12, de 2011, por versarem sobre matérias correlatas.

Justificação

Os projetos tratam da dedução, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas associadas à educação, medicamentos de uso contínuo, nos casos que especifica, e com aluguel de moradia. Dessa forma, solicito que o PLS n. 147/2011 seja apensado ao PLS n. 12/2011.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2012

Requeiro nos termos do art. 215, III, “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento de Manuela Wolter Tavares, ocorrido na tarde de hoje na cidade de Manaus, no estado do Amazonas.

Neta de Wilson Wolter Filho – pós-Doutor em ciências, professor da universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pesquisador do Inpa, que tem prestado relevantes serviços ao Amazonas, tendo ocupado diversos cargos públicos na esfera federal, estadual e municipal – Manuela passou para a eternidade antes de completar cinco anos de idade, encerrando uma dolorosa luta pela vida. Essa criança marca nossas vidas por sua doçura e alegria. Figura conhecida e respeitada, com quem tenho o privilégio de conviver e trabalhar, seu avô será lembrado pela coragem, determinação e extremado amor com que a amparou; exemplo de vida para todos.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 223, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, nos dias 12 e 13 de abril de

2012, para participar da XXIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país nos dias 12 a 14 de abril, do corrente ano.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Bauer**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 216, DE 2012

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício “S” nº 49, de 2011, que encaminha ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Resultados e Impactos relativo ao ano de 2010, sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Relatora: Senadora **Ana Rita**

Relator: **Ad hoc**: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 49, de 2011 (Ofício nº 367, de 2011, na origem), do Ministério da Integração Nacional – MI, que encaminhou a esta Comissão, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no ano de 2010.

O relatório está acompanhado das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, devidamente auditadas, do Parecer conjunto nº 19 –SFRUSUDECO, de 17 de junho de 2011, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, assim como da Resolução CONDEL/FCO nº 429, de 14 de julho de 2011, que aprovou o Relatório de Gestão do FCO apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

A documentação foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, autuada na forma do Ofício “S” nº 49, de 2011; e, designada como Ofício nº 38, de 2011 – CN, foi encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos de Fiscalização do Congresso Nacional.

II – Análise

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

O § 4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que “o relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle”.

Conforme documento anexo ao Ofício “S” sob exame, a KPMG Auditores Independentes examinou os balanços patrimoniais do FCO, levantados em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, com a responsabilidade de opinar sobre essas demonstrações contábeis.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se no parecer que as demonstrações contábeis “apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais”.

Junto ao balanço, devidamente auditado, que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, também foi entregue relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, em conformidade com o §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização também está encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos

Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989:

Art. 20.
.....

§ 5º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

A sistemática acima descrita foi adotada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2007.

Conforme já assinalado, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, ao § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às Comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta Comissão, e à sua congênere na Câmara dos Deputados, atestar se os Fundos Constitucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

A documentação em análise cumpre os dispositivos legais supramencionados e, conforme relatado, a Presidência do Senado Federal já providenciou a distribuição da mesma à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Cabe, portanto, a esta Comissão, tomar conhecimento da matéria e, não havendo observações a fazer, encaminhá-la ao arquivo.

III – Voto

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício S nº 49, de 2011, do Ministério da Integração Nacional – MI, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2012. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator *ad hoc* – **Ana Rita Rosário**, Relatora.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
OFÍCIO "S" Nº 49, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 22/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO DE LIRA

RELATOR: "Ad Hoc" SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Wellington Dias (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)

Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Laércio Antonio (PR)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Cássio Cunha Lima (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Dicero Lucena (PSDB)	2. VAGO
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM)

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
----------------------	---------------------

PR

Vicentinho Alves	1. Magno Malta
------------------	----------------

PSD PSOL

VAGO	1. Randolfe Rodrigues
------	-----------------------

OF. N° 62/2011-COR

Brasília, 22 de março de 2012

Assunto: Deliberação da Comissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada em 22 de março do corrente, esta Comissão deliberou pelo conhecimento e encaminhamento ao arquivo, do Ofício S n° 49, de 2011, que “Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da lei n° 7.827, de 27-9-1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO/ Exercício 2010”, de autoria do Ministério da Integração Nacional.

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

ATO N° 2, DE 2009 – CMA**Dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e de outros órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal**

Art. 1º Os avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e de outros órgãos e entidades da Administração Pública submeter-se-ão às seguintes regras de tramitação e apreciação no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal:

- I – serão submetidos à análise preliminar pelo Presidente da Comissão, que exporá à Comissão a síntese do conteúdo de cada Aviso, através de quadro informativo preparado segundo o modelo do Anexo a este Ato;
- II – o Presidente da Comissão fará a leitura da análise preliminar no início da primeira sessão deliberativa posterior à sua conclusão, fazendo distribuir o quadro informativo a todos os integrantes da Comissão;
- III – o quadro contendo a análise preliminar constará da “pauta cheia” da Sessão em que for lida e da Sessão seguinte, bem como será publicado em anexo às Atas respectivas, ficando à disposição, pelo mesmo prazo, na Secretaria, para exame por qualquer Senador, que também poderá pedir vistas do processo, pelo prazo de 7 (sete) dias corridos;

Art. 2º A análise preliminar de que trata o inciso II do art. 1º conterà a apreciação do Presidente sobre os atos e fatos narrados pelo Aviso examinado, enquadrando-o necessariamente em alguma das seguintes categorias:

- I – o Aviso relata irregularidades, falhas ou riscos de caráter amplo da Administração Pública, que recomendam o exame detalhado para fins de aperfeiçoamento da legislação ou a avaliação sobre a conveniência de destinar recursos orçamentários a programas, ações ou beneficiários específicos;
- II – o Aviso contém recomendações ou proposições do órgão de controle para o Congresso Nacional, com objetivo de aperfeiçoar a legislação vigente;
- III – o Aviso contém recomendações ou proposições normativas destinadas a órgão da Administração Pública com o objetivo de aperfeiçoar as normas, os processos de trabalho ou a formulação, a execução ou a avaliação de políticas públicas;
- IV – o Aviso contém os relatórios de atividades dos próprios órgãos de controle ou relatórios específicos previstos na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- V – o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento;
- VI – o Aviso limita-se a informar sobre ocorrências meramente processuais relativas a Avisos anteriormente recebidos pela CMA, sem qualquer inovação quanto ao conteúdo ou à apreciação dos atos e fatos tratados pelos Avisos originais;
- VII – o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.

§ 1º Caso a análise preliminar proponha o enquadramento nos incisos I, II, ou III, concluirá obrigatoriamente pela proposta de nomeação de relator.

§ 2º A critério do Presidente da Comissão, poderá ser nomeado relator para qualquer matéria classificada nos demais incisos.

Art. 3º A Secretaria da Comissão adotará os seguintes procedimentos:

- I – arquivará os quadros informativos de que trata o inciso I do art. 1º, agrupando-os por data da sessão de leitura.
- II – juntará aos quadros arquivados os pareceres e outras proposições de mérito dos respectivos relatores, sempre que estes sejam aprovados pela Comissão;

- III – encaminhará mensalmente ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia dos relatórios que concluírem pela respectiva remessa, para fins de subsídio à apreciação dos projetos de leis de natureza orçamentária.
- IV – havendo mais de um Senador interessado em ter vistas, serão abertas vistas conjuntas aos interessados, por prazo de 14 (quatorze) dias corridos, remetendo-se o processo ao gabinete do Senador que primeiramente pediu vistas;
- V – será nomeado relator ao final do período de vistas, caso a análise preliminar tenha propugnado por essa nomeação ou, em qualquer hipótese, se houver requerimento de Senador pela relatoria, que poderá ser feito em até 7 (dias) contados do término do período de vistas;
- VI – havendo proposição pelo arquivamento na análise preliminar e não tendo sido apresentado requerimento pela relatoria, o aviso e os documentos que o acompanham serão remetidos para o arquivo, com alusão ao presente Ato.

§ 1º A relatoria do aviso será atribuída a Senador segundo os seguintes critérios:

- I – caso apenas um Senador apresente o requerimento previsto no inciso V do **caput** deste artigo, caberá a ele a relatoria do aviso;
- II – na hipótese de mais de um Senador apresentar o requerimento previsto no inciso V do **caput** deste artigo, o sorteio da relatoria será feito entre os requerentes;
- III – em caso de ser proposta a nomeação de um relator na análise preliminar, sem que nenhum Senador tenha apresentado requerimento pela relatoria, serão seguidas as regras regimentais de escolha.

Art. 4º O Submetem-se ao presente Ato os processos em andamento, inclusive aqueles em que os relatores entenderem ser desnecessária a discussão sobre a matéria e o aprofundamento do exame.

Art. 5º Este Ato entra em vigor a partir da publicação da Ata da sessão de aprovação.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2009. – Senador **Renato Casagrande**.

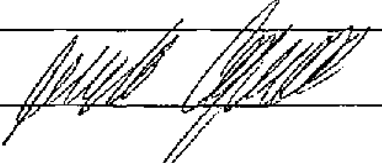
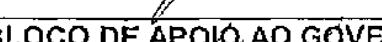
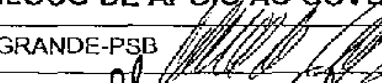
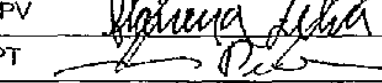
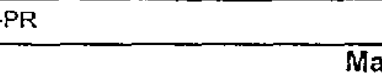

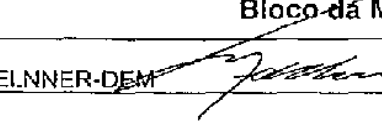
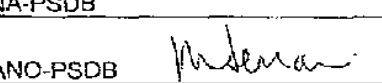
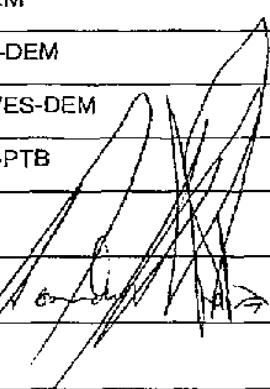
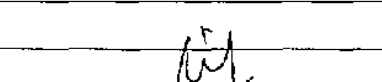
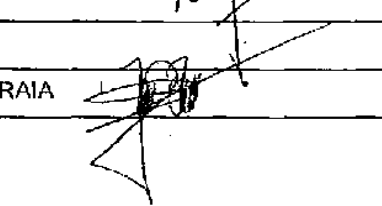
ANEXO- MODELO DE QUADRO DE ANÁLISE PRELIMINAR DE AVISO

AVISO (número do processado)	Origem	Descrição sintética das constatações e conclusões contidas no Aviso	Enquadramento nas hipóteses do art. 2º do Ato 02/2009-CMA	Proposta da análise preliminar
			<p>() I - o Aviso relata irregularidades, falhas ou riscos de caráter amplo da Administração Pública, que recomendam o exame detalhado para fins de aperfeiçoamento da legislação ou a avaliação sobre a conveniência de destinar recursos orçamentários a programas, ações ou beneficiários específicos;</p> <p>() II - o Aviso contém recomendações ou proposições do órgão de controle para o Congresso Nacional, com objetivo de aperfeiçoar a legislação vigente;</p> <p>() III - o Aviso contém recomendações ou proposições normativas destinadas a órgão da Administração Pública com o objetivo de aperfeiçoar as normas, os processos de trabalho ou a formulação, a execução ou a avaliação de políticas públicas;</p> <p>() IV - o Aviso contém os relatórios de atividades dos próprios órgãos de controle ou relatórios específicos previstos na Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);</p> <p>() V - o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento;</p> <p>() VI - o Aviso limita-se a informar sobre ocorrências meramente processuais relativas a Avisos anteriormente recebidos pela CMA, sem qualquer inovação quanto ao conteúdo ou à apreciação dos atos e fatos tratados pelos Avisos originais;</p> <p>() VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.</p>	<p>() Que a CMA tome conhecimento da matéria e envie o processado ao arquivo</p> <p>() Pela designação de relator para a matéria</p> <p>() Outro (especificar)</p> <p>OBS: "§ 4º Caso a análise preliminar proposta o enquadramento nos incisos I, II, III ou VI do parágrafo terceiro deste artigo, concluirá obrigatoriamente pela proposta de nomeação de relator."</p>

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: Ata Nº 2 DE 0009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/12/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. RENATO CASAGRANDE)	
RELATOR: 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB 	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV 	CÉSAR BORGES-PR
JOÃO PEDRO-PT 	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DELÍCIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB 
GILVAM BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELNER-DEM 	ADELMIR SANTANA-DEM
KATIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
ACILITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	OSVALDO SOBRINHO-PTB
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB 	MÁRIO COUTO-PSDB 
PTB	
GIM ARGELLO 	SÉRGIO ZAMBAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA 	CRISTOVAM BUARQUE

PARECERES Nº 217 E 218, DE 2012

Sobre o Aviso nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, do Plenário do TCU bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

**PARECER Nº 217, DE 2012
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Relator: Senador **Paulo Bauer**

Relatora **Ad hoc**: Senadora **Ana Amélia**

I – Relatório

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Aviso nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício da Presidência, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam. Os referidos documentos tratam do levantamento de auditoria de natureza operacional realizada pelo TCU para identificação de eventos de risco do Programa da Sustentabilidade dos Espaços Subregionais – Promeso (TC 010.604/2009-0).

O levantamento realizado visou a orientar a seleção de áreas ou temas que possam ser objeto de ações de controle pelo TCU.

Conforme consta no Relatório, o Promeso, integrante do Plano Plurianual 2008-2011, é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e executado por seus órgãos vinculados, como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, além do próprio Ministério.

As principais justificativas para o TCU realizar a fiscalização do Promeso foram o expressivo volume de recursos com os quais o programa conta, da ordem de R\$ 1,8 bilhão para o período 2008-2011, sua relevância no contexto da redução das desigualdades regionais e sociais, e a inexistência de trabalhos de auditoria realizados pelo Tribunal sobre o tema.

II – Análise

Avisos do Tribunal de Contas da União encaminhados ao Congresso Nacional, ou às suas comissões, constituem procedimento usual daquela Corte que visa, formalmente, a informar-lhes sobre as ações levadas a efeito com a execução de suas funções precípua

ou especificamente demandadas. Nesse sentido, aos membros do Congresso Nacional, ou de suas comissões, cabe, fundamentalmente, tomar conhecimento de seu teor.

O Tribunal de Contas, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, informa a esta Casa Legislativa, por meio do Aviso em exame, sobre fragilidades verificadas no referido programa Promeso.

Segundo o Relatório que fundamenta o Aviso, foram verificadas três fragilidades em aspectos essenciais do programa, objeto de recomendações do TCU.

A primeira delas diz respeito à possível falta de sustentabilidade do programa, já que a maior parte dos seus recursos, cerca

de 90%, é alocada ao programa por meio de emendas parlamentares, dificultando o planejamento das ações de desenvolvimento regional.

Em função da alta participação de emendas parlamentares no programa, o Ministério da Integração Nacional e a Codevasf procuram orientar os autores das emendas sobre as prioridades do desenvolvimento regional nos seus estados de origem. O TCU entende que essa orientação pode ser aprimorada. Para isso, recomenda à Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional que institua banco com projetos de apoio a arranjos produtivos locais e os apresente aos Parlamentares, quando da análise do Projeto de Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional.

Uma segunda fragilidade constatada pelo TCU foi a falta de recursos humanos na Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração, para planejar, executar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo Promeso. Essa deficiência, de acordo com o Relatório, limita o alcance de resultados mais satisfatórios, já que há praticamente um servidor responsável para cada mesorregião, território que abriga vários municípios.

Diante disso, o Tribunal recomendou ao Ministério que dote a Secretaria de Programas Regionais com o quantitativo adequado de servidores para a execução das tarefas inerentes ao Promeso.

A terceira fragilidade apontada no Relatório foi a falta de instrumentos para a avaliação dos resultados do Promeso. Segundo a última avaliação disponível no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos os indicadores propostos encontravam-se sem qualquer mensuração, apenas com a menção de que está em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Promeso.

O TCU considera que essa ausência de avaliação do programa pelo próprio Ministério dificulta a gestão

e o planejamento das suas ações. Desse modo, recomenda-se ao Ministério da Integração Nacional que institua indicadores de desempenho para mensurar os resultados obtidos e subsidiar a realização de avaliações no Promeso.

Portanto, pelo Aviso nº 58, de 2009, o Tribunal de Contas da União informa a esta Comissão sobre as fragilidades identificadas na execução do programa Promeso e sobre as recomendações enviadas ao Ministério da Integração Nacional e a seus órgãos subordinados, diretamente vinculados à execução do programa, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Informa, ainda, que, relativamente à indicação de áreas para realização de auditorias pelo Tribunal, a proposta de sua fiscalização deverá ser formulada por procedimento específico, já que não pode ocorrer, por vedação imposta por resolução do próprio Tribunal, no âmbito de processo já existente.

Para tanto, enfatiza que os elementos que permitem a formulação de propostas de fiscalização já foram encaminhadas à competente secretaria do TCU, à qual cabe encaminhar as propostas de fiscalização e as informações sobre a disponibilidade de recursos humanos para a sua efetivação.

Dessa forma, relativamente ao Aviso em exame, a esta Comissão cabe, nos termos regimentais, tão somente tomar conhecimento das informações prestadas pelo TCU e deliberar pelo seu arquivamento. Eventualmente, quando assim entender necessário, cabe deliberar sobre aspectos atinentes aos procedimentos adotados e aos resultados apurados no processo de fiscalização e controle.

III – Voto

Diversos órgãos e entidades encaminham, por determinação legal ou por iniciativa própria, relatórios de atividade ao Congresso Nacional. Tendo em vista o princípio da separação dos Poderes, determinado pelo art. 2º da Carta Magna, não há, entretanto, nenhuma

providência específica a ser tomada com relação a documentos dessa natureza, cujo encaminhamento deve ser entendido como uma deferência ao Senado Federal.

Por outro lado, se detectada alguma irregularidade nos órgãos e entidades públicos, por qualquer meio, o Senado Federal pode atuar, dentro de suas prerrogativas constitucionais, por exemplo, requerendo informações, convocando ministro de Estado, solicitando auditorias ao Tribunal de Contas da União, criando comissões parlamentares de inquérito e, obviamente, alterando a legislação naquilo que for necessário.

Mas, tais providências, caso venham a ser tomadas, devem necessariamente ocorrer após a tomada de conhecimento e o arquivamento do relatório e não durante sua apreciação. Pois não existe, à luz do Regimento Interno do Senado Federal, providência específica a ser feita com relação aos relatórios encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, além do que já é feito, ou seja, tomar conhecimento do relatório e arquivá-lo.

Em síntese, o TCU submete ao conhecimento desta Comissão o resultado de auditoria de natureza operacional realizada para identificar eventuais ocorrências de riscos constantes no Promeso. O TCU, nos termos do Aviso nº 58, de 2009, não identificou irregularidades tais como malversação ou desvios de recursos públicos. Mesmo se as tivesse identificado, não caberia outra alternativa a esta Comissão, por força regimental, além de tomar conhecimento do Acórdão e determinar seu arquivamento.

Assim, diante desses fatos e à luz do exposto, uma vez que esta Comissão tornou conhecimento do Acórdão nº 2.375, de 7 de outubro de 2009, do Tribunal de Contas da União, votamos pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2011.
– Senador **Jayme Campos**, Presidente. – Senador **Paulo Bauer**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AVISO Nº 58, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14 / 12 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: "Ad hoc" Senadora Ana Amélia

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	7- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
LAURO ANTONIO (PR)	6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)
ANA AMÉLIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO
PR	
VICENTINHO ALVES	1- CLÉSIO ANDRADE

**PARECER Nº 218, DE 2012
DA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

Relatora: Senadora **Ana Amélia**

I – Relatório

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Aviso nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), do então Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício da Presidência, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco do Programa da Sustentabilidade dos Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0).

O Tribunal teve como objetivo identificar eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso para orientar a seleção de áreas ou temas que possam ser objeto de ações de controle pelo TCU. Segundo o Relatório que fundamenta o Aviso sob análise, o Promeso, integrante do Plano Plurianual 2008-2011, é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e executado por seus órgãos vinculados, como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, além do próprio Ministério.

As principais justificativas para o TCU realizar a fiscalização sobre o Promeso foram o expressivo volume de recursos com os quais o programa conta, da ordem de R\$1,8 bilhão para o período 2008-2011, sua relevância no contexto da redução das desigualdades regionais e sociais, e a inexistência de trabalhos de auditoria realizados pelo Tribunal sobre o tema.

A matéria também foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que, em reunião realizada em 14 de dezembro de 2011, aprovou Relatório que passou a constituir Parecer da CAS pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009.

II – Análise

O Tribunal de Contas da União, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, adotou o procedimento de manter a Casa Legislativa informada dos desdobramentos da deliberação ensejadora do Aviso nº 58, de 2009.

Segundo o Relatório que fundamenta o Aviso nº 58, de 2009, foram verificadas três fragilidades em aspectos essenciais do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso. A primeira delas diz respeito à possível falta de sustentabilidade do Programa, já que a maior parte dos seus recursos, cerca de 90%, é alocada ao Promeso por meio de emendas parlamentares, dificultando sobremaneira o planejamento das ações de desenvolvimento regional.

Em função da alta participação de emendas parlamentares no programa, o Ministério da Integração Nacional e a Codevasf procuram orientar os autores das emendas sobre as prioridades do desenvolvimento regional nos seus estados de origem. O TCU entende que essa orientação pode ser aprimorada. Para isso, recomenda à Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional que institua banco com projetos de apoio a arranjos produtivos e os apresente aos Parlamentares quando da análise do Projeto de Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional.

Uma segunda fragilidade constatada pelo TCU foi a falta de recursos humanos na Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração Nacional, para planejar, executar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo Promeso. Essa deficiência, de acordo com o Relatório, limita o alcance dos resultados, já que há praticamente um servidor responsável para cada mesorregião, território que abriga vários municípios de pelo menos dois estados da Federação.

Diante disso, o Tribunal recomendou ao Ministério que dote a Secretaria de Programas Regionais com o quantitativo adequado de servidores para a execução das tarefas inerentes ao Promeso.

A terceira fragilidade apontada no Relatório foi a falta de instrumentos para a avaliação dos resultados do Promeso. Segundo a última avaliação disponível no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos os indicadores propostos encontravam-se sem qualquer mensuração, apenas com a menção de que está em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Promeso.

O TCU considera que essa ausência de avaliação do Programa pelo próprio Ministério dificulta a gestão e o planejamento das suas ações. Desse modo, recomenda-se ao Ministério da Integração Nacional que institua indicadores de desempenho para mensurar os resultados obtidos e subsidiar a realização de avaliações no Promeso.

Ressalte-se que o TCU não identificou irregularidades no uso dos recursos públicos alocados ao Promeso, nos termos do Aviso nº 58, de 2009.

Dada a importância do Promeso, programa relevante para o desenvolvimento de vastas áreas do Brasil, e das informações prestadas nos documentos que acompanham o Aviso nº 58, de 2009, creio que é tarefa dos Parlamentares, além de tomar conhecimento do que foi exposto no Relatório, empreender esforços para que as fragilidades ali apontadas sejam sanadas e para que o Promeso seja aprimorado.

Devemos atuar dentro de nossas prerrogativas constitucionais para aprimorar não somente o Promeso, mas também outras políticas públicas. Podemos contribuir para esse aprimoramento com diversas ações, como, por exemplo, requisição de informações, convocação de Ministros de Estado, realização de audiências públicas, criação de comissões parlamentares de inquérito e, por fim, o que é nossa função precípua, alteração da legislação para tornar as políticas públicas mais eficientes.

Esses esforços, no entanto, devem ser feitos ao longo dos mandatos dos Parlamentares, ou seja, mesmo após a tomada de conhecimento e arquivamento do Aviso que ora apreciamos. Faço essa observação porque não há no Regimento Interno do Senado Federal providência específica a ser tomada em relação aos avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União. Cabe-nos, durante a apreciação da matéria, dela tomar conhecimento e encaminhá-la ao arquivo.

III – Voto

À luz do exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do Acórdão nº 2.375, de 2009, do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, concluo pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009 (nº 1.344/2009, na origem), do TCU.

Salada Comissão, 22 de março de 2012. Senador **Benedito de Lira**, Presidente. – Senadora **Ana Amélia**, Relatora.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

AVISO Nº 58, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA 5ª REUNIÃO, DE 22/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO DE LIRA

RELATOR: SENADORA ANA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Wellington Dias (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)

Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Ciró Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Cássio Cunha Lima (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM)

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
----------------------	---------------------

PR

Vicentinho Alves	1. Magno Malta
------------------	----------------

PSD PSOL

VAGO	1. Randolfe Rodrigues
------	-----------------------

OF. Nº 61/2012-CDR

Brasília, 22 de março de 2012

Assunto: Deliberação da Comissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada em 22 de março do corrente, esta Comissão deliberou pelo encaminhamento ao arquivo, do Aviso nº 58, de 2009, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0)”, de autoria do Tribunal de Contas da União.

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 216, de 2012**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que conclui pelo arquivamento do **Ofício nº S/49, de 2011**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 217 e 218, de 2012**, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, que concluem pelo arquivamento do **Aviso nº 58, de 2009**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 219, de 2012**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a **Consulta nº 1, de 2012**, referente ao Requerimento nº 4, de 2011 – CE, que trata da tramitação de matérias que versam sobre instituição de datas comemorativas.

São os seguintes o Parecer e a Consulta:

PARECER Nº 219, DE 2012

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 4, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que requer, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestação a respeito da tramita-

ção dos projetos de lei que instituem datas comemorativas, em face da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem à deliberação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Requerimento nº 4, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que requer, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o encaminhamento dos projetos de lei abaixo elencados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação desse Colegiado a respeito da tramitação das matérias que versam sobre instituição de datas comemorativas, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 9 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições.

Em anexo foram encaminhados diversos projetos de lei que propõem a instituição de datas comemorativas.

II – Análise

A instituição de datas comemorativas no Brasil, com vigência em todo o território nacional, nunca obedeceu a um conjunto predeterminado de critérios que balizassem sua real importância para a sociedade brasileira.

Preocupado com essa circunstância, o legislador ordinário aprovou e o Sr. Presidente da República sancionou o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.244, de 2005, na Câmara dos Deputados), que deu ensejo à publicação da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

O art. 1º da mencionada Lei estabelece o critério cardeal para a instituição de datas comemorativas que vigorem no território nacional, qual seja, a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Trata-se da dimensão material da norma sob análise que impõe a caracterização da importância da data não para certos segmentos da sociedade, mas, sim, para o seu conjunto.

Não basta que a data seja de relevo para um específico segmento profissional, étnico, religioso, ou político; a sociedade, como um todo, deve sentir-se homenageada com a instituição de uma determinada data comemorativa que reflita seu esforço, seus anseios, suas realizações e seus desejos.

Andou bem o legislador ordinário ao assinalar o caráter transcendente do critério.

O art. 2º, por seu turno, fixa os requisitos procedimentais de como a definição do critério de alta significação será alcançado.

Privilegia o legislador ordinário o método participativo ao prever a realização de consultas e audiências públicas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Somente com a adoção desses instrumentos que viabilizam a participação popular, dir-se-á contemplado, ao final, com um mínimo grau de consenso, o critério da alta significação para a sociedade brasileira de uma determinada data comemorativa.

A preocupação central dessa formulação é legitimar as proposições e impedir as sugestões individuais sem um mínimo de respaldo social.

O art. 3º, por seu turno, homenageia o princípio da transparência e o da responsabilização do agente público ao prever que a abertura e os resultados das consultas e audiências públicas serão objeto de ampla divulgação, admitida a participação dos veículos de comunicação social privados.

Por fim, o art. 4º estabelece condição de procedibilidade para a apresentação de projeto de lei para a instituição de data comemorativa, na medida em que somente será aceito se acompanhado da comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população.

Vale dizer, não será admitido projeto de lei apresentado isoladamente, desacompanhado dos comprovantes dos instrumentos de consulta à população, previstos na Lei em comento.

Com a publicação desta Lei, no último mês de 2010, surgem questões jurídicas de relevo que conformam a essência da consulta formulada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Pode ser aprovada, sancionada e publicada Lei que institua data comemorativa, originada de projeto de lei, sem que tenha sido percorrido o *iter* estabelecido na Lei nº 12.345, de 2010?

Seria tal norma compatível com o texto constitucional e com o ordenamento jurídico nacional?

Admitida a publicação de lei com esse contorno estaria revogada, ainda que parcialmente, a Lei nº 12.345, de 2010?

Após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, pode ser instituída data comemorativa por decreto presidencial?

Passo, em seguida, a enfrentar as questões formuladas.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 215, § 2º, a exigência de lei que disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Ainda que o texto constitucional expressamente não o determine, a integração legislativa para a fixação de quaisquer datas comemorativas, e não somente as de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais, é uma necessidade.

Não seria razoável supor que na fixação de data comemorativa de alta significação para a saúde dos brasileiros, por exemplo, seja desnecessária a lei em sentido formal e material e que, na fixação de data relevante em homenagem aos índios brasileiros, essa lei seja exigida.

Avilta ao princípio isonômico e à razoabilidade do processo legislativo tal conclusão.

Lógico é, pois, concluir que a exigência de Lei contida no § 2º do art. 215 da Constituição Federal referente à disciplina das datas comemorativas de caráter étnico, aplique-se, também, àquelas outras de caráter político, religioso, cultural e profissional.

Essa foi a interpretação aplicada quando da apresentação, debate e aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei que resultou, com a sanção presidencial, na Lei nº 12.345, de 2010.

Há outro corte hermenêutico no debate a ser enfrentado.

É absolutamente razoável interpretar que a lei exigida para integração do contido no texto constitucional é aquela que fixa critérios, requisitos, procedimentos e condições para a fixação das datas comemorativas, como de resto fez a Lei nº 12.345, de 2010.

Trata-se de norma geral, que fixa balizas ao processo legislativo específico referente à fixação de datas comemorativas relevantes para a sociedade brasileira.

Também é possível interpretar o texto constitucional no sentido de que as leis referidas fossem as leis pontuais que criassem, cada qual, uma data comemorativa específica, procedimento usual no Congresso Nacional até a publicação da multicitada Lei de 2010.

O Congresso Nacional tem historicamente aprovado inúmeros projetos de lei que são sancionados pelo Presidente da República e que instituem as datas comemorativas.

Inúmeros fatores justificaram a adoção dessas leis para disciplinar a instituição de datas comemorativas.

A legítima pressão exercida por determinados segmentos profissionais, religiosos, artísticos, culturais, étnicos, esportivos, políticos sobre os parlamentares e a intenção de contribuir para o reconhecimento e valorização de pessoas, eventos, fatos históricos, enfim, tudo isso resultou em intensa produção legislativa.

Identificando nesse contexto uma potencialidade de “crise” que poderia impactar negativamente a efetividade do Parlamento, por direcionamento de parte significativa dos recursos disponíveis para a elaboração legislativa com vistas a instituir datas comemorativas, o Congresso Nacional deflagrou o debate sobre a necessidade de serem estabelecidos critérios mínimos para a aprovação de datas comemorativas.

Foi exatamente para instituir um mínimo de racionalidade no processo legislativo e tendo em vista a profusão de normas geradas instituindo datas comemorativas, que o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.244, de 2005, na Câmara dos Deputados), posteriormente transformado na Lei nº 12.345, de 2010.

Essa Lei tem a função, como visto, de instituir normas gerais balizadoras da aprovação dos projetos de lei específicos que instituam datas comemorativas.

Apenas com o intuito de expungir quaisquer dúvidas lançadas sobre o entendimento ora fixado, trato do argumento que considera inconstitucional a interpretação ampliativa do § 2º do art. 215 da Constituição Federal, para entender identicamente exigida lei para fixar datas comemorativas de alta significação para segmentos profissionais, políticos, religiosos e culturais da sociedade brasileira, matéria, de resto, já enfrentada no processo legislativo que resultou na publicação da Lei nº 12.345, de 2010.

Isso porque, numa interpretação estreitíssima e literal do texto constitucional, não haveria menção expressa a esses segmentos no texto constitucional a justificar um condicionamento ao processo legislativo, tal qual o realizado pela Lei nº 12.345, de 2010.

A par de todos os argumentos já expendidos anteriormente, agrego mais um.

A Lei nº 12.345, de 2010, como todas as normas aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República que observaram o devido processo legislativo, goza de presunção de constitucionalidade, e, portanto, há de ser considerada constitucional.

Vigentes, válidas e eficazes suas normas, que veiculam critérios, requisitos de procedibilidade e procedimentos específicos, até que o Supremo Tribunal Federal eventualmente decida o contrário.

Em sendo constitucional, o diploma normativo deve, a partir de sua publicação, balizar a apresentação dos projetos de lei que instituam datas comemorativas.

Somente após a eventual e improvável declaração de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, não mais seria exigido o adimplemento de seus critérios e procedimentos na análise dos pro-

jetos de lei que tencionem instituir datas comemorativas nacionais.

Contudo, o que se imaginava solucionado demonstra-se, agora, novamente pendente. E se os critérios e ritos fixados não forem cumpridos no processo legislativo?

Poder-se-ia argumentar que a Lei nº 12.345, de 2010, é lei ordinária. Pelas regras clássicas de hermenêutica jurídica, norma da mesma estatura e posterior que trate da mesma matéria tem o condão de revogar total ou parcialmente a norma anterior.

Assim, nessa linha de raciocínio, qualquer projeto de lei, ainda que tenha solenemente ignorado as balizas da multireferida Lei, e que tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado e publicado, teria, como lei, revogado, naquela homenagem específica, os critérios e requisitos legais anteriores.

Não parece razoável tal interpretação.

Primeiramente porque uma lei que fixe uma data comemorativa específica não possui a amplitude material da Lei nº 12.345, de 2010, norma essa que, como visto, veicula critérios, condições, procedimentos e requisitos gerais a serem observados por todas as leis específicas.

Nesse sentido, não há falar em revogação por lei ordinária específica posterior.

Em segundo lugar, admitir a interpretação que permita a revogação por lei específica posterior seria transformar em letra morta a Lei nº 12.345, de 2010, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, cuja principal **ratio** é assegurar a existência de um processo legislativo hígido e racional.

Não é crível que os Poderes Legislativo e Executivo, que se autolimitaram em obediência ao texto constitucional, em prol da racionalidade do processo legislativo e da razoabilidade administrativa, atentem contra as regras por eles próprios instituídas.

Para que seja admitido e para que tramite normalmente no Senado Federal, o projeto de lei deve vir acompanhado de comprovação idônea da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população, conforme estabelecido nos arts. 2º e 4º da Lei nº 12.345, de 2010.

Assim, projeto de lei de Senador ou Senadora que proponha a instituição de data comemorativa, sem que tenha demonstrado o adimplemento dos requisitos postos na Lei nº 12.345, de 2010, não deverá ser sequer admitido a tramitar. Admitida, por hipótese, a tramitação, o projeto de lei deverá ser rejeitado.

As normas da Lei nº 12.345, de 2010, referem-se ao devido processo legislativo. Para sua aplicação, contudo, é necessário verificar que ela carrega normas de naturezas distintas. Em seu artigo 1º, a Lei define

o critério norteador da instituição das datas comemorativas (a alta significação para os diferentes segmentos), de índole material. Os demais dispositivos, porém, veiculam regras de caráter tipicamente processual (a realização de consultas e audiências públicas, inclusive como requisito à apresentação de projeto de lei).

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, antiga Lei de Introdução ao Código Civil), dispõe, em seu art. 6º, que a Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Esclarece o § 1º do dispositivo que reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Portanto, desde a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, o Congresso Nacional, por meio de suas Casas e órgãos fracionários, deve considerar, em suas deliberações, o critério de alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira quando da instituição de datas comemorativas.

Dessa forma, os projetos de lei que olvidem o disposto no art. 1º da Lei nº 12.345, de 2010, ainda pendentes de deliberação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comissão permanente que tem a competência regimental para tratar da matéria, **ex vi** do art. 102, inciso II, do RISF, poderão ser rejeitados por injuridicidade.

Quanto ao aspecto processual, é preciso reconhecer que até a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, não havia exigência legal de realização de audiência pública prévia (arts. 2º e 4º) para apresentação de projeto de lei. Por isso, os projetos em tramitação até essa data devem ser reputados válidos, uma vez que sua apresentação consolidou-se como ato jurídico perfeito, consumado na forma da lei então vigente.

Nesse último caso, caberá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o juízo sobre o atendimento do art. 1º da Lei nº 12.345, de 2010. Para formar sua convicção, nada obsta que a Comissão decida pela realização das consultas e audiências públicas de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei, ainda mais porque tal procedimento também encontra previsão no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal.

Pelo raciocínio antes desenvolvido, caso sejam instituídas datas comemorativas por decreto presidencial, entendo que o Congresso Nacional deverá propor decreto legislativo que suste o ato normativo, já que invasivo de matéria reservada à lei em sentido formal e material, a contar da publicação da Lei nº 12.345, de 2010.

Em conclusão, sintetizando os argumentos alinhavados anteriormente, e respondendo objetivamente aos quesitos formulados neste parecer, conclui-se que:

a) a Lei nº 12.345, de 2010, é constitucional e seus critérios e procedimentos devem balizar a aprovação dos projetos de lei específicos que instituem datas comemorativas;

b) a partir da data da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, deve ser rejeitado o projeto de lei que institua data comemorativa sem que tenha atendido o critério norteador e percorrido o **iter** estabelecido nessa Lei, por incompatibilidade com o ordenamento jurídico nacional;

c) não há falar em revogação da Lei nº 12.345, de 2010, no caso improvável de aprovação pelo Congresso Nacional e sanção pelo Presidente da República de lei que institua data comemorativa específica ao arrepio das balizas estabelecidas naquela Lei, já que os âmbitos de abrangência das normas são distintos;

d) não é possível, após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, a instituição de data comemorativa por decreto presidencial.

III – Voto

Pelo exposto, em atenção à consulta formulada por intermédio do Requerimento nº 4, de 2011, da Comissão de Educação Cultura e Esporte (CE), voto no sentido de que seja conferido o seguinte tratamento aos projetos de lei que instituem datas comemorativas e que estejam tramitando no Senado Federal:

a) os projetos de lei apresentados antes ou depois da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, em 10/12/2010, ainda pendentes de apreciação pela CE ou pelo Plenário, e que descumpram o critério de alta significação estabelecido no art. 1º da referida Lei deverão ser rejeitados por injuridicidade;

b) os projetos de lei que instituem datas comemorativas apresentados desde a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem atender aos requisitos procedimentais nela estabelecidos (arts. 2º a 4º) para que tramitem regularmente;

c) caso, por alguma circunstância, seja admitida a tramitação de projeto de lei apresentado após a publicação da Lei nº 12.345, de 2010, sem que estejam atendidos os requisitos nela estabelecidos, deverá ser ele rejeitado quando de sua deliberação pela CE, ou eventualmente pelo Plenário;

d) os projetos de lei cuja tramitação se iniciou, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, antes da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados na forma da legislação então vigente, e submetidos à apreciação da Comissão Educação, Cultura e Esporte,

atendido o critério previsto no art. 1º da Lei (conforme o item "a", acima);

e) no caso dos projetos descritos no item "d", a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, se assim entender necessário para formação de seu juízo, poderá realizar as consultas e audiências públicas de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 12.345, de 2010, com fundamento também no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal.

Proponho que todos os projetos de lei encaminhados em anexo ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que ora se analisa, lhe sejam restituídos, juntamente com o presente Parecer.

Proponho, ainda, seja encaminhada cópia do Parecer adotado pela CCJ à Mesa para que dê ciência a todos os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras.

Sala da Comissão, 18 de maio de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: Requerimento Nº 04 DE 2011 - CE

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/05/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Eunício Oliveira</u>	
RELATOR: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLCY
MARTA SUPLCY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <u>P. Taques</u>	3. ANÍBAL DINIZ <u>Aníbal Diniz</u>
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <u>Eunício Oliveira</u>	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP <u>Valdir Raupp</u>
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA <u>Eduardo Braga</u>
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <u>Aécio Neves</u>	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA <u>Aloysio Nunes</u>	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <u>Alvaro Dias</u>	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <u>Demóstenes Torres</u>	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO <u>Armando Monteiro</u>	1. CIRO NOGUEIRA <u>Ciro Nogueira</u>
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

CONSULTA Nº 1, DE 2012

(Requerimento nº 4/2011-CE,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Requeiro nos termos no art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei abaixo elencados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação

desse colegiado a respeito da tramitação das matérias que versam sobre instituição de datas comemorativas, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 9 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições.

Sala das Sessões, 22 de março de 2011. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PROJETOS**DATAS COMEMORATIVAS****1. PLC 097/08 (Dep. Cezar Schirmer)**

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO SUPERVISOR EDUCACIONAL”.

2. PLC 101/09 (Dep. Clodovil Hernandez)

“INSTITUI O DIA DA MÃE ADOTIVA A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO 3º DOMINGO DO MÊS DE MAIO.”

3. PLC 121/09 (Dep. Neucimar Fraga)

“INSTITUI O DIA 31 DE OUTUBRO COMO DIA NACIONAL DA PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

4. PLC 123/09 (Dep. Celso Russomanno)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO GUARDA MUNICIPAL.”

5. PLC 203/09 (Dep. Fernando Ferro)

“INSTITUI O DIA 17 DE OUTUBRO COMO O DIA NACIONAL DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA.”

6. PLC 204/09 (Dep. Rose de Freitas)

“INSTITUI O DIA 12 DE AGOSTO COMO O DIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.”

7. PLC 205/09 (Dep. Carlos Santana)

“INSTITUI O DIA 3 DE NOVEMBRO COMO O DIA NACIONAL DO QUILO.”

8. PLC 207/09 (Dep. Rose de Freitas)

“INSTITUI O DIA 20 DE JANEIRO COMO DIA NACIONAL DA PARTEIRA TRADICIONAL.”

9. PLC 209/09 (Dep. Luiz Carlos Hauly)

“INSTITUI O DIA 25 DE OUTUBRO COMO DIA NACIONAL DO MACARRÃO.”

10. PLC 210/09 (Dep. Moacir Micheletto)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO ENGENHEIRO INDUSTRIAL MADEIREIRO.”

11. PLC 211/09 (Dep. Daniel Almeida)

“INSTITUI O DIA 9 DE JUNHO COMO DIA NACIONAL DO CIPEIRO.”

12. PLC 212/09 (Dep. Ary Kara)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DOS TRABALHADORES EM RADIOLOGIA.”

13. PLC 214/09 (Dep. Rafael Guerra)

"INSTITUI O DIA DO INTENSIVISTA."

14. PLC 216/09 (Dep. Antônio Carlos Biffi)

"INSTITUI O DIA 8 DE JULHO COMO O DIA DOS TRABALHADORES EM MASSAS ALIMENTÍCIAS."

15. PLC 218/09 (Dep. Ana Arraes)

"INSTITUI O DIA 9 DE DEZEMBRO COMO O DIA NACIONAL DO FREVO."

16. PLC 223/09 (Dep. Alberto Fraga)

"INSTITUI, NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A DATA DE 13 DE MAIO COMO O DIA DA POLÍCIA MILITAR."

17. PLC 226/09 (Dep. Max Rosenmann)

"INSTITUI O DIA 26 DE OUTUBRO COMO O DIA NACIONAL DO TROPEIRO."

18. PLC 228/09 (Dep. Max Rosenmann)

"INSTITUI O DIA 8 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO TURISMO."

19. PLC 232/09 (Dep. Geraldo Thadeu)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO OUVIDOR."

20. PLC 233/09 (Dep. Ângelo Vanhoni)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL."

21. PLC 234/09 (Dep. Neilton Mulim)

"INSTITUI O DIA DO ALERTA SOBRE O USO NOCIVO DO ÁLCOOL."

22. PLC 235/09 (Dep. Milton Monti)

"DISPÕE SOBRE O DIA NACIONAL DE ATENÇÃO À DISLEXIA."

23. PLC 238/09 (Dep. Gervásio Silva)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA."

24. PLC 239/09 (Dep. Gastão Vieira)

"INSTITUI O DIA 18 DE JUNHO COMO DIA DO TAMBOR DE CRIOLA."

25. PLC 241/09 (Dep. Cida Diogo)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DE SEGURANÇA E DE SAÚDE NAS ESCOLAS."

26. PLC 242/09 (Deputada Solange Almeida)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DOS PORTADORES DE VITILIGO."

27. PLC 244/09 (Dep. Jilmar Tatto)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO PAISAGISTA, A SER COMEMORADO EM 4 DE OUTUBRO."

28. PLC 247/09 (Dep. Valtenir Pereira)

"INSTITUI O DIA 4 DE OUTUBRO COMO O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS."

29. PLC 249/09 (Dep. Andréia Zito)

“CRIA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO BRASIL O DIA DO SERESTEIRO.”

30. PLC 255/09 (Dep. Edson Duarte)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE LUTA DOS ACIDENTADOS POR FONTES RADIOATIVAS.”

31. PLC 257/09 (Dep. Jusmarí Oliveira)

“FIXA A DATA DE 13 DE DEZEMBRO COMO DIA NACIONAL DA VAQUEJADA.”

32. PLC 259/09 (Dep. Paulo Piau)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO MILHO.”

33. PLC 262/09 (Dep. Rodovalho)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE E PREVENÇÃO À TROMBOSE.”

34. PLC 264/09 (Dep. Rodrigo Rollemberg)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO REGGAE.”

35. PLC 265/09 (Dep. Costa Ferreira)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA FÉ CRISTÃ.”

36. PLC 266/09 (Dep. Guilherme Campos)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DAS HEMOGLOBINOPATIAS.”

37. PLC 268/09 (Dep. Mendes Ribeiro Filho)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO ESTRESSE, A SER COMEMORADO NO TERCEIRO DOMINGO DE NOVEMBRO, ANUALMENTE.”

38. PLC 274/09 (Dep. Chico Alencar)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO SOCIÓLOGO.”

39. PLC 276/09 (Dep. Leandro Sampaio)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA.”

40. PLC 277/09 (Dep. José Santana de Vasconcellos)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA SILVICULTURA.”

41. PLC 278/09 (Dep. Sueli Vidigal)

“INSTITUI, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO PAÍS, O DIA DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL.”

42. PLC 289/09 (Dep. Paulo Roberto Pereira)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA HEMOFILIA."

43. PLC 290/09 (Dep. Inocêncio Oliveira)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO POETA A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 19 DE ABRIL DO CALENDÁRIO GREGORIANO."

44. PLC 291/09 (Dep. Cida Dógo)

"INSTITUI O DIA 26 DE JUNHO COMO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA DO 1º VOTO."

45. PLC 299/09 (Dep. Deley)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO JOGO LIMPO – FAIR PLAY CONTRA O DOPING NOS ESPORTES."

46. PLC 029/10 (Dep. Vanessa Grazziotin)

"INSTITUI, NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, O DIA 13 DE MAIO COMO O DIA DA CULTURA AFRICANA E AMERÍNDIA."

47. PLC 070/10 (Dep. Flávio Bezerra)

"INSTITUI O DIA NACIONAL EM DEFESA DA ORLA MARÍTIMA."

48. PLC 071/10 (Dep. Luis Carlos Heinze)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO."

49. PLC 076/10 (Dep. Arlindo Chinaglia)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA."

50. PLC 081/10 (Dep. Julio Semeghini)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO MAQUINISTA FERROVIÁRIO."

51. PLC 085/10 (Dep. Arnaldo Jardim)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DA REGULAÇÃO BRASILEIRA."

52. PLC 094/10 (Dep. Professor Ruy Pauletti)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DAS ETNIAS, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO ÚLTIMO DOMINGO DO MÊS DE FEVEREIRO."

53. PLC 100/10 (Dep. Celso Maldaner)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO SUINOCULTOR."

54. PLC 102/10 (Dep. William Woo)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PRIVADA, A SER COMEMORADO EM 20 DE JUNHO."

55. PLC 103/10 (Dep. Manoel Junior)

"INSTITUI NO DIA 23 DE FEVEREIRO COMO O DIA NACIONAL DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA BRASILEIRO."

56. PLC 107/10 (Dep. Alex Canziani)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE."

57. PLC 112/10 (Dep. Eliene Lima)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO ATLETA PARAOLÍMPICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

58. PLC 113/10 (Dep. Paes de Lira)

"INSTITUI O DIA 27 DE ABRIL COMO O DIA DO TRABALHADOR DOMÉSTICO."

59. PLC 114/10 (Dep. Guilherme Campos)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DA UFOLOGIA."

60. PLC 115/10 (Dep. Laerte Bessa)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DA AVIAÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES."

61. PLC 131/10 (Dep. Edson Aparecido)

"INSTITUI O DIA 28 DE ABRIL COMO O DIA NACIONAL DAS ENTIDADES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO."

62. PLC 133/10 (Dep. Raimundo Gomes de Matos)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO MÉDICO DE FAMÍLIA E COMUNIDADE."

63. PLC 144/10 (Dep. Luiz Carlos Hauly)

"INSTITUI O DIA 8 DE AGOSTO COMO DIA NACIONAL DO ELOS INTERNACIONAL DA COMUNIDADE LUSÍADA."

64. PLC 153/10 (Dep. William Woo)

"INSTITUI O DIA DO ANIVERSÁRIO DO BUDA SHAKYAMUNI E O INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS BRASILEIRO."

65. PLC 154/10 (Dep. José C. Stangarlini)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO CORRETOR DE SEGUROS."

66. PLC 155/10 (Dep. José C. Stangarlini)

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO SECURITÁRIO."

67. PLC 156/10 (Dep. Eleuses Paiva)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO MÉDICO RADIOLOGISTA.”

68. PLC 167/10 (Dep. Hugo Leal)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

69. PLC 177/10 (Dep. Bruno Araujo)

“INSTITUI O DIA 18 DE SETEMBRO COMO DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO RETINOBLASTOMA.”

70. PLC 187/10 (Dep. Carlos Santana)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA UMBANDA.”

71. PLS 501/09 (Sen. Alvaro Dias)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA POESIA.”

72. PLS 540/09 (Sen. Rosalba Ciarlini)

“INSTITUI O DIA 25 DE NOVEMBRO COMO O DIA NACIONAL DO REPENTISTA.”

73. PLS 026/10 (Sen. Paulo Paim)

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO DIA NACIONAL DO OFICIAL DE JUSTIÇA.”

74. PLS 321/10 (Sen. Flávio Arns)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO.”

75. PLS 028/11 (Sen. Mozarildo Cavalcanti)

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA.”

76. PLS 059/11 (Sen. Inácio Arruda)

“ESTABELECE O DIA 26 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DA INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA.”

77. PLS 94/11 (Sen. Wellington Dias)

“INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO DIA DA BATALHA DO JENIPAPO”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Senador, e também como membro do PMDB, quero neste momento agradecer o Ministro Garibaldi Alves Filho, pela gentileza de enviar ao meu gabinete exemplar da publicação Previdência Social, edição de janeiro a abril de 2012, que nos traz uma importante notícia quanto ao desempenho da Pasta da Previdência em 2011. De acordo com a revista, o aumento da arrecadação e o corte de despesas fizeram com que a Previdência Social tivesse o melhor resultado desde 2002. Em termos reais, a redução do déficit chega a 10 bilhões e 500 milhões de reais, em relação a 2010.

A publicação contém diversos estudos, análises, entrevistas, depoimentos, além de dados e estatísticas, que demonstram a evolução dos grandes números da Previdência em 2011, e o profícuo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministro Garibaldi, com o objetivo de modernizar a Previdência e aproximá-la cada vez mais dos cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, gostaria de fazer aqui alguns comentários.

Está prevista, por exemplo, a construção de mais 729 agências de atendimento em todo o País. Só no ano passado, foram entregues 59 unidades à população.

O atendimento foi modernizado. O uso de novos canais, como a Central Telefônica 135, permitiu ao cidadão resolver seus problemas previdenciários e agendar sua visita às agências sem burocracia. Com isso, as filas foram eliminadas.

Na mesma linha da modernização, foi criada a Sala de Monitoramento que, desde 2009, auxilia os gestores do INSS no acompanhamento, em tempo real, de tudo o que acontece nas 1.240 agências da Previdência Social instaladas em todo o País. Isso permitiu que o atendimento ficasse mais ágil e descomplicado.

Não podemos nos esquecer da inclusão previdenciária, que sofreu um aumento significativo com o surgimento de dois novos produtos,

O primeiro deles, destinado ao Empreendedor Individual, com mais de um milhão e novecentas mil adesões, incluiu gente que vivia à margem dos benefícios e da assistência previdenciária. O segundo, voltado às donas de casa de famílias de baixa renda, permite que elas possam, finalmente, também ter acesso aos

direitos previdenciários. Essas são conquistas muito importantes, que já vinham sendo reclamadas há muito tempo e que, agora, foram implementadas pelo governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Registro ainda, Sr. Presidente, que o INSS ajuizou 1.833 ações regressivas acidentárias, contra empresas que descumpriram a legislação trabalhista, até novembro de 2011. A expectativa de ressarcimento aos cofres públicos é superior a 363 milhões de reais.

Além disso, a Previdência também começou a cobrar dos motoristas infratores as despesas geradas por acidentes de trânsito, estimadas em 7 bilhões e 800 milhões de reais ao ano, aí incluídos os valores pagos a título de pensão por morte, aposentadorias por invalidez e auxílio-doença.

Para fazer com que os brasileiros conheçam seus direitos previdenciários, o Ministério da Previdência criou o Programa de Educação Previdenciária (PEP) que, em 12 anos de existência, realizou 50 mil ações e atendeu a sete milhões e quinhentas mil pessoas. Só em 2011, foram atendidas quase 685 mil pessoas, o que demonstra o alcance desse importante Programa.

Já finalizando, Senhor Presidente, como disse no início do meu pronunciamento, a redução do déficit previdenciário verificada no ano passado foi a maior desde 2002. Contudo, o déficit ainda é expressivo, chegando a 36 bilhões e 500 milhões de reais ao ano. E precisamos combater esse déficit, para sanear as contas da Previdência e garantir um futuro melhor aos aposentados e às aposentadas do Brasil.

Nesse sentido, uma das medidas importantes e a aprovação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – o Funpresp – pelo Congresso Nacional. A matéria já está na Câmara dos Deputados e, em breve, deverá chegar ao Senado para deliberação. Esse Fundo é, sem dúvida alguma, a principal mudança a ser implementada na legislação brasileira para assegurar que a Previdência tenha, no médio prazo, o tão almejado equilíbrio financeiro.

Agradeço, portanto, mais uma vez, o Ministro Garibaldi, pelo envio dessa importante publicação Previdência Social, que traz um valioso conteúdo para subsidiar nossos trabalhos aqui no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 63, DE 2011***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2**EMENDA DA CÂMARA AO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que *inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.*

Pareceres sob nºs 1.486 e 1.487, de 2011, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CAE, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CMA.

4**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

5**REQUERIMENTO Nº 99, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, de sua autoria.*

6**REQUERIMENTO Nº 112, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (pena de detenção aos usuários de drogas).*

7**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (altera o Código de Processo Penal).*

8**REQUERIMENTO Nº 120, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (competências da ANS).*

9

REQUERIMENTO Nº 124, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2012, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (distribuição de energia elétrica).*

10

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 144, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

11

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 148, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

12

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 152, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (multas previstas na lei de crime ambiental).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 3 minutos.)

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
27/03/2012
terça-feira**

- 10h Recebe o Ex-Deputado Elísio Curvo**
Sala de Audiências
- 12h30 Recebe o Governador de Pernambuco Eduardo Henrique Accioly Campos**
Sala de Audiências
- 14h30 Reunião de Líderes para tratar da Reforma Política.**
Sala de Audiências
- 15h Reunião da Bancada do PMDB com a presença do Ministro Garibaldi Alves Filho.**
Gabinete da Liderança
- 16h Ordem do Dia.**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Demóstenes Torres (DEM) ⁽³⁾	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello ⁽²⁾
PR	
Senador Blairo Maggi ⁽⁴⁾	1. Senador Vicentinho Alves ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,27,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Antonio Russo (27,28,29)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Antonio Russo ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(35,36)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,17,21,27)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁸⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. João Ribeiro ^(20,22,37,38)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
36. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
37. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
38. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,31)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Antonio Russo ^(39,40)
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSD PSOL (38)

Kátia Abreu (PSD) (35,37)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,9,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,13)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁸⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
PTB	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(11,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,30)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. João Ribeiro ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
 10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
 11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
 12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁴⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
 21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
 23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽³⁾

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Notas:

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽²⁰⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,6)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,7)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²¹⁾	
Alfredo Nascimento ^(25,34,35)	1. Blairo Maggi ⁽²⁵⁾
PSD PSOL ⁽³¹⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³³⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²²⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Dalcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽⁹⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Lauro Antonio (SE) ^(8,14)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Lauro Antonio (SE) ^(11,20)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,21)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) ⁽⁸⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁶⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽⁵⁾
PP
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁹⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁴⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁸⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾
PP
PDT
PSB
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁶⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁷⁾
PSD
Kátia Abreu (TO) ⁽²⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
vago ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1. Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.



Edição de hoje: 238 Páginas

OS: 11048/2012